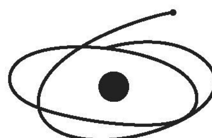
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano II nº 5 1959



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano II nº 5 Março 1959

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos Podêres Públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

AVENIDA TREZE DE MAIO, 23 — SALA 1 204

RIO DE JANEIRO, D. F. — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE
POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação do seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Diretor:

OSWALDO TRIGUEIRO

Direção e Administração:

Avenida Treze de Maio, 23 — Sala 1 204 — Tel. 52-4557
Rio de Janeiro

Assinatura anual — Cr$ 300,00; Para o estrangeiro — Cr$ 350,00
Número avulso — Cr$ 80,00

* * *

Escrevem neste número: EDUARDO FREI, Senador do Chile, ex-Ministro de Estado; MICHEL DEBRUN, Professor da Universidade de Toulouse, ora lecionando na Escola Brasileira de Administração Pública; BARRETO LEITE FILHO, Jornalista, especializado em assuntos internacionais; JOÃO FRANK DA COSTA, Diplomata, Autor de "Souveraineté sur l'Antarctique".

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano II | Março de 1959 | Número 5

SUMÁRIO

DOCUMENTOS

LIVROS

TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS INTERAMERICANAS

Eduardo Frei

Nenhum quadro do presente ou do futuro da América pode ser esboçado sem a consideração das relações existentes entre os Estados Unidos da América do Norte e os "Estados Desunidos da América do Sul", como alguém inteligentemente qualificou. A influência dessas relações condiciona tôdas as ações da América Latina e aumentará progressivamente dentro da estrutura de qualquer política que os Estados Unidos possam adotar.

Disse o professor mexicano Daniel Cossio y Villegas: "Ninguém pode surpreender-se com a extraordinária atração que os Estados Unidos exercem sôbre nós. Ela vai além de qualquer desejo de lucro pessoal, o que em si é poderoso. Funda-se antes no destino geográfico e no que podemos chamar de coincidência histórica. Coincidência histórica significa simplesmente que somos ramos, não importa quão dispersos ou pouco importantes, do grande tronco da Civilização Ocidental, exatamente como o são os Estados Unidos. Isto porque, em linhas gerais, o nosso sistema de vida é semelhante ao dos Estados Unidos e não, por exemplo, ao da Rússia. Êste laço é muito mais forte do que se poderia supor. Para mim êle é tão forte como qualquer laço econômico e não será menos firme do que os laços geográficos".

Ambas as Américas herdaram a civilização cristã ocidental. Ambos os ramos saíram da mesma árvore e emergiram da mesma fonte. A despeito de muitas diferenças, têm pensamentos semelhantes e semelhantes concepções do homem. Esta é a ver-

dade que condiciona o futuro, porque a natureza e a definição das relações entre a América do Norte e a do Sul determinarão o destino do homem neste continente.

Nos Estados Unidos, quando o Norte e o Sul se enfrentaram, desenrolou-se um drama cujo desfecho decidiu da sorte da nação. Agora podemos ver que a fundação da fôrça e do poder, que hoje atuam no mundo inteiro, foram constituídos naquela época. De maneira semelhante, e em escala igualmente vasta, embora de forma diferente, poderá realizar-se a União entre o Norte e o Sul do hemisfério.

II

A América Latina poderá continuar ainda por longo tempo no mesmo caminho — um grupo de países que preservaram zelosamente a sua soberania política, que se armam contra os vizinhos e que se apegam às fraquezas nacionalistas. Enquanto mantêm uma atitude desconfiada para com os iguais, cada um dêles deixa de ver onde estão as verdadeiras ameaças. Êste é o grande paradoxo latino-americano.

A América Latina, bàsicamente, é um fornecedor de matérias-primas, tais como café, petróleo, ferro, cobre e trigo. O seu progresso está decisivamente vinculado a têrmos favoráveis de troca no comércio internacional, de tal sorte que cada nação fique habilitada a comprar alimentos para o povo e maquinaria para o seu desenvolvimento econômico. Estas nações, sujeitas a constantes e radicais flutuações em sua produção de matérias-primas, tornam-se fracas porque as suas economias dependem de um ou dois produtos de mercados específicos.

Os países latino-americanos estão naturalmente fazendo esforços para desenvolver as suas indústrias, mas o progresso tem sido muito lento. Em algumas áreas as indústrias têm-se desenvolvido em certa extensão, mas sòmente à custa de outras atividades econômicas e, especialmente, a expensas dos agricultores.

Assim, a produção agrícola torna-se crescentemente inadequada para atender às necessidades das populações em crescimento, e em acompanhar os progressos científicos e técnicos. Essa escassez de alimentos refreia o desenvolvimento econômico.

Se observarmos, por outro lado, o formidável crescimento no investimento de capitais e na riqueza dos Estados Unidos, e se considerarmos os instrumentos que novas fontes de energia e de poder criador colocam à sua disposição, verificaremos que a distância entre as duas Américas — em relação ao poder econômico e nível de vida — está gradualmente aumentando. A alta renda *per capita* dos Estados Unidos e o alto grau de investimento tendem a acentuar ainda mais essa distância.

Há menos de cem anos, a posse de uma máquina têxtil era um índice de poder industrial. Nos últimos trinta anos, a maioria das nações latino-americanas conseguiu instalar as suas fábricas de tecidos. Por mais de um século o poder mediu-se pelo número de toneladas de aço produzidas. Hoje, pràticamente, todo país latino-americano de maior importância possui instalações siderúrgicas, ou cogita de adquiri-las. Presentemente o poder está nas mãos dos países que podem eventualmente utilizar a energia atômica, e o domínio dêsse novo elemento por alguns dêles aumentará as desigualdades econômicas.

A Ciência tem sido sempre a fonte da supremacia. É inútil falar em têrmos de igualdade se um grupo possui conhecimento exclusivo e os meios de utilizá-lo, enquanto o outro não tem sequer acesso às fontes de que o conhecimento dimana, a não ser que o primeiro grupo seja bastante generoso para permitir êsse acesso. Todos êstes fatôres tenderão a influir na atitude dos Estados Unidos, de onde a presunção de que a América do Sul continuará, no futuro, a servir apenas como fonte de matérias-primas para alimentar a sua gigantesca maquinaria industrial. O quadro de nações divididas, aparentemente menores do que são pela existência do medíocre e corrupto clima político, dominado por ditadores inexpertos, acentuará êsse êrro de apreciação da parte dos Estados Unidos. Até certo ponto, é em tais têrmos que o mundo atual pensa a nosso respeito.

III

Para uma América Latina que terá uma população de cêrca de 500 milhões na próxima passagem do século, e que terá continuado a gravitar no sentido de sua auto-expressão, seria trágico se, nesse ponto, o seu mais forte impulso emergisse de um sentimento de mágoa contra os Estados Unidos, como símbolo de poder e de fôrça.

Outra atitude, não menos perigosa que a do ressentimento, aparece no sentimento, da parte de alguns, de que os seus destinos estão tão estreitamente vinculados aos da América do Norte que êles esquecem a América do Sul. Para êstes é um crime para o povo sul-americano formular um plano de ação comum ou unir-se em posição independente sôbre qualquer matéria. Acham que tudo o que fôr proposto pelos Estados Unidos deve ser aceito. A ação independente perturba-os. É sempre necessário obedecer para fazer felizes os nossos vizinhos do Norte. Para êles os Estados Unidos não são uma nação, mas um baluarte contra o comunismo. Êles estão hipinotizados pela sua prodigiosa riqueza e vêem-no como a Terra da Promissão. O caminho do seu raciocínio leva-os a uma contente submissão ao colonialismo, em troca de um fim à rebelião e para a segurança e bem-estar do dólar.

Alguns dêsses indivíduos agem de boa-fé. São entusiastas que têm a alma de súditos. Outros descobriram as vantagens de serem empregados numa casa rica. Mas essa atitude impediria um verdadeiro entendimento, porque a fórmula do respeito mútuo e da cooperação não nasce do ódio nem da submissão. Uma associação de povos e uma civilização americana não podem derivar de uma nem de outra coisa. A essência da mensagem que o povo dos Estados Unidos apresenta ao mundo é a do respeito por todo o gênero humano. Esta é a fonte do seu poder. Se os Estados Unidos perdem êsse respeito, êles não só corromperão outras nações como se destruirão a si mesmos.

IV

O problema comunista forma outra barreira ao entendimento mútuo. Se êsse problema, infelizmente, não fôr encarado no seu significado real, e se tentarmos solucioná-lo apenas através de empréstimos e das vantagens da livre emprêsa, êle não sòmente poderá surgir como fórmula econômica e filosófica, mas como bandeira de liberação e, por um estranho paradoxo, poderá confundir-se com o nacionalismo em luta contra a influência de potências estrangeiras. Erros como êste causaram a perda de 400 milhões de chineses, que passaram para a órbita comunista. Mesmo assim, o ideal político dos comunistas, que para êstes parece lógico, claro e vigoroso, contém a fraqueza básica de não representar, na matéria, um ponto de vista latino-americano. Talvez as massas, que não raciocinam, mas agem por intuição, terão sentido que a causa comunista não se ajusta à sua filosofia da vida e as conduz para um vasto plano de dominação mundial, em que elas nada têm a ganhar. Por tôdas estas razões, o único sistema que, a longo têrmo, oferece uma perspectiva histórica, é o de uma digna associação com os Estados Unidos. A base desta associação deve ser construída.

V

Os Estados Unidos conseguiram criar para o seu povo um modo de vida de que se podem orgulhar. É o *American way of life*, e nós podemos dizer que, dentro de certas limitações humanas, o seu povo vive num mundo moderno e democrático, onde as suas necessidades materiais são satisfeitas. Se o povo dos Estados Unidos acredita no seu modo de viver, e se quer que o mundo pense que o seu é o melhor método de resolver conflitos, certamente não pode sentir-se parte de um continente cuja metade lhe é hostil ou invejosa. Êste será inevitàvelmente, o caso, se se ampliar a distância entre as duas áreas e se a América

Latina vier a significar apenas um campo de negócio que produza matérias-primas e lucros.

O povo dos Estados Unidos pode contribuir, decisivamente, para a realização de uma associação construtiva com a América Latina. Não deve dar ajuda em troca de subjugação. Os Estados Unidos foram capazes de dar ao seu povo um alto nível de vida, mas, no exterior, devem evitar os mesmos erros cometidos por outras nações que dirigiram os destinos do mundo.

Os americanos exercem influência em proporção ao seu número, à sua natureza e ao seu poder; os seus homens de negócios comportam-se, como lògicamente seria de esperar, como homens em busca de negócios; o povo, entretanto, não tem desígnios imperialistas. Ao contrário, a sua tendência básica tem sido a de isolar-se cegamente, de colocar-se fora dos acontecimentos do exterior, e de abrigar-se em sua concha quando vive satisfatòriamente. Sòmente a luta dramática pelo Poder, a que foi arrastado, pôde levá-los a outro caminho, e não sem forte resistência.

Por essa razão, existe, ainda a possibilidade de uma política construtiva, que possa conduzir a uma digna associação entre a América do Norte e a do Sul. Uma associação implica igualdade de oportunidades, interêsse mútuo, dignidade, e bem assim a liberdade, para os que dela participam, de adaptarem as suas instituições. De fato, porém, as duas Américas não são iguais. Êsse desequilíbrio torna-se mais pronunciado; cada uma torna-se mais dependente da outra por causa da estrutura do comércio internacional e do diferente desenvolvimento econômico.

Os obstáculos inerentes a tal associação seriam ampliados se as relações fôssem incrementadas sòmente através de inversões em busca de lucros. Tais obstáculos, todavia, podem ser vencidos por valores positivos, porque, no quadro geral, a criação de uma verdadeira economia suplementar constituiria uma importante fonte de riqueza e segurança. O alcance de um mercado extensivo e uma alta produtividade estão para ser vistos. O sistema econômico que permitiu a expansão dos quarenta e nove Estados dos Estados Unidos seria aplicado em base hemisférica, e tais relações seriam também determinadas pelos esforços dos povos e pelos

ideais que os impulsionarão a mobilizar esforços para objetivos superiores.

A política pode ser dominada, e é muitas vêzes, por propósitos medíocres de interêsses dinâmicos e poderosos. Grandes transformações têm lugar quando a política em vez de ser controlada por êsses interêsses, os acolhe e conduz, estabelecendo objetivos justos e utilizando-os mais completa e sàbiamente, criando, dessa forma, reservas práticas e morais mais eficientes. Por um lado, a opinião pública dos Estados Unidos deve ser levada em conta para que êsse plano tenha sucesso. Por outro lado, devemos organizar-nos e despertar desejos e ambições capazes de porem o povo da América Latina em movimento.

VI

Um funcionário centro-americano observou que, nos últimos anos, ocorreram nos Estados Unidos duas revoluções de longo alcance. A primeira foi o alto *standard* de vida e o grande poder de compra, que os trabalhadores conseguiram, e o fato de que os homens de negócios daquele país se convencerem de que êsse fator, ao invés de prejudicar a eficiência dos operários, ressaltou em adiantamentos econômicos sem paralelo, devido ao aumento de consumo. Isso representou tão profunda evolução na estrutura do capitalismo que lhe mudou por completo a forma, em comparação com o século passado.

A segunda revolução, talvez a única do seu gênero na História, deu aos agricultores um nível de preços mínimos para os seus produtos, o que por sua vez significa, para êles, um *standard* de vida igual ao dos operários industriais. Êste é um ponto digno de nota porque, em geral, o progresso dos trabalhadores da indústria tem sido realizado a expensas dos trabalhadores do campo.

A próxima fase dessas revoluções deveria ser a conversão de todos os americanos à idéia de que uma América Latina dotada de um alto poder de compra, alta produtividade e boas condições

sociais, é essencial ao desenvolvimento da economia hemisférica. Já começamos a progredir nessa direção. Dos relatórios elaborados por Paley, Capehart, Eisenhower, Malone e Grace, verificamos que tôdas as investigações feitas por peritos levam às mesmas conclusões. Precisamos apenas iniciar um estudo completo e objetivo para que surjam brilhantes sugestões.

É de fundamental importância estabelecer diferenças entre as duas Américas e entre as nações da América do Sul, uma vez que elas não formam uma unidade na sua psicologia e no seu estágio de evolução. Seria tolo aplicar métodos usados nos Estados Unidos, nos fins do século passado, ao nosso continente, à base de algumas semelhanças superficiais. Para o povo dos Estados Unidos, a palavra capitalismo significa um sistema que contém pouca similaridade com a era dos grandes capitães da indústria, dos monopólios e da conquista do Oeste. O capitalismo atual ainda retém as sementes do velho capitalismo, mas foi substancialmente modificado pela emergência de novas fôrças, tais como as leis fiscais, as leis contra os trustes e as poderosas organizações trabalhistas. Por outro lado, na América Latina, o têrmo capitalismo ainda conserva o sentido europeu, que corresponde a uma filosofia definida, tal como foi analisada por Marx, Leão XIII e Pio XII.

Por esta razão, precisamos de um estudo que contorne a superficialidade e o sensacionalismo, coisas em que alguns jornais e revistas se especializam. É importante para nós começarmos pela leitura de comentários como os que constam do relatório do Dr. Milton Eisenhower, de 1953: "A América Latina é um mercado tão importante para os nossos produtos de exportação como tôda a Europa, e mais importante do que a Ásia, a África e a Oceânia reunidas. As nossas vendas para a América Latina abrangem todos os artigos que produzimos. As Repúblicas latino-americanas são ainda mais importantes para nós como fonte das nossas importações — muito mais importante do que a Europa e as outras partes do mundo. Infelizmente o povo dos Estados Unidos parece não enxergar a importância, para nós, de mantermos relações econômicas estáveis com a América La-

tina. De fato, algumas das nossas ações levaram líderes daquelas nações à errônea conclusão de que nós só nos voltamos para a América Latina em tempo de crise". Essa constatação indica que há homens que têm a necessária perspectiva para compreender as vantagens mútuas de uma aliança, e é evidente que elas estão abrindo caminho. Ouvimos opiniões semelhantes expressas por um Vice-Presidente dos Estados Unidos. Isso indica que uma mudança é possível.

VII

A responsabilidade de mudar o destino dêste Continente cabe, em última análise, aos sul-americanos. Freqüentemente, culpamos os outros pelos nossos próprios erros. Existe a tendência de esperar por doações e de lamentar amargamente quando elas não chegam. É de todo inútil pensar que uma emprêsa ou associação pode ser completamente realizada pela generosidade ou compreensão de outros. Para sobreviver na América Latina, a Democracia deve ser o fruto genuíno de um processo de maturação dentro de cada uma das suas nações. As democracias existentes podem criar um clima que facilite e encoraje a Democracia e impeça o seu desaparecimento pela traição, porém, não podemos esperar que a Democracia se estabeleça entre nós pela intervenção de fôrças externas.

A América Latina acha que nada é mais repugnante do que ter de pedir auxílio a um grande país para derrubar um govêrno, por pior que êste possa ser. Existe apenas uma coisa pior: a utilisação da influência de uma grande potência para sustentar tal govêrno, especialmente quando, para fazê-lo, é preciso violar os princípios básicos dos Direitos Humanos. Não podemos usar os Estados Unidos como fonte de assistência, primeiro, criticando acerbamente esta nação e, depois, pedindo-lhe que resolva, os nossos problemas por meio de empréstimos. Quantas vêzes, nações sul-americanas, deixaram de ser tratadas com justiça e dignidade, porque os seus governos tinham tamanha pressa de vender-se que não hesitavam em procurar compradores potenciais?

Tais ações sòmente podem causar desprêzo. Depois, êsses mesmos govêrnos compareciam a reuniões internacionais e faziam as mais embaraçosas exibições de bravura verbal.

Òbviamente esta não é a maneira de fazer as coisas. Às vêzes é surpreendente que a nação poderosa nem ao menos sorria, pois isso manteria as formas exteriores da etiquêta. É mesmo estranho que uma grande nação renuncie a adquirir uma mercadoria humana que lhe custaria tão barato. A tarefa de estabelecer uma associação acarretará o sacrifício de certas vantagens na procura de um *new deal*. Um vez que não estamos em busca de objetivos menores, a nossa tarefa requer tempo, firmeza e sinceridade. Esta tarefa já começou e dela é bom exemplo o trabalho da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina. Por vários anos esta organização tem pesquizado e estudado com destaque científico, ao mesmo tempo que evita a ruidosa publicidade. Ela conseguiu levantar um quadro completo da economia da América Latina, no qual as cifras, os estudos objetivos e a especialização substituem as divagações palavrosas e vazias.

Êstes estudos, juntamente com o estabelecimento de departamentos de economia nas Universidades, para treinamento de um núcleo de especialistas, têm contribuido mais para o conhecimento dos nossos problemas do que cem anos de palavrório, mais ou menos infrutífero. Por tôda a América Latina, a pesquisa científica criou um *standard* uniforme de pensamento, pela identificação das linhas gerais e características seguidas no desenvolvimento econômico. Êste processo deu lugar a um diagnóstico seguro, que constitui a solução de metade do problema. Quando um estudo alcança êsse nível, o pesquisador verifica que os fatos são neutros. Êles são objetivos no tamanho e na forma. Por êste motivo, o latino-americano não se encontra em tempos românticos, vagos e sempre mutáveis. Possui relatórios documentados, que apresentam as coisas de feição inequívoca. Não se trata mais de um indivíduo, mas de um conjunto de idéias em marcha, de informações que cada dia alimentam uma corrente que se alarga.

VIII

Um entendimento entre as duas Américas não é bastante. As nações da América do Sul devem entender-se entre si. Não é questão apenas de viver em paz, porém, de sobrevivência. A unidade entre os povos da América era parte do sonho de Bolívar, sonho lógico que nunca se realizou. Algumas situações que parecem racionais, às vêzes, não têm lugar, porém, alguns poucos fatos podem alterar o curso dos acontecimentos. Se os homens dêste hemisfério deixarem de tomar êstes fatos em consideração, estarão condenando-se a um destino subordinado.

Não devemos ter ilusões a êste respeito. Històricamente, apresentamos o quadro de uma série de países inorgânicos, instáveis, fracos, incapazes de organizarem uma vida social adequada e sujeitos a subversões periódicas. A nossa herança cultural e os nossos instrumentos técnicos foram-nos superimpostos. Nós usamos, porém não criamos; somos nações de importadores, que pagam pelas mercadorias e pelas idéias, sem viver estas coisas e sem gerá-las, recolhendo apenas os resultados finais.

Encontramo-nos agora em um mundo que contém grandes massas de povos. Nações que contêm seis, dez ou vinte milhões de habitantes, podem ter qualquer significação em face dêstes blocos de povos unidos? As nações menores tornaram-se incapazes de construir uma sólida plataforma sob a sua economia. Elas procuram encontrar os meios de desenvolver os seus recursos através do autogovêrno e, às vêzes, têm de comprar materiais para sustentar indústrias artificialmente estabelecidas e que dependem de maquinaria e matéria-prima estrangeiras.

Desde que as suas populações são reduzidas, produzem artigos caros e de má qualidade para um mercado que não justifica certos investimentos e, depois de estabelecerem algumas indústrias com grande dificuldade, devem acarretar com o ônus de não saber onde vender produtos que o seu próprio povo não pode consumir. Como resultado, a fim de colocar êsses produtos, o povo deve pagar alto preço por má qualidade, e os produtos

devem ser defendidos nas fronteiras por tarifas elevadas, contra mercadoria melhor e mais barata, fabricada no estrangeiro.

Dentro das nossas grandes áreas, carecemos de grandes populações; a vida continua de maneira provinciana. As vantagens do autêntico desenvolvimento regional, que nutrem as cidades européias, não são encontradas aqui; as alianças de largos grupos de nações são um pré-requisito do nosso próprio desenvolvimento. A América Latina poderia então constituir um grupo històricamente importante, de expressão internacional. Presentemente, o mundo tem uma concepção confusa de um certo número de Estados vagamente semelhantes, onde cataclismos políticos periódicos criam sublevações nas vidas de povos de temperamento ardente, que resolvem os seus conflitos com violência, por serem incapazes de estabelecerem ordem e estabilidade. As poucas exceções não conseguem dissipar essa imagem da América Latina, formada por povos distantes, que estão demasiado entretidos em atividades de grande magnitude, para distinguir as várias características que separam as nações latino-americanas.

IX

Quando cruzamos êste continente por avião do norte para o sul, cada nação aparece tão pequena como se fôsse uma simples província de uma nação maior; contudo, cada uma tem os seus diplomatas, a sua maquinaria militar, os seus govêrnos, as suas fronteiras, o seu orgulho, as suas suspeitas e os seus preconceitos. Cada uma tem também grandes riquezas naturais, esperanças semelhantes, e semelhantes raízes, que as tornam extraordinàriamente parecidas. Como escreveu um arguto observador, há mais similaridade entre um chileno, um colombiano e um brasileiro, do que entre dois indivíduos da Lombardia e de Nápoles. Entretanto, os italianos formaram uma nação. Nós nos damos por satisfeitos com o nosso progresso, quando cada uma das nossas nações constrói uma pequena usina siderúrgica. Afirmamos então que estamos industrializando e sentimos que estamos ficando

independentes uns dos outros, embora as fôlhas do balanço revelem que cada dia nos tornamos mais dependentes.

Se são estas as principais características das nações sul-americanas, como poderemos criar novos sistemas, afastar suspeições e quebrar êsse secular impasse que nos têm custado bilhões de palavras inúteis e repetidas? São muitas as razões para acreditarmos que se possa operar uma transformação. As razões econômicas imperativas são evidentes, e a Ciência, as novas conquistas e rápidos avanços nas comunicações, deram ao povo a compreensão dos problemas que afetam tôdas as nações latino-americanas.

Durante os anos em que lutaram pela independência, as nações da América Latina, a despeito da falta de um adequado sistema de comunicações, tinham uma consciência comum, em razão de um mesmo objetivo. A classe governante e o povo, embora não o compreendessem inteiramente, sentiam profundamente a necessidade de empreender aquela tarefa. Então parecia lógico que um argentino fôsse general no Chile ou governasse o Peru, ou que um colombiano ou um venezuelano liberasse outras nações e estabelecesse novos governos. Deve ter havido um entendimento básico entre êsses homens, que estavam unidos por uma ideologia comum, que estavam empenhados numa mesma tarefa, e que decidida e apaixonadamente se lançaram naquele empreendimento. Portanto, a despeito do caos então reinante, um movimento no sentido da união derivava de tôdas as suas ações e de todos os seus escritos.

Se amanhã, por exemplo, os países latino-americanos fôssem governados por indivíduos que tivessem compreensão comum e planejassem mudanças políticas e econômicas coincidentes com aquela compreensão; se cada um reconhecesse os objetivos dos outros e se ligasse por laços criados pelas mesmas ideologias e por atitudes idênticas diante da vida, haveria esperanças de alguma forma de integração racional. É assim natural que, em muitos dêsses países, as minorias dirigentes, que governam democracias artificiais ou ditaduras declaradas, não representem as aspirações do povo; êles não têm perspectiva histórica, porém

têm como objetivo único a intensificação do nacionalismo. Dessa forma, podem manter-se nas suas parcelas de terra, onde estão familiarizados com os expedientes requeridos para manter um equilíbrio que, cada dia, se torna mais difícil e instável.

Climas políticos apropriados tornam-se necessários para se fazer a integração das Américas. Esta será uma tarefa difícil se essas nações viverem sob vários sistemas de govêrno. Alguns dêsses governos podem ser tentados a impor ao povo essa integração, pela fôrça e não por acôrdo comum. Uma plena compreensão dos acontecimentos de hoje e das fôrças que dirigem a sorte do mundo, convencer-nos-ia de que as nações da América do Sul estão condenadas a tornarem-se esferas de influência e os seus povos, expectadores subordinados, se não objetos passivos, governados por decisões de fora.

Mesmo uma elementar compreensão dos acontecimentos correntes indica que a economia moderna requer vastos mercados e que é de vital importância que sistemas econômicos separados sejam complementares para que haja desenvolvimento. Isso constitui o único meio de destruir os obstáculos criados pela produção insuficiente, situação que atualmente impede o estabelecimento de condições que melhorem a vida econômica e social dos povos. Um passo na direção certa seria a integração baseada na necessidade geográfica. A natural junção de recursos físicos e humanos permitiriam à América Latina expandir o seu poder econômico e industrial.

X

Considerando os males orgânicos que têm afligido as nossas nações e as deficiências inerentes ao seu comércio internacional e condições de intercâmbio, chegamos à conclusão de que a solução dêsses problemas, em cada província do continente, seria longa e árdua tarefa. As oposições cresceriam progressivamente e as pressões sociais tornar-se-iam cada vez maiores. A integração, portanto, não sòmente dependeria de problemas que cada nação seria incapaz de resolver individualmente, como abriria caminho a novas expressões sociais.

É aí que os Estados Unidos poderiam desempenhar um papel decisivo. Compreendendo os problemas que a América enfrentaria para a formação de uma associação de nações com iguais oportunidades, os Estados Unidos devem ver que a integração *das nações do Hemisfério Sul criaria* condições que viriam eliminar problemas até agora insuperáveis. De outra maneira, as economias destas nações estarão cada dia submetidas a pêso e tensões crescentes, e isso terá repercussões sociais e políticas que afetarão as relações entre os dois continentes. Os Estados Unidos devem, agora, dar impulso à idéia da integração progressiva das nações da América do Sul, com a mesma firmeza com que favoreceram o estabelecimento de uma Europa unida, quando viram que esta união significaria a salvação da Europa e seria um fator de criação da estabilidade mundial.

Os que têm vista curta da situação podiam considerar essa política contrária aos seus interêsses. Trata-se de gente que sucumbe à tentação de aceitar auxílios a preço de subjugação. Os *que vêem a América com o pensamento de criar uma civilização* de genuínas qualidades humanas sabem que o conceito de integração corresponde aos seus próprios e verdadeiros interêsses. No dia em que tiver lugar essa alvorada, os horizontes da América terão enorme expansão. Entrementes o material está preparado. A oportunidade e o espaço estão disponíveis. Tudo o que agora falta são os arquitetos que devem preparar as plantas do novo edifício onde os povos da América se abrigarão.

A NOVA CONSTITUIÇÃO FRANCESA E A ÁFRICA NEGRA

Michel Debrun

A nova Constituição Francesa, aceita no dia 28 de setembro passado pelo povo francês e pela grande maioria dos povos das antigas colônias francesas (sendo a única exceção constituída pela Guiné), abre inegàvelmente possibilidades revolucionárias às relações políticas, econômicas e culturais entre a França e aquêles países. Pode ela também proporcionar, por intermédio da França, um entrosamento melhor entre êsses países e a Europa do Mercado Comum (Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo), que, por sua vez, se extenderá talvez até coincidir com tôda a Europa não comunista (se, por exemplo, a zona de livre intercâmbio preconizada pela Inglaterra conseguir superar o Mercado Comum). Mas, serão essas perspectivas realmente viáveis? Estará a Europa desejosa de assumir os compromissos, principalmente econômicos, que a França tomou implicitamente ao propor às jovens nações uma associação comunitária num pé de rigorosa igualdade? E, por outro lado, não está o liberalismo, real ou aparente, da nova política francesa em vias de ser ameaçado ou ultrapassado pela atual evolução dos povos recém-libertados e pelo contexto internacional dentro do qual se situa tal evolução? A solidariedade cada vez mais manifesta entre os povos do "Terceiro Mundo", isto é, o conjunto dos povos subdesenvolvidos, antigamente colonizados ou não, irá agir no sentido de afastar completamente da Europa os territórios outrora a ela ligados?

Observemos que o problema concerne essencialmente, no momento, às relações da França e da Europa com a África

Negra. Com efeito, os países do Extremo Oriente (Vietname, Laos, Camboja) e dois dos três países da África do Norte (Marrocos e Tunísia), até há pouco submetidos à dominação francesa, tornaram-se completamente independentes. Não é provável a sua participação na Comunidade proposta no título XII da nova Constituição. Quando muito, alguns dêles (principalmente o Camboja e Laos) manterão com a França uma associação frouxa nos têrmos do título XIII, segundo o qual "a República (francesa) ou a Comunidade podem concluir, com outros Estados, acôrdos estipulando o exercício em comum de certas competências para desenvolver a sua civilização". Por outro lado, os vários territórios franceses espalhados na América (Guiana, Ilhas de Guadalupe e da Martinica) e na Oceânia (Nova Caledônia, Novas Hébridas, Ilhas da Sociedade) têm uma importância reduzida (1). Enfim, no que se refere à Argélia, é ainda muito cedo para saber se a Argélia de amanhã, capaz de autodeterminação, aderirá ou não à Comunidade. Tudo dependerá das ligações que a guerra terá deixado subsistir entre as duas comunidades, a muçulmana e a européia; do ódio acumulado; das necessidades impostas pela criação de uma economia argelina moderna; da importância mais ou menos ampla que terá a Argélia para a economia européia no que tange à exploração do petróleo do Saara etc., elementos êsses que, atualmente, é muito difícil avaliar de maneira correta.

Sòmente focalizaremos, portanto, o caso da África Negra (2), isto é, das antigas Áfricas Ocidentais e Equatorial Fran-

---

(1) Alguns dêles, aliás, ligados há muito tempo à França e tendo o *status* de departamento francês, consideram-se como parte integrante da França, de modo que não existe o problema da sua participação na Comunidade.

(2) Para simplificar a exposição, tratar-se-á exclusivamente da parte da África Negra que era domínio francês. Não discutiremos o caso do Congo Belga, nem do Ruanda-Urundi, êste sob o mandato belga, os quais, mediante a participação belga no Mercado Comum europeu, vão constituir um elemento de vulto da comunidade euro-africana. Diremos apenas que os problemas levantados pela associação estreita do Congo com a Europa são, no momento, muito menos difíceis de resolver que os problemas relacionados com a África Francesa. Com efeito: a) — o capital europeu não hesitará em realizar inversões enormes no Congo, já que os recursos dêsse país são, atual e potencialmente, muito superiores aos de qualquer território da África Francesa; b) — apesar de uma industrialização já bas-

cesas, da Ilha de Madagascar e da Costa dos Somalis. Estudaremos sucessivamente os dispositivos da Constituição no que diz respeito ao Ultramar, particularmente o título XII; as motivações econômicas, políticas e culturais que, tanto do lado africano como do lado europeu, justificaram ou poderão justificar a adesão à Comunidade e, finalmente, na base das precedentes considerações, as perspectivas para a constituição de uma comunidade euro-africana.

A Constituição Francesa e o Ultramar

Excluindo o caso da Argélia, cujas populações, jurìdicamente consideradas como francesas, não podiam, mesmo que rejeitassem a Constituição, proclamar a independência do país (1), e o caso das colônias que desde 1946 foram transformadas em departamentos franceses (Ilhas da Reunião, de Guadalupe, da Martinica, Território da Guiana), os territórios sob dominação francesa deviam, antes de mais nada, escolher entre a manutenção de relações orgânicas com a França, dentro da chamada Comunidade, e a cessação de tais relações, alternativa que, por sua vez, o general De Gaulle qualificou de "secessão". Como já lembramos, só a Guiné escolheu a "secessão". Os outros territórios ratificaram a Comunidade por maioria de votos geralmente considerável. Citemos apenas alguns números:

— No Senegal 97% dos eleitores votaram "sim". O Partido Africano da Independência, contrário à Constituição, teve um número mínimo de votantes. Não foram sòmente as notabilidades tradicionais, por exemplo, os chefes espirituais do Islam, que recomendaram o voto favorável, mas também todos os grandes líderes, em particular Leopold Sedar Sengher, que con-

---

tante adiantada, a evolução política das populações do Congo Belga é muito atrasada. O paternalismo da Metrópole conseguiu afogar antes do seu nascimento tôda e qualquer manifestação de autêntico nacionalismo. Não há, atualmente, nenhum risco de uma secessão dêsse território, que nem mesmo será consultado sôbre a oportunidade de uma comunidade euro-africana.

(1) De qualquer modo, mesmo que tivesse havido uma maioria esmagadora de "não" na Argélia, o conjunto dos votos da França Metropolitana e dos votos argelinos (europeus e mulçumanos) teria dado uma maioria de "sim", tendo optado pelo "sim" 80% dos eleitores metropolitanos.

seguiu introduzir emendas substanciais no projeto inicial da Constituição, julgado "imperialista" de mais.

— No Níger 78% dos votantes disseram "sim". Esperava-se um número maior de votos contrários à Constituição e até mesmo, talvez, a proclamação da independência total do território, pois o presidente do Conselho do Govêrno do Niger, Dijo Bakary e os seus principais colaboradores, fizeram campanha contra a Constituição.

— No Ubangui-Chari houve 98% de votos "sim", graças à campanha particularmente eficiente do presidente do Conselho de Govêrno, Barthélemy Boganda, que gostaria de constituir em redor da atual África Equatorial Francesa uma "África Latina", incluindo o Congo Belga e o Angola Português.

— Na Ilha de Madagascar houve 75% de "sim".

Se lembrarmos que, na Guiné, graças à atuação muito dinâmica do presidente do Conselho local, Sekou Touré, houve 98% de "não", podemos constatar, pela diversidade dêsses resultados, que não houve pressão sôbre os eleitores e que, se êles, faltos de maturidade política, sucumbiram às vêzes a entusiasmos contraditórios, a liberdade física do voto foi sempre respeitada. O Govêrno Francês, aliás, tinha dado instruções muito firmes para que a administração colonial, civil e militar, não interviesse de modo algum no pleito.

Quais são agora as possibilidades oferecidas pela Constituição aos povos que, tendo-a ratificado, escolheram por êsse ato a Comunidade? Prevê a Constituição vários *status* dentro da *Comunidade:*

a) Um território pode transformar-se em departamento ou num conjunto de departamentos franceses de pleno direito, da mesma maneira que as Ilhas acima citadas. Os seus habitantes tornam-se, assim, cidadãos franceses, participando, em pé de igualdade absoluta, com os franceses, na eleição de deputados e senadores para o Parlamento francês. Parece que só a Costa dos Somalis estaria desejosa de escolher essa solução.

b) Um território pode permanecer como tal. Simplesmente, nesse caso, os podêres da Assembléia Territorial, (já existiam

Assembléias Territoriais, dotadas de competências limitadas, dentro da "União Francesa" criada pela Constituição de 1946) serão aumentados, alcançando, assim, o território, certa autonomia interna.

c) Pode um território escolher o *status* de Estado autônomo ligado à França. Nesse caso, terá a plena capacidade de dirigir-se no plano interno. Apenas deverá, como os departamentos e territórios, aceitar certas obrigações comunitárias.

O artigo 78 fixa assim o âmbito da competência da Comunidade: "O âmbito da competência da Comunidade abrange a política exterior, a defesa, a moeda, a política econômica e financeira comum, bem como a política das matérias-primas estratégicas. Abrange também, salvo acôrdo particular, o contrôle da justiça, do ensino superior e das telecomunicações, e organização geral dos transportes exteriores comuns. Mediante acôrdos particulares podem ser criadas novas competências comuns ou regulada qualquer transferência de competência da Comunidade para um dos seus membros".

A Comunidade, presidida e representada pelo Presidente da República Francesa, tem como órgão: um Senado, encarregado da elaboração política comum (1), um Conselho Executivo, encarregado de aplicá-la (2) e uma Côrte Arbitral, encarregada de solucionar os litígios ocorridos entre os membros da Comunidade.

Tal organização parece, à primeira vista, deixar à Metrópole Francesa prerrogativas consideráveis. Mas observemos que representantes dos vários territórios da Comunidade participam da eleição do Presidente da República Francesa e que órgãos ver-

---

(1) Deve-se notar, no entanto, que o Senado Federal não passa de um órgão de deliberação. Os projetos por êle encaminhados favoràvelmente têm de ser depois submetidos à ratificação do Parlamento francês e dos Parlamentos dos vários Estados.

(2) A sua função é organizar a cooperação dos membros da Comunidade nos planos governamental e administrativo. É presidido pelo Presidente da Comunidade, e constituído pelo Primeiro Ministro francês, pelos chefes de govêrno dos vários Estados membros da Comunidade (serão doze êsses Estados) e pelos Ministros encarregados, para a Comunidade, dos negócios comuns. É evidente que os africanos terão a maioria neste organismo e poderão exercer uma notável influência sôbre o seu Presidente (que, nesse momento capital para a definição das relações euro-africanas, vai ser sem dúvida o próprio General De Gaulle).

dadeiramente federais (e não o Parlamento Francês) elaboram a política da Comunidade. Acrescentemos que, para equilibrar a potência francesa, os Estados da Comunidade podem agrupar-se em "federações primárias", cláusula capaz de conduzir, conforme veremos mais tarde, à criação de Estado Unidos, senão da África tôda, pelo menos da África do Oeste por um lado, e da África Equatorial por outro lado; criação, por sua vez, capaz de tornar os povos africanos livres de tôda e qualquer relação orgânica com a França. Observemos, finalmente, que cada coletividade da Comunidade pode mudar de *status* conforme certas modalidades, tornando-se, por exemplo, Estado em vez de território; pode mesmo deixar a Comunidade para ficar completamente independente. Percebemos a flexibilidade da Comunidade, bem diferente da rigidez que regia os destinos da "União Francesa", em que a liberdade de aderir a essa União por parte dos territórios colonizados era puramente nominal.

Destaca-se, assim, a originalidade da Comunidade em relação com a *Commonwealth* britânica. O que caracteriza a Comunidade é a importância dos órgãos federais e a centralização dêles, todos chefiados, direta ou indiretamente, pelo Presidente. E, no entanto, essa construção cuja arquitetura majestosa repugnaria ao empirismo inglês, reconhece profundamente a personalidade e a vocação de cada um dos seus membros. São livres, não só por ser estreitamente associados à conceituação da política federal, como por conservar a sua autonomia interna e a possibilidade permanente de uma saída.

Outro indício de flexibilidade: uma coletividade que tenha deixado a Comunidade pode, todavia, ficar ligada à França e à Comunidade pelos acôrdos de associação previstos no título XIII da Constituição. Também Estados já completamente independentes têm, conforme vimos, a possibilidade de concluir tais acôrdos com a Comunidade: além dos Estados acima citados (Vietname, Laos, Camboja, Marrocos, Tunísia), podemos racionalmente prever que o Camarão e o Togo (antigas possessões alemãs), atualmente sob mandato francês, mas que alcançarão a sua independência em 1960, entrarão com a Comunidade numa

associação ampla, desta vez do tipo do *Commonwealth*. A todos êles poderia juntar-se, pensamos pessoalmente, uma Argélia livre, unida ou não à Tunísia e Marrocos, dentro de um complexo "Maghrebiano".

Como geralmente se previa, a maioria dos territórios escolheu o *status* de repúblicas autônomas, membros da Comunidade. Assim as assembléias territoriais do Senegal (25 de novembro), de Gabão (28 de novembro), do Ubangui-Chari (1º de dezembro), êste último tomando o nome de República Centro-Africana, da Costa de Marfim (4 de dezembro), adotaram-no por unanimidade. As assembléias territoriais dos novos Estados transformaram-se em assembléias constituintes.

Agora o grande problema político e econômico é o seguinte: vão ou não êsses Estados autônomos agrupar-se dentro das federações primárias previstas pela Constituição? Nesse particular, podem-se distinguir duas tendências opostas. A primeira, apoiada pela maioria dos líderes africanos (notadamente Leopold Sengher e Lamine-Gueye, no Senegal; Gabriel d'Arboussier, presidente do Grande Conselho da África Ocidental; Apithy, presidente do Conselho de Daomé), é partidária da criação de tais federações, prevendo-se mesmo, às vêzes, essa criação no próprio ato pelo qual o território se erigiu em república autônoma: foi notadamente o caso do Senegal e do Sudão, cujas assembléias territoriais emitiram votos em favor da Constituição dos Estados Unidos da África Ocidental. Mas, a segunda tendência, representada principalmente por Houphouet-Boigny, da Costa de Marfim (1), opõe-se à constituição de Federações primárias, afirmando que os órgãos dirigentes de tais Federações seriam ao mesmo tempo inúteis e prejudiciais. Diz êle: "Falam-nos agora da realização prévia de uma Comunidade africana. A criação de tal Comunidade seria inùtilmente onerosa, inoportuna, já que chegaria finalmente à Confederação com a França, envolvendo

(1) A criação de federações primárias encontra também reservas na Mauritânia (uma parte da sua população, de origem árabe e seduzida pela possibilidade de uma união com o Marrocos, não quer ser absorvida dentro de uma África Ocidental pollticamente dominada pelo elemento negro), no Niger e no Gabão.

duas comunidades em vez de uma." Simplesmente, para harmonizar as políticas das Repúblicas da África Ocidental, Houphouet-Boigny (que por sinal é Ministro de Estado do atual Govêrno Francês) admite a instituição de "Conselho de Acôrdo", incluindo em particular os Primeiros Ministros dos novos Estados, cuja principal tarefa seria a de harmonizar as tarifas alfandegárias.

Qual das duas tendências triunfará? Não podemos responder a essa pergunta a não ser estudando as motivações que deram origem à Comunidade ou que, agora após a sua criação, são capazes de justificá-la.

As Motivações da Comunidade

Essas motivações não são evidentemente as mesmas, segundo se trate dos africanos ou dos franceses, e, de maneira mais geral, dos europeus ligados à França mediante o Mercado Comum. Vejamos as posições das duas partes, sucessivamente, no que se refere aos problemas econômicos, políticos e culturais.

1) — *As motivações econômicas:*

A. — *O ponto de vista europeu:* — Ao contrário de uma opinião geralmente aceita, os europeus não são unânimes no que toca à manutenção de relações econômicas preferenciais com países colonizados ou antigamente colonizados. No que diz respeito à própria França, desenvolveu-se em particular, ao lado do anticolonialismo clássico de inspiração esquerdista, um anticolonialismo de direita. Tal posição, que reflete os desejos de uma parte importante do grande capitalismo, foi expressa de maneira muito nítida por Raymond Cartier, em artigos de "Paris Match", de 1955, que então causaram sensação. Sustenta o "Cartierismo" que, no mundo moderno, os territórios do Ultramar, com as exigências contínuas das suas populações para um nível de vida melhor, com a sua freqüente pobreza, com as dificuldades de manter a ordem frente à expansão dos nacionalismos locais (1)

(1) Essa última objeção perderá evidentemente tôda a significação com a própria realização da Comunidade, associação de povos inteiramente livres de escolher o seu destino.

etc. etc., custam "caro", e que melhor seria cortar tôda relação orgânica, mantendo-se apenas determinadas correntes econômicas, encaradas sôbre a base do rendimento capitalista. Acrescentam os "Cartieristas" que uma das causas da atual prosperidade da Alemanha, da Itália e da Holanda, foi justamente a perda das suas colônias, que lhes permitiu dedicar-se em prioridade à renovação e ao desenvolvimento da sua indústria, eliminando assim uma porção de indústrias marginais que, na França, não podem sobreviver a não ser tendo um mercado assegurado no Ultramar. Parece dar certa relevância a êsse ponto de vista o fato de a Itália querer abrir mão do seu mandato sôbre a Somália do Sul, antes do têrmo fixado pela Comissão da Tutela das Nações Unidas.

Será ou não deficitária econômicamente, para as metrópoles, a manutenção e o desenvolvimento do mercado euro-africano? A resposta depende em parte da estrutura a ser adotada por tal mercado, mas, na melhor das hipóteses, não acreditamos que as perspectivas sejam irresistíveis para o capital europeu, público ou privado:

a) — Na sua atual configuração, as relações econômicas entre a França e a África Negra constituem uma fonte de deficit para os orçamentos franceses, justificando-se assim a posição "Cartierista". É certo que, se as correntes econômicas com a África devessem continuar nos mesmos moldes, melhor seria abandonar a África e, de qualquer modo, não se poderiam interessar pelo mercado africano os sócios da França no seio do Mercado Comum. Vejamos, com efeito:

— O custo de muitas mercadorias do Ultramar (café, cacau, óleos vegetais etc.) é muito mais elevado para a França do que o custo mundial. Graças a ajudas diversas e à proteção alfandegária de que gozaram, os produtos africanos custaram aos consumidores franceses, no ano de 1953, cinqüenta e oito bilhões de francos mais do que seria necessário comprando os mesmos em outras regiões.

— Os países da África são deficitários, no que se refere ao comércio com o estrangeiro (zona dólar e zona esterlino prin-

cipalmente), numa importância média de trinta milhões de dólares por ano, que compensam, de uma maneira apenas parcial, dez milhões de dólares de inversões estrangeiras. O saldo tem de ser pago pelo *pool* de divisas da zona franca, isto é, pelo lucro das exportações francesas, pelo ouro do Banco da França etc..

— Seria muito fácil e até mesmo desejável que os franceses reduzissem o seu consumo de certos produtos tropicais, como também que comprassem uma parte dêles em paises que poderiam, melhor do que a África, absorver o equipamento industrial francês (e que poderiam pagá-lo em divisas fortes).

— Muitas indústrias de transformação africanas (saboarias, usinas de açúcar, moinhos) estão fazendo concorrência às indústrias francesas paralelas até mesmo na França, repetindo-se assim o que ocorreu com o vinho argelino em relação com o vinho francês.

— Sobretudo a França está anualmente investindo na África várias centenas de bilhões de francos, em créditos militares (manutenção de tropas), em créditos de funcionamento (manutenção de uma administração pletórica), em inversões públicas (criação de hospitais, escolas, estradas de rodagem, estradas de ferro etc., cuja finalidade nem mesmo é sempre evidente, tendo ocorrido casos de hospitais superequipados, de escolas luxuosas de mais para regiões em que a supressão do analfabetismo é o problema número um, de estradas inutilizadas). É claro que êsses bilhões poderiam amplamente contribuir para uma renovação das atuais estruturas econômicas francesas,

Dir-se-á, sem dúvida, que a presente configuração das relações econômicas entre a França e a África também proporciona vantagens para a França. Por exemplo, teríamos de gastar trezentos ou quatrocentos milhões de dólares por ano para comprar café, cacau etc., se não existisse a zona do franco. Mas, já vimos que podia ser reduzido o consumo dêsses produtos e que, por outro lado, a França poderia comprá-los aumentando as suas vendas para paises fora da zona do franco. Da mesma maneira, o argumento conforme o qual a África constitui um mercado garantido para inúmeras indústrias francesas e mesmo para a

agricultura (uma grande parte dos legumes verdes consumidos na África vêm da França, às vêzes por avião), a preços remuneradores, tal argumento tem uma contrapartida negativa: a certeza de um lucro fácil encorajou numerosos produtores franceses a manter processos de produção rotineiros, colocando assim a França numa posição inicial de inferioridade ao enfrentar a concorrência na área do Mercado Comum.

As únicas vantagens que não se pode negar não concernem à França considerada como um todo, mas a certas categorias de franceses, ou de europeus, que aproveitam a atual situação. São os administradores e os militares que a França mantém na África (1); são os inúmeros intermediários que estão cobrando margens de lucros enormes, quer na venda dos produtos africanos para o exterior, quer na compra e distribuição dos produtos que vêm de fora, principalmente da França; são os produtores europeus de gêneros tropicais (café, cacau, madeiras etc.); são os industriais metropolitanos atrasados aos quais nos referimos acima; são os industriais estabelecidos na África, que estão realizando as obras públicas previstas pelos planos de investimentos e que estão depois repatriando para a França os seus lucros. De forma que chegamos à conclusão de que, graças aos impostos cobrados ao povo francês, determinados setores realizam, em detrimento da coletividade nacional, lucros seguros, mantendo privilégios geralmente injustificados.

Não pode ser, portanto, posição válida a defesa de um tal sistema. É claro que, se a Comunidade tivesse apenas como motivação o desejo de manter certas posições adquiridas, ela não poderia atrair nem os africanos nem os europeus não franceses, nem mesmo a maior parte do povo francês. Se a Comunidade tem uma justificação econômica para a Europa deve ser dentro de nova estruturação entre a Europa e a África.

b) — A África Negra não pode interessar à ala mais dinâmica do capitalismo europeu, a não ser se se constituir na África um mercado capaz de absorver uma parte cada vez maior

---

(1) As despesas administrativas e militares representam 75% dos fundos públicos franceses aplicados na África.

dos bens produzidos pelo Mercado Comum. Ora, isso não é possível a não ser mediante uma elevação considerável do nível de vida das populações africanas. O atual poder aquisitivo das massas é ainda baixo, apesar do aumento que se verificou na produção agrícola de exportação, tendo a prosperidade local sobretudo beneficiado os elementos europeus estabelecidos na África, e a burguesia local, rural e comerciante. Um esfôrço considerável deverá ser feito pela Europa no sentido de desenvolver, por um lado, as culturas de consumo próprio (créditos aos pequenos agricultores, distribuição de sementes selecionadas, ensino agrícola para a formação de quadros qualificados etc.) e, por outro lado, as grandes obras industriais (barragens, instalações hidrelétricas, usinas transformadoras de bauxita, altos fornos etc.) capazes não sòmente de elevar o volume de emprêgo e o nível dos salários como também de multiplicar um proletariado com gostos europeus (é um fato que o proletariado industrial que se está criando em certas cidades, como Dacar e Abidjan, está cada vez mais atraído pelos objetos de consumo moderno: rádios, geladeiras etc.) e de fomentar vultuosos meios de transporte e comunicações.

Êsses projetos podem seduzir os grandes "tecnocratas", altos funcionários e empreendedores dinâmicos, que foram os principais responsáveis pela criação do Mercado Comum europeu. É certo que a realização de um vasto complexo econômico euro-africano deve tornar-se, a longo prazo, rendosa para ambas as partes. Não podemos esconder, todavia, que é justamente êsse longo prazo que faz hesitar a maioria dos capitalistas em investir na África Francesa. Sobretudo quando o futuro político dos jovens Estados parece bastante incerto e existem em outras regiões, por exemplo na América Latina, oportunidades de investimento de rentabilidade maior, mais segura e mais próxima. Basta lembrar o fluxo atual dos capitais estrangeiros rumo ao Brasil.

Assim sendo, mesmo com perspectivas mais atraentes que as proporcionadas pelo intercâmbio de estilo clássico, é bem provável que o capital europeu, caso fôsse abandonado ao seu movimento natural, investiria com receio na África Francesa, ou

pelo menos, não daria preferência a essa região. É preciso, portanto, que êle seja impulsionado pelo Estado francês ou pelas autoridades do Mercado Comum que, por sua vez, têm de realizar, na África, inversões públicas muito fortes, admitindo a possibilidade dessas inversões públicas não serem imediatamente rendosas. Conseguirá o Govêrno francês fazer aceitar êsse ponto de vista pelos seus cinco sócios do Mercado Comum? Isso não é impossível, mas devemos ter em conta que, nesse caso, os motivos que levarão os seis a cuidar do desenvolvimento da África Negra não serão essencialmente econômicos, e sim sobretudo políticos. Reservemos para mais tarde o estudo dessas motivações políticas que, do lado europeu e particularmente francês, se misturam inextricàvelmente às motivações econômicas.

Em conclusão, podemos afirmar que, se os fatôres econômicos fôssem os únicos em jôgo, não haveria, por parte da Europa, um interêsse muito forte em investir preferencialmente na Comunidade. Podemos, mesmo, acrescentar que essa motivação se tornou ainda mais fraca depois que a Guiné, o território potencialmente mais rico dessa região, se negou a entrar nela. Com efeito, a própria Guiné pode interessar ao grande capitalismo internacional (as jazidas de bauxita de Boké, com uma reserva de trezentos milhões de toneladas de minério e 45% de bauxita, e de Fria, com uma reserva de duzentos e cinqüenta milhões de toneladas, são as mais importantes do mundo, superando as do Canadá) e a criação de um vasto conjunto hidrelétrico sôbre o rio Konkouré permitiria o tratamento dêsse minério a um preço muito baixo, sendo o preço do kilowatt-hora três vêzes mais barato na África do que na Europa ou nos Estados Unidos. Vai provàvelmente, aliás, o grande capital continuar preocupando-se pela eletrificação do Konkouré, mas fora da Comunidade.

B. — *O ponto de vista africano* — Paradoxalmente, os territórios da África que, econômicamente, senão politicamente, são os mais interessados na criação da Comunidade. Em primeiro lugar não só a burguesia local, intimamente ligada ao elemento europeu, como também todos os assalariados interessados

na produção de bens de exportação, não querem abrir mão dos preços altamente compensadores e do escoamento garantido para os produtos tropicais, que lhes proporciona, hoje, a existência da área do franco, e que lhes proporcionará, amanhã, a existência do Mercado Comum. Tais preocupações verificam-se, notadamente, nos países agrìcolamente mais ricos, o Senegal e a Costa do Marfim. Desempenhou um papel muito forte para a aceitação da Constituição o temor de numerosos produtores africanos verem as suas mercadorias compradas aos preços mundiais. Dizia, em Dacar, Leopold Sengher, alguns dias antes do referendo: "Rejeitar a Constituição, isso significa o amendoim pelos preços internacionais, quer dizer a quinze francos o quilo!"

Em segundo lugar, os mais esclarecidos dos líderes africanos desejam, por motivos evidentemente diferentes dos do grande capital europeu, a industrialização dos seus respectivos países. Insistem êles sôbre a criação das grandes obras e conjuntos industriais que lhes permitiriam, senão atingir a auto-suficiência, pelo menos fugir da economia de subsistência ou da economia periférica. Atribuem particularmente uma grande importância à eletrificação. É assim que a República do Congo pretende mobilizar os recursos europeus, públicos ou privados, que se teriam concentrado sôbre a eletrificação do Konkouré, na Guiné, para a criação de um conjunto elétrico sôbre o Kouilou, conjunto que trataria a bauxita e o manganês da África Equatorial. Ora, essa industrialização não pode ser financiada, por enquanto, nem pelos Estados Unidos nem pela União Soviética, uns e outros empenhados no desenvolvimento preferencial quer da América Latina quer da Europa Oriental e da Ásia. É natural, portanto, que a África se dirija aos capitais e técnicos da Europa

É bem verdade que, no que se refere aos mais pobres dos territórios africanos, o Tchad, por exemplo, não parecem capazes de uma industrialização a não ser a longo prazo, e mediante recursos até hoje desconhecidos. Mas, justamente por esta razão, a ajuda européia a êsses territórios aparece ainda mais necessária do que para os primeiros. É provável que o orçamento francês vá carregá-los nas costas durante muito tempo. Em conclusão,

do ponto de vista econômico, as motivações a favor da Comunidade são sobretudo africanas.

2) — *As motivações políticas:*

A. — *O ponto de vista europeu:*

a) — As sobrevivências do imperialismo — É certo que, para determinados meios franceses, a finalidade essencial da Comunidade é permitir, com novos meios e mesmo fazendo prova de um verdadeiro liberalismo, a manutenção da liderança, senão da dominação, da França sôbre as suas antigas possessões. Essa política de prestígio parece sobretudo defendida pelos militares profissionais, que pensam que a "grandeza" da França não pode ser concebida a não ser apoiada por um prolongamento africano. Além dos militares, uma grande parte da média e pequena burguesia, dominada pela imprensa de grande tiragem, fica convencida de que a perda do "Império" significaria a redução da França a potência de terceira ordem. Constatando, todavia, *a evolução do mundo moderno, a maior parte dêsses elementos* parece disposto a fazer concessões aos povos colonizados, para mantê-los na órbita da política francesa. Não fazem questão de serem povos da África associados à elaboração de decisões concernentes à própria política interior francesa, acreditando, é bem verdade, que tal participação poderia ficar com caráter sobretudo simbólico. Regozijam-se mesmo de ver Ministros negros dentro dos Gabinetes franceses. Sobretudo não dão maior importância aos sacrifícios econômicos consideráveis que vai impor à França a Comunidade, para ser plenamente aceita pelos povos do Ultramar. Dizem, com o General De Gaulle, que a "Intendência sempre seguirá o Exército". Percebem obscuramente que, na configuração atual das relações internacionais, o imperialismo não pode sobreviver a não ser tomando um aspecto radicalmente novo, isto é, substituindo a exploração capitalista dos povos dominados pelo fomento da economia dêles *dentro de moldes modernos. Para deter a evolução dos povos* colonizados rumo da independência total, a melhor maneira é, hoje em dia, presenteá-los em vez de sugá-los.

b) — A política dos grandes conjuntos: Por parte do General De Gaulle e dos seus mais próximos colaboradores, como também aos olhos de uma parte importante da esquerda e de centro-esquerda (socialistas, radicais, democratas cristãos), não se trata de manter o imperialismo com nova forma. Pensam sinceramente que a finalidade política principal de um conjunto euro-africano seria, constituindo êle uma imensa associação de cidadãos livres, respeitando os mesmos valores culturais fundamentais, realizar uma terceira fôrça internacional capaz, por um lado, de aliviar, por sua mediação, as tensões entre os dois atuais grandes, como também de fazer ouvir a sua voz e a dos países subdesenvolvidos nas decisões maiores da política mundial. Disse o General De Gaulle, no dia 24 de agôsto passado, em Brazzaville: "Impõe-se a todos os espíritos de bom senso que, num mundo como o nosso, é necessário que se criem grandes conjuntos econômicos, políticos, culturais e, se fôr preciso, de defesa". Tal ponto de vista não parece nada utópico: é verdade que as riquezas atuais ou potenciais do conjunto euro-africano são fabulosas. No que toca, por exemplo, à metalurgia, sabemos que sòmente a siderurgia do Mercado Comum é superior à da União Soviética. Se levamos em conta a exploração e o tratamento, eventualmente no lugar mesmo, de ferro da Mauritânia e de manganês de Gabão e de Madagascar, como também a constituição de uma indústria africana do aluminic (mesmo sem a participação da Guiné), podemos admitir que o conjunto euro-africano seria não sòmente capaz de suprir amplamente as necessidades normais do seu consumo como capaz de criar uma grande *indústria de guerra, caso continuasse a corrida dos* armamentos. Serviria, portanto, tal conjunto à causa da paz, integrando-se, aliás, nos quadros previstos pela Carta da ONU, que insiste explìcitamente sôbre a necessidade das coligações regionais.

B. — *O ponto de vista africano*:

É certo que as motivações políticas que levaram os grandes líderes a admitir a necessidade da Comunidade são bem menores do que as motivações econômicas. É muito provável que, sem

a perspectiva da manutenção e mesmo do refôrço da ajuda econômica da França, particularmente no que diz respeito às inversões industriais, vários territórios que se pronunciaram a favor da Constituição teriam seguido o exemplo da Guiné no dia 28 de setembro. Não há dúvida, todavia, de que a aceitação da Comunidade pelos africanos teve também causas políticas. Assim, para certos líderes, como Houphoeut-Boigny e Barthélemy Boganda, a criação da Comunidade representa um objetivo desejável em si e os seus motivos não são muito diferentes dos motivos do General De Gaulle e dos meios liberais franceses acima referidos. Temem, além disso, que, abandonados a si mesmos, os povos africanos sejam uma prêsa fácil para os grandes imperialismos, americano ou russo. Desconfiam também dos novos imperialismos, quer o do Coronel Nasser, quer o do Dr. Nkrumah, o atual presidente do Conselho da Costa do Ouro, cuja independência recentemente conquistada, dentro da *Commonwealth* britânica, constitui um foco de atração para todos os países da África Ocidental. Outros líderes (notadamente Apithy, presidente do Conselho de Daomé, que declarava recentemente: "A Comunidade, bem entendida, deveria permitir o acesso rápido à independência") consideram a Comunidade como sendo apenas uma etapa rumo da independência total (1), mas que tem de ser cumprida, não sòmente devido a razões econômicas, mas, também para que os quadros administrativos-militares franceses não se afastem logo, entregando assim jovens nações à desordem, na ausência de quadros indígenas capazes de substituir logo a administração colonial. Querem uma evolução ordenada, proporcionando no seu último têrmo, que será a independência, a manutenção de relações amigáveis em todos os setores com a potência antigamente dominadora.

---

(1) Acrescentava Apithy depois do referendo: "Plenamente autônomo o Estado do Daomé poderá preparar, numa atmosfera de paz e amizade, tanto com os outros povos africanos como com a metrópole, o seu acesso ao desenvolvimento econômico e social que lhe permitirá um dia tornar se um Estado *independente* e *associado*".

C. — *As motivações culturais*:

Não insistiremos muito sôbre essas motivações já que, apesar da sua importância, elas sòzinhas não poderiam cristalizar uma comunidade euro-africana, não passando de elementos supra-estruturais. O interêsse africano em desenvolver o intercâmbio cultural é evidente. Durante muito tempo, a África não poderá prescindir nem de técnicos estrangeiros (administradores, professôres engenheiros) nem de uma formação estrangeira para os seus próprios técnicos. Ora, pelas mesmas razões acima expostas, nem os Estados Unidos nem a União Soviética podem *atender preferencialmente às necessidades africanas.* É à Europa que cabe preencher êsse papel de assistência técnica. Apenas deverá exercê-lo conforme novos moldes, rejeitando todo o colonialismo disfarçado. Dêsse ponto de vista, parece-nos muito sintomática e encorajante a próxima transformação da "Escola da França do Ultramar", que formava os administradores coloniais franceses em maioria, em "Instituto de Altos Estudos do Ultramar", destinado, segundo a fórmula de Cornut-Gentille, Ministro de Estado encarregado do Ultramar, a "preparar os melhores elementos provenientes dos estabelecimentos escolares e da função pública locais à gestão dos negócios administrativos dos seus próprios países".

Mas, a principal finalidade cultural de um conjunto euro-africano situa-se além do plano pròpriamente técnico e interessa a ambas as partes. Trata-se, face à "estandardização" norte-americana e ao coletivismo russo, de permitir a afirmação de uma cultura baseada no respeito do indivíduo. Não será cultura estreitamente "ocidental": há muito que os educadores franceses na África têm renunciado a convencer às crianças africanas de *serem "gauleses" os seus ancestrais.* Pelo contrário, um número cada vez maior de europeus compreende a importância do enriquecimento que representa para a cultura ocidental a influência das artes e da literatura (da poesia sobretudo) da África Negra. Basta lembrar o sucesso feito pelos romancistas e poetas de língua francesa (entre os quais o próprio Leopold Sengher), mas de raça e de inspiração africanas.

As chances da Comunidade Euro-Africana

Sendo aquelas as motivações da Comunidade e do conjunto euro-africano que deve cristalizar-se em redor dela, quais são as suas possibilidades de êxito e de duração? Notemos, antes de mais nada, que não há incompatibilidade, pelo menos no momento, entre as motivações africanas e européias. Evidentemente o paternalismo tenaz que se manifesta na atitude dos porta-vozes da "grandeza da França" pode exasperar a susceptibilidade dos líderes africanos. Mas, afinal de contas, tal política de prestígio é, nas circunstâncias atuais, bastante vantajosa para a África Negra, já que os seus promotores parecem dispostos a tôdas as liberalidades para manter as antigas colônias na sombra da França. Por outro lado, não há contradições nítidas entre os partidários da política de prestígio e os que visam à constituição de um conjunto verdadeiramente supranacional capaz de equilibrar os Estados Unidos e a União Soviética. Há mesmo inúmeras nuanças intermediárias entre as duas atitudes, por exemplo, nas próprias fileiras dos partidários do General De Gaulle. A Comunidade parece, portanto, um edifício atualmente bastante coerente e sólido. Mas, a prazo mais amplo, não ficará ameaçada de uma desagregação interna?

A Comunidade não pode subsistir a não ser na medida em que subsistam quer as motivações que a justificam atualmente, quer outras, e na medida também em que essas motivações não possam encontrar, para a sua satisfação, um quadro político mais atraente do que o quadro da Comunidade. Ora, dêsse ponto de vista devemos observar:

a) — As motivações do tipo política de prestígio estão condenadas a desaparecer aos poucos, mesmo na França, não só por serem anacrônicas no mundo moderno, como também por serem cada vez mais ilusórias as satisfações que elas conseguem. Basta lembrar a indiferença quase total em que caiu o problema indo-chinês, na França, depois das cessações das hostilidades com o Vietname, em 1954, apesar dos signatários do armistício

terem reconhecido à França o direito de fiscalizar a observação dêle por parte do Vietname do Sul, o que redundava em admitir certa possibilidade de intervenção francesa. É que a opinião *bem percebia que os dois Vietname* (*do Norte e do Sul*) *tinham* alcançado uma independência de fato, sôbre a qual seria muito difícil fazer restrições. De forma que o exército francês evacuou o Vietname do Sul antes do têrmo previsto. Podemos, da mesma *maneira, racionalmente, prever que os meios imperialistas não* se interessarão muito tempo pela manutenção de uma Comunidade em que vão, provàvelmente, surgir duas alternativas igualmente desfavoráveis às relações clássicas de dependência: ou *as elites africanas terão uma participação* (efetiva, e não só honorífica) cada vez maior na elaboração da política comum, ou então os parlamentos locais se esforçarão, cada vez mais, em retirar aos órgãos da Comunidade as atribuições que lhes reconhece a Constituição.

b) — As outras motivações políticas encontrariam um meio provàvelmente mais favorável, pelo menos no que se refere aos africanos, dentro da constituição dos Estados Unidos da África, *ou, pelo menos, dos Estados Unidos da África do Oeste e dos* Estados Unidos da África Equatorial, incluindo, uns e outros, não sòmente antigos territórios franceses mas, também, inglêses, portuguêses e belgas. Temos de admitir que a ligação *horizontal* entre os vários povos da África é mais natural do que a ligação vertical que pode vinculá-los às suas respectivas metrópoles (1). É bem verdade que tais conjuntos africanos e, paralelamente, a Europa reduzida às suas próprias fôrças, não terão, no xadrez da política mundial, uma fôrça político-militar-econômica comparável à fôrça que seria a do conjunto euro-africano planejado pelos responsáveis do Mercado Comum europeu e da Constituição francesa. Mas, a influência no plano internacional não se mede ùnicamente, hoje em dia, pelo potencial econômico-militar.

(1) É o que parece confirmar a União recentemente criada entre o Gana, há pouco inglês, e a Guiné, há pouco francesa, sejam quais forem as dificuldades práticas de dar, no momento, uma forma concreta a essa associação entre dois países sem fronteiras comuns.

Todos sabemos o prestígio considerável de países como a Iugoslávia de Tito e a Costa do Ouro de Nkrumah, sem relação com a sua fôrça militar. É bem provável que uma influência moderadora nos assuntos internacionais poderia ser melhor exercida por três ou quatro conjuntos, dotados cada um de personalidade própria e conforme a natureza das coisas e da história, do que por um conjunto enorme euro-africano, um tanto artificial e que, aliás, poderia, com uma aparência de razão, ser considerado como mais ligado aos Estados Unidos de que à União Soviética, não desempenhando assim perfeitamente o papel de terceira fôrça, que êle mesmo se proporia.

c) — São, finalmente, as considerações econômicas que vão decidir do futuro da Comunidade. Na base das Observações já feitas pareceria normal, à primeira vista, que a Comunidade se desmoronasse, já que os industriais europeus não querem investir preferencialmente na África Francesa e que os africanos não tem meios de constrangê-los. Pode, todavia, acontecer o seguinte: o enfraquecimento das motivações políticas, principalmente francesas, da Comunidade não vai produzir-se logo, havendo uma fase de transição em que, obedecendo a essas motivações, a França vai impulsionar o desenvolvimento econômico da África (notadamente por meio do F.I.D.E.S., "Fundo de Investimentos para o desenvolvimento econômico e social"), exercendo uma pressão constante para nêle interessar os seus sócios do Mercado Comum. De forma que, ao declinarem as motivações políticas, já existirá na África um conjunto de obras e atividades implicando um entrosamento inextricável das economias européias e africanas. Parece-nos, portanto, que a Comunidade se fará por motivos principalmente políticos e de origem européia, mas se manterá por motivos principalmente econômicos e favoráveis a ambas as partes. No que diz respeito às motivações culturais, atuarão nos dois casos, mas com papel subordinado, sendo sustentadas e impulsionadas, ao iniciar a Comunidade, pelo elemento político e, depois, pelo elemento econômico.

Tudo isso pode dar à Comunidade uma estrutura política muito diversa da que prevê a Constituição francesa que, apesar do seu liberalismo, continua sendo "galocentrista" ou "europeu-centrista". Pode mesmo a Comunidade desaparecer como tal. É provável que as ligações políticas entre a Europa e a África vão diminuindo aos poucos, pacìficamente, criando-se paralelamente os grandes conjuntos pròpriamente africanos aos quais nos referimos. Mas, mesmo assim, não vão desaparecer as relações orgânicas entre a Europa e a África. Pelo contrário, vão reforçar-se, a partir de uma base artificial na origem (a criação de um conjunto econômico devido a razões políticas), a interdependência econômica tornando-se cada vez mais inevitável, *na base das inversões já efetuadas.* Existirá então uma verdadeira comunidade euro-africana, com ou sem a Comunidade. Talvez uma fórmula inspirada pelo título XIII da Constituição pudesse fornecer a estrutura jurídica de tal associação.

Em conclusão, podemos dizer que devemos recusar ao mesmo tempo o otimismo, freqüentemente suspeito de colonialismo disfarçado, dos que prevêem para a Comunidade um futuro político sem limites, vendo nela uma potência capaz de equiparar-se aos Estados Unidos e à União Soviética; e o pessimismo dos que, mesmo na França, acreditam não passar uma Comunidade euro-africana de uma fase muito transitória rumo não só da independência política completa dos povos africanos, como também da redução do intercâmbio econômico euro-africano a um nível muito baixo. Acreditamos, pessoalmente, no refôrço dêsse intercâmbio, apesar do seu caráter inicialmente pouco atraente para o capital europeu, e, assim, no desenvolvimento da comunidade euro-africana, com base essencialmente econômica, e acessòriamente cultural, tendo uma importância cada vez mais reduzida os fatôres pròpriamente políticos.

Acrescentemos que, ao nosso ver, a França deve favorecer tal evolução, em vez de tentar pará-la por manobras de retaguarda. É a única maneira de ganhar a amizade definitiva dos povos africanos, como também de criar o devido quadro para as referidas ligações econômicas e culturais. Como dizia há

pouco, no jornal "Le Monde", Maurice Duverger: "Independência e Unidade constituem as duas idéias-fôrças que atraem as massas na África contemporânea... Pensar que é possível opor-se a elas, é uma ilusão". Dêste ponto de vista, parece pouco racional a atitude do Govêrno francês em relação à Guiné independente, que não reconheceu *de jure* até hoje, cogitando-se mesmo de cortar para êsse país os créditos do F.I.D.E.S., de desencorajar as inversões provenientes do Mercado Comum, de retirar os quadros administrativos e técnicos (1). Tal manifestação de mau humor pode quando muito acabar dando à Guiné e a seu presidente do Conselho, Sekeu Touré, as palmas do martírio. Não seria melhor para a França aceitar abertamente o duplo movimento rumo à independência e à unidade, e incentivar as agremiações interafricanas, frente às quais a Guiné deixaria então de exercer uma atração desmedida? Como pergunta Maurice Duverger: "Vai compreender em tempo a França que o problema não é mais saber se ela manterá ou não vestígios de dominação, mas saber se agora a África Negra se organizará em redor de uma ou duas poderosas federações de língua francesa e de cultura franco-africana, ou se outros pólos de atração a dirigirão para destinos diferentes?"

Perguntados recentemente pela revista francesa "Occident" sôbre o regime político que mais poderia fazer para os povos da África, responderam de maneira muito diversa Sir Roy Welewsky, primeiro ministro da Federação de Rodésia e Niassalândia, Leopol Senghor, e o doutor Nkrumah, chefe do govêrno do Gana. — Disse o primeiro: "É a associação entre as raças em cada país da África"; o segundo: "É a independência acompanhada de abandonos de soberania dentro de um acôrdo com as metrópoles"; e o terceiro: "É a independência e a unidade dos povos africanos". Parece-nos que a primeira

(1) É bem verdade que a atitude dos líderes africanos (de Houphouet-Boigny em particular), que recomendaram o voto favorável à Constituição e Comunidade, não facilita a posição do Govêrno francês. Ameaçam, se a Guiné continuar a desfrutar das mesmas vantagens dos territórios "fiéis", imitar o seu exemplo e encaminhar-se logo para a independência. Mas não seria sábio tomá-los ao pé da letra?

solução, bastante paternalista (1), tem pouco futuro, que a segunda já está em vias de ser ultrapassada, e que só a terceira corresponde à dinâmica da evolução política mundial. Observemos apenas que tal solução não tem necessàriamente de se realizar *contra* as metrópoles e que, pelo contrário, estas podem e devem incentivá-la.

(1) Admite essa posição a necessidade de respeitar os "indígenas", *mas sob condição de que fiquem "no seu lugar", não procurando em particular* eliminar a segregação social ligada ao critério racial. Trata-se de "associar" as raças, não de pôr em dúvida a hierarquia "natural" entre elas existente, nem de desvalorizar a importância emprestada ao elemento racial como base das relações humanas.

OPA: PRIMEIRO ANO DE DISCUSSÕES E NEGOCIAÇÕES

Barreto Leite Filho

Da carta do Presidente Kubitschek ao Presidente Eisenhower, relativa aos incidentes que assinalaram a viagem do Vice-presidente Nixon por diversas Capitais da América do Sul, sobretudo Caracas, até ao encerramento dos debates da Comissão dos 21, em Washington, a Operação Pan-Americana prolongou-se, no ano do seu lançamento, por um prazo de seis meses e meio: 28 de maio a 12 de dezembro de 1958. Durante êsse período, várias coisas aconteceram. O Brasil recebeu a visita do Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Americanos, sr. Roy Rubottom, que trouxe a resposta de Eisenhower, e a do próprio Secretário de Estado, o sr. John Foster Dulles. Esta última já estava, aliás, prevista desde muito antes, pois o sr. Dulles aceitara o convite feito pelo sr. J. C. de Macedo Soares, quando ainda Ministro das Relações Exteriores. Mas a data, que ficara em suspenso, foi logo marcada, se não me engano, para 5 de agôsto, e imediatamente antecipada de um dia, pois o secretário chegou a 4, cêrca de dois meses depois da vinda do sr. Rubottom. A seguir, os Chanceleres das Repúblicas Americanas reuniram-se em Washington, nos dias 23 e 24 de setembro aproveitando a oportunidade da Assembléia das Nações Unidas, cujas sessões ordinárias começam todos os anos, por essa altura, em New York. A essa Assembléia, todos tinham resolvido comparecer exatamente para tomar parte naquele primeiro exame de conjunto das sugestões brasileiras, sôbre o revigoramento do pan-ameri-

canismo. Esta reunião recomendou ao Conselho da OEA que estabelecesse, como sua "comissão especial", aquêle corpo de representantes "das vinte e uma Repúblicas", cujos trabalhos se instalaram no dia 17 de novembro e foram suspensos a 12 do mês seguinte.

É inútil acrescentar que êsses deslocamentos e encontros de personalidades foram acompanhados e intercalados de uma profusa produção de documentos, declarações, discursos, conferências, cartas, telegramas e entrevistas. A contribuição principal coube ao Brasil, o que se explica por ter partido daquí a iniciativa do empreendimento. Suponho que, no plano da ação pròpriamente diplomática, de todos êsses documentos devam ser destacados, além das duas primeiras peças da correspondência Kubitschek-Eisenhower, a "Declaração de Brasília", que encerrou as conversações do sr. Foster Dulles com o Govêrno brasileiro; o *aide-mémoire* entregue pelo Itamarati às embaixadas continentais, no Rio, para encaminhar a OPA no plano multilateral, e um outro, submetido pelo sr. Negrão de Lima à Conferência de Ministros, em Washington. As duas cartas trocadas, a princípio, entre o Presidente do Brasil e o dos Estados Unidos, já tinham sido transmitidas ao corpo diplomático interamericano, por ocasião da visita do sr. Rubottom. Mas, embora nesse meio tempo o sr. Kubitschek se houvesse correspondido com o Presidente Frondizi, da Argentina, e com alguns outros, o assunto permanecia ainda, por assim dizer, no terreno das meras notificações, até ser despachado aquêle primeiro *aide-mémoire*, a 9 de agôsto, ou seja, três dias depois de assinada a "Declaração de Brasília", e de acôrdo com o que ficara combinado nas conversações com o Secretário de Estado. No segundo *aide-mémoire*, o Brasil pela primeira vez, enunciava a sua concepção do vulto e alcance do empreendimento, no plano econômico. As suas teses políticas, inclusive a caracterização fundamental de que se tratava de um vasto empreendimento político a ser realizado por meios econômicos, já tinham sido indicadas em diversas manifestações anteriores do sr. Kubitschek e do sr. Negrão de Lima. Essas manifestações cresceram em clareza, vigor e até

em audácia, à medida em que o Govêrno, com o auxílio dos seus assessores técnicos, ia adquirindo consciência da imensa riqueza de possibilidades e do gigantesco alcance da iniciativa que assumira. O fato de que, no entanto, as formulações nunca houvessem atingido o rigor desejável, e permanecessem um pouco desconexas, incoerentes, repetitivas e, na maior parte dos casos, monodimensionais, não tinha talvez maior importância. Tratava-se de palavras destinadas à órbita interna do país, e presumivelmente sujeitas, assim, às imprecisões características dêsse tipo de pronunciamentos, em que os fatôres políticos subalternos se misturam aos de ordem superior. Consideradas, por outro lado, a atmosfera ideológica heterogênea, sob a qual se move o Govêrno, e a influência contraditória das inúmeras pressões de que todo poder político é objeto, deve ser dito que não faltou coragem e até visão a algumas das declarações referidas.

I

Não se pode, em suma, dizer que tenha faltado dinamismo à Operação Pan-Americana, no prazo que aqui procuro apreciar. O Govêrno brasileiro fêz tudo quanto estava ao seu alcance para imprimir-lhe um ritmo acelerado, deixando mesmo transparecer, em certas passagens, uma impaciência que, se é perfeitamente explicável pelas circunstâncias internas do país e, em graus diversos, de tôda a América Latina, não deixava de apresentar os seus inconvenientes, no plano estratégico e tático especial em que a sua iniciativa teria de evoluir para os fins previstos. A estratégia e a tática são, nas ações políticas, e naturalmente nas outras, o que a lógica é no pensamento. São, em níveis e escalas diferentes, os meios de se chegar ao objetivo predeterminado com a maior rapidez e facilidade, pelo melhor caminho, com o máximo de economia de recursos e de esforços, da maneira mais simples. Nos empreendimentos de longa duração e alcance, a impaciência de chegar pode comprometer o êxito da jornada. Se os corredores de Maratona partissem à velocidade dos que

devem percorrer apenas cem ou duzentos metros, ganhariam logo uma grande distância sôbre os seus rivais; mas nunca chegariam a cobrir sequer uma parte considerável dos quarenta e poucos quilômetros que restariam pela frente. Dêstes aspectos da questão, espero poder ocupar-me, ainda que brevemente, algumas páginas além. Por enquanto, cabe assinalar que a *blitz* diplomática brasileira pôde adquirir aquêle impulso, na sua primeira fase, graças ao conjunto de circunstâncias excepcionalmente favorável dentro do qual ela foi lançada. Embora me proponha, antes de tudo, a examinar os aspectos novos da matéria, à luz dos dados reunidos nos seis meses e meio aqui em consideração, terei de retomar, por uma necessidade de ordem na análise, certas observações já incluídas parceladamente nos meus artigos regulares dos "Diários Associados", sôbre assuntos internacionais. Acrescentarei, a propósito, que o meu extremo entusiasmo pela Operação Pan-Amerciana se exprime pelo fato de que nunca, em mais de vinte anos, durante os quais tenho tido a incumbência de escrever artigos quase diários sôbre aquêles problemas, aconteceu ocupar-me em tantos, formando séries ininterruptas tão longas, de um tema qualquer da política externa brasileira. É inevitável, assim, que tendo procurado abordar nêles, desde o comêço, alguns dos pontos a meu ver fundamentais da questão, seja obrigado a recapitulá-los aqui, de ângulos diversos e em um contexto mais amplo, pela densa natureza desta revista. E se me fôr permitido alongar um pouco mais esta referência pessoal, direi ainda que quaisquer críticas acaso introduzidas aqui a uma ou outra passagem da conduta brasileira, ou dos demais governos americanos, no desenvolvimento da OPA, de nenhum modo afetam a alta importância que atribuo ao conteúdo da iniciativa e a firme confiança com que encaro as suas perspectivas futuras. Ao contrário, essas críticas serão justamente o reflexo do profundo interêsse com que acompanho as peripécias do debate continental.

A primeira coisa, portanto, sôbre que desejo insistir é a prodigiosa felicidade com que o sr. Kubitschek soube aproveitar a ocasião de intervir, segundo as melhores tradições da política

externa brasileira, no quadro de incertezas criado pelos incidentes da viagem do sr. Nixon. Em um ano eleitoral que, nos Estados Unidos, estava carregado de prenúncios desfavoráveis ao Partido Republicano e, pela primeira vez, ao próprio Presidente Eisenhower — embora êste não se achasse pessoalmente em jôgo, — aquelas explosões de cólera popular, por suspeitas que fôssem certas das suas origens específicas, e por brutais e condenáveis, as suas formas, vinham colocar o Govêrno de Washington em posição mais do que incômoda, no plano interno. Todos os erros acumulados na política continental norte-americana, depois da guerra, bruscamente se desatavam em uma verdadeira tempestade de acusações e ataques, os mais acerbos, à Casa Branca e ao Departamento de Estado. Para agravar as coisas, no alarma criado pela situação de insegurança pessoal em que o sr. Nixon parecia continuar em Caracas, depois de ter sido cuspido e apedrejado, Eisenhower tinha feito deslocar um destacamento de *mariners* para as proximidades da Venezuela, a fim de tentar a salvação do Vice-presidente, se a necessidade se apresentasse. Isto valeu-lhe ser tratado, pelo *New York Post* como "caricatura russa do imperialista ianque". Quem houvesse lido os jornais norte-americanos de oposição, independentes e até favoráveis ao Partido governamental, naqueles dias de maio, não teria dificuldade em calcular que Eisenhower receberia a carta do sr. Kubitschek com o alívio de quem encontra uma janela aberta e uma boa escada em uma casa em chamas. E podemos estar certos de que raramente um chefe de govêrno empregará, em uma mensagem a outro, uma palavra tão repleta de sinceridade quanto aquêle *delighted* com que o Presidente dos Estados Unidos definiu a sua reação ao ler a do Primeiro Magistrado brasileiro.

A partir daí, é claro, o processo teria de se desenvolver com notável rapidez, na sua fase preliminar. Mas, enquanto fôsse perdendo velocidade nas seguintes, como era inevitável pelas condições básicas em que o problema se situava e pela própria lentidão do mecanismo diplomático, sobretudo nesta América Latina pouco habituada aos instantâneos deslocamentos

de conjuntura e à agilidade de manobra da Europa, uma avaliação cuidadosa das fôrças em jôgo dever-nos-ia preparar para o longo e complexo esfôrço político que a magnitude mesma dos objetivos exigia. Antes de entrarmos no estudo mais detalhado dêsse aspecto da matéria, talvez convenha abreviar a discussão do ritmo e dos prazos, no ponto em que nos achamos, assinalando apenas o seguinte: as eleições norte-americanas realizaram-se no dia 4 de novembro, e os republicanos sofreram uma derrota maior ainda do que os prognósticos mais pessimistas pareciam levá-los a temer. A Comissão dos 21 instalou-se treze dias depois, encontrando um govêrno vencido, deprimido, sem perspectiva alguma senão a de exgotar a segunda metade do quatriênio à mercê de um Congresso esmagadoramente dominado pelo Partido adverso. Sobretudo pela palavra precisamente do sr. Nixon, mas, também, de outros líderes menos conhecidos fora do país, os republicanos tinham procurado deter a avalancha democrática, na fase da campanha eleitoral, pelo expediente de repetir contra êles alguns dos argumentos mais desacreditados de que se tinham valido seis anos antes, na primeira vitória de Eisenhower, inclusive o de que aquêle Partido estava dominado pelas grandes centrais sindicais, ou seja, pelos trabalhadores, e pretendia arrastar o país ao socialismo. Êste, é claro, era apontado como o sinistro inimigo das livres instituições e da *American way of life*. A crueza reacionária de semelhante tática, que aliás inventava um perigo há muito ultrapassado pela própria evolução da economia norte-americana e, por assim dizer, reabsorvido pelas suas estruturas sociais, só servia para indicar a falta de razões reais que o Partido Republicano fôsse capaz de expor à Nação, a fim de merecer a sua preferência. Não se tratava de uma mera deficiência de imaginação, mesmo no plano da propaganda eleitoral. Por outro lado, traduzia um estranho êrro no que se refere à avaliação de fôrças. Há muito é coisa estabelecida pelos melhores especialistas no assunto, que o Partido Democrático é bàsicamente majoritário, nos Estados Unidos, como o Republicano o fôra até à primeira vitória de Roosevelt. Êste fato, apesar de negado por alguns intérpretes tendenciosos,

fôra confirmado já na própria vitória inicial de Eisenhower, em 1952, a única em que a popularidade do general vitorioso conseguiu carregar uma pequena maioria do seu partido para o Congresso. E, em têrmos inequívocos, foi reconfirmado nas duas eleições seguintes (1954 e 1956) em que a maioria parlamentar voltou aos democratas, inclusive quando na segunda delas a popularidade do general, ainda não comprometida tornou a dar-lhe uma grande vitória na disputa do seu segundo quatriênio.

Apenas, porém, iniciado êste segundo quatriênio, em 1957, aquêle coeficiente pessoal desapareceu dos cálculos políticos, acima de tudo porque uma combinação curiosa de fatôres desgastou ràpidamente a popularidade do soldado, que tinha bastado, em duas batalhas democráticas, 1952 e 1956, para contrabalançar, na disputa do poder supremo, a inferioridade funcional do seu partido, ao ponto, repito, de o ter arrastado, naquele primeiro caso, em maioria para o Congresso. Hoje Eisenhower é o que se chama, na terminologia política norte-americana, um *lame duck president*, presidente "pato alejado", no sentido presumìvelmente de que não pode nadar, nem voar, ou, em têrmos específicos, um político qualquer cujo mandato repousa apenas sôbre o prazo legal, mas cuja significação efetiva já está comprometida pela inclinação contrária do eleitorado, manifestada em data posterior. Hoje esta situação, no caso dos presidentes, ficou definida com a mais perfeita nitidez pela recente emenda constitucional que os torna reelegíveis apenas para um segundo período. Mesmo, portanto, se admitissemos que Eisenhower desejasse disputar um terceiro, o que, em outros tempos, era pelo menos uma possibilidade teórica, levada à prática pelas três reeleições de Roosevelt, estaria impedido de o tentar. Êste pormenor não tem uma importância muito manifesta, porque Eisenhower não está em idade, e menos ainda em condições de saúde que lhe permitam nutrir tais ambições. Mas precisamente por isto, talvez, o espetáculo da ruina do seu partido, irreparável nas conexões com o seu prestígio pessoal, êste já insuscetível de ser restaurado, agravou o impacto da derrota

sôbre o espírito do Presidente ao ponto de o ter desorientado. É característico, a êste respeito, que depois daquela campanha medíocre e, no fundo, inepta, do seu partido, na qual, aliás, se absteve de intervir, exceto no fim, o primeiro comentário de Eisenhower sôbre os resultados saídos das urnas se reduzisse a dizer que o eleitorado tinha escolhido um Congresso de "gastadores" e que a sua missão, dali por diante, consistiria em evitar que se gastasse em excesso. Esta é a reação mais típica de qualquer republicano e, aliás, nas condições econômicas dos Estados Unidos, a mais pobre. Tão típica que não é típica de Eisenhower, o qual não é considerado, pela Velha Guarda do partido, como representativo do seu espírito, por mais que se houvesse procurado adaptar a êle, especialmente em matéria de gastos, sem, entretanto, o conseguir muito bem. Mas é revelador que, na hora do seu mais amargo desapontamento, o presidente do *neo-republicanism*, como é intitulado, se refugiasse na fórmula clássica dos homens que mais se opuseram a êle, dentro das fronteiras partidárias, e que, a propósito, foram quase todos derrotados em novembro último.

Esta depressão política e psicológica, tão melancòlicamente expressa por Eisenhower, teria, é óbvio, de dominar todo o grupo dos seus auxiliares e conselheiros mais próximos, no momento de se instalarem os trabalhos da Comissão dos 21. Que se poderia esperar dêsses homens, logo depois de terem sofrido tamanho golpe? O govêrno republicano tem sido acusado de falta de imaginação e de idéias novas, especialmente em política externa. Uma parte, ao menos, dessas críticas é irrefutável. Poder-se-ia esperar que, em circunstâncias tão desfavoráveis viesse a mostrar a inspiração renovadora não encontrada em momentos mais felizes, e isto ainda mais precisamente no setor da política externa norte-americana a respeito do qual as idéias passivas se tinham cristalizado desde o fim da guerra? Como supor que êsse govêrno fôsse capaz de encarar uma perspectiva de vinte anos, naquele setor longamente considerado marginal, quando apenas lhe restam dois de duração convencional, a serem cobertos, na verdade, sob o jugo legislativo do adversário? Dir-

-se-á que apenas dois anos também restam ao Govêrno brasileiro, autor daquela proposta dos vinte. Mas aqui tôdas as outras circunstâncias são diferentes e, quanto ao essencial, opostas. Sem nos perdermos em outros pormenores, pois isto nos levaria muito longe do assunto principal, bastará mencionar a pressão das necessidades urgentes que, ao lado do dever de enfrentá-las, engendra o desejo de evadi-las. Em qualquer hipótese, a situação de quem solicita nunca se confunde com a de quem é solicitado, por mais que o interêsse da cooperação seja, em última análise, ou a longo prazo, rigorosamente comum.

II

Não podemos evidentemente atribuir a meras particularidades, de algum modo ocasionais, da política interna norte-americana, em certo momento, os resultados negativos de uma ação diplomática que seis meses antes tivera um comêço tão positivo. As razões principais da atitude de Washington, a que espero referir-me adiante, são de muito maior consistência e, como é sabido, muito mais profundas. Quis apenas assinalar mais uma vez, nas linhas anteriores, até que ponto o fator oportunidade é decisivo em política. A carta do sr. Kubitschek a Eisenhower marcou a mais brilhante iniciativa da política externa brasileira, desde a guerra, precisamente pelo aproveitamento de uma oportunidade tão propícia quanto o mais fino calculista político pudesse imaginar nos seus momentos de devaneio otimista. Mas o desenvolvimento do mesmo processo objetivo que a tinha criado, fazendo nascer uma situação oposta, levou à paralisia, em novembro, a ação empreendida sob os melhores auspícios, em maio. Ao tentarmos, assim, o balanço do primeiro ano de negociações e debates sôbre a OPA, ficamos com a impressão de que ela correu muito sem avançar, como se andasse sôbre uma esteira rolante que se deslocasse, à mesma velocidade, em direção contrária.

Êsses contratempos não nos devem, de modo algum, desanimar. O conjunto de necessidades contido na OPA integra-se hoje no destino da tão invocada e tão arbitrária ou

ineptamente interpretada e defendida civilização ocidental, cuja *existência se torna, entretanto, mais perceptível do que nunca*, como é de regra, pelos perigos mesmos que a ameaçam. A OPA não se associa apenas à segurança do continente, inclusive dos Estados Unidos, nem às alternativas do conflito entre os países democráticos e as tiranias totalitárias comunistas. O seu alcance é muito mais amplo, e ainda que êste desafio desaparecesse de um momento para outro, pela desintegração do bloco soviético e do regime estabelecido nos dois paises que o dominam, o problema proposto pelo subdesenvolvimento da América Latina não deixaria de figurar entre as componentes insubstituíveis da perspectiva histórica desta cultura hebraico-greco-cristã, de que são herdeiros todos os descendentes do espírito europeu. Mais cedo ou mais tarde, portanto, os Estados Unidos serão levados a tomar as medidas reclamadas pela situação. *Daí a confiança que sempre tive na solução das* questões focalizadas pela OPA. Se acaso as exigências estra-*tégicas que absorvem as atenções, neste momento, se dissipassem* pela explosão final da crise do comunismo, identificada por Djilas, *ou se um reagrupamento diverso de fôrças mudasse as* linhas de tensão hoje estabelecidas, é admissível que se atenuassem ou se orientassem de outro modo também os elementos compulsivos imediatos da política a ser adotada neste terreno. Mas, em têrmos mais amplos, a necessidade não desapareceria e voltaria a tornar-se premente no quadro da luta dos povos asiáticos e africanos contra o seu próprio atraso. Apenas, é claro, uma questão dessa ordem de grandeza não pode ser resolvida em uma ou duas conferências diplomáticas, nem, a meu ver, em quantas se realizarem, quando se tem a lutar contra idéias estagnadas ao longo de um passado que remonta, tudo bem considerado, a séculos, e que as surprêsas de uma crise sem precedentes pelo seu vulto e complexidade não conseguiram afetar senão na superfície, em mais de uma década singularmente reveladora, para tomarmos, aqui, o prazo mais curto.

Em meados de junho do ano passado, cêrca de uma semana depois da chegada do sr. Rubottom ao Rio, ocasião em que

foram divulgados os textos das cartas Kubitschek-Eisenhower, tomei algumas notas sôbre a maneira pela qual supunha que a tese política visìvelmente ainda em vias de elaborar-se pudesse ser exposta aos norte-americanos, no debate público e talvez nas negociações posteriores sôbre o problema que acabava de ser pôsto em têrmos tão felizes. Estas notas destinavam-se ao meu uso pessoal e à discussão com alguns amigos, aos quais me reúno de quando em quando, para conferir idéias sôbre assuntos internacionais e outros de comum interêsse intelectual. É claro que as observações contidas nos diversos itens em que decompus a matéria, ou as principais delas, foram aproveitadas nos artigos diários que naquele momento estava escrevendo a respeito, quando já não houvessem figurado nos imediatamente anteriores. Esperava desenvolvê-las depois em um estudo de conjunto, projetado precisamente para o número desta revista que aparecesse a seguir. O estudo não chegou a ser preparado na ocasião, por falta de tempo, da minha parte, e de espaço, nestas páginas. No curso de meio ano, a situação evoluiu, e novos aspectos do assunto se foram compondo Assim, para preservar a seqüência da análise, sem alongar além do indispensável estas linhas, vou fazer aqui um extrato dos apontamentos referidos, retendo apenas os tópicos que ainda me pareçam pertinentes ao contexto em que devem ser introduzidos, e mantendo-lhes a forma abreviada:

> 1. Todos parecem estar de acôrdo sôbre a impossibilidade de uma decisão militar do conflito entre o mundo livre e o totalitarismo comunista, em conseqüência do chamado "equilíbrio pelo terror."
>
> ....
>
> ....
>
> ....
>
> 5. Em conjunto, portanto, a situação estratégica, no campo militar, é de frentes fixas. Resta a possibilidade do que se poderia chamar de manobras de ala, nos campos econômico, político, e outros. Só por êstes meios é que uma decisão poderá ser obtida, em prazos mais ou menos longos. Os próprios russos já o compreenderam. E a hipótese mesma de guerras limitadas e

locais, como a da Coréia, que os peritos continuam a não descartar, integra-se naquele quadro de manobras políticas, dado o fato de não poderem tais guerras, por si mesmas, provocar uma decisão de conjunto, no terreno militar.

6. A crise do sistema soviético, foco da crise geral do comunismo, é indubitável, e oferece francas possibilidades de vitória, na medida em que o mundo livre souber resistir às pressões existentes e oferecer alternativas criadoras ao futuro da humanidade. Mas o ritmo de desenvolvimento daquela crise dependerá, em última análise, do êxito destas alternativas democráticas.

7. A emancipação do mundo colonial, por um lado, e os esforços de desenvolvimento dos países asiáticos e africanos, por outro, estão provocando um deslocamento na correlação internacional de fôrças, sem precedentes pelo menos desde que a era das navegações e descobrimentos estabeleceu a supremacia da civilização européia ocidental sôbre o planêta.

8. Cêrca da metade da população do globo acha-se hoje sob o domínio comunista. Não há segurança alguma de que novas parcelas da população asiática e africana não venham a cair, em prazo previsível, sob o mesmo contrôle, de um modo ou de outro. Algumas destas parcelas, seja como fôr, já foram ganhas pelo neutralismo, ou tendem para êle. A civilização ocidental está ameaçada de ser submersa pelas imensas massas asiáticas dirigidas por uma burocracia totalitária sem escrúpulos, cujo poder cresce aceleradamente com a industrialização de países como a China, depois da Rússia.

9. ....

Mesmo, porém, se abstrairmos do perigo daquele contrôle burocrático totalitário, é certo que o deslocamento da correlação mundial de fôrças ameaça os padrões da *cultura* ocidental (éticos, religiosos etc.). Esta ameaça existirá mesmo que os países cuja emancipação se funda sôbre princípios democráticos, como a Índia, não sejam absorvidos pela expansão comunista, pois as tradições mais profundas da sua cultura são diversas. A ameaça resulta sobretudo da inferioridade demográfica do Ocidente, até agora compensada pela superioridade tecnológica e política em vias de desaparecer.

10. A política norte-americana de assistência econômica aos países europeus, asiáticos e africanos é correta e sempre foi aceita como tal pelos especialistas e líderes responsáveis da América Latina. A sua limitação consiste em se ter inspirado apenas em situações de emergência... na previsão de prazos relativamente curtos. Isto era, sem dúvida, inevitável, nas circunstâncias dadas. Desde que, porém, os prazos se foram alongando, é indispensável uma reapreciação do problema, em escala mundial.

11. A experiência mostra que as possibilidades de uma influência norte-americana duradoura e profunda, nos países europeus, africanos e asiáticos, são relativamente restritas. Os povos dessas áreas são acionados por tradições e problemas próprios, que os deslocam incessantemente da órbita política e estratégica dos Estados Unidos, por mais que as suas necessidades econômicas imediatas lhe retenham, de um modo irregular e relutante, os respectivos governos, em um jogo de tensões contraditórias cujo desenlace é imprevisível. Exemplo típico é o Oriente Médio... De um outro modo, o exemplo francês confirma a tese... E as alternativas do comportamento alemão, no futuro, mostram o que há de instável inclusive nos efeitos até aqui mais vantajosamente alcançados.

12. A convergência de interêsses dos países da NATO, em face da ameaça russa, e até a existência de uma Comunidade do Atlântico Norte, podem ser aceitas como dados básicos da situação, apesar das freqüentes dificuldades que se têm apresentado. Salvo, entretanto, no que se refere à Grã-Bretanha e ao Canadá, a aliança dos Estados Unidos no Atlântico Norte não apresenta as possibilidades de consistência e durabilidade de uma cooperação ativa e criadora com a América Latina.

13. Sem problemas coloniais ou outros, e sem tradições políticas que possam embaraçar a sua cooperação com os Estados Unidos, a América Latina apresenta um campo seguro de aplicação do esfôrço norte-americano, pois não é geográfica, histórica, econômica ou estratègicamente solicitada em nenhuma outra direção. As dificuldades surgidas para os Estados Unidos, nesta área, resultam exclusivamente das diferenças no tratamento

que lhe é dispensado e às outras áreas do planêta. O fato de que só ùltimamente essas dificuldades se mostrassem inquietantes revela a solidez básica do espírito de cooperação com os Estados Unidos, e o que pode ser *conseguido na América Latina mediante um planejamento* inteligente. Mas os fatos mostram também que, num mundo em transformação, a solidariedade latino-americana não pode ser tomada como inabalável e eterna, se uma política adequada não fôr posta em prática.

14. O problema da cooperação interamericana não é apenas um problema econômico, por mais que neste terreno estejam as condições prévias da sua solução. É, acima de tudo, um problema de dinamização política da América Latina, para levá-la a adquirir o necessário *grau de consciência das suas responsabilidades, no* quadro mundial, através da sua aliança com os Estados Unidos.

15. *Fora dos Estados Unidos*, Canadá e demais membros de língua e culturas inglêsas da *Commonwealth* Britânica, a começar naturalmente pelo Reino Unido, e da Europa Ocidental — ao menos enquanto a Oriental estiver subjugada à Rússia — a única base que resta, no mundo, de defesa dos padrões da nossa cultura — é a América Latina. E o verdadeiro equilíbrio *histórico, em um futuro não remoto...* não poderá ser preservado se a América Latina não fôr colocada em condições *de defendê-lo, lado a lado*, com os Estados Unidos, *Commonwealth* Britânica e Europa. O desenvolvimento acelerado da América Latina apresenta-se, portanto, em face do desafio asiático e africano, como uma condição vital de defesa da cultura ocidental sôbre uma base geográfica e demográfica suficientemente ampla.

Certas dessas formulações, como assinalei, na ocasião, aos amigos com os quais discuti o assunto, parecem afetadas pelo espírito com *que as notas foram redigidas, ou seja, o de estimar* o melhor meio de apresentar aos norte-americanos a tese ainda implícita na OPA, mas sem a qual esta não adquiriria o alcance exigido pelas necessidades e favorecido pelas circunstâncias do seu lançamento. Os pontos de maior ou mais visível interêsse

para os Estados Unidos foram, assim, postos em relêvo, e os de importância especial para a América Latina deixados em plano mais discreto, ou simplesmente omitidos. Do mesmo modo, as críticas aos erros anteriores da política externa de Washington, no plano continental, eram formuladas de passagem, em têrmos sóbrios, e cercadas de muitas concessões às atitudes adotadas até àquele momento, pelo Govêrno cujo ponto de vista nos propúnhamos a modificar. Tôda formulação política, relacionada com um empreendimento concreto qualquer, há de incluir um critério tático determinado. Aqui, êste critério inspirava-se no pressuposto de que, uma vez atraída a atenção dos norte-americanos, não apenas para os aspectos superficiais, de maior urgência e menor alcance, do problema representado pela América Latina, mas para os outros que realmente nos deveriam preocupar, um exame aprofundado da matéria acabaria por criar um sólido consenso dos interêsses comuns em jôgo e, através dêstes interêsses, os que tivessem maior relêvo para nós em particular.

Creio, aliás, que em grosso a questão continua no mesmo pé. Nos seus têrmos próprios, explícitos e implícitos, ou seja, abstraindo-se das peculiaridades do seu lançamento e sustentação, a tese brasileira, além de irrefutável, é de uma evidência incomum nos debates políticos. Se, portanto, em seis meses e meio de esforços — não isentos, é exato, de amadorismo em dose desnecessàriamente pesada, — não conseguimos induzir os homens de Washington a aceitá-la, isto deriva de não nos têrmos mostrado capazes de reter-lhes a atenção sôbre a importância vital dos interêsses norte-americanos investidos no problema, deixados à margem os que possam ser tomados como exclusivos da América Latina. A falência dêsses elementos de amadorismo, os quais não poderiam deixar de comprometer o avanço da magistral iniciativa brasileira, não decorreu, porém, apenas das formas, digamos, verbais — mesmo se estas foram, às vêzes, um tanto frenéticas — ou da técnica talvez imprecisa dos raciocínios acaso empregados na fase objetiva das negociações. Decorreu sobretudo, repito, da fragilidade do dispositivo estra-

tégico montado para levar a efeito a Operação, *se realmente* êste ponto chegou a ser considerado como devia, e das conseqüentes vacilações táticas. Acho, entretanto, preferível deixar êste aspecto do assunto para depois, a fim de continuarmos o exame do conteúdo da OPA.

III

É significativo que a parte daqueles esforços confiada aos profissionais tenha produzido, no plano técnico, frutos de primeira ordem. Nem se deveria esperar outra coisa, pois o Itamarati reúne um dos corpos de especialistas mais competentes e devotados do serviço público brasileiro. Podemos talvez divergir por questões de critério ou por outros motivos, de certos resultados a que êsses homens cheguem, mas seria tolice pôr em dúvida o alto teor dos padrões que estabelecem. A crítica é, aliás, inerente ao processo de esclarecimento dos problemas, inclusive no espírito de quem as formula. Por outro lado, certas insuficiências inevitàvelmente encontradas, de quando em quando, refletem a precariedade de estrutura e organização do Ministério das Relações Exteriores, em um país de recursos orçamentários escassos e fantasiosa ou fantàsticamente distribuídos, e de vícios administrativos tão exasperantes como antigos e enraizados. Estas dificuldades internas agravam-se pelo fato de o Itamarati trabalhar no vácuo — e ter-se habituado a isto — dada a ausência quase completa de órgãos independentes de pesquisa política, no plano universitário e no privado, que o ajudem nos estudos teóricos, como acontece em outros países do mundo. É inútil acrescentar que o quadro se completa com a falta, ainda mais sensível, de uma opinião pública e parlamentar esclarecida e alerta em questões internacionais.

Todos êsses fatôres devem ser considerados ao apreciarmos o documento sôbre o qual devemos presumir que repouse a tese brasileira, tal como esta foi formalmente apresentada nas duas conferências de Washington, a de Chanceleres das Repúblicas

Americanas, em setembro, e a da Comissão dos 21, em novembro. Refiro-me ao relatório confidencial do Grupo de Trabalho organizado pelo Departamento Econômico e Comercial do Itamarati, especialmente para preparar o material requerido. O G. T. funcionou sob a presidência do Ministro Sérgio Correia da Costa, com a participação de mais doze membros. E o documento a que me estou referindo foi apresentado sob o título de "Tendências Básicas das Economias Brasileira e Mundial no Período 1958-1980", formando, a julgar pela capa, o tomo I dos "Estudos Econômicos da Operação Pan-Americana". Nenhum dos outros tomos, se mais algum chegou a ser preparado, foi, entretanto, entregue ao conhecimento público. A julgar, além disto, pelo seu conteúdo, e pela data que traz inscrita na capa — Novembro de 1958 —, é de supor que não tenha havido sequer tempo para a preparação de outros tomos, admitindo que houvesse material. O que está contido nesse volume mimeografado de 107 páginas (58 de texto, o resto de quadros e gráficos) sem contarmos as de prefácio, etc., entre as quais quatro de uma introdução extremamente importante, cobre por completo as sugestões formuladas pelo Brasil, no terreno econômico, até ao fim do ano. Já em junho, aliás, os encarregados de assuntos econômicos da Embaixada do Brasil, em Washington, tinham elaborado, sob a direção do secretário Miguel Osório de Almeida, um relatório preliminar sôbre o mesmo tema. Êste relatório "foi objeto de uma cuidadosa análise" pelo G.T. do D.E.C., segundo a "Apresentação" do documento que agora nos ocupa, assinada pelo Ministro Correia da Costa. "Revisto e ampliado" — continua êsse prefácio — "sobretudo na sua base geográfica, abrange êle, agora, as tendências atuais quantitativas e qualitativas das economias:/ do Brasil;/ da América Latina;/ dos Estados Unidos da América;/ do Mercado Comum Europeu;/ da União Soviética;/ da *Commonwealth* Branca: Reino Unido, Canadá e Austrália;/ da Escandinávia;/ da China Continental;/ do Japão e/ da Índia."/ Por aquêle primeiro relatório se explica que o *aide-mémoire* submetido pelo sr. Negrão de Lima à Conferência de Ministros, em setembro, já contivesse virtualmente todos os

enunciados decisivos do programa de desenvolvimento em vinte anos, proposto pelo Brasil como perspectiva da OPA no terreno mencionado, ou seja, repito, no econômico. O discurso lido no dia 25 de novembro pelo delegado brasileiro à Comissão dos 21, sr. Augusto Frederico Schmidt, e visìvelmente escrito, como teria de ser, pelo seu principal assessor econômico, secretário Osório de Almeida, não é mais do que um extrato do trabalho preparado pelo G.T. do Itamarati, do qual êsse brilhante especialista fizera também parte, depois de ter iniciado os estudos a respeito, no seu pôsto de Washington. Pretendo, assim, referir-me aqui, de preferência, ao documento fundamental, na sua forma acabada.

Dado que não sou economista, nem poderia, assim, ter sido encarregado de examinar os aspectos econômicos da OPA, não tenho, de modo algum, a intenção de encarar êsse trabalho sob um ponto de vista que possa ser considerado como estritamente técnico, no sentido da especialidade indicada. Trata-se, aliás, de um trabalho de tal amplitude e caráter, não obstante a sua extrema condensação, que qualquer crítica sistemática das suas inferências teria de ser feita — e, na verdade, deveria, se já não foi, ou não está a caminho — em estudo que lhe fôsse exclusivamente consagrado. Pretendo aqui tomar apenas alguns pontos isolados ao acaso, mais com o propósito de ilustrar os aspectos políticos da questão geral em exame, do que de discutir as suas projeções, digamos, mais aleatórias. A perfeita integridade intelectual e senso de responsabilidade dos seus autores ficaram, de qualquer modo, *ressalvados em uma cautelosa* "Nota", *inserida* ainda antes do "Índice", em que registram a seguinte advertência: "O presente estudo, em sua forma atual, constitui um documento de trabalho, sujeito a revisão e retificações. Não se destina à divulgação, exceto entre as autoridades brasileiras diretamente interessadas." Esta advertência estabelece, com escrupulosa nitidez, os limites de validade do estudo, aos olhos dos que o redigiram. Ao serem entregues à imprensa os exemplares do volume mimeografado, aquêle último período da "Nota" — "Não se destina à divulgação..." — tinha sido cancelado a

lápis vermelho. Isto evidentemente não impedia que fôsse lido. Do mesmo modo, a palavra "Confidencial", carimbada na capa, tinha sido cancelada pelo método sumário de aplicar sôbre ela o mesmo carimbo, às avessas. A decisão de dar publicidade a êsse "documento de trabalho, sujeito a revisão e retificações", até ali classificado como "confidencial", foi manifestamente provocada pelo debate da imprensa sôbre o discurso do sr. Schmidt, que dêle fôra extraído, com rigorosa fidelidade, por um dos seus autores. Os dois textos foram entregues simultâneamente à imprensa. Devemos, assim, a êsse incidente, o conhecimento do importante estudo levado a efeito pelo G.T. do Itamarati.

Na "Apresentação" já mencionada, o Ministro Correia da Costa, fixa da seguinte maneira os objetivos do ambicioso levantamento das tendências da economia mundial realizado pelo Grupo sob a sua chefia (p. VI):

No plano econômico-social

a) eliminação do subdesenvolvimento na América Latina; e
b) fortalecimento da Democracia e da livre emprêsa;

No plano político-estratégico

c) remoção do ponto mais vulnerável no conceito estratégico de segurança dos E.U.A., que é a debilidade econômico-social da América Latina;
d) evitar que as economias planificadas do mundo comunista, graças ao maior volume de investimentos, sob rígido contrôle estatal, e à compressão dos níveis de consumo do povo, venham a exceder, em poucos anos, os níveis de produção dos países do mundo livre;
e) reduzir os efeitos políticos da crescente assistência da União Soviética e de seus satélites aos países subdesenvolvidos; e, finalmente,
f) permitir que a América Latina venha a exercer, de fato, o papel que lhe cabe no sistema de segurança do mundo ocidental.

A formulação, como se vê, não poderia ser mais precisa, dentro dos têrmos de referência adotados. No item "c", por exemplo, esta fixação de objetivos atinge um rigor técnico que

revela o esplêndido aproveitamento dos estudos de estratégia geral levados a efeito na nossa Escola Superior de Guerra e, por conseguinte, a sua alta utilidade nas definições da política externa brasileira. Os têrmos de referência adotados, embora talvez explicáveis em um documento oficial de trabalho, é que me parecem um pouco estreitos, pois não creio, como procurei indicar antes, que a questão se reduza às perspectivas propostas pelos itens "d" e "e". Na sua parte final, êsse prefácio volta a colocar o tema em um terreno excessivamente modesto, pois, enquanto os objetivos fixados nos itens anteriores se referem a tôda a América Latina, as hipóteses de crescimento estabelecidas a seguir, "como possíveis metas" da OPA, mencionam apenas o Brasil. Estas hipóteses são duas, além de outras três figuradas sem a contribuição da OPA. Aquelas primeiras acham-se resumidas da seguinte maneira (p. VI):

(a) elevação do atual nível de renda *per capita* (256 dólares) para 480 dólares em 1980; e
(b) antecipação para 1974 da obtenção dêsse nível de 480 dólares (16 anos de prazo), o que permitiria uma renda de 619 dólares em 1980.

Na verdade, o estudo, ao abordar em têrmos mais amplos o problema latino-americano, reconcilia-se com os objetivos "a", "c" e "f", designando o mesmo nível de 480 dólares para os demais países subdesenvolvidos do hemisfério, e encarando as variantes reputadas possíveis do esfôrço comum. Êsse nível, que "indica um objetivo geral, não um limite, para qualquer país individualmente" (p. 16), é estabelecido a partir de um princípio teórico hoje considerado fundamental por quantos se ocupam dêsse vasto problema mundial do subdesenvolvimento. Os autores assim explicam o critério por êles adotado (págs. 1-2):

> O elemento central de raciocínio econômico em que se baseia o presente trabalho é a convicção de que, ao atingir a economia nacional certo nível de renda por habitante, o próprio processo de crescimento se torna auto-induzido, passando, por assim dizer, a alimentar-se de si mesmo, como decorrência das modificações estruturais que acompanham o desenvolvimento.

> Esta "plataforma", que marca a diferença entre "subdesenvolvimento" e "em desenvolvimento franco", foi fixada em 480 dólares de 1957/58 *per capita*.
>
> Embora esta "plataforma" de renda seja sugerida por especialistas da categoria de H. Singer (ONU), encerra — como todos os esforços de determinação quantitativa de categorias econômicas — certa margem inevitável de arbítrio.

O maior cuidado pôsto no estudo do caso brasileiro explica-se tanto por considerações de interêsse mais direto, como de maior conhecimento da matéria, além de, naturalmente, traduzir uma justificada reserva na discussão de assuntos particulares de outros países. Êstes pontos foram assinalados no discurso lido pelo delegado brasileiro, perante a Comissão dos 21. No estudo do G.T., por mais que certas passagens careçam talvez da clareza necessária e certas cifras pareçam contraditórias, as perspectivas da América Latina, sem o Brasil, e sobretudo da América do Sul, revelam-se mais favoráveis do que as nossas, tomadas isoladamente, nas hipóteses que não levam em conta os efeitos esperados da OPA, em conseqüência do fato de que a renda *per capita* do conjunto, feita aquela exclusão, é maior do que a brasileira. Esta é calculada, como vimos, em 256 dólares (1957), e a do resto da América Latina em 289,3 ou 270 (p. 15). Na terceira das hipóteses figuradas para o desenvolvimento do Brasil, ou seja, a mais otimista das que não consideram a contribuição da OPA, admitindo uma taxa de crescimento cumulativo de 4,5% ao ano, os autores calculam que chegaríamos ao nível de 400 dólares, em 1890. A partir das mesmas premissas para o resto da América Latina, estimam que "a renda *per capita* atingiria 467 dólares", naquele mesmo ano, "ou seja, aproximadamente 67 dólares acima da renda brasileira". E acrescentam (ib.):

> Prevê-se que entre 1981 e 1982, a renda latino-americana (sem o Brasil) atingiria a casa dos 480 dólares, tornando-se a economia "desenvolvida".
>
> Tal resultado, entretanto, sòmente será possível se fôr alcançado um mínimo de integração econômica. Caso contrário, a pequenez relativa da maioria dos países

da área, aliada à falta de equilíbrio quanto aos seus recursos naturais e população, faria com que alguns dos países com melhores bases de capital estagnassem por falta de matérias-primas e mercados, enquanto outros, porventura melhor aquinhoados de matérias-primas, se vissem cerceados por falta de capital.

Seja apenas a título ilustrativo, vale, porém, a pena reproduzir certos índices registrados no estudo de que nos ocupamos (ib.):

> No conjunto, as rendas *per capita* variaram, em 1957, de 71 dólares no Haiti, 102 dólares no Peru, até os casos especiais do Chile, com 360, a Argentina, com 460 e a Venezuela com 552.

Para terminarmos estas referências, que de nenhum modo pretendem ser um resumo do trabalho, mesmo nos capítulos relativos ao Brasil e à América Latina em geral, convém reproduzirmos logo as conclusões do cálculo feito para as duas hipóteses da OPA, no que toca ao nosso país (p. 10). Na primeira,

> ...a entrada líquida de capital requerida atingiria o montante de US$ 3,1 bilhões até 1967, quando então o país entraria numa fase em que a capacidade de pagamento superaria as necessidades globais de importar.
>
> No entanto, a amortização líquida daquele débito de US$ 3,1 bilhões, acrescido dos serviços de juros à taxa razoável de 4¼% a.a., teria início em 1970, quando a dívida, pela capitalização dos juros contratuais, já teria atingido o ápice de US$ 4,1 bilhões. Essa dívida global estaria totalmente liquidada em fins de 1978, isto é, num prazo de 20 anos a contar de 1959.
>
> Na segunda alternativa da OPA, a entrada líquida de recursos para complementar a capacidade autônoma de pagamento do país montaria a US$ 3,8 bilhões. Acrescida do serviço de juros de 1¼% a.a., essa dívida atingiria o máximo de US$ 5,5 bilhões em 1974. No ano seguinte, teriam início as amortizações líquidas até ao resgate total da obrigação, num prazo aproximado de 25 anos a partir de 1959.

Considerado o prazo previsto para a entrada dêsses recursos, consideradas também as condições de pagamento, em confronto com o interêsse estratégico do plano, nos seus têrmos mais restritos, e o seu enorme interêsse político, de um ponto de vista mais amplo, não consigo ver coisa alguma de despropositado nessa operação, seja apenas no que se refere ao Brasil, por mais que procure reagir contra a inevitável tendência de qualquer homem a encarar como plausível, necessário e até imperativo tudo quanto venha trazer benefícios ao seu país. Diante do esfôrço norte-americano em outras áreas do globo — poucas das quais, se as tomarmos em conjunto, e nenhuma, se tomarmos as subdesenvolvidas, apresentam as condições de retribuição à ajuda norte-americana, que na América Latina só tenderiam a crescer e consolidar-se — a perspectiva delineada naquele estudo de nenhum modo escapa aos limites da política posta em prática pelos Estados Unidos depois da guerra. A demonstração é tão fácil que se torna dispensável. Mas, esta demonstração, dispensável em uma análise independente da questão, como é esta, teria de ser feita nas negociações multilaterais de que depende o destino da OPA. Só duas inferências podem, portanto, ser extraídas dos medíocres resultados obtidos até ao encerramento dos trabalhos da Comissão dos 21. A primeira é que, não obstante as aparências iniciais, o Govêrno norte-americano não estava preparado para encarar o problema com a amplitude de vistas requerida pelas circunstâncias imediatas de que resultou a sua formulação pelo Brasil, e pelas condições gerais do equilíbrio mundial do período em exame. A segunda é que, a julgar pelos documentos conhecidos, o Brasil não conseguiu vencer aquela resistência, fôsse pelas razões apresentadas, fôsse sobretudo pela maneira por que as encaminhou.

Do ponto de vista do que devemos entender como Operação Pan-Americana, e do que o Presidente e o Ministro das Relações Exteriores declararam que ela significava, o estudo do Grupo de Trabalho do Itamarati apresenta o defeito de ser um documento estritamente econômico. Desde que foi preparado por economistas, no quadro de atribuições do Departamento Eco-

nômico daquele Ministério, não seria lógico esperar-se que fôsse outra coisa. É de supor, é inclusive de crer que as suas conclusões técnicas tenham sido expandidas em estudos políticos paralelos. O Departamento Político do Itamarati é dirigido por um dos homens mais brilhantes da jovem geração de diplomatas brasileiros, o Ministro João de Araújo Castro. Acima dêle, o Secretário-geral, Embaixador Antônio Mendes Viana, é uma das figuras de mais alta categoria intelectual, entre as que figuram nessa elite de funcionários do serviço exterior que acaba de chegar ao último pôsto da carreira. Não podemos, entretanto, examinar os aspectos políticos a que me estou referindo senão à luz dos documentos divulgados. E nenhum dêstes tenta sequer uma análise tão completa e detalhada da matéria como o estudo do Departamento Econômico, na órbita da sua especialidade.

Ao discutirmos, por outro lado, os reflexos políticos dêsse trabalho, teremos de encará-lo de dois modos. Um relaciona-se com as generalizações ou extrapolações políticas que o próprio documento contém. O outro com o uso político que foi feito dêle. No que se refere ao primeiro ponto, já vimos o rigor técnico das fórmulas empregadas na "Apresentação". Mais adiante, o tema é retomado em uma espécie de introdução relativa aos "Aspectos gerais do subdesenvolvimento na América Latina". Eis as "Conclusões" a que os autores chegam, nessa parte, antes de entrarem no estudo do desenvolvimento econômico mundial, área por área, ou país por país (p. XII):

> I — As Democracias encontram-se diante de um desafio: ou oferecem às nações subdesenvolvidas uma solução razoável para o problema do desenvolvimento, sem necessidade de violentar as instituições atuais, ou essas nações acabarão irresistìvelmente atraídas pelas soluções totalitárias, com sacrifício das liberdades individuais.
>
> II — Não parece haver suficiente consciência dessa realidade nos E.U.A, ou na Europa Ocidental, o que explica a relutância que opõem à consideração frontal do problema. Impõe-se, assim, um esfôrço inteligente e tenaz, no sentido do esclarecimento da opinião pública, sobretudo dos Estados Unidos.

> III — A iniciativa brasileira (OPA) deflagrou um movimento cujo insucesso poderá ter conseqüências graves e imprevisíveis. Mais do que tudo contribuirá para o êxito da Operação a unidade de pensamento e de ação por parte dos países latino-americanos.

Outras alusões do mesmo teor são feitas, de longe em longe, no texto. Aqui, entretanto, o pensamento comum a tôdas está expresso de maneira mais compacta e acabada. Tomada a questão em têrmos que chamarei de abstratos, ou se quiserem, para nos exprimirmos de outro modo, lineares, como várias das projeções econômicas do estudo, poderemos dizer que os três itens citados encerram uma tese evidente. Na verdade, uma análise mais atenta das perspectivas políticas revela que só os dois últimos são rigorosamente válidos. O primeiro só pode ser obtido por uma espécie de derivação automática do estado de coisas atual, sem levar em conta as modificações que inevitàvelmente serão introduzidas no quadro, mais cedo ou mais tarde, pela ameaça, sem a menor dúvida real, que nêle se contém, e que salta aos olhos de qualquer um. Precisamente porque se trata de um perigo real, os Estados Unidos nunca poderão permitir que se efetive. A questão vai, portanto, efetivamente pôr-se de outro modo. O perigo não está em que os países da América Latina sejam transformados em "Democracias Populares" do tipo impôsto aos Estados satélites da Rússia. Está em que a intervenção norte-americana se faça um pouco tarde e, ou assuma, na pior das hipóteses, formas drásticas que criariam um mal-estar devastador para o prestígio e a autoridade moral de Washington, ou, na melhor, já não venha a tempo de desfazer o ressentimento provocado pelo atraso. Em resumo, a melhor maneira de exercer o papel de líder do mundo livre, que indubitàvelmente cabe aos Estados Unidos, não consiste em andar a reboque dos acontecimentos, mas em antecipar-se a êles, prevendo e prevenindo as suas alternativas desfavoráveis.

Ao preço de entrar em uma digressão que talvez possa ser considerada de interêsse marginal pelos espíritos menos advertidos da natureza profunda do conflito entre o mundo livre e o

totalitarismo comunista, vejo-me obrigado a aludir também aqui a uma expressão que reaparece de quando em quando, no Trabalho de Grupo do Itamarati, empregada alternativamente com "países de economia planificada", ou da "Cortina de Ferro", e outras em uso. Só na página XI (introdução), a fórmula aparece sob duas variantes: "economias socialistas" e "países do bloco socialista". Qualquer que seja o meu respeito, aqui repetidamente declarado, pelos autores dêsse estudo, não vacilo em declarar que essa caracterização, empregada a qualquer título, econômico, social, político, institucional ou outro, quando se trata das ditaduras comunistas, envolve um êrro teórico radicalmente inadmissível. E os erros teóricos produzem efeitos cujos danos objetivos são proporcionais à sua gravidade. No caso, o efeito consiste em reforçar a propaganda soviética no que ela tem de mais falso, demagógico e tentador, pois criou-se, sobretudo nos países subdesenvolvidos, a ilusão de que êsse suposto socialismo, segundo a receita russa, é a salvação da humanidade, e em particular das massas miseráveis das áreas mencionadas. Não pretendo assumir aqui a defesa do crédito moral, histórico ou político da palavra "socialista". Não desconheço, é claro, a importância das ideologias em matéria de sociologia do conhecimento, por mais que êste tema seja hoje artificiosamente agitado e explorado no Brasil. Mas, sou cada vez mais avêsso às fórmulas ideológicas estabelecidas, no que, aliás, me acontece seguir o exemplo do primeiro homem que estudou o fenômeno a fundo, revelando-lhe o conteúdo, Carlos Marx, o qual sempre encarou com desprêzo a noção mesma de ideologia, embora se tornasse o autor da sua contrapartida, uma utopia. No que se refere ao ponto que estou procurando focalizar, trata-se, em última análise, de uma questão de rigor. Não há um só pensador ou crítico socialista independente, nos dias atuais, ou apenas familiarizado com a matéria, sem ser socialista, que admita como tal o capitalismo de Estado instituído na Rússia e copiado, em diferentes graus de desenvolvimento, nos demais países da Cortina de Ferro. Sôbre êsse tipo de estrutura econômica é que se apóia a tirania totalitária da "nova classe" burocrática. A demonstração

teórica desta realidade levar-nos-ia para fora dos limites dêste artigo. Mas, está feita, há muitos anos, em uma bibliografia exaustiva, por quantos se ocuparam objetivamente do assunto. É uma questão vencida. De nenhum modo, o socialismo, que sempre pretendeu, acima de tudo, ser uma doutrina de emancipação humana, poderá ser identificado aos sinistros despotismos montados na área do planêta compreendida entre o Elba e o Mar da China.

Quanto à utilização política do estudo preparado pelo G.T. do Itamarati, devemos considerar, em têrmos gerais, que ela tendeu a pôr em maior relêvo exatamente as partes mais vulneráveis do documento. O estudo ressente-se, por um lado, da pressa compulsória com que foi feito, para aproveitar o ritmo de negociações da OPA. É visível que os especialistas incumbidos dessa tarefa foram tomados de surprêsa, pelo brusco impulso impresso à política externa brasileira, naquela direção, e tiveram, por assim dizer, de improvisar um trabalho cujo vulto normalmente exigiria muito mais tempo. O valor dos resultados a que chegaram, nessa tomada de consciência da posição econômica do Brasil, em um mundo que se transforma em prazos vertiginosos, revela a sua facilidade de movimentos nos assuntos a que se dedicam, produto manifesto de uma alta competência. Mas, nem por isto os sinais da pressa deixaram de permanecer perceptíveis, como não poderiam deixar, em várias passagens incompletas e insatisfatórias, sem dúvida para os próprios autores. Por outro lado, o tema mesmo a ser necessàriamente abordado teria, em qualquer hipótese, de aumentar o grau de vulnerabilidade de certas inferências. Se, em um mundo mais ordenado, as projeções econômicas, ou quaisquer outras em matéria social, seriam sempre aleatórias, nas presentes condições de instabilidade geral, participam quase da natureza das profecias, sobretudo quando devem ser alongadas por um prazo de vinte anos. As meras retificações introduzidas, ainda ùltimamente, nos planos econômicos russos e chineses, pelos quais o estudo em discussão parece traduzir um respeito extremo, bastam para mostrar, como é bem conhecido em técnica de planejamento, até que ponto as

estimativas feitas para prazos mais curtos podem ser ilusórias. A reserva com que os membros do G.T. encaravam algumas das suas conclusões ficaram, aliás, expressas naquela "Nota" antes citada. Deve ser acrescentado também que o estudo, não obstante as suas delimitações de tempo e de objetivos, adquire em diversos trechos uma amplitude e uma complexidade de análise perfeitamente expressivas dos desejos insatisfeitos dos seus autores, de abranger um campo mais vasto de considerações do que as circunstâncias lhes permitiam investigar. Em outros trechos, os inconvenientes daquelas delimitações foram explícita ou implìcitamente assinalados.

Depois, entretanto, de apresentar a tese econômica fundamental do Brasil, perante a Comissão dos 21, o sr. Augusto Frederico Schmidt lançou, de surprêsa, no discurso que lhe foi dado a ler (parágrafo 34), exatamente os dados mais chocantes, obtidos em uma das projeções mais sujeitas a erros, do estudo preparado pelo G.T.:

> Os Estados Unidos da América terão provàvelmente (em 1980) cêrca de 240 milhões de habitantes, um produto nacional bruto ligeiramente abaixo dos mil bilhões de dólares (985 bilhões) e rendas *per capita* de cêrca de quatro mil dólares (US$ 3.811). A União Soviética terá uma população de 280 milhões, um produto nacional bruto substancialmente acima do americano (1,5 — um e meio milhares de bilhões de dólares) e uma renda nacional *per capita* de 5.600 dólares. O Mercado Comum Europeu (Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo) subirá a 181 milhões de habitantes, um produto bruto de 349 bilhões de dólares e uma renda *per capita* de 1.514 dólares.

É certo que, logo no parágrafo seguinte (35), o discurso se refere à *"grande margem de êrro nesse tipo de projeção a longo prazo"*, inserindo, aliás, esta frase em um contexto destinado apenas a mostrar as desproporções entre as perspectivas econômicas latino-americanas e as dos países acima citados. Era inevitável que aquela afirmação, segundo a qual, daqui a vinte anos, a Rússia terá um poder econômico muito maior do que os

Estados Unidos, fôsse retida como a mais estranha e sensacional do raciocínio apresentado pelo delegado brasileiro. O impacto de semelhante prognóstico sôbre os seus ouvintes diretos, e sôbre a imprensa e opinião públicas norte-americanas é imaginável. Não precisamos, entretanto, imaginá-lo, porque se refletiu logo na reação de jornais tão favoráveis às reivindicações da América Latina como o "Washington Post & Times Herald", o qual, pouco depois de condenar em têrmos veementes a indiferença do seu Govêrno, em um artigo sob o título de "Operação Congelamento", voltou-se contra o do Brasil, em outro editorial igualmente áspero. Em uma nota tão acerba a respeito inclusive da pessoa do sr. Schmidt, como da conduta dos delegados norte-americanos na Comissão dos 21, o semanário "Time" (15-12-958) registrou, no pé da página respectiva (19), a seguinte observação:

> As cifras dos E.U. prevêem rendas *per capita* de US$ 2.049 e US$ 4.458, respectivamente para a Rússia e os E.U., por volta de 1980.

Esta sêca anotação, perfeitamente no estilo do "Time", em casos parecidos, é interpretada em círculos brasileiros informados e interessados na OPA como uma espécie de índice da largura daquela "margem de êrro nesse tipo de projeção a longo prazo".

Não podemos evidentemente censurar o texto do discurso, redigido por um economista, com base em um trabalho técnico de que êle próprio era um dos principais autores. A avaliação da conveniência política de dizer ou não dizer certas coisas cabia ao chefe da delegação. As coisas ditas demonstravam, por seu lado, a necessidade latino-americana de que os Estados Unidos adotassem os números e ritmos do plano sugerido em linhas gerais, a fim de liquidar, no prazo indicado, o subdesenvolvimento do grupo de países continentais a que pertencemos. Não demonstravam, porém, ao menos com a nitidez requerida, a necessidade dos Estados Unidos, de cumprirem aquêle plano. Êste, como vimos antes, foi o ângulo estratégico tomado pelo estudo básico do G.T. Não foi, entretanto, o ângulo do discurso, cuja perspec-

tiva se tornou, assim, diversa. Em matéria de avaliações políticas, devemos, aliás, encarar também a da oportunidade escolhida para a leitura do discurso. Tratando-se da exposição de uma tese geral, fôsse apenas limitada aos aspectos econômicos do problema, deveria ter sido pronunciado no início da conferência, tanto mais quanto retomava os pontos decisivos do *aide-mémoire* de setembro. Segundo o "Time", foi pronunciado no sétimo dia dos debates, quando os demais delegados já tinham feito convergir as suas atenções para os seis itens da agenda aprovada. A julgar pelas informações telegráficas, êste descompassamento, pelo qual os membros da Comissão dos 21 eram convidados a voltar ao ponto de partida, foi um fator de surprêsa, desconsêrto e desagrado de algumas delegações, embora seja de esperar que a maioria, pelo menos, tenha acabado por compreender a importância da tese lançada. Tanto quanto se tenha chegado a saber, pelo serviço das agências, a principal linha de tensão estabeleceu-se, como era inevitável, nas circunstâncias dadas, entre o representante brasileiro e o norte-americano, sr. Tomás Mann. O nível dêste diálogo pode perfeitamente ser calculado pelo fato de não ter o sr. Mann formulado objeções de fundo às somas, cifras e metas mencionadas no discurso lido pelo sr. Schmidt, ou seja, em suma, ao montante do esfôrço norte-americano requerido para vencer as barreiras do subdesenvolvimento da América Latina. Êle admitiu que os Estados Unidos pudessem talvez fornecer maior ajuda do que a pedida. Mas refugiou-se no sofisma de que o seu país é contrário "e nunca teve planos de cinco anos, ou plano de três anos, ou plano de dez anos" ou qualquer plano, em suma. E não parece ter ocorrido ao sr. Schmidt replicar-lhe que esta afirmação era contestada, sem irmos mais longe, pelo Plano Marshall, adotado na previsão de quatro anos, a partir de 1948, por mais que, antes de atingir o fim do prazo previsto para meados de 1952, a explosão da Guerra da Coréia tenha acabado por fundir o "Economic Cooperation Act" no "Mutual Security Program", que veio dar à ajuda inicialmente prevista, e fornecida em um montante de uns 13 a 15 bilhões de dólares (12 bilhões só

nos primeiros dois anos), uma amplitude e uma complexidade muito maiores. Justamente, essa fusão torna variáveis as estimativas do montante empregado só para atender àquelas primeiras necessidades da reconstrução européia. Depois disso, como se sabe, os Estados Unidos não cessaram de adotar tôdas as espécies de planos para atender a exigência de todos os países do mundo, exceto os da órbita russa e, no nível de interêsse revelado pelos outros, os da América Latina. Ainda não há muito, Eisenhower obteve do Congresso a aprovação de um plano de créditos a serem escalonados durante exatamente quatro anos, no auxílio aos países subdesenvolvidos — mantida, é claro, a prioridade afro-asiática. Êstes simples argumentos, com os quais qualquer pessoa, elementarmente informada em questões internacionais, tem tôda a familiaridade, teriam feito desabar os pretextos do sr. Tomás Mann.

O problema é, aliás, incomparàvelmente mais complexo do que parece. Levado pela necessidade de examinar certos aspectos da ação brasileira, na segunda metade do ano findo, já vejo, ao chegar a esta altura do presente artigo, que não terei espaço para encarar outros de ordem mais geral. Procurarei, entretanto, dar algumas breves indicações da natureza dos obstáculos que temos a vencer nos Estados Unidos deixando, para mais tarde, outros pontos que não cessam de me ocorrer ao espírito.

Premidos pela evidência mais crua da realidade, nós aqui, na América Latina, compreendemos que o defeito talvez principal da estratégia econômica norte-americana, no que se refere ao hemisfério ocidental, reside na completa ausência de qualquer perspectiva a longo prazo. Não se suponha, porém, que esta crítica só seja feita aqui, ou, em outras palavras, quando a questão é encarada do ângulo em que se encontra a área mais desamparada da parte do mundo ainda não sujeita, seja mesmo abertamente, à tirania totalitária comunista. Em um estudo publicado no número de outubro último da revista "Foreign Affairs", o comandante sir Roberto Jackson, presidente da Comissão de Desenvolvimento de Gana, último pôsto de uma carreira muito mais longa em varios gêneros de missões análogas, formula crí-

ticas idênticas às nossas, com argumentos exatamente iguais. Apenas, tratando-se de um inglês, não dirige o seu apêlo só aos Estados Unidos, mas a todo o mundo ocidental. Êle, também, depois de tomar tôdas as precauções adotadas pelos economistas do Itamarati, refere-se àquela "plataforma" a partir da qual os paises passam da categoria de subdesenvolvidos à de "em desenvolvimento franco". E, depois de indicar, com as reservas aludidas, que com "menos de, digamos, de 12 a 15 por cento... da renda nacional" devotados a "investimentos produtivos" as economias dos paises em discussão "não parecem capazes de realizar maior avanço", acrescenta:

> Acima dessa cifra elas têm probabilidade de conseguir o que poderia ser denominado uma "irrupção nacional *national breakthrough*, — em outras palavras, de alcançar suficiente dinamismo para que o processo de alto investimento se torne auto-sustentado, simplesmente porque, ano a ano, os recursos disponíveis para fornecer poupanças além e acima do consumo popular tendem a crescer (p. 55).

Mais adiante (p. 58), elogia "a espetacular generosidade *do esfôrço americano", observando que "não se critica a escala* da ajuda econômica de após guerra" ao "discutir o método — ou, antes, a falta de método — com que uma certa parte dela foi levada a efeito". E assinala: "Temos agido muito sôbre a base de expedientes." Finalmente, firma a sua tese (págs. 58-59):

> O Mundo Ocidental precisa estabelecer uma política definida para cobrir os seus múltiplos esforços e obrigações. Precisa explicar francamente, a si mesmo e aos outros, exatamente o que está tentando fazer.
>
> Ao desenvolvermos uma estratégia de assistência econômica do mundo livre, a nossa primeira necessidade, e *deixarmos de pretender que por alguma feliz circunstância* ou súbita melhora nas condições econômicas do mundo, ou por uma imprevista cessação da atividade comunista, podemos deter a ajuda econômica amanhã ou depois.

E por aí vai em um tom de crescente veemência até lançar esta interrogação decisiva:

> Devemos ser levados a acreditar que perdemos o nosso senso da realidade, e que não podemos mais reconhecer o óbvio?

A solução que propõe é a criação de um "Instituto Internacional de Desenvolvimento", título do seu artigo (*An International Development Authority*).

Citações dêsse gênero poderiam ser feitas indefinidamente, pois a bibliografia sôbre o problema dos países subdesenvolvidos cresce em ritmo proporcional ao aumento acelerado da importância, acuidade e percepção do problema, por parte de um número também dia a dia maior de especialistas de todos os países. Mas queremos tomar um outro aspecto do assunto? Em um longo artigo sobre "Literatura Americana", publicado no "New Statesman" de 6 de setembro do ano passado, o escritor inglês C.P. Snow indaga especialmente qual dos dois países, Estados Unidos ou Grã-Bretanha, convirá mais à carreira de homem de letras, nos dias atuais. E assinala que certos dos seus colegas norte-americanos, cujo temperamento deveria levá-los a transportarem-se para a Inglaterra, como Henry James e T.S. Eliot, não o fazem porque os Estados Unidos são hoje um país mais poderoso, "e as grandes literaturas pertencem aos países no auge do poder... e algumas vêzes a países com o futuro nos olhos..." Neste ponto, entretanto, o inglês observa:

> Se os Estados Unidos estivessem realmente instalados tão imperturbàvelmente no píncaro do seu poder, quanto a Inglaterra estava, digamos, em 1830, com cinqüenta invulneráveis anos, como Nação Principal, pela frente, aí eu invejaria apaixonadamente os escritores americanos. Mas não vejo absolutamente a posição dêles nesses têrmos; acredito que, essencialmente, estamos no mesmo barco....... todo o Oeste, e os E.U. como líderes do Oeste, é um enclave privilegiado na luta geo-social, e... a real ferocidade de avanço, a esperança social dinâmica, está como nas grandes populações empobrecidas do Leste, que se industrializam, decididas a

> ter a sua parte na partilha. É concebível que êste venha a ser o século do Homem Comum, mas não com o sentido original da frase... Os genuínos Homens Comuns são os camponeses indianos e chineses; e as pessoas reflexivas nos Estados Unidos, como aqui, começam a perceber que o destino *dêles* vai afetar o destino de tôda a Humanidade.

Será preciso admitir que essas "pessoas reflexivas" não fazem parte do Govêrno norte-americano, nem são ouvidas por êste, embora o clamor cresça dia a dia nos Estados Unidos. E aqui podemos terminar com uma última citação, a mais simples talvez das inúmeras de palpitante interêsse que poderiam ser extraídas de um admirável ensaio do professor Roberto Oppenheimer, publicado no "Foreign Affairs" de janeiro de 1958:

> Muito tempo passou sem que alguém, em nome dêste país tenha dito do nosso futuro ou do futuro do mundo alguma coisa que sugerisse completa integridade, uma certa frescura de espírito e um toque do plausível.

Êste ensaio, destinado a um livro coletivo a ser publicado mais tarde, trazia êste título reflexivo por excelência: *"An Inward Look"*, "Um olhar para dentro".

ANTÁRTIDA: O PROBLEMA POLÍTICO (III) *

João Frank da Costa

A POLÍTICA DA FRANÇA

Com a França, chegamos ao último país que, como a Noruega, a Grã-Bretanha, a Austrália e a Nova Zelândia, apoia as suas reivindicações no sistema do setor baseado na descoberta. Cumpre, entretanto, dizer algo acêrca das Ilhas subantárticas francesas.

O domínio subantártico francês inclui hoje em dia algumas ilhas disseminadas na parte austral do Oceano Índico: Arquipélagos Crozet (46º a 46º 30' S, 50º 30' a 52º 30' E) e Kerguélen (48º 27' a 50º S, 68º 27' a 70º 35' E), Ilhas São Paulo (38º 43' S, 77º 30' E) e Amsterdã (37º 52' S, 77º 30' E). Os primeiros foram descobertos e tomados em posse simbólica por navegadores franceses em 1772-1773; as segundas reivindicadas pelo Govêrno da India da Reunião em 1843. Essas terras, que ficaram esquecidas durante longos anos, foram objeto de certo interêsse, mormente motivado por propósitos econômicos, no fim do século XIX e no início do século XX.

Um decreto de 21 denovembro de 1924 ligou administrativamente essas ilhas ao Govêrno Geral de Madagascar. Outras medidas tendentes à conservação das riquezas naturais e à orga-

---

* No primeiro artigo desta série o autor apresentou uma introdução ao problema da Antártida e estudou, em particular, a política dos Estados Unidos da América. No segundo, analisou a política da Grã-Bretanha e a da Noruega. O presente artigo versa sôbre a política da França e a da União Soviética (Ver a *Revista Brasileira de Política Internacional* de setembro (nº 3, pág. 41) e de dezembro (nº 4, pág. 76) de 1958.

nização da pesca foram igualmente determinadas, em 1924 e 1938. As tentativas de exploração econômica foram, contudo, pouco satisfatórias, e as terras austrais francesas ficaram em relativo abandono até à Guerra Mundial.

Sabe-se que, durante a guerra, os alemães manifestaram alguma atividade nas águas subantárticas, utilizando ilhas esparsas como esconderijos e bases de abastecimento. Logo depois, foram problemas de segurança da navegação aérea e marítima no Oceano Índico, assim como as necessidades do estudo da circulação geral meteorológica, que chamaram a atenção sôbre as ilhas subantárticas. O estabelecimento da estações permanentes nessas ilhas podia ainda apresentar outros interêsses: possibilidade de escalas nas ligações aéreas intercontinentais, pesquisas e observações científicas, realizações econômicas e, enfim, reafirmação dos títulos territoriais.

A partir de 1947, a questão começou a ser sèriamente estudada. Em 14 de abril de 1948, a Assembléia Nacional francesa adotou unânimemente uma resolução convidando o Govêrno a "1º) afirmar e materializar os direitos soberanos da França sôbre as ilhas austrais francesas, e singularmente o Arquipélago Kerguélen; 2º) mandar, na primavera austral de 1949, uma missão econômica, científica e militar.

Em 8 de julho de 1949, o Govêrno apresentou à Assembléia Nacional dois projetos de lei: um no sentido de autorizar a criação de um estabelecimento administrativo permanente na Ilha Amsterdã, o segundo relativo à organização e ao funcionamento de uma missão de estudos às Ilhas Kerguélen e Crozet. Quando, em 1º de março de 1950, o primeiro projeto se tornou lei, o estabelecimento da Ilha Amsterdã já havia sido instalado. O segundo texto foi objeto de mais amplas discussões, em razão do potencial estratégico das Kerguélen. Aqui, também, entretanto, a missão foi enviada antes da adoção do projeto (lei de 20 de dezembro de 1950). Uma segunda expedição, em janeiro de 1951, lançou as bases da nova estação permanente, onde um grupo de aproximadamente cinqüenta pessoas se reveza anualmente.

As descobertas francesas de Dumont d'Urville a Charcot.

A obra francesa de descobertas, iniciada no fim do século XVII na zona contígua à América austral pelos marinheiros de Saint-Malo, prosseguida no Atlântico Sul por Bouvet e no Oceano Índico austral por Bougainville, Marion, Crozet, Kerguélen, La Pérouse, chega a seu ponto culminante no século XIX e no início do século XX, graças à obra de Dumont d'Urville e de Charcot.

As descobertas de Dumont d'Urville situam-se em duas zonas diferentes: a região antártica ao sul da América e a Terra Adélia. Na primeira, foram achadas algumas novas terras na região da Terra de Graham (1838). A expedição operou em seguida no setor australiano da Antártida, descobrindo a Terra Adélia em 19 de janeiro de 1840, e dela tomando posse em nome do rei Luís Filipe. Dumont d'Urville descobriu ainda outras terras de 136° a 142° de longitude E.

A segunda expedição antártica francesa foi a do *Français*, dirigida pelo Doutor Charcot, que operou a O da Terra de Graham, descobrindo ou melhor, redescobrindo algumas costas (1904-1905). A expedição do *Pourquoi Pas?* (1908-1910), ao contrário da precedente, conseguiu penetrar, na mesma região, em áreas até então completamente desconhecidas (2 000 milhas de novas terras). Apesar das descobertas de Dumont d'Urville e Charcot nas regiões antárticas situadas ao sul da América, a França jamais efetuou atos de soberania sôbre essas terras, que reconheceu implìcitamente como britânicas quando das negociações relativas à Terra Adélia e a certas ilhas subantárticas.

A Terra Adélia.

Quanto à terra descoberta por Dumont d'Urville em 1840, não parece ter provocado o interêsse do Govêrno francês, até ao dia em que as possibilidades da pesca da baleia conferiram nova importância às regiões austrais. Em 20 de dezembro de 1911, o Govêrno britânico indagou se a França emitia qualquer reivindicação sôbre a "Terra Wilkes" (outro nome dada à Terra Adélia, em razão das descobertas do navegador americano na

mesma época que as de Dumont d'Urville). O Govêrno francês, contudo, não tomou providência alguma até 1924. Nessa data, em virtude da recente Ordem-em-Conselho do Mar de Ross (30 de julho de 1923) e de possíveis reivindicações australianas motivadas pela posição geográfica da Terra Adélia e as descobertas da expedição de Sir Douglas Mawson (1911-1914), a França decidiu afirmar, *longa manu*, a sua soberania.

O decreto de 27 de março de 1924 inclui "a Terra Adélia ou Wilkes" nos territórios austrais nos quais os direitos mineiros, de caça e de pesca nas águas territoriais, são reservados aos franceses. Em 2 de abril do mesmo ano, uma decisão do Ministério da Marinha coloca a região sob a fiscalização das unidades navais do Pacífico. Em 21 de novembro, a Terra Adélia — assim como as ilhas austrais francesas — ficam administrativamente ligadas ao Govêrno Geral de Madagascar. Enfim, em 30 de dezembro, um novo decreto regulamenta a pesca e a utilização industrial da baleia e prevê a criação de um parque nacional francês.

Entretanto, os limites da reivindicação francesa não eram determinados por êsses diversos atos oficiais. Tratava-se ùnicamente da costa antártica, ou de um setor comparável aos reivindicados pelos britânicos? Quais eram as fronteiras ocidentais e orientais do território? Sabe-se que, apesar das recomendações de certos australianos, a Terra Adélia não fôra incluída nas reivindicações formuladas na ata final da Conferência Imperial de 1926. Mas só foi após uma negociação bastante longa (1930-1938) que franceses e britânicos conseguiram um acôrdo, consagrado pelo Decreto francês de 1º de abril de 1938. Segundo êsse texto, "as ilhas e territórios situados ao S do 60º de latitude S, entre 136º e 142º E de Greenwich, são colocados sob a soberania francesa".

Posição da França com respeito às aquisições territoriais antárticas.

Poder-se-á deduzir dêsse texto, assim como de outros fatos, a posição do Govêrno francês com respeito às aquisições terri-

toriais nas regiões antárticas? Parece considerar que a descoberta, mesmo não seguida de tomada de posse simbólica, constitui um título completo de soberania. Entretanto, a França não limitou as suas anexações a regiões descobertas pelos seus nacionais, já que os limites adotados em 1938 são os de um setor. Destarte, apoiado nos princípios da descoberta e do setor, o sistema francês é idêntico ao praticado pela Austrália, Grã-Bretanha e Nova Zelândia. A França, em troca do reconhecimento da sua soberania sôbre a Terra Adélia, admitiu implìcitamente os limites dos setores britânicos, e especialmente os das Dependências das Ilhas Falkland, apesar das descobertas de Dumont d'Urville e de Charcot.

Em 25 de outubro de 1938, por iniciativa de Londres, um acôrdo foi concluído entre a França e os Estados do *Commonwealth* interessados na Antártida, no sentido de consentir ao livre sobrevôo dos respectivos territórios austrais.

A Noruega parece igualmente ter reconhecido a anexação francesa. Em 1939, com efeito, o Ministro dos Negócios Estrangeiros dêsse país declarou que o seu Govêrno renunciava a emitir reivindicações sôbre territórios já tomados em posse por outras nações. Além disso, viu-se que a política norueguesa na Antártida, após muitas vacilações, tornou-se extremamente semelhante à da França e do *Commonwealth*.

Quanto aos Estados Unidos, mantiveram perante as apropriações francesas a sua atitude habitual: reserva de direitos e rejeição da descoberta como título de soberania (nota de 7 de janeiro de 1939 e *memorandum* de 10 de março de 1947). A França manifestou-se, por sua vez, contra a possível internacionalização da Antártida (ver a *Revista Brasileira de Política Internacional, ano 1, nº 3, setembro de 1958, págs. 56-57*).

Atividades antárticas das «Expedições Polares Francesas».

Apesar de tôdas essas negociações, permanecia o fato de que nenhum francês desde 1840, havia visitado a Terra Adélia. Após a Segunda Guerra Mundial, a dupla preocupação de confirmar as reivindicações francesas por manifestações efetivas de

interêsse e de utilizar a Antártida como terreno de estudos científicos, provocou mudança total dessa atitude de indiferença.

Em 1947-1948 foi constituído e organizado um organismo privado, as *"Expéditions polaires françaises"*, que beneficia de subvenções do Estado e é submetido à tutela administrativa, sob a direção de Paul-Émile Victor. Até 1953, foram organizadas cinco campanhas de verão, três a bordo do *Commandant Charcot* e duas a bordo do *Tottan*, assim como três campanhas de inverno nas bases costeiras instaladas na Terra Adélia (1949-1951, 1951-1952, 1952-1953). Essas atividades visavam a: "1) estabelecer uma base permanente e ocupar o setor francês; 2) explorar e cartografar a região costeira e a encosta do planalto glacial antártico; 3) executar pesquisas científicas relativas às principais disciplinas geofísicas, meteorológicas, geográficas e às ciências naturais".

Sob o ponto de vista político, que mais especialmente nos interessa, notar-se-á que as atividades das *"Expéditions polaires françaises"* até 1953 tiveram os resultados seguintes: 1) demonstração prática do interêsse da França por uma região abandonada desde 1840; 2) tentativas de manifestações de autoridade estatal (presença de representantes do Govêrno francês, atividades postais e telegráficas, renovação da posse formal); 3) ocupação contínua de um ponto da costa antártica, de janeiro de 1950 a janeiro de 1953.

Nova estrutura administrativa das Terras austrais francesas.

Após o estabelecimento de estações permanentes em certas ilhas subantárticas e o envio de expedições à Terra Adélia, dois problemas ainda deviam ser resolvidos: a reafirmação legal da soberania francesa e a reorganização do estatuto administrativo dêsses territórios. O decreto de 21 de novembro de 1924 havia-os submetido à autoridade do Govêrno Geral de Madagascar e, desde 31 de dezembro de 1949, constituíam um "distrito austral" ligado à Província de Tamatave. Os representantes do Govêrno francês na Terra Adélia eram colocados sob a autoridade do Alto Comissário da República em Madagascar. Tal estatuto,

evidentemente, não correspondia às realidades da presença efetiva de franceses nas ilhas subantárticas e no continente austral. A proximidade geográfica (de 4 000 a 8 000 km) era tôda teórica. Em segundo lugar, não existiam ligações econômicas entre o território africano e o seu distrito austral. Enfim, Madagascar não possuía os meios financeiros e técnicos para o estabelecimento de bases científicas e administrativas, o envio de expedições e a cobertura de despesas necessárias à valorização eventual das terras austrais.

Encarou-se, então, a criação de uma entidade jurídica distinta e de uma gestão autônoma, que permitiria, em particular, a outorga direta de créditos pela metrópole. Precisava, entretanto, elaborar um estatuto próprio a terras desprovidas de população permanente que necessitasse organização política peculiar. Diversas propostas foram apresentadas nesse sentido a partir de 1948, mas o projeto de lei definitivo foi submetido à Assembléia Nacional em 1951 pelo Ministro da França de Além-Mar. Devia fornecer a base da lei de 6 de agôsto de 1955, que rege atualmente as terras austrais.

As ilhas São Paulo, Amsterdã, os Arquipélagos Crozet e Kerguélen e a Terra Adélia passam a constituir um território de além-mar, distinto de Madagascar, e possuindo a autonomia administrativa e financeira ("Terras austrais e antárticas francesas"). O território é colocado sob a autoridade de um administrador em chefe, assistido por um conselho consultivo composto de representantes de diversos Ministérios. A sede administrativa da circunscrição é provisòriamente fixada em Paris, podendo no futuro ser transferida *in loco*.

A POLÍTICA DA UNIÃO SOVIÉTICA

No estudo da política antártica da União Soviética, dois elementos preliminares devem ser levados em conta. Em primeiro lugar, não se pode deixar de lado o fato de que êsse país, no ponto de vista territorial, se vale dos direitos de sucessor do Império russo. Apesar das discussões de doutrina, tanto na

União Soviética quanto alhures relativas à alegada diferença fundamental entre a velha Rússia e o novo Estado socialista, que excluiria a teoria tradicional da sucessão, cumpre observar que tanto a prática internacional quanto as regras reconhecidas do Direito das Gentes levam à adoção do princípio acima exposto. A interpretação marxista da História ou a finalidade de repudiar certas dívidas contraídas pelos Czares em nada podem modificá-lo.

Em segundo lugar, a União Soviética proclama a sua soberania sôbre vastas áreas boreais, em virtude dos princípios da contigüidade e dos setores (*vide* o artigo a êsse propósito na *Revista Brasileira de Direito Internacional*, n.os 13/14, 1951, págs. 87-128). Pelo decreto de 29 de setembro de 1916, o Govêrno russo declarou "parte e parcela" do Império certas ilhas árticas adjacentes à costa asiática, por constituírem "uma extensão para o Norte da plataforma continental da Sibéria". As autoridades soviéticas confirmaram tal anexação, por *memoradum* de 4 de novembro de 1924, comunicado a diversas potências. Enfim, em 15 de abril de 1926, o *Praesidium* do Comitê Executivo Central da U.R.S.S. declarou pertencentes a êsse país "tôdas as terras e ilhas descobertas ou por descobrir, que não são reconhecidas pelo Govêrno soviético como propriedade de outros Estados, à data da promulgação do presente decreto", e situadas "ao Norte do litoral da U.R.S.S. até ao Pólo Norte, nos limites do setor formado pelos meridianos 32° 4'35" E. de Greenwich e 168° 49' 30" W. de Greenwich". Sabe-se, além disso, que os autores soviéticos (Korovin, Lakhtine, Sigrist e outros) sempre foram defensores intransigentes da teoria dos setores, na sua mais ampla extensão.

Atividades russas e soviéticas na Antártida.

As atividades russas e soviéticas nas regiões polares austrais sofreram grandes vicissitudes. Iniciam-se brilhantemente em 1819 com a expedição de Bellingshausen e Lazarev; desaparecem por completo durante mais de um século; ressurgem, mas apenas na fase de projeto, em 1938 (quando do estudo da instalação de uma base meteorológica na terra do Príncipe Regente Luitpold);

confirmam-se, depois da Segunda Guerra Mundial, com o envio de expedições baleeiras; enfim, manifestam-se plenamente com a ativissima participação da União Soviética nos trabalhos do Ano Geofísico Internacional (a qual será deixada de lado no presente estudo).

A viagem de Bellingshausen e Lazarev é sem dúvida a principal depois das expedições de Cook, cujos resultados científicos visava completar. Redundou em nova circunavegação do Continente Austral, com descobertas importantes, tais como o da Ilha Pedro I e da Terra Alexandre I (*Vide* H. Gravelius, *F. von Bellingshausen Forschungsfärhrten im südlichen Eismeer, 1819-1821*, Leipzig, 1902 e F. Debenham, *The voyage of Captain Bellingshausen to the Antartic Seas, 1819-1821*, Londres, 2 vol., 1945). Segundo muitos autores — a maior parte dos quais soviéticos — essa expedição foi a primeira a avistar o continente antártico pròpriamente dito, o que poderia ter conseqüências no domínio das reivindicações. A *Komsomalskaya Pravda* de 28 de janeiro de 1950 (p. 4) resume destarte a posição soviética na matéria: "Històricamente, o direito de prioridade na descoberta e exploração de muitas terras antárticas pertence eternamente à Rússia, e, por via de sucessão, à União Soviética".

Evolução da política soviética.

Até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Govêrno soviético conservou a maior discrição a respeito das proclamações de soberanias feitas por diversos Estados sôbre territórios Antárticos. Em 27 de janeiro de 1939, contudo, o Kremlin saiu do seu mutismo e contestou a anexação da Ilha Pedro I pela Noruega. Era o sintoma de que a U.R.S.S. não estava disposta a abrir mão dos direitos ou pretensões herdados da Rússia. Essa posição ficou mais clara a partir de 1949.

Em 10 de fevereiro daquele ano, o Presidente da Sociedade Geográfica da U.R.S.S., Lev Semenovich Berg, driigiu a êsse corpo científico oficial uma comunicação relativa "às descobertas russas na Antártida e o seu interêsse contemporâneo". Nessa ocasião, a Sociedade adotou uma resolução que 1) salienta o papel

essencial dos exploradores russos na descoberta da Antártida; 2) afirma o direito indiscutível da União Soviética de intervir, em virtude daquele papel, na solução do problema do regime da Antártida, que deve ser adotada, em primeiro lugar, pelos Estados que têm o "direito histórico" de dela participar; 3) rejeita qualquer solução que seja adotada na ausência da U.R.S.S.

A resolução da Sociedade Geográfica da U.R.S.S. foi principalmente motivada pelo *memorandum* dirigido, em 1948, pelos Estados Unidos da América aos paises que julgavam interessados na Antártida, no sentido de procurar conjuntamente uma solução ao regime dos territórios correspondentes, na base possível de certa forma de internacionalização. Moscou, contudo, não havia sido consultado.

O *Memorandum* soviético de 7 de junho de 1950.

Preparado pela Resolução da Sociedade Geográfica, o *memorandum* de 7 de junho de 1950 precisa a posição do Kremlin. O texto foi dirigido à Argentina, Austrália, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Noruega e Nova Zelândia, isto é, aos paises que, por iniciativa do Departamento de Estado, haviam iniciado conversações (aliás, infrutíferas) sôbre o futuro regime da Antártida. O Chile foi excluído por não ter relações diplomáticas com Moscou.

Os trechos essenciais do documento em aprêço merecem ser reproduzidos. Após relembrar as negociações acima citadas, o texto precisa que "o Govêrno da U.R.S.S. não pode aceitar que uma questão como a do regime da Antártida seja resolvida sem sua participação. A êsse respeito, o Govêrno soviético estima necessário relembrar os grandes serviços prestados pelos navegadores russos na descoberta da Antártida, (...) que não são menos importantes que os das expedições mais tarde realizadas no próprio Continente e em volta do seu litoral por expedições de certos paises, cujos representantes afirmam hoje o seu interêsse em definir o regime da Antártida.

"Sabe-se que o território da Antártida e as suas águas adjacentes têm grande valor do ponto de vista econômico, e, a êsse

propósito, o continente antártico é importante não sòmente para os Estados acima enumerados, que estão participando de negociações relativas ao regime na Antártida, mas também para muitos outros Estados, inclusive a União Soviética. Basta salientar que os nove décimos da pesca da baleia são precisamente feitos nas águas antárticas. A U.R.S.S. tem uma indústria baleeira e é parte da Convenção Internacional sôbre Pesca da Baleia, de 1946. As suas flotilhas baleeiras operam regularmente nas águas antárticas.

"O mesmo pode ser notado a respeito da importância científica da Antártida, tanto mais quanto êsse continente e suas ilhas adjacentes apresentam uma base conveniente para a realização de observações meteorológicas altamente importantes, que interessam igualmente o hemisfério boreal. (...)

"O Govêrno soviético estima necessário afirmar que, de acôrdo com a prática internacional, todos os Estados interessados devem ser convidados a participar das discussões do regime de qualquer esfera de importância internacional. O Govêrno soviético é de opinião que tal prática internacional deve também ser observada no que diz respeito à solução do problema antártico. Já teve ocasião de indicar a ilegalidade de qualquer solução em separado da soberania territorial na Antártida em nota oficial dirigida ao Govêrno norueguês em 27 de janeiro de 1839.

"Em vista do que precede, o Govêrno soviético não pode reconhecer a legalidade de qualquer decisão relativa ao regime da Antártida que seja tomada sem a sua participação. É de opinião que, já que o destino da Antártida interessa muitos países, será conveniente, no momento atual, de discutir a questão do regime da Antártida no plano internacional, com o fito de procurar um acôrdo que possa harmonizar-se com os interêsses legítimos de todos os Estados interessados.

"Do seu lado, o Govêrno soviético está pronto a considerar qualquer proposta submetida pelos Govêrnos interessados, no que diz respeito ao modo de discutir a questão em aprêço e ao caráter do regime da Antártida (...)."

Conclusões.

Do que precede, pode-se inferir que:

1) A União soviética está muito interessada na Antártida, e não está disposta a ser deixada de lado em tentativas multilaterais da procura de um estatuto para ela;

2) As diversas proclamações unilaterais de soberania, bem como os acôrdos explícitos ou tácitos relativos à Antártida, não são reconhecidos pelo Govêrno de Moscou;

3) A U.R.S.S. afirma ter adquirido direitos em virtude das explorações e descobertas de Bellingshausen e Lazarev, apesar do seu caráter relativamente remoto;

4) Não fêz entretanto, e não parece disposta a fazer, reclamações específicas de territórios;

5) Em conseqüência, a União Soviética desliga inteiramente os dois problemas, ártico e antártico, adotando para o primeiro a solução dos setores, e, para o segundo, princípios menos claros;

6) Segundo os pontos de vista contidos na Resolução da Sociedade Geográfica e do *Memorandum* de 7 de junho de 1950, o meio ideal para resolver o problema antártico seria a reunião de uma conferência internacional ou pelo menos discussões multilaterais; existe, entretanto, uma divergência entre duas tendências quanto à participação à elaboração do regime: de *todos* os Estados interessados, *lato sensu*, e dos Estados mais especialmente envolvidos, com direitos especiais.

7) Quanto ao regime a ser adotado, pouco se depreende dos dois textos oficiais; o estudo da doutrina soviética indica que existem pelo menos duas tendências, uma favorável ao estabelecimento de alguma forma de condomínio (Durdenevsky), outra oposta (Molodtsov). Kostritsyn sugere um sistema análogo ao estabelecido pela Convenção do Danúbio de 18 de agôsto de 1948, visando à "cooperação de Estados soberanos na exploração e uso pacífico das regiões antárticas".

Tudo parece indicar que a União Soviética quer estar presente na Antártida, mas, de preferência, sob alguma forma de internacionalização.

RESENHA

COMISSÃO BRASILEIRA DA OPERAÇÃO PAN-AMERICANA *

Pelo Decreto nº 44 771, de 4 de novembro de 1958, o Presidente da República instituiu a Comissão Brasileira da Operação Pan-Americana "para, na qualidade de órgão de consulta do Govêrno, propor diretrizes e linhas gerais de orientação no que se refere à atuação da delegação brasileira, no sentido de propugnar pela solução de medidas de caráter multilateral tendentes ao combate ao subdesenvolvimento no Hemisfério."

A Comissão funciona sob a presidência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, com a participação do Secretário Geral e dos Chefes de Departamento dêsse Ministério, devendo ser constituída por personalidades brasileiras que especialmente se recomendem pela cultura e experiência no trato dos assuntos compreendidos nos objetivos da Operação Pan-Americana.

Por ato daquela data, foram nomeados para integrarem a Comissão os Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Fazenda, da Viação, da Agricultura, da Educação, e os senhores Osvaldo Aranha, Raul Fernandes, Francisco Campos, João Carlos Muniz, Hildebrando Acioly, Válter Moreira Sales, Oswaldo Trigueiro, Edmundo da Luz Pinto, Augusto Frederico Schmidt, Pedro Calmon, Levi Carneiro, Haroldo Valadão, Roberto Campos, Ari Tôrres, Generais Edgar do Amaral e Nélson de Melo e Arcebispo D. Hélder Câmara.

A Comissão instalou-se a 13 de novembro de 1958, no Palácio Itamarati, em cerimônia presidida pelo Presidente da República, que pronunciou o discurso adiante reproduzido.

DISCURSO DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

"No momento em que se instala o Conselho Consultivo da Operação Pan-Americana, constituido de homens públicos emi-

---

* Sôbre a origem e desenvolvimento da Operação Pan-Americana ver a *Revista Brasileira de Política Internacional* de setembro (nº 3, pág. 138) e de dezembro (nº 4, pág. 100) de 1958, e bem assim a seção de *Documentos* da presente edição.

nentes, designados por um critério em que não predominou outro fator senão os altos títulos e qualidades que os recomendam para o exercício de tão insigne função, desejo marcar com a minha presença o relêvo que atribuo a êste acontecimento.

Já a esta altura, não resta dúvida de que a Operação Pan-Americana surgiu em hora certa, e que dela poderemos aguardar resultados positivos. Não quero mostrar-me por demais otimista, alimentando esperanças que não venham a ser imediatamente confirmadas. O tempo vai tornando mais madura a idéia inicial dêsse movimento de alerta que reafirma, com ênfase, a necessidade de valorizar todo êste chamado Novo Mundo, pelo combate à chaga do subdesenvolvimento. Aproxima-se o momento de passarmos aos atos, à tentativa de nos compreendermos todos efetivamente, dando-nos conta de que abrimos o nosso entendimento, na hora exata, quando ainda é tempo de fazer alguma coisa de positivo, não apenas em favor dos países latino-americanos, mas também da causa do Ocidente que integramos.

O que reveste de incomparável importância a Operação Pan-Americana é, de fato, a sua histórica oportunidade. Essa oportunidade autoriza-nos a esperar que, desta vez pelo menos, não serão discutidos em vão os problemas de tôda a América. O Sr. Augusto Frederico Schmidt, representante do Brasil no Comitê dos 21 países continentais, ora de partida para Washington, está habilitado a desincumbir-se satisfatòriamente da sua delicada missão. Leva recomendação expressa no sentido de reafirmar, por todos os meios ao seu alcance, o interêsse primordial do Brasil nessa reunião e a esperança que nutrimos em que seus resultados sejam auspiciosos e não dêem margem a desilusões.

A evolução dos acontecimentos mundiais está a exigir, realmente, uma revisão nos princípios norteadores da política pan-americana. Enquanto, por tôda a parte, se acentua a tendência de os países se associarem visando a encontrar a fórmula que lhes permita, não só promoverem de mão comum o desenvolvimento material e cultural, mas ainda defenderem o regime político que os governa, é imprescindível que os povos americanos procurem meios mais eficazes de unir-se também, dando assim sentido político, adequado à hora presente, ao Pan-Americanismo.

Assistimos ao fortalecimento, cada vez maior, do bloco soviético; vamos constantemente sendo informados de que se verifica um processo de aceleração do desenvolvimento dos países asiáticos nêle integrados. E enquanto nos vamos inteirando dessa expansão, aflige-nos e preocupa-nos a existência de milhões

de sêres privados do mínimo de confôrto exigido pela dignidade da pessoa humana, neste Continente tão claramente destinado a ser próspero e rico. Demais, importa reconhecer — e esta é uma das premissas básicas da Operação Pan-Americana — que a deplorável situação de subdesenvolvimento e miséria que se verifica em zonas da nossa América nunca se afigurou, como agora, tão perigosa para a causa Ocidental e para a unidade dos países latino-americanos, não só necessária mas indispensável neste momento.

Os resultados dos trabalhos do Comitê dos 21 países dependerão de se aceitar, inadiável, ou não, a luta contra o subdesenvolvimento em nosso Continente. Neste sentido é que a Operação Pan-Americana tem um indeclinável caráter político, em cuja realidade cumpre ao representante do Brasil insistir.

Pela transcendência do movimento que deveis orientar com a vossa experiência e alto descortino, tornam-se evidentes, meus Senhores, as responsabilidades que tendes como membros do Conselho Consultivo da Operação Pan-Americana. O Govêrno está tranqüilo quanto ao desempenho da vossa missão, brasileiros muitos ilustres que sois e já assinalados por grandes serviços à causa pública.

Creio oportuno chamar a atenção para a necessidade de nos mantermos internamente à altura das responsabilidades externas que estamos assumindo. Apelo para o patriotismo de todos os brasileiros; peço-lhes que meditem na repercussão, no exterior, dos nossos atos numa hora em que estamos sendo seguidos e observados com o maior interêsse. A Operação Pan-Americana não tem encontrado ressonâncias apenas neste hemisfério, mas em tôda a parte. As nações mais ilustres e mais poderosas do mundo acompanham, com interêsse, a evolução desta política que solidàriamente desenvolvemos com os países fraternos do Novo Mundo. Temos de levar em conta que não estamos sòzinhos, e que a autoridade de que carecemos para dar o passo talvez mais importante da história de nossa Diplomacia está na dependência da nossa ordem interna, do nosso sentido público de responsabilidade, do nosso modo de pensar os problemas brasileiros. A fim de que nos mantenhamos unidos diante da causa representada pela Operação Pan-Americana, a que estamos tão ìntimamente ligados, apelo para o que jamais faltou aos brasileiros: a alta noção do interêsse nacional em sua projeção no exterior.

Se é necessário que reine a ordem nos espíritos, para que possamos enfrentar as crises originadas pelo nosso crescimento, é neste momento imperativo da própria dignidade nacional ve-

larmos pelo regime e pelo Brasil, que se apresenta numa iniciativa de tão larga envergadura como a de renovar o pan-americanismo e dar-lhe maior conteúdo e maior profundidade.

Era o que eu tinha para dizer diante das figuras eminentes dêste Conselho, cuja colaboração à Operação Pan-Americana agradeço em nome do Brasil".

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS — COMISSÃO ESPECIAL DOS 21

De acôrdo com a resolução tomada pelos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, quando da sua reunião em Washington, a 23 e 24 de setembro de 1958, o Conselho da Organização dos Estados Americanos estabeleceu uma Comissão Especial, composta de representantes dos 21 Estados-membros, para assentar e propôr as providências necessárias à execução da Operação Pan-Americana.

A Comissão Especial dos 21 reuniu-se em Washington, de 17 de novembro a 12 de dezembro de 1958. Nela, o Brasil fêz-se representar por uma delegação chefiada pelo Dr. Augusto Frederico Schmidt.

Sôbre o resultado dos seus trabalhos a Comissão expediu um comunicado que vai a seguir transcrito, juntamente com uma nota do Ministério das Relações Exteriores, datada de 13 de dezembro. Reproduzimos também o discurso em que o delegado brasileiro expôs, perante aquela Comissão, o pensamento do Govêrno do Brasil.

COMUNICADO DA COMISSÃO ESPECIAL

"Ao terminar hoje o seu primeiro período de sessões, a Comissão Especial do Conselho da Organização dos Estados Americanos, na qual foram representados os governos das 21 repúblicas americanas, considera oportuno declarar que, iniciados os seus trabalhos a 17 de novembro de 1958, durante as suas reuniões os representantes dos Estados-membros tiveram ampla oportunidade de exprimir, com absoluta franqueza, e clareza, os pontos de vista dos seus respectivos governos sôbre a inadiável necessidade de robustecer a cooperação interamericana.

O livre intercâmbio de opiniões desenvolveu-se, a todos os momentos, num ambiente de extraordinária cordialidade e mútua

compreensão. Todos os membros da Comissão reiteraram a sua fé na Organização dos Estados Americanos, o seu propósito de consolidar a fraternal convivência dos seus países e a urgência de utilizar até onde fôr possível tôdas as facilidades e os meios que oferece o sistema regional para promover o desenvolvimento econômico do continente, de forma positiva e proveitosa para tôdas e cada uma das Repúblicas americanas.

Foram debatidos com amplitude todos os temas abordados na reunião informal dos ministros de Relações Exteriores, celebrada em Washington nos dias 23 e 24 de setembro passado e muitas outras iniciativas das diversas representações que surgiram no decorrer das deliberações.

Atribuiu-se especial atenção ao problema do financiamento do desenvolvimento econômico da América Latina e aprovou-se um projeto de resolução que apóia a iniciativa de estabelecer uma instituição interamericana de fomento econômico e o desejo de que o Comitê de Técnicos convocado pelo Conselho Interamericano Econômico e Social, para 8 de janeiro vindouro, redija, no menor tempo possível, os projetos de convenção que darão vida a êste novo instrumento de cooperação interamericana.

No tocante ao interêsse por criar novos incentivos para o afluxo de capital privado, todos os representantes estiveram de acôrdo quanto à necessidade de complementar as medidas que adotem ou tenham adotado os países interessados em receber e atrair capitais estrangeiros, por meio de convênios com os países fornecedores de capital, para que a redução especial de impostos que oferecem ou podem oferecer os primeiros, não se frustre por falta de medidas complementares por parte dos países que tenham capacidade de fornecer capitais.

Êste é um ponto que fica à discrição dos governos interessados e que contam, de antemão, com a disposição expressa, desde o primeiro dia de sessões, por parte do Govêrno dos Estados Unidos, para celebrar as convenções respectivas.

Houve inteiro entendimento com respeito à magnitude do problema de grande dependência das exportações de um ou vários produtos primários, já que as bruscas flutuações e quedas repentinas dos preços dêsses produtos se refletem profundamente nas economias dêsses países. Eis porque se faz necessária uma atitude de compreensão e cooperação para com as legítimas e urgentes aspirações e grandes potencialidades dos nossos países. Cooperação eficaz e imediata, nos diversos campos da economia, da técnica e da educação, para que a nave da Democracia no

continente possa resistir aos vendavais do totalitarismo, que se acerca das nossas praias."

"A êste respeito, os representantes de todos os países americanos mostraram-se dispostos a participar do estudo dos problemas relativos a cada produto, com o propósito de procurar soluções adequadas dentro do critério de solidariedade continental e o reconhecimento da mútua conveniência que se depreende dos vínculos de tôda a espécie que existem entre os países da comunidade regional americana.

Todos os representantes, na reunião, puseram especial ênfase na necessidade de intensificar a cooperação técnica e de dar novo e grande impulso às campanhas encaminhadas para elevar a capacidade técnica e a eficiência no trabalho, que constituem os principais elementos para o desenvolvimento econômico.

Neste particular, apresentaram-se muitas e valiosas iniciativas inspiradas na correspondente proposta da República Argentina, que servirão para ampliar e tornar mais intensos os programas que, neste sentido, elabora a OEA e para despertar interêsse e ajuda, nesta direção, por parte de outras organizações públicas e privadas.

A Comissão suspende agora as suas sessões porque, expostos já os pontos de vista gerais, considera que convém trabalhar, sem perda de tempo, na preparação de fórmulas e mecanismos concretos. Para realizar êsse trabalho técnico, indispensável para conseguirem-se resultados compensadores, criou-se um "Grupo de Trabalho" que se encarregará de tornar viáveis os referidos propósitos. O mencionado "Grupo de Trabalho" reunir-se-á na União Pan-Americana, a partir de 15 de janeiro de 1959 e solicitará a indispensável e eficaz cooperação do C.I.E.S. e do Secretariado Geral da OEA. Ao concluir o seu trabalho, no máximo até 1º de abril de 1959, êsse grupo comunicará à Comissão Especial as suas conclusões e recomendações. Ficaram assim, em vias de execução, as novas medidas que exige a mais eficaz cooperação interamericana.

Caberá à Comissão Especial, ao reatar em abril as suas sessões, examinar essas propostas especiais e encaminhá-las ao Conselho da OEA, para que os governos concluam acôrdos e tomem decisões finais.

Cumpre destacar o reconhecimento de todos os governos ao excelentíssimo senhor doutor Juscelino Kubitschek, Presidente do Brasil, pela sua oportuna iniciativa, tendente a pôr em marcha o que se denominou "Operação Pan-Americana".

A Comissão tem perfeita consciência da transcendental importância do mandato que lhe foi conferido pelos governos da América e, em vista do que exprimiu e conseguiu até ao momento, acalenta a esperança de que será possível acercar-se à meta visada pelos governos da América: a promoção do desenvolvimento econômico dos seus países a fim de elevar o nível de vida dos seus povos e robustecer, dessa maneira, as bases para o progresso e adiantamento da Democracia no Continente."

NOTA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

"Conforme já é do conhecimento público, através do comunicado conjunto das 21 Repúblicas Americanas, ontem divulgado em Washington, entrou em recesso o Comitê dos 21; havendo sido instituído um Comitê de Técnicos para transformar em propostas concretas as medidas acordadas, em linhas gerais, nos recentes debates.

O referido Comitê de Técnicos, integrado por onze países (Brasil, Chile, Argentina, Paraguai, Venezuela, Peru, Estados Unidos da América, México, Haiti, Cuba e El Salvador), reunir-se-á na sede da União Pan-Americana, a partir de 15 de janeiro próximo, devendo submeter as suas conclusões e recomendações, no mês de abril, à definitiva apreciação do Comitê dos 21, para a sua posterior apresentação aos Governos do Continente, através do Conselho da OEA.

É assim, fora de dúvida que a Operação Pan-Americana, desenvolvendo-se de acôrdo com o processamento idealizado, alcançou, nesta primeira fase, todos os seus objetivos imediatos.

O movimento iniciado pelo Presidente Kubitschek recebeu, *na reunião de Washington, um apoio consagrador de tôdas as* Repúblicas Americanas, conforme declarações reiteradas em plenário e menção expressa no comunicado final.

Pela primeira vez, na história das relações interamericanas, toma corpo um movimento unânime pela redenção econômica de milhões de sêres humanos no nosso Continente. O princípio de solidariedade ante a agressão e a ameaça externa foi agora estendido à luta comum contra o subdesenvolvimento.

Atuando em consonância com a orientação do Itamarati, a representação brasileira no Comitê dos 21, chefiada pelo Senhor Augusto Frederico Schmidt, desempenhou-se das suas funções com patriotismo e eficiência, prestando assinalados serviços ao Brasil e à causa pan-americana."

DISCURSO DO SR. AUGUSTO FREDERICO SCHMIDT

"Nossos entendimentos chegaram a um ponto crucial. *Ouvimos as análises objetivas e sèriamente meditadas dos paises* irmãos de língua latina. Pela primeira vez, quiçá, na nossa História, estivemos reunidos com unanimidade em tôrno do problema, a um tempo fundamental e concreto, do nosso desenvolvimento.

Queremos registrar aqui, também, com satisfação as manifestações do representante dos Estados Unidos da América, Sub-Secretário de Estado para Assuntos Econômicos, Senhor Dillon. Essas manifestações coincidem, no espírito, com as idéias comuns que nos têm aqui reunidos, e respondem, pelo tom concreto e firme, às nossas esperanças de um entendimento franco para o estabelecimento das bases da verdadeira cooperação que se faz necessária entre nós.

O Representante norte-americano resumiu em três questões principais os diversos pontos constantes da Agenda primeiramente sugerida pelo Govêrno brasileiro no seu *memorandum* de agôsto passado. As questões formuladas pelo Senhor Dillon traduzem, de fato, numa boa ordem de prioridade, alguns dos problemas mais sérios do nosso desenvolvimento.

Creio, porém, que, ao invés de iniciarmos a manifestação *do pensamento do Govêrno brasileiro diretamente pelo exame* dêsses pontos específicos, melhor justiça faríamos ao espírito que aqui nos reúne se começássemos procurando a verdadeira ordem de prioridade, do essencial ao acidental e do geral ao particular, de tal modo que o nosso pensamento se firme espontâneamente na real hierarquia dos problemas e não se perca, embora na melhor das intenções, na massa das minúcias.

Os pontos particulares, ainda que importantíssimos, constituem elementos do quadro geral, que é, afinal, o do nosso próprio destino histórico de desenvolvimento. Com êste espírito, o Govêrno brasileiro, depois de haver submetido aos demais Governos americanos uma enumeração de problemas concretos sôbre os quais convinha começassem a cristalizar-se as opiniões, apresentou, na reunião de Ministros de Estado de 22 a 23 de setembro, um *Aide-Mémoire* que constitui um esfôrço de formulação dos problemas do subdesenvolvimento segundo a adequada ordem hierárquica necessária à fixação de uma política comum.

A ocasião para que se examinasse o *Aide-Mémoire* não era aquela Reunião, em que as nossas idéias estavam ainda numa

primeira fase de ajustamento, mas agora, depois dos significativos resultados dos nossos entendimentos gerais.

A nossa Agenda inclui, evidentemente, os seis tipos de problemas principais cuja solução é indispensável ao desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos como a maioria dos latino-americanos. Mas a verdade é que êsses problemas vêm sendo estudados, dissecados, por todos os ângulos, não só pelo Conselho Interamericano Econômico e Social, mas também pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, pela CEPAL, por várias Comissões Funcionais da ONU, por várias Agências Especializadas, por grupos de Trabalho convocados por êsses organismos e por fundações e organizações de caráter privado. Tanto no que diz respeito a método de ataque, como no caso de identificação de relações casuais, aspectos de interdependência, etc, etc., o re-estudo dêsses problemas dificilmente poderia apresentar novos aspectos relevantes. Se os enviarmos a Comissões desta Conferência, sem lhes adicionarmos uma nova perspectiva, é extremamente provável que obtenhamos uma série de documentos tão interesssantes como os anteriores mas que, além de já não poderem ter originalidade, também deixarão de passar, como aconteceu antes, pelo único *test* que nos deverá interessar aqui: o *test* de trazer resultados positivos em têrmos de desenvolvimento.

Se forem aceitas estas considerações por êste Comitê, o primeiro ponto que deverá ser esclarecido — e que representa um verdadeiro pré-requisito para a compreensão plena dos itens de nossa Agenda — consiste na definição dos nossos objetivos. Pòliticamente, sabemos que o problema se apresenta como de subdesenvolvimento e que a sua solução consiste em desenvolvimento econômico. Entretanto, ainda não determinamos claramente o que entendemos por subdesenvolvimento e, portanto, ainda não podemos indicar o que entendemos por desenvolvimento. As discussões têm-se limitado até hoje a problemas de *mais* ou *menos*: — mais capital, mais assistência técnica, mais comércio, menos inflação, menos subdesenvolvimento, etc, etc. Se, no entanto, delinearmos prèviamente os nossos objetivos de desenvolvimento e a extensão do caminho a ser percorrido, poderemos passar para o problema cardinal do *quanto*: — quanto capital, quanta assistência técnica, quanto comércio, serão necessários para atingir os objetivos delineados, em quanto tempo.

Voltando, portanto, ao *Aide-Mémoire* brasileiro, distribuído em 22 de setembro, e certamente do conhecimento dos Senhores Delegados, peço permissão para lembrar que o meu

Govêrno sugeriu no mesmo uma definição dos nossos objetivos de desenvolvimento partindo de um conceito duplo, relativo e absoluto.

Em têrmos relativos sugerimos que desenvolvimento econômico envolve a obtenção de uma taxa de crescimento econômico suficientemente rápida para permitir aos países latino-americanos diminuir a distância que os separa das grandes potências econômicas, em determinado lapso de tempo.

Em têrmos absolutos sugerimos que se poderia definir "desenvolvimento" como a obtenção de um nível de renda *per capita* que permita o aparecimento de um processo cumulativo e autônomo de crescimento, com recursos próprios, a uma taxa satisfatória, sem bruscas ou graves modificações institucionais. Sem alcançar êsse nível, continuariam os países latino-americanos a depender fortemente de assistência econômica exterior, expostos aos riscos de estagnação e pauperismo, agravados pelo aumento explosivo da população.

Como já foi feito no *Aide-Mémoire*, convém ressaltar mais uma vez que a escolha de um índice simples como a renda *per capita* não foi escolhido sem plena consciência das limitações metodológicas nêle implicadas. No entanto, outros índices, como os de bem-estar, urbanização, progresso, industrialização, são de difícil qualificação e, sobretudo, de complexa comensuração, o que prejudicaria as finalidades que devem ser buscadas, nesta fase dos trabalhos. Assim sendo, acreditamos que a simplificação constante dessa definição traz um saldo positivo de vantagens que transcende de muito às inconveniências características dêsse tipo de limitação.

Em ambos os casos é imprescindível determinar-se o tempo necessário para a evolução da economia, pois sem êsse elemento de tempo perdem significação as definições acima. A Delegação brasileira sugere que se use como período de referência um prazo suficientemente longo, por exemplo, o que medeia entre o presente e o ano de 1980. Para êste período, podem fazer-se projeções relativamente simples das taxas de crescimento, de tal modo que as tendências implícitas na nossa atual condição se tornem explícitas, e até mesmo vantajosamente exageradas e caricaturais. Êste tipo de projeção tem sido usado como marco de referência em muitos casos, tanto por governos democráticos como por governos de economias planificadas, apesar de óbvios elementos de incerteza que contém. Nem seria possível chegarmos à formulação de soluções racionais para as nossas dificuldades se persistíssemos em dar-lhes tratamento imediatista e estatístico, como se o tempo não constituísse, na verdade, fator crítico.

Em conexão com as projeções de longo prazo é possível proceder à formulação de planos de ação concreta, tanto individuais, como bilaterais ou regionais ou pan-americanos, em que se poderá prever não apenas a necessidade de recursos novos para a América Latina, mas, também, a possibilidade da sua amortização. É indubitável que a América Latina *ainda* não tem, isto é, *não tem a curto prazo*, os recursos necessários para *acelerar* o seu desenvolvimento. Isso não acontecerá nos longos prazos, porém, se desenvolvimento se verificar. Em outras palavras, elimina a possibilidade de investimentos não recuperáveis. O princípio teórico subjacente a estas idéias é bastante simples, e toma por base a premissa de que impulsos pequenos não bastam para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento e que as economias latino-americanas necessitam de um forte choque para a frente. Está, naturalmente, implícita a premissa de que a base de recursos da América Latina, embora mal conhecida, justifica a esperança de que possa constituir o esteio material de uma grande civilização. É certo que alguns países estão individualmente menos bem dotados, e, por conseguinte, necessitarão, ao menos durante algum tempo, de formas de transferência de recursos externos mais liberais do que as que até agora têm sido normalmente praticadas. Neste caso, está o Govêrno brasileiro disposto a cooperar com os demais, na medida das suas possibilidades para que a arrancada do desenvolvimento seja, de fato, uma tarefa comum, e não uma relação estreita entre ricos e pobres.

É êsse o período que reputamos como mínimo necessário para a obtenção das modificações estruturais, das economias latino-americanas, que constituem pré-requisitos para que logre o objetivo de mais altas rendas *per capita*.

Ainda uma palavra a respeito das quantificações necessárias. Com relação aos desenvolvimentos relativos da América Latina e do resto do mundo, ocupar-me-ei longamente na parte final desta intervenção. No que diz respeito ao desenvolvimento absoluto, e na base da definição já indicada, sugeríamos que se poderia adotar uma cifra em tôrno de, ou ligeiramente abaixo, dos 500 dólares *per capita*, como a fronteira entre desenvolvimentos e subdesenvolvimentos. Essa quantia corresponderia, *grosso modo*, àquela situação em que num regime democrático, de empreendimento livre, a propensão natural a poupar e a taxa de incremento da população poderiam ser tornadas compatíveis com os investimentos necessários ao crescimento dinâmico e cumulativo da economia. Poderia, assim, ser adotada a cifra de, digamos, 480 dólares *per capita*, como objetivo mínimo do desenvolvimento latino-americano, dentro dos prazos indicados.

Reunindo os diferentes aspectos já enunciados, poder-se-á dizer que o objetivo básico quantitativo do que convencionamos chamar "Operação Pan-Americana", definido como "desenvolvimento econômico da América Latina", será a obtenção rápida, e a manutenção, até 1980, de uma taxa de crescimento econômico que permita, *como um mínimo*, a elevação das rendas *per capita* continentais até 480 dólares (valor de 1957) e, tanto quanto possível, reduza as diferenças existentes entre os grandes grupos de países desenvolvidos e a América Latina.

Embora êsse prazo até 1980 seja indispensável à visão global dos objetivos que se deseja atingir e, portanto, essencial à discussão econômica e às decisões políticas necessárias é evidente que se impõe o fracionamento do esfôrço no tempo, partindo-se ainda aí do geral para o particular, estabelecendo-se metas parciais para anos intermediários de tal forma que se tenha sempre noção tão concreta quanto possível do esfôrço imediato a ser feito porém com o benefício do conhecimento do que êsse esfôrço representa no quadro geral de processos e objetivos. Será essa, talvez, a única forma de se evitar a contradição que tanto tem castigado países latino-americanos, em geral, e o Brasil em particular, entre curtos e longos prazos.

A Operação Pan-Americana pode, agora, ser definida no plano econômico como: a adoção, em acôrdo continental, de uma taxa de crescimento que permita aos países latino-americanos no seu conjunto, *superar* os 480 dólares *per capita* no ano de 1980.

Tentarei, adiante, precisar quantitativamente os aspectos relativos do desenvolvimento econômico latino-americano. Mais uma vez devo dar ênfase ao fato de que a Delegação do Brasil oferece êsses números e sugestões como a sua contribuição para o estudo e solução dos problemas que nos confrontam. Essas sugestões são uma tentativa para encontrar novas perspectivas sôbre a cooperação Pan-Americana. Se outros elementos forem oferecidos, estamos prontos a discuti-los, e a adotá-los se nos parecerem melhores, porém, acreditamos que o que agora sugerimos é um ponto de vista que deverá, salvo engano, levar os nossos esforços ao fim que almejamos.

Com relação aos aspectos relativos do desenvolvimento verificamos que a projeção das tendências atuais das diferentes economias, preservadas as características institucionais do mundo de hoje, reservam para a América Latina, no seu conjunto, perspectivas extremamente limitadas.

Ao documentar, preliminarmente, essa afirmação, peço permissão para usar, sempre que possível, exemplos tirados do meu

país, o Brasil. As razões para isso são fáceis de compreender e não implicam um desinterêsse pelos demais, porém, ao contrário, um respeito pelos maiores conhecimentos que cada Delegado dispõe naturalmente sôbre o país que representa.

O Brasil dispunha, em 1957, de um produto nacional bruto equivalente a 16 bilhões de dólares, aproximadamente, enquanto os demais países da América Latina possuíam um produto bruto equivalente a aproximadamente 36 bilhões de dólares. Essas cifras, divididas pela população, dão ao Brasil um produto *per capita* de 256 dólares e aos demais países um produto de 289 dólares *per capita* aproximadamente. É evidente que dentro dêsse grupo existem diferenças drásticas em rendas, porém, para efeito desta discussão parece-me que essas cifras gerais são insuficientemente esclarecedoras.

Na base das estimativas já feitas no Brasil, e partindo-se da atual base de recursos, poderíamos tentar atingir em 1980 o nível de 400 dólares *per capita*, o que representaria um crescimento *bruto à razão de 4,5% ao ano e um crescimento anual per capita* de 2%. Lograríamos atingir êsse nível se uma forte política de substituição de importações fôr implementada, reduzindo os coeficientes de bens de capital importados que ainda integram necessàriamente os nossos investimentos; *se* apenas 1%, ou menos, do produto nacional bruto fôr importado para consumo; *se*, cêrca de 15% ou mais do produto bruto fôr investido anualmente; e *se* formos capazes de aumentar as nossas exportações do nível atual de 1,4 bilhões de dólares anuais para cêrca de 4 bilhões ao fim do período. Se (e temos aqui um grande *SE*) todos êsses passos puderem ser tomados e *se*, através de restrições seletivas de crédito e juízo fiscal, formos capazes de enfrentar os problemas inflacionários característicos dêsse tipo de desenvolvimento acelerado (sem refrear o desenvolvimento pròpriamente dito) então o produto nacional bruto atingirá o nível dos 44 bilhões de dólares em 1980 e de 400 dólares *per capita* (valores de 1957).

Longe de mim, Senhor Presidente, querer de qualquer forma julgar a capacidade dos demais países latino-americanos de acelerar o seu desenvolvimento econômico. A verdade, entretanto, é que as dificuldades são grandes. Assim, embora reconheçamos as dificuldades em calcular o que acontecerá com o desenvolvimento econômico de uma região tão grande e tão heterogênea, tentarei fazer, adiante, um cálculo relativamente simples, que servirá como hipótese de trabalho até que outros números se tornem disponíveis.

A premissa inicial é a de que os países da América Latina estarão inteiramente conscientes com relação à necessidade de fomentar o seu desenvolvimento econômico. Na medida em que fôr passando o tempo e outras regiões prosseguirem no seu desenvolvimento aumentará a energia com que a América Latina atacará o problema e será cada vez mais difícil manter-se a mesma à margem dêsse esfôrço.

A segunda premissa é a de que a maioria da América já atingiu um estágio psico-social, no desenvolvimento da sua atitude para com o problema econômico, que não aceitará mais a estagnação, ou o desenvolvimento lento, como alternativa para aquêle ritmo de desenvolvimento que lhes permita recuperar terreno com relação aos países desenvolvidos do mundo livre. É, assim, extremamente provável que, nos próximos 20 anos, sempre que as condições econômicas quantitativas impuzerem uma baixa taxa de crescimento de rendas *per capita*, por períodos relativamente curtos, como 3 a 5 anos, surgirão movimentos políticos, sociais, ou ambos, que tentarão recuperar ou impor, taxas de crescimento mais adequadas. (É evidente que o aparecimento dêsses movimentos não implica necessàriamente no êxito de muitos dêles, que poderão ser prejudicados, entre vários motivos pelo grande primitivismo tecnológico reinante no próprio país). Por *adequada* ter-se-á de entender uma taxa de crescimento do produto bruto que, no mínimo, exceda a taxa de crescimento da população por margem razoável.

A terceira premissa é a de que a América Latina, com 289 dólares *per capita*, tem uma base para iniciar o seu desenvolvimento econômico ligeiramente melhor do que a do Brasil, com os seus 256 dólares em 1957. Assim, se foi possível formular uma hipótese de crescimento para o Brasil na base de uma taxa cumulativa de 4,5% ao ano, o mínimo que se poderá fazer é aceitar a possibilidade de um crescimento equivalente para os demais países do Continente. Partindo-se dessas três premissas, o raciocínio utilizado foi o mesmo que no caso do Brasil. O único reparo a fazer é o de que, com possíveis exceções específicas, a necessidade de importar bens de capital será maior, por unidade de investimento, do que no Brasil, onde o aparecimento de uma já considerável indústria de bens de capital facilita de certa forma o crescimento.

Na base dêsses dados verifica-se que seria possível aos demais países da América Latina atingirem cêrca de 467 dólares *per capita* em 1980, ou seja, aproximadamente, 67 dólares acima do Brasil nesse momento.

De acôrdo com a nossa definição êsse nível de rendas *per capita ainda não permitiria, presumìvelmente,* o *aparecimento* pleno de um processo cumulativo e autônomo de desenvolvimento econômico. Assim mesmo, êsse nível de desenvolvimento (com exceções) só poderia ser atingido na América Latina no seu conjunto se a mesma tivesse um mínimo de integração econômica. Caso contrário, a pequenez relativa da maioria dos países latino-americanos, aliada à relativa falta de equilíbrio com que a natureza dotou êsses países em têrmos de recursos naturais, inclusive população, faria com que alguns dêles, com melhores *bases de capital, estagnassem por falta de matérias-primas* e mercados, enquanto outros, às vêzes melhor aquinhoados de matérias-primas, se vissem cerceados por falta de capital.

Para que essas rendas *per capita* possam evoluir da forma indicada será necessário que o produto regional bruto cresça dos atuais 36 bilhões de dólares para 99 bilhões em 1980, o que somado com os 44 bilhões atingíveis pelo Brasil, dariam nesse ano um produto global de 143 bilhões de dólares.

A pergunta mais relevante a ser feita agora, quer-me parecer, consiste em saber-se o que representarão em 1980 êsses 143 bilhões de dólares e êsse nível de rendas *per capita.*

Se as atuais tendências e os sistemas institucionais básicos adotados por diferentes países forem fundamentalmente os mesmos durante o período em consideração (até 1980), o panorama mundial será então bastante diferente.

Os Estados Unidos da América terão provàvelmente cêrca de 240 milhões de habitantes, um produto nacional bruto ligeiramente abaixo dos mil bilhões de dólares (958 bilhões) e rendas *per capita* de cêrca de quase quatro mil dólares (US$ 3.811). A União Soviética terá uma população de 280 milhões, um produto nacional bruto substancialmente acima do americano (1,5 — um e meio milhares de bilhões de dólares) e uma renda *per capita* de 5.600 dólares. O Mercado Comum Europeu (Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo) subirá a *181 milhões de habitantes,* um produto bruto de *349* bilhões de dólares e uma renda *per capita* de 1.514 dólares.

Eu *poderia prosseguir,* dando *números para outras regiões,* porém acredito que êsses números a respeito dos agrupamentos líderes do desenvolvimento industrial são bastantes para o objetivo que me tracei. Deveria, talvez, indicar, que mesmo aceitando grande margem de êrro nesse tipo de projeção a longo prazo (pressupõe-se que os Estados Unidos da América poderão no futuro evitar recessões, como a recente, e que a União

Soviética poderá manter as atuais altas taxas de desenvolvimento), ainda assim, as diferenças nas ordens de magnitude são tais que tôdas as comparações perdem significação. Qual é, na verdade, o valor de 400 dólares *per capita* (ou 44 bilhões de Produto Nacional Bruto) — o resultado de um esfôrço gigantesco para o meu país — em comparação com as magnitudes que acabei de citar? Como brasileiro não ousarei pensar no que sentirão, ou como agirão, os meus compatriotas, se essas disparidades gigantescas vierem a materializar-se. O caso dos demais países latino-americanos é fundamentalmente o mesmo. Apenas tomei o Brasil como um exemplo ou símbolo do país subdesenvolvido no mundo dinâmico de hoje.

A principal razão para essa situação deve ser naturalmente encontrada na alta taxa de crescimento demográfico da América Latina. Assim, a população total dessa região, que foi aproximadamente 186 milhões de habitantes em 1957, deverá atingir 322 milhões em 1980. Só o meu país, o Brasil, deverá passar de 62,4 milhões em 1957 para 110 milhões em 1980.

Será interessante aqui compararmos êsses crescimentos demográficos com os de outras grandes áreas do mundo, pois essa comparação reveste-se de significação muito especial. Verifica-se que os Estados Unidos da América deverão subir de aproximadamente 170 milhões de habitantes em 1957 para 240 milhões em 1980, ou seja, quase cem milhões a menos do que a população latino-americana nessa época. No mesmo período a União Soviética subirá de 203 milhões para 280 milhões, ou seja, 40 milhões a mais do que os Estados Unidos. O chamado Mercado Comum Europeu deverá subir de 163 milhões em 1957 para 181 milhões no fim dêsse período. O Reino Unido, por sua vez, deverá subir de 51 milhões para aproximadamente 56 milhões de habitantes em 1980. Tomando-se alguns exemplos relevantes fora do mundo ocidental, verifica-se que a China continental, hoje o país mais populoso do mundo, deverá subir de aproximadamente 640 milhões de habitantes em 1957 para 1 010 milhões em 1980, enquanto a Índia subirá, provàvelmente dos atuais 391 milhões para 514 milhões ao fim do período.

Parece legítimo traçarmos aqui algumas rápidas considerações sôbre aspectos políticos dessas diferentes probabilidades de crescimento.

A primeira é que a América Latina representa o grupo de demografia mais dinâmica do chamado mundo ocidental.

A segunda é que, partindo de base bem maior, a China continental, mesmo sem atingir uma taxa de crescimento excep-

cionalmente alta, deverá nos próximos 20 anos crescer em números absolutos muito mais do que qualquer outro país do mundo, acrescentando à sua atual população o equivalente da população hoje encontrada na Índia.

A *terceira é que, de um modo geral, e considerando* a possibilidade de continuação de um antagonismo ideológico entre as democracias ocidentais e os estados socialistas, sòmente o aproveitamento pleno da base demográfica da América Latina permitirá reduzir sensìvelmente o desequilíbrio de fôrças que se delineia entre os dois grupos ao fim do período.

Entretanto, êsse aspecto positivo do crescimento demográfico excepcionalmente vigoroso da América Latina, constitui simultâneamente, como vimos, uma das causas mais fortes do empobrecimento da região. No caso do Brasil, que tem uma das taxas mais rápidas de crescimento demográfico de tôda a área, passaremos de aproximadamente 63 milhões de habitantes hoje, para 110 milhões em 1980. Assim, além de têrmos de elevar os padrões de vida da atual população, teremos de fazer *investimentos para suprir um acréscimo de 47 milhões de habitantes* com a totalidade do capital físico produtivo necessário, não só para atingir o atual baixo nível de produtividade do país, mas para elevá-lo a um nível aceitável. Êsse problema é o mesmo para tôda a América Latina. Os demais países da região deverão passar dos 124 milhões de habitantes atuais para 211 milhões, aproximadamente, em 1980, um incremento de quase 90 *milhões* de habitantes. Êsse incremento, somado com o aumento brasileiro, representará uma adição global de 134 milhões de habitantes.

Senhor Presidente, as diferentes magnitudes de crescimento econômico indicadas expressam uma tendência que se vai tornando cada vez mais clara no sistema econômico mundial. É ela a tendência para acelerações cumulativas, positivas ou negativas. *De fato, o mundo econômico de após guerra ilustra* claramente essa tendência, que contraria frontalmente as velhas teorias otimistas de propensão para estabilidade em níveis altos de produtividade. O que se verifica hoje é que crescimento gera e facilita crescimento, enquanto aquelas unidade nacionais econômicas, que não conseguem quebrar baixos níveis de estagnação, tendem eventualmente a retroceder e definhar econômicamente.

Poder-se-ia igualmente indicar que essas tendências contêm as suas próprias contradições ou sementes de frustração. Seria, de fato, inconcebível, que certos países pudessem ir tão longe sem,

de certa forma, ao longo da sua progressão, criar tôda a espécie de reação da parte dos retardatários do desenvolvimento. De uma forma ou de outra, se os recursos dos países subdesenvolvidos não forem suplementados de fora para dentro, ter-se-á que encontrar internamente os meios e processos de aceleração. O mínimo que se poderia esperar seria um esfôrço desesperado nessa direção. O consumo teria de ser comprimido e o desperdício reduzido. A probabilidade de que isso pudesse ser feito dentro de um sistema institucional democrático seria muito tênue senão inteiramente impossível. Não existem, igualmente, garantias de sucesso a não ser se considerarmos que o preço e a vergonha do fracasso constituam um incentivo suficiente.

À luz dessa perspectiva quantitativa, parece-me que se poderia dizer algo de claro e positivo a respeito dos itens da nossa Agenda. Com efeito, as relações entre as taxas de crescimento da população e o crescimento necessário do produto nacional para atingir os níveis de desenvolvimento compatíveis com os fins da Operação Pan-Americana dariam a medida dos investimentos brutos necessários. Uma vez estimada a extensão possível do esfôrço de poupança, ter-se-ia uma noção da grandeza da complementação necessária à mesma, com recursos internacionais públicos ou privados, ou ambos.

É evidente que grande parte dos recursos externos necessários para investimentos não representam apenas uma complementação quantitativa para a poupança nacional, sendo também necessários devido a razões econômicas estruturais.

Sem querer atacar a Agenda na ordem dos seus itens, que não representa necessàriamente uma ordem lógica, peço permissão para dizer algo sôbre cada um.

Começando com o item III, combate à inflação e estímulo à poupança e aos investimentos, é preciso esclarecer que mesmo quando existem recursos disponíveis para desenvolvimento, a inflação pode ter lugar em virtude da dificuldade de efetuar as mudanças necessárias da estrutura da produção. Em outras palavras, é uma conseqüência da baixa elasticidade dos setores produtivos submetidos às pressões da demanda crescente e diversificada de bens e serviços, quer se destinem ao consumo, quer a investimentos. Nestas circunstâncias, se a inflação tiver de ser evitada em países subdesenvolvidos através do simples expediente da redução da demanda monetária global, criar-se-ão limites muito baixos para a taxa de utilização dos recursos disponíveis. A verdade é que a oferta de bens de consumo está, nesses casos, limitada pelo estágio primitivo da produção que

caracteriza o subdesenvolvimento e não pode ser livremente expandida para neutralizar um aumento de demanda. Acontece, assim, que, mesmo que houvesse disponíveis, em quantidades adequadas, a mão-de-obra, os materiais e os equipamentos necessários para se produzir investimentos adicionais sem desviar recursos do consumo presente — na verdade, mesmo que houvesse recursos suficientes para expandir simultâneamente investimentos e consumo — se o aumento da demanda de produtos de consumo gerada pelo aumento da renda, assim criada, não puder ser neutralizado por um aumento do suprimento dos tipos adequados de bens e serviços, a economia poderá sofrer intensas pressões inflacionárias.

Assim, a não ser que métodos inteiramente novos sejam tentados para tratar do problema dos países subdesenvolvidos, as tentativas de acelerar o seu desenvolvimento econômico resultarão, na maioria dos casos, no elemento frustrante da inflação e, muitas vêzes, depois de um início relativamente auspicioso, o desenvolvimento econômico irá perdendo impulso até parar definitivamente. Recursos nacionais que poderiam ser usados para aumentar tanto os investimentos como o consumo correm o risco de permanecerem inaproveitados em virtude da dificuldade básica de obter perfeito equilíbrio entre a estrutura da produção de bens de consumo e os níveis gerais de investimento que são necessários em cada um dos estágios sucessivos do desenvolvimento.

É bem verdade que, se a renda adicional gerada pelo desenvolvimento econômico pudesse ser inteiramente poupada, o problema da pressão inflacionária não apareceria. Porém, ao menos depois dos primeiros passos de desenvolvimento econômico, *quase todos os investimentos feitos em economias democráticas* de livre empreendimento envolvem aumentos das rendas monetárias. Quanto mais baixo fôr o estágio de desenvolvimento de *uma economia — quanto mais próximo dos níveis de subsistência* — tanto menos provável será que qualquer fração dessa renda seja poupada, permitindo dessa forma que a massa da mesma *aumente a pressão da demanda sôbre a oferta de bens e serviços*. Dessa forma, mesmo que o investimento adicional pudesse ter lugar mediante o emprêgo de recursos até então não utilizados — até mesmo que tôda a capacidade produtiva adicional representasse um ganho, líquido, sem nenhuma perda compensatória da produção em outros setores — um país subdesenvolvido poderá ser forçado a não investir em virtude da sua incapacidade de dominar a pressão inflacionária resultante.

Acontece, portanto, que, se forem deixados aos seus próprios recursos, a inflação será o resultado dos esforços dos países

subdesenvolvidos a fim de iniciar ou acelerar o seu desenvolvimento econômico. No que diz respeito a êsses países, a aplicação de remédios clássicos de natureza fiscal e monetária nas doses necessárias, a fim de reduzir a fôrça da procura, poderá não ser suficiente para a obtenção da estabilidade dos preços a não ser a expensas da taxa de crescimento da economia, no seu conjunto, que poderá ser totalmente neutralizada.

Êsse resultado é de se esperar sobretudo dentro dos limites em que o desenvolvimento fôr associado com industrialização e urbanização. Na maioria dos casos o grau de urbanização atingido por uma economia serve para medir o seu desenvolvimento econômico. Ao proporcionar aumentos de produtividade às áreas agrícolas, o desenvolvimento libera fatôres de produção (trabalho) que devem então ser empregados nas cidades, onde êles não sòmente aumentam a demanda para novos aumentos de produtividade *agrícola mas também contribuem para essa produtividade* mediante o suprimento de equipamentos, fertilizantes, etc. As necessidades *per capita* de alimentos, vestuários, abrigo, transporte e serviços, tanto públicos como privados, são não sòmente muito maiores nas áreas urbanas do que nas aldeias rurais, como também, o que é talvez ainda mais importante, o suprimento dos bens de consumo necessários às cidades requer investimentos adicionais em transporte, em armazenagem, em habitações, em fábricas e em facilidades municipais de todos os tipos. Sumarizando, o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos representa um divórcio drástico da economia com relação à estrutura herdada da produção. Devido à rigidez que caracteriza a economia de países subdesenvolvidos, o processo de desenvolvimento gera fàcilmente consideráveis tensões para a economia, através da criação de disparidades entre a estrutura de uma demanda que cresce e se modifica e diversifica ràpidamente, e a estrutura da produção e do sistema de distribuição.

Todos êsses problemas confrontam os países subdesenvolvidos com a necessidade de serem verdadeiros mestres na formulação e aplicação de políticas monetárias e fiscais durante estágios do seu desenvolvimento, quando boa parte das suas populações ainda não está alfabetizada e quando a economia, no seu conjunto, nem está plenamente monetizada. A escassez dos recursos no estágio inicial requer o seu uso pleno e perfeito num momento em que a conduta individual e coletiva — no setor econômico ou em outros setores de atividade — ainda pode estar influenciada pelas racionalizações animísticas e esperanças messiânicas. Quando se tenta compreender os problemas

do desenvolvimento econômico, seria talvez útil fazer-se uma correlação estatística entre racionalidade e desenvolvimento — no sentido em que quanto mais desenvolvido um país, mais tende a evitar o desperdício irracional dos seus recursos; reciprocamente, quanto mais subdesenvolvido, mais um país tenderá a desperdiçar os recursos escassos disponíveis, o que acontece exatamente naquela fase em que nenhum desperdício deveria ter lugar.

Passando, agora, ao item IV da nossa Agenda, ou seja, o problema do Comércio de produtos de base, seja-me permitido começar por dizer que como se alguma "mão invisível" quisesse adicionar maiores abusos às fraquezas que infestam os países subdesenvolvidos, o problema de reconciliar o objetivo duplo de crescimento e de estabilidade econômicos é tornado ainda mais difícil para os mesmos em virtude de circunstâncias que estão fora do seu contrôle. A instabilidade do comércio exterior tem sido, na verdade, um fator da maior gravidade na inflação dos países produtores de produtos primários. A relação particularmente estreita, nesses países, entre investimentos e saldos em balanço de pagamentos, como também entre receita fiscal e desenvolvimentos no comércio exterior, causa, freqüentemente, agudas flutuações tanto na oferta de muitos artigos chaves como nas pressões da demanda.

Não resta dúvida, hoje em dia, que a remoção ou a redução da instabilidade dos mercados internacionais para produtos primários representaria uma grande contribuição para a aceleração do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Entretanto, mesmo que essa instabilidade de mercados fôsse mais plenamente abolida, o problema central de apressar a velocidade do desenvolvimento econômico, evitando-se simultâneamente a inflação, continuaria sem resolver. Para a completa compreensão da maneira pela qual a minha Delegação vê êsse problema, peço permissão para voltar um pouco ao caso brasileiro. Suponhamos que a meta econômica "Pan-Americana", para o Brasil, seja a renda *per capita* de 480 dólares para 1980. O Brasil teria de investir a média anual de 17,6% do seu produto nacional bruto (proporção maior da que jamais foi atingida), porém, apesar da drástica substituição de importações ao longo do processo (que reduziria enormemente a nossa dependência do exterior), o país teria de aumentar as suas importações absolutas de cêrca 1,4 bilhões de dólares para 3,5 bilhões anuais no fim do período. Seria isso realístico?

Suponhamos, conseqüentemente, que, apesar da demanda internacional relativamente decrescente para produtos primários,

o Brasil resolva tentar atingir a magnitude anual de mais de 4 bilhões de dólares necessária à abertura das suas importações e compromissos financeiros. O primeiro ponto a ser destacado é que não seria o único a lançar-se nesse esfôrço. Todos os outros países da América Latina estariam fazendo esforços equivalentes durante êsse período e, para falar a verdade, o mesmo deve ser esperado dos demais países subdesenvolvidos. Nesse sentido será necessário apurar-se as necessidades equivalentes de todo o grupo de países latino-americanos, estudando-se, igualmente, as probabilidades de esforços competitivos em outras áreas subdesenvolvidas ou produtoras de artigos primários.

Será, òbviamente, impossível imaginar a possibilidade de aumentos bruscos das exportações, que correspondam a essas magnitudes. Será igualmente impossível obter aumentos dramáticos dessa natureza nos chamados mercados convencionais de produtos brasileiros. Embora seja de se prever que os Estados Unidos da América continuarão a ser o nosso principal mercado até 1980, não se pode esperar que venham a absorver incrementos de exportação da ordem que se faz necessária.

No campo dos produtos de base, o problema representado pela deterioração das relações de troca dos exportadores de produtos primários terá de dar lugar ao problema infinitamente mais urgente e importante de se encontrarem os meios de aumentar exportações nas magnitudes indicadas sem provocar uma queda vertical de preços. A impossibilidade óbvia de se entupir os países industriais com matérias-primas e alimentos, não na base das suas necessidades econômicas, mas das necessidades de exportação dos países subdesenvolvidos, exige grandes mudanças na composição das exportações dos países subdesenvolvidos. Mais e mais terão êles de exportar produtos já processados, com maiores valores unitários. Mas a produção dêsses produtos de exportação já pressupõe níveis mais altos de industrialização que, por sua vez, expressam mais altos níveis de desenvolvimento que, igualmente, só poderão ser atingidos através de mais altos níveis de exportação.

Passarei, agora, ao item V, ou seja, à formação de mercados continentais, regionais, ou blocos econômicos. Creio, Senhor Presidente, que se tornou abundantemente claro na minha exposição que o meu Govêrno não considera a possibilidade de criação de um mercado regional latino-americano como mero problema de Direito Público ou exercício teórico de economistas. Ao contrário, a formação de um mercado latino-americano, mesmo que comece em bases limitadas e sub-regionais é, a nosso ver,

uma das condições sem as quais será impossível acelerar suficientemente o crescimento econômico da América Latina.

Gostaria, entretanto, de dizer algumas palavras sôbre outros blocos econômicos já formados ou em formação. De fato, os mercados da *Commonwealth* e o Mercado Comum Europeu, as duas mais importantes áreas atuais de absorção de produtos brasileiros, depois dos Estados Unidos da América, estão fechando gradualmente as suas portas à nossa produção, e não poderíamos esperar ganhos suficientes nessa direção. Nessas condições, o Brasil e a América Latina, como alternativa para os perigos de estagnação econômica, terão de tentar aumentar exportações para mercados que, no caso brasileiro, podem ser considerados não convencionais, tais como os da União Soviética e da China Continental, sem os quais será impossível manterem-se adequados níveis e taxas de expansão de exportação. Novas fórmulas de cooperação internacional deverão ser encontradas que representem mínimos de garantia político-social, a fim de estimular o comércio entre países com estruturas institucionais tão diferentes.

Olhando, agora, simultâneamente para os itens I e II da nossa Agenda, — Capital privado e Capital público — parece-me que poderemos fazê-lo com nova perspectiva. De fato, a entrada de capitais agora fica inteiramente ligada aos demais parâmetros da economia em desenvolvimento e não apenas como o único propulsionador da mesma. Se a taxa de crescimento almejada tiver de ser atingida e mantida durante um período de 20 anos, a contribuição do capital internacional, público ou privado, terá de ser substancial, ao menos nos primeiros anos do esfôrço exportador. A verdade é até mesmo que essa contribuição será indispensável para criar os saldos exportáveis necessários.

A melhor maneira de se olhar para o problema seria, talvez, procurar determinar que mínimo de capital público e de exportações poderia trazer o máximo de investimentos internacionais privados, diretos ou de *portfolio*, para o país. No caso do Brasil, acreditamos que para atingir a meta de 480 dólares *per capita*, um total líquido de aproximadamente 3 bilhões de dólares de capital internacional, seria necessário até 1967, quando o país entraria numa fase em que a capacidade de pagamento superaria as necessidades globais de importar. Essas magnitudes seriam, por sua vez, apenas parâmetros na ampla equação do desenvolvimento, constituindo variáveis interdependentes no balanço de pagamento do país.

Dentro dos limites em que o comércio se expandir, deverão ser plenamente exploradas as possibilidades de obtenção de

créditos para investimentos imediatos. Cada novo aumento de exportação significa automàticamente o aumento dos créditos internacionais.

Êsse problema traz de volta o problema da suplementação dos recursos nacionais, tanto do ponto de vista estrutural como meramente do ponto de vista quantitativo. Se a aceleração do desenvolvimento vai ser conseguida, essa complementação tem de ser feita. Como já verificamos, deverá ser feita em magnitudes que excedem de muito os recursos atualmente disponíveis para os países subdesenvolvidos, tanto no setor público como no privado. O aumento dos recursos à disposição das agências *financeiras de Bretton Woods deve assim ser recebido como um* passo significativo na boa direção. A minha Delegação vê, com especial agrado, as imensas potencialidades que se abrem agora com a disposição do Govêrno americano de apoiar a criação de um Banco Interamericano e de um novo Fundo de Desenvolvimento.

Dever-se-á compreender, entretanto, que para se obterem os resultados desejados não se poderão adotar regras de aparente ética econômica, consubstanciadas em critérios de universalidade de contribuição, para êsses aumentos de recursos. Subordinar-se a satisfação das enormes necessidades atuais dos países subdesenvolvidos à sua capacidade presente de contribuir para a satisfação dessas próprias necessidades, representa uma contradição. A universalidade das contribuições deve ser adotada através de um escalonamento no tempo, que tome em consideração não apenas a capacidade crescente futura de pagar, dos países latino-americanos, mas também a necessidade, ou desejo, e dos Estados Unidos da América de *importar* o pagamento, em mercadoria. De fato, não será um exagêro dizer-se que um dos problemas mais difíceis no campo do desenvolvimento, hoje em dia, não passa de mera conseqüência das medidas que tomam os países altamente industrializados a fim de coibir importações, reduzindo assim a capacidade dos países subdesenvolvidos de pagar de volta o que necessitaram para o seu desenvolvimento. Em resumo, o problema tem duas facêtas. Em quaisquer dos esquemas que sejam adotados para a criação de nova agência de *financiamento ou para a expansão dos recursos das antigas,* essa dualidade deverá ser reconhecida. Consiste ela no fato de que, no presente, existe uma incapacidade a curto prazo, da parte dos países subdesenvolvidos, de pagar ou amortizar e, da parte dos países desenvolvidos, uma incapacidade ou falta de desejo, de receber o pagamento (na forma de importações). No futuro, se houver um esfôrço suficiente para acelerar o desen-

volvimento, é altamente provável que a capacidade a longo prazo de pagar, dos países subdesenvolvidos da América Latina, aumentará um certo nível de equivalência com a necessidade — e portanto com o desejo — dos Estados Unidos da América e dos demais países desenvolvidos de receber êsses pagamentos.

O último item da Agenda, assistência técnica, também se reveste, agora, de especial significação. Está ligado ao próprio trabalho dêste comitê, onde se tornará indispensável a cooperação norte-americana para o levantamento e análise dos parâmetros fundamentais das economias latino-americanas.

Por outro lado, todos os aspectos ligados à utilização de recursos é, de uma forma ou de outra, um problema de aplicação de técnicas adequadas. Do planejamento macro-econômico de um programa do tipo aqui delineado, aos aspectos nacionais de melhoria das relações entre capital e produto, até aos problemas específicos de engenharia, agricultura, transportes, saúde, educação, etc., poderão os países latino-americanos lucrar com a intensificação da assistência técnica.

Entretanto as observações a respeito da contribuição para financiamento de programas de investimentos também se aplicam neste caso.

Se, o que se deseja, são resultados práticos, a contribuição de cada país terá de ser pautada pela sua capacidade técnica e, portanto, àquele nível de contribuição em sua própria moeda que fôr realmente utilizável. Caso contrário, correríamos o risco de sufocar as imensas necessidades de assistência técnica da América Latina, dentro do círculo vicioso da falta de recursos por falta de técnica e, o que é pior, da própria falta de demanda para a mesma, por parte de quem não conhecendo melhores soluções não sente a necessidade de aplicá-las.

Senhor Presidente, caso mereçam estas considerações a aprovação do Comitê dos 21, servindo para orientar o nosso trabalho, parece-me que a continuação do mesmo se tornará simplificada.

O primeiro ponto a ser cuidado terá de ser um razoável grau de acôrdo de idéias em tôrno do objetivo de desenvolvimento. A minha Delegação sugeriu um método para a determinação dêsse objetivo, de forma concreta, e indicou certas magnitudes possíveis para o mesmo. Conviria, portanto, que êsse método e magnitudes, se forem aceitáveis para os demais, fôssem aprovadas pelo Comitê.

A partir daí, seria necessário examinar simultâneamente os itens da Agenda à luz das magnitudes assim acordadas. Êsse

exame deveria abranger, muito especialmente, para o caso de todos os itens, os seguintes pontos:

1 — determinação de metas quantitativas intermediárias e o seu escalonamento no tempo, de forma a ter-se uma noção de esfôrço a ser feito no futuro imediato;

2 — levantamento, país por país, das necessidades de expansão de comércio e de influxo de capitais. O Govêrno brasileiro estará pronto a fornecer dados completos sôbre os métodos que vem seguindo no caso brasileiro e que poderão, eventualmente, servir de exemplo ou modêlo que se adaptará a casos específicos.

3 — estudo das possibilidades e necessidades imediatas de integração de mercados, a ser feita à luz dos programas específicos de desenvolvimento indicados acima.

A Delegação do Brasil está em condições de fazer sugestões concretas sôbre o processo a ser seguido na continuação dos nossos trabalhos, o que será feito no momento oportuno.

ONU — XIII ASSEMBLÉIA GERAL *

A XIII Assembléia Geral das Nações Unidas, instalada a 16 de setembro de 1958, suspendeu os seus trabalhos a 13 de dezembro, para voltar a reunir-se a 20 de fevereiro do corrente ano, a fim de decidir sôbre o futuro dos Territórios do Camarão, sob administração da França e da Grã-Bretanha. Durante aquêle período de atividade a Assembléia Geral deliberou sôbre numerosos assuntos previstos na Agenda, dentre os quais destacamos os seguintes:

Conselho de Segurança — A 8 de outubro a Assembléia Geral elegeu a Argentina, a Itália e a Tunísia para membros do Conselho de Segurança, nas vagas resultantes da terminação dos mandatos da Colômbia, do Iraque e da Suécia.

Conselho Econômico e Social — Procedeu-se à eleição anual do têrço do Conselho Econômico e Social, tendo sido eleitos para as seis vagas (deixadas pelo Brasil, Canadá, Grécia, Indonésia, Estados Unidos e Iugoslávia) os seguintes países: Venezuela, Nova Zelândia, Estados Unidos, Espanha, Bulgária e Afganistão.

---

* Sôbre a instalação dos trabalhos da XIII Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas ver a *Revista Brasileira de Política Internacional* de dezembro de 1958 (nº 4, pág. 178).

Conselho de Tutela — Para as três vagas verificadas no Conselho de Tutela, pela terminação dos mandatos da Birmânia, da Guatemala e da República Árabe Unida, foram eleitos o Paraguai, a Birmânia e a República Árabe Unida.

Alto Comissário para os Refugiados — Para o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados foi eleito, por aclamação, o Sr. Auguste Lindt.

Comissão de Observação para a Paz — Foi renovado, para 1959 e 1960, o mandato dos membros dessa Comissão, a saber: China, Estados Unidos da América, França, Honduras, Índia, Iraque, Israel, Nova Zelândia, Paquistão, Grã-Bretanha, Suécia, Tcheco-Eslováquia, União Soviética e Uruguai.

Fundo Especial — Foi confirmada, sem objeção, a nomeação do Sr. Paul G. Hoffman para o cargo de Diretor Geral do Fundo Especial, criado por uma resolução de 14 de outubro, para o fim de auxiliar os países menos desenvolvidos no campo técnico, econômico e social.

República da Guiné — A 12 de dezembro a Assembléia Geral aprovou, sem objeções, sob a recomendação unânime do Conselho de Segurança (com abstenção da França), o projeto de admissão da República da Guiné à Organização das Nações Unidas.

Situação na Hungria — Por 54 votos (contra 10 e 15 abstenções) a Assembléia Geral aprovou um projeto de resolução relativo à situação na Hungria. Pelo texto aprovado, a ONU faz novo apêlo à União Soviética e às atuais autoridades húngaras, para que ponham fim às medidas de repressão adotadas contra o povo húngaro e respeitem a liberdade e a independência política da Hungria, assim como o gôzo, pelo povo húngaro, dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

A Assembléia Geral aprovou ainda numerosas resoluções sôbre as matérias relatadas pelas Comissões plenárias, inclusive sôbre as questões da Coréia e de Chipre, o problema do desarmamento e a utilização do espaço extra-atmosférico para fins pacíficos. Sôbre o problema da Argélia nenhum projeto de resolução obteve o *quorum* regulamentar de dois terços para a sua aprovação.

BANCO MUNDIAL, FUNDO MONETÁRIO E SOCIEDADE FINANCEIRA INTERNACIONAL

Realizou-se em Nova Deli, de 6 a 10 de outubro de 1958, a assembléia anual conjunta dos Conselhos de Governadores do

Fundo Monetário Internacional, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e da Sociedade Financeira Internacional.

Os Conselhos das duas primeiras instituições aprovaram uma resolução para aumento de capital, a qual deverá ser posta em prática pelos respectivos Conselhos de Administração, para isso desde logo autorizados. Esta deliberação foi considerada da maior importância para o desenvolvimento da cooperação econômica internacional que a Organização das Nações Unidas, por suas agências especializadas, tem em mira promover.

Nos trabalhos dessa reunião ficaram nitidamente patenteadas duas tendências divergentes: uma, dos países de moeda forte, acentua a necessidade da liquidez internacional; outra, dos países subdesenvolvidos, insiste na necessidade de que o Fundo Monetário Internacional opere com maior flexibilidade, para auxiliar mais eficazmente os países que lutam com o problema do balanço de pagamentos. A êsse respeito a posição do Brasil foi clara e franca: a nossa delegação advogou a revisão dos princípios, métodos e formas de ação no campo da assistência financeira internacional.

Reproduzimos a seguir o discurso que proferiu, naquela assembléia, o Sr. José Garrido Tôrres, Chefe da Delegação do Brasil.

DISCURSO DO SR. JOSÉ GARRIDO TÔRRES

"É um grande privilégio ter a oportunidade de falar aos integrantes da 13ª Reunião Anual de Governadores do Fundo Monetário Internacional, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e da Corporação Financeira Internacional. É-nos particularmente grato êste ensejo tendo em vista o país, cuja hospitalidade temos a honra de desfrutar. Inúmeras razões existem para que admiremos e sejamos gratos a esta grande terra — a República da Índia onde a civilização atingiu as suas mais altas expressões morais e espirituais. Mas a Índia, a moderna Índia, tem também obtido êxitos em outros setores, tais como o político e o econômico, e preciosas lições podemos tirar da sua experiência. Especialmente aquêles que vêm de países menos desenvolvidos, situados nos quatro cantos do Mundo, sentem-se na verdade felizes em render homenagem à nação que vem prestando contribuição tão valiosa, quer no campo da teoria quer no da prática, ao crescimento econômico em regiões subdesenvolvidas. É apenas justiça reconhecer o quanto a cola-

boração do pensamento econômico da Índia tem contribuído para realçar as aspirações dos povos de tais áreas a um nível de vida realmente compatível com a dignidade humana.

Declaramo-nos satisfeitos também, pois alimentamos a esperança de que importante passo venha a concretizar-se em Nova Deli com relação ao Fundo e ao Banco — e é significativo que isso se verifique precisamente aqui — providência essa que, se ocorrer, confirmará quão correta tem sido a posição adotada de longa data pelo Brasil, com relação à matéria.

Referimo-nos à proposta feita pelos Estados Unidos e outras Delegações, com vistas ao aumento das cotas no Fundo e do capital do Banco, possibilitando a essas duas entidades aparelharem-se melhor para executar as suas importantíssimas funções para o bem-estar da humanidade.

Se o objetivo visado é a integração econômica no campo internacional, deveria ficar claro agora que não podemos alcançar aquêle fim através de princípios, métodos e formas de ação internacional tais como aquelas que vêm sendo postas em prática desde a última guerra. Esta advertência já havia sido feita pelo nosso Govêrno quando da 24ª Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, ocasião em que o Delegado brasileiro frisou: "Que acontecerá no mundo econômico e social do futuro, se deixarmos as coisas como estão? Se evitarmos — compelidos pelo hábito e pela fácil satisfação com os resultados atingidos, por diminutos que sejam — de rever os fundamentos do nosso modo de interpretar o que significa a cooperação, colaboração e coordenação internacional, tanto no campo econômico como social?" Foi então apontado que as conseqüências desta omissão certamente serão mais intensas sôbre os paises industrialmente avançados, uma vez que a êles pertence a maior parcela de poder. Além disso, a igualdade de oportunidade para as nações subdesenvolvidas depende, em não pequena escala, dos ajustes que os países econômicamente avançados estejam dispostos a introduzir em suas próprias diretrizes.

Temos mantido no passado, e pedimos permissão para reiterar agora, que aquêles princípios, métodos e formas de ação internacional admitem revisão à luz das necessidades das regiões atrasadas e da forma pela qual vem a economia universal evoluindo. Não insistamos nas ilusões de uma divisão internacional do trabalho tal como existia outrora. Devemos ter a coragem de enfrentar as condições hodiernas e admitir lealmente que as relações internacionais não podem ser incrementadas através da observância dos mesmos modelos tanto para países

mais desenvolvidos como para os que ainda não alcançaram aquêles níveis. Ou, para repetir outro conceito da declaração já citada, "Os Governos e os povos dos países adiantados deveriam admitir que a coexistência, como ética social e econômica, no campo internacional, de dois pesos e duas medidas, um para os países ricos e outro para os pobres, não é de forma alguma impróprio ou injusto. (Pelo menos enquanto perdurarem discrepâncias tão sensíveis entre êsses grupos de países). Parte dêste trabalho de persuasão, desta catequese, já encontrou aceitação no GATT, onde se admitiu que a igualdade jurídica não significa necessàriamente igualdade econômica. Em outras palavras, não pode haver igualdade entre desiguais.

Sentimo-nos satisfeitos com o fato de esta luta na qual os países menos desenvolvidos se empenham desde o fim do último *conflito — e à qual o Brasil tem dado a sua contribuição —* ter começado a produzir os seus primeiros e promissores frutos.

Das reuniões iniciais do ECOSOC, das Nações Unidas — órgão incumbido de levar a têrmo as generosas expectativas da Carta do Atlântico — até esta data, cobrimos longo e árduo caminho. O ponto por nós alcançado pode talvez ser melhor ilustrado com o êxito até agora alcançado pelo movimento hoje conhecido como a "Operação Pan-Americana", o qual nasceu de uma oportuna iniciativa do Presidente Juscelino Kubitschek. Fazendo sua *raison d'être* do subdesenvolvimento prevalecente em tôda a América Latina, no desejo de superar tal condição através de uma ação conjunta no Novo Mundo, constitui sem sombra de dúvida significativa indicação da compreensão que finalmente nasce no espírito e na vontade de uma comunidade de nações livres. Uma comunidade de Nações que aprendeu o verdadeiro significado da coexistência através de fórmulas políticas e jurídicas as quais, para serem mais e mais efetivas, devem ser reforçadas por laços econômicos sólidos.

Êste, em linhas gerais, é o motivo por que temos advogado a revisão dos princípios, métodos e formas de financiamento internacional e é por isto que estamos contentes em ver os primeiros indícios de aceitação de tal ponto de vista. Um dos princípios por cuja aceitação mais nos batemos é o de que as flutuações cambiais decorrentes das exportações de produtos *primários deveriam ser automàticamente contrabalançadas por* um influxo compensatório de capitais.

O problema dos níveis apropriados de reserva internacional e a necesidade de mercadorias correntemente importadas com bens de capital têm sido discutidos intensamente pelos economistas sem grandes resultados práticos até hoje. Todos nós con-

cordamos em que quanto menos desenvolvido o país, ou menos diversificado em suas exportações, ou quanto maior a participação de produtos essenciais em sua importação, tanto maior será a sua necessidade de substanciais reservas de câmbio; contudo, isto é de pouca ajuda para um país subdesenvolvido em processo de crescimento econômico. Acumular reservas cambiais no exterior é para um país atrasado o mesmo que investir no exterior, quando o que necessita é de estimular a aplicação de investimentos estrangeiros no país.

Em escala mais ampla, é imperioso um reexame das funções do Fundo Monetário Internacional. Os seus recursos são agora claramente inadequados. Desde o estabelecimento do Fundo, o valor das transações comerciais no Mundo mais do que dobraram, enquanto os recursos à sua disposição registraram apenas variações diminutas. A crescente queda dos preços das matérias-primas irá provàvelmente agravar os problemas do balanço de pagamentos de muitas regiões, semi-industrializadas ou não industrializadas, trazendo pressões adicionais sôbre os recursos do Fundo.

Em aditamento à expansão dos recursos globais do Fundo, poder-se-ia dar atenção imediata a métodos que visassem o aumento da flexibilidade das suas operações e, em conseqüência, permitissem assistir aos países produtores de matérias-primas que enfrentassem ausência temporária de liquidez.

Os países subdesenvolvidos têm sido favoráveis a planos para melhorar os entendimentos no campo internacional que reduzam as suas necessidades de maiores reservas e têm criticado o montante das disponibilidades do Fundo por considerá-lo insuficiente para atender a maioria das situações de emergência. O direito de sacar recursos no Fundo, de países que exportam mais do que o equivalente a 1 bilhão de dólares por ano, tem sido conservado em limites inferiores a 50 milhões de dólares.

Parece-nos que os países exportadores de matérias-primas, sujeitos a largas flutuações de preço, não estarão razoàvelmente atendidos se as suas cotas não forem apropriadamente elevadas. Por outro lado, muitos países podem não ter ouro suficiente para cobrir uma pronta subscrição, estabelecida de acôrdo com as suas necessidades. A solução para o seu problema de balanço de pagamentos, de assistência a curto prazo, poderá ser de duas espécies.

Em primeiro lugar, ao invés de manter o atual *modus operandi*, poderia ser permitido ao país completar a sua cota de ouro proporcionalmente ao aumento das suas próprias reservas primárias. Não se estabeleceria prazo para a integralização da

cota mas, em compensação, tanto mais rápido o acúmulo de reservas, tanto maior seria conseqüentemente o direito de sacar no Fundo. Os direitos de saque poderiam ser limitados ao teto das atuais reservas do país até que pelo menos 50% da nova cota em ouro fôsse integralizada e isto seria permitido mediante o pagamento de uma comissão fixa ao Fundo. Contudo, se a cota ouro estivesse integralizada em mais de 50%, permitir-se-iam os saques sem quaisquer reduções das reservas em poder do Fundo. Assim, em caso de emergência, seria possível ao país beneficiar-se de duas vêzes o valor das suas reservas em ouro e em divisas em poder do Fundo, caso concordasse êle em fornecer os dados solicitados pelo Fundo, ainda mesmo por ocasião em que a primeira cota *fôsse sacada. Nenhuma dedução ocorreria nas* reservas entregues ao Fundo. Todavia, se o país solicitante preferisse não entregar os dados acima mencionados, então, teríamos um simples empréstimo em relação ao qual poderia a taxa de juros ser elevada até mesmo a 4%.

Por outro lado, quando o desequilíbrio decorresse de uma temporária diminuição na procura dos produtos de um país ou de superprodução, isto poderia talvez ser corrigido através do uso de estoques excedentes de mercadorias. Quanto a esta hipótese, desejamos apresentar o seguinte esquema para exame:

1º — países que desejam sacar contra o Fundo Monetário Internacional teriam autorização para entregar estoques de mercadorias em lugar de moeda corrente nacional;

2º — o Fundo Monetário Internacional teria opção para aceitar a garantia subsidiária representada por mercadorias ou observar as suas normas atuais, dependendo ou não de que um acôrdo satisfatório seja alcançado com o país solicitante sôbre a produção, preço e normas disciplinadoras para mercadorias excedentes.

Os argumentos contra tal política são de duas ordens: a) os países poderiam sentir-se animados a descarregar os seus excedentes sôbre o Fundo, sem tomar qualquer medida para promover o consumo ou disciplinar a superprodução; b) a determinação do valor dêsses estoques poderia apresentar dificuldades, desde que o país dêles possuidor desejasse mantê-los em níveis que excedessem o prêço de equilíbrio a longo prazo.

Enquanto existirem aquêles problemas, precauções adequadas devem ser tomadas para tornar operante o sistema.

Seria assim, um meio têrmo entre a constituição de *buffer stocks* nos países produtores, que exige pesados investimentos

pelos produtores primários e o da constituição de tais estoques com caráter internacional, que distribui o ônus da estocagem, porém, apresenta numerosas dificuldades de operação.

Para alcançar os objetivos acima apontados, as seguintes medidas de precaução poderiam ser adotadas:

a) os saques contra mercadorias oferecidas como garantia colateral não excederiam 50% do total do saque permissível ou cota, muito embora retiradas anuais dentro daqueles limites pudessem ser feitas inteiramente contra mercadorias como garantia colateral;

b) o preço a ser adotado para avaliação dos estoques poderia tanto ser (I) a média dos preços ao mercado internacional a longo prazo, compreendendo períodos de superprodução e escassez, como (II) os preços correntes com margem de desconto, de forma a evitar avaliação excessiva em relação ao preço médio previsto para um longo prazo;

c) o Fundo Monetário Internacional teria o direito (I) de dispor dos estoques em garantia no fim do período da nova compra, se o mercado internacional tivesse melhorado, mas dando primeiro opção ao sacador para comprar de novo êsses estoques mediante pagamento ao Fundo, em ouro ou dólares e (II) de requerer a nova compra dos estoques em caso de melhoria da posição das reservas do sacador;

d) o Fundo Monetário Internacional poderia condicionar a sua aceitação do sistema de garantia subsidiária representada por mercadorias à conclusão de acôrdo com o país solicitante sôbre política adequada de produção, preço e venda.

Mais uma palavra deveria ser dita em conexão com o problema do aumento da liquidez internacional.

A notável expansão recentemente verificada no comércio entre os países da Europa, embora originando-se bàsicamente na alta taxa de investimento e crescimento industrial, muito deve ao estabelecimento de mecanismos financeiros, tais como a União Européia de Pagamentos. As transações comerciais foram facilitadas visto que maior volume de trocas passou a ser realizada com reservas bem menores.

Dever-se-ia dispensar atenção ao estabelecimento de mecanismos similares para assistir a regiões semi-industrializadas ou não industrializadas, no desenvolvimento do comércio intra-

-regional. Tais esquemas apresentam dificuldades técnicas consideráveis, porquanto de um modo geral, as transações comerciais entre regiões subdesenvolvidas são diminutas e têm sido conduzidas principalmente em bases estritamente bilaterais. Mas esforços sérios deveriam, não obstante, merecer a cooperação e assistência do Fundo, tal como o impulso promissor que tem sido registrado na América do Sul pelos países que negociam em moedas convênio. Com o auxílio técnico da CEPAL, a implantação do sistema multilateral de pagamentos que permitisse, pelo menos, uma compensação parcial dos saldos dentro da área, vem sendo cuidadosamente considerada.

Um avanço nessa direção é esperado do resultado na reunião dos bancos centrais a realizar-se no Rio de Janeiro no próximo mês. Importante em si, essa importância ainda é aumentada pela circunstância de que pode tornar-se um passo indispensável ao objetivo da integração econômica da América do Sul. A idéia de que o nosso desenvolvimento deve repousar em bases geográficas, *mais amplas que os mercados nacionais, está ràpidamente* ganhando terreno. Tal base poderia prover melhores condições para um rápido crescimento econômico em nessa região e representa uma contribuição significativa para a expansão do comércio internacional.

Finalizando, não gostaria de encerrar essas observações sem render a minha homenagem à direção e pessoal do Fundo que, limitados pelos recursos à sua disposição, têm, não obstante, trabalhado com o máximo de eficiência, sob a competente direção de Mr. Jacobson."

REUNIÃO DOS BANCOS CENTRAIS DA AMÉRICA LATINA

Na segunda quinzena de novembro de 1958, realizou-se no Rio de Janeiro a II Reunião do Grupo de Trabalho dos Bancos Centrais da América Latina. Participaram dessa reunião delegados dos seguintes países: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Compareceram, como observadores, representantes do Fundo Monetário Internacional, do Sistema de Reserva Federal, do Banco de Espanha, do Banco de França e do Banco da Inglaterra.

A presidência dos trabalhos coube ao Sr. José Garrido Tôrres, Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do

Crédito e chefe da delegação brasileira, tendo sido escolhidos para a primeira e segunda vice-presidências, respectivamente o Sr. Bernardo Figueiredo y Antunes, da delegação de Cuba, e o Sr. Daniel J. Bello, da delegação do México. Serviu como relator geral o Sr. Eusébio Campos, membro da delegação argentina.

Na sessão inaugural, realizada a 24 daquele mês, o Sr. Lucas Lopes, Ministro da Fazenda do Brasil, proferiu o discurso que vai adiante reproduzido.

DISCURSO DO MINISTRO LUCAS LOPES

"É com sincera satisfação que vejo reunidas na Capital brasileira as representações dos Bancos Centrais dos países irmãos do Continente com o objetivo comum de conjugando experiências, inteligências e esforços, delinear as bases de um sistema de ampla colaboração econômica regional.

Como bem o demonstra a história das Américas a cooperação entre os povos latino-americanos tem sido uma constante da sua política externa. No mundo atual, em que a tecnologia encurta as distâncias e facilita os contactos humanos, o processo de integração cultural e econômica do nosso continente passou a constituir-se uma tendência de fôrças altamente construtivas.

No ensejo de todos os organismos regionais, assuntos da mais alta relevância para as economias dos países da América Latina têm sido debatidos sob a égide de princípios de harmonização de interêsses recíprocos merecendo referência especial entre êles os relacionados com o desenvolvimento econômico e seu financiamento, a redução de restrições ao comércio, o tratamento preferencial a países limítrofes a colocação dos excedentes agropecuários, os preços de produtos básicos de exportação e o desenvolvimento e melhoria de meios de transporte e comunicações.

Com o agravamento das condições econômicas e sociais decorrentes da Segunda Grande Guerra, a necessidade de maior cooperação entre os povos foi universalmente reconhecida, propiciando a criação da Organização das Nações Unidas e de órgãos específicos a ela filiados para agirem em setores especializados.

Dentre êles destaca-se a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), entidade que desde os seus primórdios vem estudando os problemas continentais com grande realismo e cuja secretaria executiva sob a esclarecida e competente direção do sr. Raul Prebisch — tem produzido magníficos trabalhos que

possibilitaram aos nossos países a adoção de políticas tendentes a um maior estreitamento das relações econômicas continentais.

Um conjunto de circunstâncias políticas e a presença de fatôres econômicos de grande pêso têm criado condições para uma crescente integração de blocos regionais, com a finalidade de buscar soluções associativas para os problemas comuns.

Assistimos, há poucos anos, à criação da Organização Européia de Cooperação Econômica da comunidade do carvão e do aço, da União Européia de Pagamentos e, mais recentemente, a instituição do Mercado Comum Europeu, exemplos de associações frutuosas diárias e interêsses regionais que devemos ter sempre em mente, quando buscamos a industrialização dos nossos países ou aumento da produtividade agrícola, a melhor utilização da mão-de-obra e dos capitais disponíveis, enfim, a elevação da renda real das nossas populações.

Na América Latina o imperativo das soluções coletivas foi claramente sentido pela secretaria da CEPAL e já em 1949 ao elaborar o trabalho "Estudo Econômico da América Latina", incluiu o conceito da integração da Economia Latino-Americana. Posteriormente, publicou a mesma secretaria o documento intitulado "Os Pagamentos e o Mercado Regional Interlatino-americano", estudo elaborado por consultores especializados e que ressaltava entre as recomendações finais a conveniência da adoção de medidas de política comercial capazes de propiciar a estruturação paulatina de um mercado regional multilateral e competitivo. A criação dessa comunidade possibilitaria intensificar a produção industrial latino-americana, cuja redução de custos e conseqüente expansão dependem em grande parte do aumento da capacidade de consumo.

A semente lançada pelos estudos referidos, e por outros que se lhe seguiram, germinou ràpidamente e em decorrência de resoluções do *comitê do comércio, órgão permanente da comissão* que tem por objetivo procurar a intensificação do comércio inter-latino-americano, dois grupos de trabalho foram constituídos — um para estudar as possibilidades do estabelecimento gradual de um regime de pagamentos multilaterais na América Latina, e o de Bancos Centrais, cuja segunda reunião temos a honra de inaugurar, e outro incumbido de completar os estudos já realizados e projetar a possível estrutura de um mercado regional, que contribua ao sadio desenvolvimento da economia das Repúblicas latino-americanas.

Uma primeira e importante fase no sentido da multilateralização de pagamentos foi vencida em Montevidéu, com a elaboração de um projeto de convênio tipo, logo após adotado entre

algumas nações que negociam no continente à base de moedas convênio e que consubstancia determinados princípios comuns a vigorar nas relações entre os países latino-americanos, como o referente à cotação da moeda convênio em paridade com o dólar americano de livre conversibilidade, regra essa última considerada como um dos fundamentos que possibilitariam a transição para a multilateralidade.

Por outro lado, substancial refôrço recebeu a idéia do mercado regional em decorrência de haver sido, categòricamente, reconhecida a conveniência do seu estabelecimento pela Conferência Econômica Interamericana, reunida em agôsto de 1957, na cidade de Buenos Aires. A essa conferência sucedeu a reunião do Grupo de Trabalho sôbre Mercado Regional, realizado em Santiago do Chile, em fevereiro do corrente ano e que delineou as bases indispensáveis à estruturação do Mercado Regional Latino-Americano, processo de ampliação do espaço econômico, considerado indispensável para que os nossos países possam atingir a produtividade dos grandes centros industriais.

Ainda em agôsto próximo passado e sempre sob os auspícios da Comissão Econômica para a América Latina, realizou-se em Santiago com o comparecimento em caráter pessoal de autoridades em política comercial da Argentina, Chile, Uruguai e Brasil uma reunião de consultas convocada para apreciar as causas que têm entorpecido o comércio regional. Em tal reunião estudaram os consultores as bases em que se deveria assentar uma política comercial coordenada, referente à liberalização, e ao regime aduaneiro e convieram na necessidade do pronto estabelecimento de uma preferência aduaneira intra-regional que viesse a dar conteúdo e estabilidade às medidas de liberalização preconizadas. Vitoriosa a idéia da preferência que constitui, em última análise, o arcabouço de qualquer sistema regional de comércio, grande passo acaba de se dar para concretizá-la — a decisão da maioria dos governos do continente de pleitear junto ao GATT o *waiver* para o estabelecimento de regime dessa natureza entre países da América Latina.

A presente reunião representa mais um capítulo da história de cooperação econômica interlatino-americana. Aqui se examinarão as possibilidades do estabelecimento de um sistema de compensação multilateral de saldos, cuja ulterior adoção representará importante fase na consecução do objetivo — que a todos nós anima — de implantar em terras americanas um amplo sistema de complementação econômica.

Não nos devemos esquecer, entretanto, srs. delegados, da verdade fundamental de que sistemas dessa natureza só são possíveis e eficazes se forem alicerçados na conjugação dos

princípios de preferência e liberalização. Realmente, como se poderia compreender cooperação e complementação econômicas entre países encastelados em restrições ao livre intercâmbio de mercadorias e que na prática não fizessem distinções integrantes do sistema de países alheios?

É ponto pacífico que a eficácia de um sistema de compensação de saldos dependerá, essencialmente, do grau em que os diversos membros se encontrem em posição de relativo equilíbrio individual em relação ao conjunto dos demais. As diferentes medidas de política comercial, se forem tomadas isoladamente e sem consideração do objetivo da intensificação equilibrada do intercâmbio latino-americano, produzem distorsões de vulto nesse comércio, alterando, bàsicamente, a posição das contas. Atualmente, devido às coincidências daquela natureza e a fatôres climáticos adversos à economia de alguns países, registraram-se nas relações entre os quatro países do sul do Continente, balanços de pagamento de feição nitidamente devedora a par de outros de caráter eminentemente credores. Isso explica a concordância dos técnicos quando reconhecem que a implantação de um sistema de compensação de saldos se deve processar, simultâneamente, com a aplicação de um programa gradual de liberação do comércio, não se compreendendo a adoção isolada de uma dessas medidas. É por êsse motivo, também, que recebi com prazer a notícia da convocação de uma II Reunião do Grupo de Trabalho sôbre o Mercado Regional quando deverá ser examinada a implantação de medidas daquela natureza.

Ainda dentro dessa ordem de idéias é que se torna desde já necessário reconheçam os governos a conveniência de ao introduzirem modificações em seu sistema de câmbio e de comércio exterior ter sempre presente o objetivo de intensificação do intercâmbio latino-americano, a fim de não retardar a evolução no sentido da complementação econômica.

Srs. delegados a missão de que fôsteis investidos de estudar as possibilidades do estabelecimento de um sistema de multilateralização gradual de pagamentos latino-americanos representa mais um elo que se forja na corrente de cooperação econômica que em têrmos políticos se sintetiza na Operação Pan-Americana, movimento desencadeado pelos povos dêste hemisfério, para eliminar do solo das nossas pátrias o fantasma do subdesenvolvimento.

Ao declarar aberta esta reunião, formulo sinceros votos pelo mais completo êxito dos trabalhos, êxito êsse que considero antecipadamente assegurado não só pelo alto nível técnico da documentação a ser examinada como ainda pela competência e reconhecido valor das delegações aqui presentes".

FRANÇA — A QUINTA REPÚBLICA

Em virtude da delegação de podêres recebida da Assembléia Nacional, o Conselho de Ministros, presidido pelo General Charles de Gaulle, elaborou nova Constituição para a República Francesa, a qual foi aprovada por mais de 26 milhões de votos, em *referendum* realizado na Metrópole e nos territórios ultramarinos, a 28 de setembro de 1958. No território metropolitano a consulta popular recebeu 17 666 828 votos favoráveis e 4 624 478 contrários. No ultramar a nova carta política foi aceita em todos os departamentos e possessões, exceto na Guiné que optou pela independência e se transformou em República soberana (tendo, sem demora, solicitado e obtido admissão à Organização das Nações Unidas). Na Argélia o resultado da votação foi também favorável, por 2 852 951 contra 94 414.

A nova Constituição entrou em vigor a 3 de outubro. Em conseqüência realizaram-se a 23 e 30 de novembro as eleições para a Assembléia Nacional, de acôrdo com a nova lei eleitoral, que extinguiu a representação proporcional e restabeleceu a representação por círculos uninominais e pelo voto majoritário em dois turnos sucessivos. Os resultados do pleito modificaram profundamente a fisionomia partidária do parlamento francês, como se vê do quadro comparativo abaixo:

Partidos	*Assembléia anterior*	*Nova assembléia*
Comunistas e aliados	145	10
Socialistas	88	42
Radicais	56	13
Centro esquerda	18	22
M.R.P.	71	57
Direita independente	94	132
Poujadismo	52	1
União da Nova República e aliados	16	188
TOTAL	540	465

A 12 de dezembro, instalou-se o primeiro Parlamento da V República. A 21, realizou-se a eleição do Presidente da República pelo colégio especial previsto na nova Constituição. Por grande maioria de votos foi eleito o General Charles de Gaulle, que assumiu o exercício da presidência a 8 de janeiro

do corrente ano. Para substituí-lo na presidência do Conselho de Ministros o novo Chefe de Estado nomeou o senador Michel Debré.

A *Revista Brasileira de Política Internacional* publica, na presente edição, um artigo do professor Michel Debrun, da *Universidade de Toulouse*, sôbre *A Nova Constituição Francesa e a África Negra*, e reproduz, na seção de *Documentos*, o texto integral da nova Constituição da França.

INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ FRANCESA

A Guiné foi o único território colonial que se recusou a integrar a Comunidade instituida pela nova Constituição Francesa, aprovada, na Metrópole e no ultramar, pelo *referendum* de 28 de setembro de 1958. Por 1 136 000 votos contrários e apenas 57 000 favoráveis, a Guiné rejeitou a nova forma de associação que lhe era proposta, optando pela independência. Em conseqüência, a 2 de outubro foi proclamada a República em Conacri, Capital da antiga colônia. O líder político Sekou Touré foi aclamado Chefe do novo Estado, imediatamente reconhecido pela Libéria e por Gana.

A Guiné era um dos oito territórios integrantes da África Ocidental Francesa. Tem uma superfície de 275 000 quilômetros quadrados e uma população de 2 300 000 habitantes (na qual menos de 10 000 europeus). A cidade principal é a Capital — Conacri — e tem apenas 35 000 habitantes. A base da economia do país é a agricultura, cuja produção é tìpicamente tropical: milho, arroz, cacau, algodão, café, amendoim e banana. Antes de deixar perfeitamente definida a sua posição em relação à antiga Metrópole, a Guiné deu uma demonstração da sua independência, no campo internacional, ao tomar a iniciativa de unir-se por vínculo de natureza federal à antiga colônia britânica de Gana, atualmente Estado soberano e membro das Nações Unidas. Com efeito, em reunião que teve lugar em Acra, a 24 de novembro de 1958, os Srs. Sekou Touré e Kwame Nkumah, chefes dos governos da Guiné e de Gana, emitiram uma declaração em que afirmam que, sob reserva de ratificação pelas respectivas Assembléias Nacionais, decidiram constituir, entre os dois países, o núcleo dos Estados Unidos da África Ocidental. Em outro comunicado da mesma data, o Govêrno de Gana declarou-se resolvido a fornecer 10 milhões de libras à Guiné, para ajudar a consolidação técnica e administrativa do país.

Êsse projeto de Federação permanece no estágio inicial, não havendo ainda elementos para avaliar-se a viabilidade política da nova entidade, ou definir-se com exatidão a sua natureza jurídica. Já depois da declaração referida acima, a Guiné solicitou e obteve a sua admissão às Nações Unidas, o que parece excluir a hipótese de que os dois países pretendam fundir-se em Estado Federal, com prejuízo das respectivas personalidades internacionais. De resto, o esquema anunciado suscita dúvidas de natureza jurídica e encontra, decerto, não pequenas dificuldades de natureza política. Entre estas, ressalta, desde logo, a que concerne às relações da projetada Federação com a *Commonwealth*, a que pertence o Estado de Gana, mas a que parece não poder ter acesso a Guiné, como coletividade que nunca fêz parte do Império Britânico.

ESTADO DE MADAGASCAR

A 14 de outubro de 1958 as assembléias provinciais de Madagascar, reunidas em Tananarive, proclamaram a autonomia dessa antiga colônia francesa, que passa à categoria de Estado-membro da Comunidade franco-africana.

A nova Constituição da França, em seu artigo 76, deu aos territórios ultramarinos a opção de manterem a situação colonial precedente, de se integrarem na República Francesa como Departamentos, ou de passarem à condição de Estados integrantes da Comunidade. Por deliberação dos corpos legislativos das cinco Províncias em que se divide a Ilha, o povo mlagache adotou a última solução. Nestas condições, a antiga possessão passa à categoria de Estado, dotado de plena autonomia para a administração dos seus negócios internos. Quanto à gestão da política exterior e da defesa, ficam a cargo dos órgãos dirigentes da Comunidade, os quais se compõem de representantes de todos os Estados associados.

Madagascar foi descoberta em 1506 por navegadores portuguêses, que lhe deram o nome de Ilha de São Lourenço. Desde 1529 os franceses nela se estabeleceram, em nome do Rei de França e por intermédio da Companhia das Índias, e ali se mantiveram até à Revolução Francesa. Em fins do século XIX voltaram a dominar a Ilha, que se tornou um protetorado em 1885 e passou ao *status* de colônia dez anos depois. Como colônia, Madagascar era administrada por um Alto Comissário, assistido por uma Assembléia, eleita por sufrágio popular. A

colônia dividia-se em cinco Províncias — Tananarive, Fianarantsoa, Tamatave, Tulear e Majunga — cada uma com sua Assembléia local.

Com uma área de 592 000 quilômetros quadrados, Madagascar é a terceira ilha do globo. Separada da África pelo Canal de Moçambique, cuja largura média é de 450 quilômetros, tem 1 580 quilômetros de extensão. A linha costeira tem 6 597 quilômetros. A população total é de 4 300 000 habitantes, dos quais 50 000 franceses e 20 000 estrangeiros. A densidade média é de 7 habitantes por quilômetro quadrado. A cidade de Tananarive, Capital da Ilha, tem 180 000 habitantes. A economia é predominantemente rural: a Ilha cultiva arroz, mandioca, milho, café e outros produtos tropicais, e tem um rebanho bovino de seis milhões de cabeças.

Na situação colonial anterior, Madagascar representava-se na Assembléia Nacional da França por 5 deputados, e no Conselho da República por 5 senadores.

ESTADO DO ALASCA

A partir de 1º de janeiro do corrente ano os Estados Unidos da América têm mais uma unidade federada — o antigo Território do Alasca, agora transformado, de pleno direito, em Estado da União.

O Alasca foi elevado à categoria de Estado pelos trâmites regulares do Direito Constitucional americano. Em 1955 uma Convenção de 55 representantes do povo elaborou a Constituição do futuro Estado, a qual foi aprovada em *referendum*, no ano seguinte. O pedido de admissão à União foi aprovado pela Câmara de Representantes a 28 de maio de 1958 (por 208 votos contra 166) e pelo Senado dos Estados Unidos a 30 de junho (por 64 votos contra 20). As primeiras eleições — para a representação federal e para os órgãos do Govêrno estadual — realizaram-se a 25 de novembro. Em dezembro, o Presidente dos Estados Unidos proclamou a integração do Alasca na Federação. A 1º de janeiro do corrente ano, inaugurou-se o Govêrno estadual, com a posse do primeiro governador eleito.

O antigo Território, descoberto em 1741 pelo dinamarquês Vito Bhering, a serviço da Rússia, fôra adquirido dêste país, por compra efetuada em 1867, e pela quantia de US$ 7.200.000. Essa transação foi, na época, muito mal recebida pela opinião pública e passou à história como a "loucura de Seward", nome do Secretário de Estado que a levou a efeito. Entretanto, nos

25 anos subseqüentes a essa aquisição, os americanos extraíram do Território uma quantidade de ouro de valor superior a 300 milhões. Calcula-se que, até ao presente, a produção global do Alasca tenha subido a 3 bilhões de dólares.

Em 1884 foi ali estabelecido o govêrno civil, mas sòmente em 1912 o Congresso Americano aprovou a Lei Orgânica do Alasca, que estendeu a essa possessão a Constituição e as leis dos Estados Unidos. Enquanto permaneceu como Território, o Alasca foi administrado por um Governador nomeado por quatro anos, assistido por uma Legislatura bi-cameral — Câmara de 24 e Senado de 16 membros. Pela Constituição Estadual ora em vigor, o povo do novo Estado elege um Governador e um Secretário de Estado, para mandato quadrienal. O poder legislativo compreende um Senado de 20 membros, eleito por quatro anos, e uma Câmara de 40 membros, eleita bienalmente.

O Alasca têm uma área de cêrca de 1 400 000 quilômetros quadrados, e uma população de 210 000 habitantes. A Capital está sediada em Juneau, com 7 000 almas. A maior cidade do novo Estado — Anchorage — têm apenas 30 000 habitantes. As atividades econômicas estão concentradas na mineração e na pesca.

O Alasca, que passa a ser o 49º Estado da União Americana, segue-se, em ordem de admissão, ao Arizona, que adquiriu o *statehood* em 1912. Fica sendo o Estado de menor população — inferior em 40 000 habitantes ao Estado de Nevada — e o de maior área — duas vêzes maior do que o Texas, 500 vêzes maior do que Rhode Island. É o primeiro Estado americano situado em território não contíguo, separado dos outros, como se acha, pelo Canadá. Com a incorporação do Alasca aos Estados Unidos, êste país passa a ter superfície maior que a do Brasil, vindo ocupar o segundo lugar no Continente, logo abaixo do Canadá. Como conseqüência mais significativa no campo internacional, a União Americana passa a limitar-se com a União Soviética, no Estreito de Bhering.

Nas primeiras eleições realizadas no novo Estado, o Partido Democrático obteve expressiva vitória, pois elegeu o Governador, tôda a representação federal (2 senadores e 1 deputado) e a quase totalidade do Senado e da Câmara estaduais.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Comissão Nacional de Assistência Técnica, cuja direção executiva está a cargo do Conselheiro Alberto Raposo Lopes,

apresentou ao Ministro de Estado das Relações Exteriores relatório sôbre as suas atividades no ano de 1958, no qual se encontram dados e informações que atestam o êxito crescente, que vem tendo, em nosso país, a execução dos programas assistenciais multilaterais, patrocinados quer pela Organização das Nações Unidas, quer pela Organização dos Estados Americanos.

O relatório acentua que o interêsse das entidades governamentais brasileiras, federais e estaduais, expandiu-se sobremaneira e traduziu-se em numerosos pedidos novos de assistência técnica. Lamenta, entretanto, que os recursos totais para o financiamento das solicitações recebidas, se tenham mantido estacionários nos programas mencionados, exceção feita da implementação parcial, a partir do segundo semestre do ano, de um novo Programa de Bôlsas de Estudo da OEA, primeiro resultado concreto da Resolução IV da Conferência Econômica de Buenos Aires.

Efetivamente, as disponibilidades em assistência técnica, no quadro dos referidos programas, de formação altamente heterogênea e resultados necessàriamente dispersos e diluídos, no tempo e no espaço, vêm sofrendo redução relativa em razão do aumento das necessidades e dos solicitantes, da insuficiência dos fundos e das crescentes dificuldades para o recrutamento de técnicos capacitados no mercado internacional. Acresce a circunstância de que os recursos disponíveis, além de insuficientes, resultam de contribuições *voluntárias* por vêzes de difícil utilização, e, via de regra, com aplicação compulsória e rígida em exercícios ou períodos anuais sucessivos. Demais, a concorrência das entidades privadas, que mais podem pagar individualmente, obtendo conseqüentemente a melhor técnica disponível e, bem assim, a espiral inflacionária mundialmente generalizada, tornam cada vez mais cara a assistência técnica prestada dentro dos programas cooperativos multilaterais, sem que se tenha paralelamente verificado um aumento correspondente nas contribuições voluntárias da maioria dos países participantes.

A cooperação internacional de âmbito mundial, na forma de assistência técnica multilateral, concretizou-se originalmente através das Resoluções 200 e 304 da Assembléia Geral das Nações Unidas, seguidas das de números 180 e 222/A, do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), as quais, em 1949, criaram, respectivamente, os Programas Regular e Ampliado de Assistência Técnica, de que participa o Brasil, desde os seus primórdios. O primeiro vem sendo executado em escala modesta, dada a exigüidade dos recursos que lhe são reservados no Orçamento da ONU. O segundo é financiado através de uma

conta especial, ou Fundo, constituída por contribuições voluntárias, e administrado pela Junta de Assistência Técnica (UNTAB), em que estão representadas as Agências Especializadas e a Administração de Assistência Técnica, da ONU.

A contribuição do Brasil ao Fundo especial do Programa Ampliado elevou-se, em 1958, a Cr$ 15.400.000,00 (quinze milhões e quatrocentos mil cruzeiros), a que correspondeu, como quota-parte da participação do Brasil, a soma de US$ 526.300,00 (quinhentos e vinte e seis mil e trezentos dólares dos Estados Unidos da América) atribuídos, de acôrdo com os critérios prioritários estabelecidos pela CNAT, a projetos regionais e nacionais cujas solicitações de ajuda técnica, totalizando os serviços de 51 peritos em 1ª e 2ª categorias, integraram o Pedido Global do Brasil, apresentado pela CNAT ao findar o ano de 1957 e aprovado, para 1958, pelas Nações Unidas. Em maio do corrente ano, segundo levantamento efetuado pelo Escritório do Representante Residente da Junta de Assistência Técnica, somavam 144 os peritos da ONU chegados ao Brasil desde o início do Programa. Por outro lado, têm sido recrutados pela ONU, no Brasil, para prestação de assessoramento técnico, no exterior, cêrca de 30 técnicos anualmente.

Para 1959, a contribuição do Brasil foi estimada na mesma base da anterior, ou seja, em quinze milhões e quatrocentos mil cruzeiros, a serem integrados por dotações orçamentárias do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Viação e Obras Públicas e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, sujeitas, entretanto, à aprovação parlamentar. Parcela substancial da contribuição total, ou seja num mínimo de três milhões de cruzeiros, deverá ser paga às Nações Unidas, na forma de bôlsas de treinamento e especialização e serviços de assistência técnica localmente prestados, oferecidos através do Catálogo Brasileiro de Bôlsas e Serviços.

A quota-parte da participação do Brasil, em 1959, fixada pelas Nações Unidas em US$ 557.700,00 (quinhentos e cinqüenta e sete mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América) foi totalmente distribuída pela CNAT, segundo os seus critérios prioritários, e submetida essa distribuição à consideração da Junta de Assistência Técnica da ONU, na forma de um Pedido Global para o ano próximo.

Em face das recomendações do Comitê de Representantes Presidenciais (CIRP) e da Resolução IV da Conferência Econômica de Buenos Aires, de 1956, sôbre a necessidade de serem ampliadas e diversificadas as atividades de Cooperação Técnica

da OEA, foram realizados pelo Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) e pela Secretaria Geral da Organização (UPA), em 1958, os estudos e trabalhos da sua competência no sentido da implementação daquelas Resoluções, ou seja: a) tornar o Programa de Cooperação Técnica da OEA atividade regular e continuada da Organização; b) estabelecer no Orçamento da União Panamericana um Fundo Especial para prestação de Assistência Técnica direta aos Estados Membros que a solicitarem; c) dar início, no ano fiscal de 1958, a um programa de bôlsas de estudo, como atividade regular da Organização; e d) estabelecer um Fundo Especial de auxílio às entidades educacionais do Continente, tendo em vista facilitar-lhes a aquisição de equipamento técnico-científico, estimular a pesquisa científica e técnica e financiar missões técnicas e programas de intercâmbio de professôres.

Como resultado dêsse esfôrço, já em 1958, os Estados-Membros, e dentre êles o Brasil, se beneficiaram da assistência direta por conta do fundo respectivo, fixado, inicialmente, em apenas oitenta mil dólares, e, bem assim, do novo Programa de Bôlsas de Estudo que, projetado para um total de 500 bôlsas anuais, iniciou-se, a título experimental, em junho de 1958, com aproximadamente trinta por cento daquele número. Como em anos anteriores, entretanto, as atividades de Cooperação Técnica da OEA ressentiram-se da escassa disponibilidade de recursos para o seu financiamento, provenientes êsses na sua quase totalidade de contribuições voluntárias dos Estados-Membros. A contribuição do Brasil, na forma de dotação orçamentária do Ministério das Relações Exteriores, foi de Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) em 1958.

Dentro do Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas, o Brasil recebeu em 1958, para treinamento e especialização, um total de 46 bolsistas enviados pela ONU e provenientes, em sua quase totalidade, de países latino-americanos, os quais se beneficiaram das facilidades oferecidas através do Catálogo Brasileiro de Serviços. No mesmo período, 11 brasileiros foram contemplados com bôlsas dos Programas Regulares da Administração de Assistência Técnica (TAA) e demais Agências Especializadas para a realização, no exterior, de cursos de especialização em Administração Pública, Demografia e Censo, Desenvolvimento Econômico e Serviço Social. Ainda dentro do Programa Ampliado, porém, vinculadas aos Projetos regionais e nacionais em execução, foram solicitadas 42 bôlsas, em 1ª e 2ª categorias, para o treinamento de especialistas brasileiros.

No quadro do Programa de Cooperação Técnica da OEA, 22 brasileiros se beneficiaram de oportunidades para o treinamento e especialização no exterior e 10 outros obtiveram bôlsas de estudo do novo Programa de Bôlsas da OEA, em período inicial de execução. Por seu lado, no Brasil, o Centro Pan-americano de Avaliação de Recursos Naturais (Projeto 29 do Programa de Cooperação Técnica), em 1958, recebeu e treinou 42 bolsistas, sendo 5 brasileiros, e o Centro Pan-americano de Febre Aftosa (Projeto 77 do Programa) outros 9 especialistas do Continente.

O intercâmbio de bolsistas, para treinamento e especialização de técnicos através de programas assistenciais multilaterais, de que participa o Brasil, elevou-se, assim, em 1958, a um total de 183 beneficiários.

DOCUMENTOS

OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

CONFERÊNCIA DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK NA UNIVERSIDADE CATÓLICA *

"É a primeira vez que falo de maneira particular à mocidade estudiosa sôbre a política exterior do Brasil. Podeis por isso mesmo avaliar que me sinto comovido e, ao mesmo tempo, grato pela oportunidade que me é oferecida. Sei que encontrarei, entre os jovens estudiosos, uma acolhida incomparável para certas idéias e certos impulsos que provocaram a eclosão da Operação Pan-Americana, movimento de tomada de consciência de tôda a América em face de muitos perigos do mundo moderno e da constatação de vivermos um ambiente contraditório — a coexistência da extrema riqueza e da extrema miséria neste Novo Mundo, que luta para defender as suas idéias e se ergue contra a ameaça materialista e antidemocrática do bloco soviético. Como vivemos numa comunidade de povos livres, como a honra da nossa civilização consiste em podermos falar claro — a Operação Pan-Americana é um gesto nascido de sincera vontade de colaborar, de agir, de valorizar a Causa do Ocidente.

Poucos cenários seriam tão apropriados como êste para cuidar de temas ligados às relações entre os povos. Desde os primórdios da nossa História, vimos recebendo os benefícios das idéias fecundas dos grandes pensadores da Igreja, traduzidas nas obras de Vitória, Suárez, e de outros em normas práticas de vida e de convivência sôbre novas terras que se revelavam ao mundo maravilhado do Renascimento. Essas normas, postas à prova com tanto êxito na obra incansável e desassombrada das missões, visavam à preservação da personalidade do gentio, protegendo-o da sanha escravizadora dos homens de além-mar, propiciando-lhe maior participação nos frutos da terra, aperfeiçoando-lhe o comportamento individual e coletivo, trazendo-o finalmente para o insubstituível abrigo da doutrina de Cristo.

Eis porque a política exterior do Brasil teria de nortear-se sempre pelos preceitos da ética cristã, integrados na consciência do nosso povo, pois correspondem ao imperativo da valorização do homem, como criatura de Deus e, ao mesmo tempo, criador de valores espirituais. Assim vem ocorrendo desde os nossos primeiros passos como nação independente. Império e República, na Paz e na Guerra. Êsse conceito fundamental, de humanismo intransigente, manteve-se inalterável, não obstante a diversidade dos problemas que fomos chamados a enfrentar, em estágios sucessivos, para assegurar o bem-estar do nosso povo e fixar uma posição clara inconfundível para o Brasil no concêrto das nações.

Jamais deixamos de observá-lo, quer nas relações de Estado a Estado, quer nas tentativas sempre renovadas dirigidas no sentido de encontrar através de esforços conjugados de tôdas as nações do

* Proferida a 29 de outubro de 1958, a convite da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Continente, as soluções que melhor atendessem aos reclamos do homem americano. Com êste espírito, o Brasil orientou a sua ação no encaminhamento das suas questões de limites, na mediação de litígios entre nações irmãs e na participação construtiva da grande obra da definição e realização dos ideais pan-americanistas. Essas as linhas mestras da nossa política exterior, as mesmas linhas que não poderiam deixar de estar presentes nos novos caminhos que propomos ao país nesta hora de incertezas e apreensões da vida internacional.

Seria, por outro lado, do mais completo irrealismo desconhecer que não tínhamos no Brasil, até há poucos anos, uma consciência bem nítida dos novos problemas e das novas necessidades da nossa posição internacional. Os nossos problemas de fronteiras estavam resolvidos, com maestria e com espírito pacifista; acreditava-se que as nossas grandes linhas de ação estavam perfeitamente traçadas na medida em que elas decorriam de alguns princípios válidos e imutáveis, consentâneos com a índole do nosso povo e com a tradição americanista da sua evolução. As questões de política externa resolviam-se, com paciência e com habilidade, no silêncio dos nossos Gabinetes e da nossa Chancelaria, sem que se sentisse a necessidade de colocá-las perante a opinião pública nacional.

Em minha última Mensagem ao Congresso Nacional, procurei justamente assinalar que a nova posição internacional do Brasil, posição que se devia não sòmente ao progresso e ao desenvolvimento de um país estuante de vida, como também ao novo escalonamento de Potências, ao término da Segunda Guerra Mundial, fazia com que pela primeira vez em nossa História, as questões de política exterior passagem a interessar vivamente ao Parlamento, à imprensa e a camadas cada vez mais extensas da vida brasileira. Deixei, outrossim, expresso que essa ampliação do debate em tôrno de temas internacionais, longe de constituir um obstáculo à ação do Govêrno brasileiro, constituía, ao contrário, uma fonte preciosa de orientação e de ensinamentos. Seremos, doravante, obrigados a dar conta ao país e a dar conta ao povo de tudo o que estamos fazendo e de tudo o que pretendemos fazer para defender e preservar os interêsses do Brasil no campo internacional. É o que faço agora, ao dirigir-vos a palavra sôbre uma iniciativa que teve o grande mérito, se outro não tivesse, de atrair os olhos do Brasil para a América que o circunda e e para o mundo em que terá de viver.

Ao assumir a responsabilidade da direção dos negócios externos, quando fui alçado à posição de Chefe do Govêrno, procurei, desde logo, orientar a ação da diplomacia brasileira no sentido da consideração de problemas que reclamavam soluções urgentes e inadiáveis, no plano interno e internacional. Avultava entre êles, com prioridade absoluta, o da aceleração do desenvolvimento econômico do Brasil e dos outros países da América Latina. Para tratá-lo, estávamos, como ainda estamos, plenamente convencidos, dada a interdependência de estruturas econômicas, de que na ação multilateral, harmônica e conjugada, reside o estímulo para a obtenção de níveis cada vez mais altos de vida e de bem-estar social.

Adstrita a uma economia rudimentar, dependente da exportação de produtos primários para assegurar a sua subsistência e os meios indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico, a coletividade latino-americana vem-se movendo num círculo vicioso de frustrações, que se transformam em fatôres de intranqüilidade social e política. Parece-me supérfluo assinalar que a manutenção indefinida dêsse estado de coisas transforma-

ria as nossas sociedades em um cadinho de ressentimentos e de revolta, prêsa fácil das generalizações simplificadoras das doutrinas materialistas, que acenam com soluções rápidas e drásticas.

A gravidade do problema acentua-se quando atentamos para a conjuntura internacional dos nossos dias, vividos sob o impacto de um conflito perfeitamente caracterizado, entre duas concepções de organização político-social dos agrupamentos humanos. O caminho mais seguro para entregar a América Latina à ação do materialismo desagregador, é, precisamente, o do desconhecimento das suas desalentadoras condições materiais. Relegar a segundo plano a consideração de problemas econômicos irrecusáveis da maior gravidade equivaleria, com o correr do tempo, pelo seu agravamento progressivo e natural, a transformá-los na preocupação única dos povos por êles atingidos. Não há, a História nos ensina, consciência das liberdades cívicas e da luta pela sua preservação, quando a própria subsistência se encontra ameaçada pelos rigôres do pauperismo. Combatê-lo sob tôdas as formas é a obrigação que se impõe a povos e indivíduos que afirmam pautar a sua conduta pelos ensinamentos dos Evangelhos.

Estudos realizados à base da projeção de fatôres dinâmicos vêm demonstrar que, com o correr dos anos, tende a acelerar-se o empobrecimento da América Latina, em relação a outras áreas políticas e demográficas.

Na realidade a América, que foi a grande pioneira da idéia da integração regional, vai-se deixando distanciar por outros agrupamentos de países, numa era em grande parte caracterizada pelo fenômeno do *continentalismo*, que é hoje um expressivo meio têrmo entre as demasias e egoismos do nacionalismo e as generalizações do universalismo. A unidade continental representa, portanto, para nós, um primeiro passo para um papel mais vivo e mais atuante da América Latina no encaminhamento dos grandes problemas internacionais. É, entretanto, indispensável que essa unidade se encontre na prosperidade conjunta, no progresso simultâneo de todos os nossos países, e que não se traduza apenas numa identidade de privações e numa solidariedade de penúria.

Ao reclamar uma voz mais forte para a América Latina na comunidade das nações, a Operação Pan-Americana não ignora que, nas duras realidades da política de poder, essa voz não se poderá fazer ouvir sem que tenha a sua origem em países de economia sadia e de instituições sociais perfeitamente estabilizadas. Não podemos cumprir os nossos deveres para com o mundo antes de cumprirmos as nossas obrigações primordiais para conosco, para com as gerações que seguirão os nossos países neste continente cristão, destinado a ser o cenário de uma das grandes aventuras da Humanidade. Não podemos afirmar a nossa ação sem que antes resolutamente afirmemos a nossa capacidade de ação. Não poderemos opinar com segurança sôbre problemas alheios se nos revelarmos incapazes de dar pronta e eficaz solução aos nossos próprios problemas. Desejamos formar ao lado do Ocidente, mas não desejamos constituir o *seu proletariado*. Queremos participar do mundo do presente, com todos os seus perigos e incertezas, mas também com tôdas as suas promessas e esperanças.

Não fugiremos a nenhuma das nossas obrigações, mas tampouco renunciaremos a qualquer um dos nossos direitos.

É essa a premissa, a base, a motivação da Operação Pan-Americana.

Nascido do imperativo de disciplinar as relações entre povos que apenas emergiam para uma

existência independente, fixando-lhes os direitos e deveres recíprocos, o pan-americanismo vinha-se definindo até agora como um ordenamento político-jurídico, num esfôrço de consolidação das novas nacionalidades que se afirmavam na comunidade dos Estados. A doutrina do Monroe, o princípio de não-intervenção e da igualdade jurídica dos Estados constituíam os grandes temas que sempre repontavam nas Agendas das Conferências Pan-Americanas e encontravam expressão eloqüente na voz de estadistas do Continente em conclaves de âmbito universal.

Ausentes das suas preocupações e distantes da sua oratória, tôda ela dirigida para os interêsses dos Estados, andavam os problemas *do Homem e do seu Direito* a uma existência compatível com as suas exigências fundamentais. A defesa contra o perigo da agressão e domínio externos tornava impossível a luta contra a penúria e contra a miséria. A solidariedade que já se delineava para a defesa das novas soberanias não correspondia um sentimento de necessidade de uma ação unilateral no terreno das realizações econômicas. Nesse setor que hoje se nos afigura de *importância capital, tudo se deixava* à iniciativa individual e à mercê dos recursos precários de cada Estado.

Não seria justo, entretanto, lamentar ênfase tão absorvente na defesa da Liberdade, esta mesma Liberdade que nos permite hoje apresentar com desassombro e destemor o problema do subdesenvolvimento no Hemisfério. A baixa renda real *per capita* em extensas áreas da América Latina, *pràticamente imobilizada pela au*sência de maiores investimentos exteriores, e de assistência técnica apreciável, pelas violentas flutuações nos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, está a exigir, no próprio interêsse da causa Ocidental, uma cooperação econômica mais estreita entre os Estados americanos. Malgrado esforços isolados ou conjuntos, de publicistas e de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, no sentido da caracterização dos fatôres de subdesenvolvimento e das medidas a serem adotadas para removê-los, a verdade é que nada ou quase nada se havia feito de positivo, com o conseqüente enfraquecimento orgânico do sistema interamericano sujeito, assim, a um inevitável processo de obsolescência.

Consciente dêsse perigo, das minhas responsabilidades para com o povo brasileiro e dos deveres do Brasil perante a Comunidades americana, tomei a decisão de dirigir-me ao Presidente dos Estados Unidos da América em mensagem que seria o prenúncio de uma ação diplomática intensíssima, destinada a abrir novas perspectivas para as relações entre os povos do Hemisfério e o fortalecimento da unidade continental. Propunha, então, um exame coletivo de consciência para apurar se estávamos em verdade envidando todos os esforços para transformar o pan-americanismo em uma realidade viva e palpitante. A receptividade que encontrei no espírito do Presidente Eisenhower, também preocupado com o tormentoso problema que eu agitara, animou-me a procurar o apoio das demais Repúblicas americanas. Êsse apoio, generoso e imediato, irrestrito e espontâneo, constituiu a melhor segurança da vitalidade do Pan-Americanismo como sistema capaz de adaptar-se a novas exigências da cooperação, num campo em que se revela insuficiente à ação individual.

O subdesenvolvimento ficava *assim caracterizado como uma res*ponsabilidade coletiva das Américas.

Já agora o problema estava definido e delimitado; tratava-se tão-sòmente de buscar para um assunto de interêsse comum as soluções mais adequadas e mais viáveis.

O longo e paciente trabalho de consulta entre tôdas as Chancelarias do Hemisfério deveria conduzir-nos à recente reunião de Ministros das Relações Exteriores em Washington. Essa reunião veio revelar um alto grau de realismo e de maturidade no pensamento político latino-americano que não mais se satisfaz com a mera enunciação de conceitos imprecisos e abstratos de cooperação interamericana.

Em reuniões dêsse tipo não se poderia tomar decisões nem pactuar direitos ou obrigações recíprocas. Tratava-se, antes de tudo, de uma primeira tomada de contacto com um problema comum e com um meio de resolvê-lo. Posso, entretanto, dizer-vos com segurança e sem qualquer falso otimismo, que todos os objetivos básicos do Brasil foram plenamente atingidos. Obtivemos reconhecimento explícito da nossa tese que vincula indissolùvelmente os dois conceitos de segurança coletiva e de desenvolvimento econômico. Vimos aceitos pela unanimidade das Repúblicas americanas os seis pontos da Agenda que submetêramos à chancelaria do Hemisfério com o memorando brasileiro de 9 de agôsto do corrente ano; conseguimos o estabelecimento, dentro do âmbito da Organização dos Estados Americanos, de uma Comissão Especial de 21 membros, com características e atribuições substancialmente idênticas às sugeridas pelo Brasil. Uma idéia brasileira transformou-se, assim, em uma grande responsabilidade inter-americana.

A recordação dos primeiros êxitos obtidos não deve, entretanto, desviar os nossos olhos do longo e áspero caminho a percorrer. Ainda temos diante de nós tôda uma série de gestões a realizar, de pontos a esclarecer, de opiniões a reconciliar. O desenvolvimento econômico é antes de tudo, a responsabilidade individual de um determinado país e sabemos perfeitamente que cada Estado americano oferece condições peculiaríssimas de que sòmente os seus dirigentes, os seus estadistas e os seus técnicos podem ajuizar com autoridade e com segurança. Sabemos que todo o programa de desenvolvimento econômico é necessàriamente um programa a longo prazo, dada a necessidade de se assentarem prèviamente as condições técnicas indispensáveis à concepção e execução de tal programa. Sabemos da existência de tôda uma série de preconceitos a superar e a desenvolver. Mas sabemos igualmente que o desenvolvimento é um processo de expansão, que poderá tomar conta de si mesmo, com uma dinâmica própria, se lhe fôr dado um generoso impulso inicial.

O que é indispensável é que nos aproximemos dêste problema com espírito inteiramente aberto e construtivo, que tenhamos a convicção íntima de que enveredamos por um novo e promissor caminho de cooperação interamericana e que não nos limitemos à repetição mecânica de velhas alegações e de pessimismos estéreis, que certamente não poderão contribuir para o êxito da tarefa gigantesca em que nos empenhamos. Ninguém lògicamente poderá desconhecer a validade do argumento de que o desenvolvimento econômico é a responsabilidade imediata de cada Estado e de cada povo americano. Cada uma das Repúblicas americanas apresenta condições peculiaríssimas de que sòmente os seus estadistas e os seus dirigentes podem ajuizar com segurança e com autoridade. Essa linha de raciocínio, perfeitamente legítima e procedente deve, entretanto, constituir o fundamento da ação multilateral que planejamos e não a negação da sua possibilidade, num estágio do pan-americanismo em que o problema do subdesenvolvimento se apresenta com um caráter premente, carregado de ameaças de desajustamentos sociais.

Reconheço que a história do pan-americanismo no terreno econômico e social é uma longa procissão de sonhos não realizados, de propósitos abandonados, de amargas decepções e frustrações. Em mais de uma ocasião, quando do encerramento de reuniões interamericanas, separamo-nos com a convicção de que havíamos lançado as bases de uma cooperação mais real e mais tangível e, em mais de uma ocasião, vimos as nossas boas intenções derrotadas pelas linhas rotineiras de pensamento e por uma inércia diplomática que nos condenava à platônica reiteração de fórmulas sediças. Tudo isso antepunha uma barreira de retórica a qualquer ação pioneira no campo da luta contra o subdesenvolvimento. É imperativo que isto, desta vez, não aconteça, e devo afirmar de público que o Govêrno brasileiro não recuará em sua determinação de levar avante a "O p e r a ç ã o Pan-americana", quaisquer que sejam as dificuldades a encontrar e a superar, partam elas de onde partirem, como um movimento justo e perfeitamente delineado, um ímpeto de redenção econômica e de defesa dos valores morais e espirituais do Ocidente. É imperativo que caracterizemos o subdesenvolvimento como um problema pan-americano, que deve preocupar igualmente a todos os povos do hemisfério, qualquer que seja o estágio da sua evolução econômica e industrial. É imperativo que os nossos povos e as nossas nacionalidades passem a ver no pan-americanismo uma fôrça política de progresso econômico e social e não apenas um artifício *jurídico, uma atitude intelectual ou* um jôgo de imagens nobres e generosas.

O objetivo primordial da "Operação" será, assim, o de implantar o ideal pan-americano — de vida, de convivência e de colaboração — na consciência dos povos do Hemisfério e não apenas nas declarações públicas e nos pronunciamentos dos seus dirigentes. A nossa política de índole essencialmente cristã recebe do Homem o seu impulso e vê no Homem a sua finalidade.

Se os estadistas responsáveis pela vida, pela felicidade e pelo bem-estar social dos povos americanos não souberem aproveitar esta magnífica oportunidade para transformar em realidade os ideais inscritos e consubstanciados na Carta da Organização dos Estados Americanos, se, ao invés de nos arrojarmos nas grandes veredas do futuro, novamente nos perdermos em um labirinto de fórmulas e conceituações imprecisas, então, encontraremos dificuldades, cada vez maiores, em evitar que as nossas massas, abandonadas e desprotegidas, ressentidas e desesperadas, venham a procurar solução para os seus problemas inadiáveis em modalidades políticas e sociais destruidoras da nossa liberdade, de nossa paz social e dos nossos fundamentos cristãos.

A Operação Pan-Americana, parte, assim, da premissa política de que o desenvolvimento econômico é hoje inseparável do conceito de segurança coletiva e constitui a condição necessária da salvaguarda da nossa liberdade. Não mais se trata, como no passado, de determinar-se se a liberdade é mais importante do que o desenvolvimento. As duas idéias hoje se justapõem e se confundem.

É para êste perigo materialista — perigo real e indisfarçável — que não podemos vendar os nossos olhos, por mais desagradável e desalentadora que seja a realidade. E é a consciência dêsse estado de coisas que há de transformar o grande sonho brasileiro da Operação Pan-Americana na mais palpitante das construções políticas e das realizações humanas.

É êsse o caminho a seguir, o único caminho diante de nós, se queremos — e realmente não te-

mos alternativa — conservar-nos fiéis a nós mesmos, à Democracia que nos defende e à América que nos inspira. E êsse caminho não é senão o caminho da Fé e da Liberdade.

Não nos atiramos, com a Operação Pan-Americana, numa fantasia, nem procuramos deixar-nos conduzir por palavras; não aspiramos ao impossível, nem queremos mudar a face das coisas de forma definitiva.

A nossa intenção, a intenção do Govêrno brasileiro, e que teve imediatamente eco, resposta, acôrdo, aplauso e concordância da fraternidade continental foi a de chamar a atenção para uma realidade. Esta realidade é que as coisas não podem continuar indefinidamente como estão nesta parte do mundo, neste grande pedaço da América.

Não é possível que não atentemos na necessidade estratégica de nos desenvolvermos em conjunto e de crescermos, de aumentarmos o nosso poder, a nossa capacidade de ação — pois formamos ao lado das idéias do Ocidente, integramo-nos numa grande causa *cujo princípio vital consiste no* desejo de promover a justiça, de melhorar as condições de vida dos sêres humanos, de dar-lhes condições de existência de acôrdo com a sua dignidade.

Se estamos todos prontos a aceitar que a política do bloco soviético, que procura impor o ateísmo ao mundo como filosofia e ideal dos povos, necessita da revolta criada pelo depauperamento e pela miséria para impor-se; se estamos certos disso, não podemos deixar de concluir que devemos militar em sentido contrário, para vermos triunfante e assegurada a Democracia, a Liberdade.

Não nos moveu à Operação Pan-Americana senão o desejo ardente de alertar o continente para os perigos a que estaremos sujeitos, se praticarmos a má política de dar boas razões a uma causa que reputamos má. E não há razões mais convincentes da sua oportunidade que consentimos na existência, neste continente livre e naturalmente rico, de grandes massas *desabrigadas, desatendidas num* mínimo de confôrto.

Que é possível esperar de tôdas essas sementes de desespêro espalhadas nas vastas regiões do Novo Mundo? Que colheita podem ter de tanta pobreza, de tantas vidas que nada apresentam de aceitável, os que consideram que a *criatura, feita à imagem* e semelhança de Deus, tem o direito a receber o tratamento que merece?

Vivemos uma hora difícil em tôda a parte. Uma hora de divisão e perigo. É importante que não nos descuidemos mais do que se passa, que nos acautelemos de falhas e fraquezas em nossas hostes.

Mais do que um programa de estudos econômicos, do que um ensaio nessa direção — a Operação Pan-Americana é uma política e, principalmente, um grito de alerta grave e sério.

É inútil fechar os olhos à realidade; se o fizermos, a realidade abrirá as nossas pálpebras e nos imporá a sua presença. E a realidade é que o descontentamento e o mal-estar começam a tornar-se cada vez mais fortes entre os que ainda há pouco mantinham uma espécie de alheamento provocado pelas longas e duras privações. O raciocínio, que antecede o julgamento, principia a despontar em consciências que pareciam indefinidamente adormecidas pelo sofrimento. E se não é bastante o impulso de solidariedade humana, pelo menos devemos, pelas razões de ordem política, por lucidez e na salvaguarda dos nossos princípios e da nossa causa, pregar uma doutrina do desenvolvimento, e passar, desde logo, à ação criadora, erradicadora da miséria.

Êste é o mais sério problema, esta é a missão regional da Operação Pan-Americana.

Não bastará que o Comitê de 21 países que se reunirá a 17 de novembro próximo em Washington, se dedique a estudos prolongados, a desenvolver teses e a propor medidas de saneamento das economias de numerosos países americanos; o que se espera dêsse encontro que prevemos histórico é uma deliberação firme e nítida de mudar a face das coisas, de iniciar uma campanha de restauração, dessa esperança sem a qual não há nada que perdure e resista".

CONFERÊNCIA DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA *

"Desejo, em primeiro lugar, exprimir o meu agradecimento à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra e ao seu Presidente, por esta feliz oportunidade de estar convosco a fim de falar sôbre a Operação Pan-Americana. O vosso interêsse por êste assunto, de palpitante e indiscutível atualidade, demonstra que vos conservais fiéis ao espírito desta instituição, que já tão bons e relevantes serviços tem prestado ao Brasil.

Em oportunidades anteriores, venho procurando realçar que, pela primeira vez em nossa História de povo independente, os assuntos da política externa passam a interessar profundamente a diferentes camadas da vida nacional. Até há pouco tempo, o debate dos problemas internacionais não transcendia os limites dos gabinetes de trabalho da nossa Chancelaria. Julgo salutar a discussão sôbre a política exterior do Brasil na Imprensa, no Parlamento, nos meios culturais e universitários, nos círculos de estudo e de pesquisa das Fôrças Armadas. É que o Govêrno, responsável pela conduta das relações exteriores, não deseja e não pode executar senão a política que lhe seja ditada pela consciência nacional.

A Operação Pan-Americana representa precisamente uma tomada de posição, um protesto contra a desigualdade de condições econômicas neste hemisfério, uma advertência pública e solene no tocante aos perigos latentes no atual estado de subdesenvolvimento da América Latina. Não estamos pleiteando favores, auxílios ou empréstimos. Não estamos exigindo a execução imediata de um programa rígido e perfeitamente configurado e definido. Não estamos colocando povos amigos e aliados diante de dolorosas contingências de escolha, nem condicionando o nosso apoio — que é irrestrito e espontâneo — à causa do Ocidente. Colocamos um problema premente à consciência da América, usando a voz da franqueza e da lealdade. Falamos, sobretudo, com o realismo de quem conhece perfeitamente os obstáculos imensos a superar, os pontos de vista antagônicos a conciliar, as dificuldades a aplainar, e as incompreensões a vencer.

Que é a Operação Pan-Americana? Quais as suas possibilidades de êxito? Quais os seus perigos de fracasso? Quais as suas conseqüências, mediatas ou imediatas, nos grandes rumos da política continental? Qual o prazo útil estabelecido para a sua realização? Quais os resultados positivos já alcançados? Qual o programa imediato de ação internacional a ser empreendida pelo Brasil e pelos outros Estados Americanos? São estas as perguntas a que procurarei responder sem falsos otimismos, sem ilusões e sem desarrazoadas esperanças.

Estou perfeitamente consciente do fato de que um grande trabalho

* Proferida a 26 de novembro de 1958.

de persuasão e de convencimento ainda se torna necessário para familiarizar a opinião pública brasileira e opinião pública continental com os verdadeiros objetivos da "Operação". A verdade é que a opinião pública brasileira não estava acostumada à idéia de uma ação diplomática mais ativa e mais corajosa por parte do Brasil, com os riscos inerentes a todo e qualquer movimento de caráter essencialmente político. Absorvido com os seus imensos problemas internos, de estabilização e de desenvolvimento, o país vivia um pouco alheio ao mundo em que tem de viver e à América que o circunda. Apegados, talvez, às benéficas influências que sempre recebemos do Velho Continente e a êle ligados pelo elo da tradição portuguêsa e por vínculos humanos e culturais que nunca repudiaremos, não nos havíamos apercebido, de maneira nítida, da nossa fisionomia latino-americana.

Sôbre êste alheamento brasileiro, desejo relembrar um trecho, altamente expressivo, da carta que recentemente me dirigiu o Presidente Lleras Camargo:

"Devo dizer a Vossa Excelência, no entanto, que, em mais de uma ocasião, lamentei que o interêsse do Brasil pelo restante do mundo latino-americano que o rodeava não fôsse mais visível, e que a sua participação nos problemas comuns não fôsse sempre proporcionada à sua importância demográfica, geográfica, cultural e econômica. Pensei que no Brasil prevalecia a opinião de que, em seu especialíssimo caso, a maneira por que a sua História decorreu e seus laços particulares com o antigo continente, o separavam involuntàriamente do conjunto americano restante, ao qual, no entanto, ofereceu amizade e uma colaboração jurídica e política da mais alta transcendência".

E assim parecia na realidade. O nosso sentimento pan-americano afirmava-se na colaboração prestada, aliás com admirável lucidez, à tarefa do ordenamento político-jurídico das relações interamericanas. Nunca havíamos colocado perante o Continente a idéia — inteiramente nova — de que o princípio de solidariedade comum ante a agressão e a ameaça externa deveria, agora, estender-se à necessidade da luta comum contra a penúria, o subdesenvolvimento e a miséria.

O nosso objetivo imediato já foi alcançado: o de colocar o problema do subdesenvolvimento, um problema real e indisfarçável, ante a consciência americana. O acêrto e a oportunidade da nossa iniciativa nesse sentido foram ràpidamente comprovados pelas manifestações de solidariedade e magnífico apoio que recebemos dos eminentes Chefes de Estado das Repúblicas americanas.

O êxito da nossa diplomacia patenteou-se finalmente na reunião informal dos Ministros das Relações Exteriores das 21 Repúblicas da América, realizada em Washington, na segunda quinzena de setembro. O comunicado conjunto, que resume as conversações havidas e estabelece um programa de ação para o futuro, representa o endôsso mais pleno e irrestrito da tese brasileira, que vinculava, de maneira indissolúvel, os conceitos de desenvolvimento econômico e de segurança coletiva e apresentava o fortalecimento econômico da América Latina como uma necessidade fundamental da estratégia global do Ocidente.

Os Ministros reunidos em Washington aceitaram, integralmente, os seis pontos propostos pelo Brasil como possíveis temas de discussão entre os países americanos, com vistas à fixação de bases e pontos de partida para a luta comum contra o subdesenvolvimento e, no que diz respeito ao aspecto processual do problema, concordaram com a nossa propos-

ta, tendente à constituição de um Comitê de 21 Estados, incumbido de alcançar um acôrdo básico sôbre pontos fundamentais de orientação política.

Parece-nos ocioso um debate que intermitentemente reponta na imprensa, a respeito da conceituação da Operação Pan-Americana, ora como um movimento de caráter político, ora como movimento de caráter econômico, debate que pressupõe uma antinomia injustificável entre os dois conceitos. Em reiteradas ocasiões temos manifestado que o pan-americanismo é um sistema pràticamente perfeito e inalterável do ponto de vista *político-jurídico e que, nesse setor,* muito pouco existe a realizar no futuro imediato. O que queremos é traduzir os princípios do pan-americanismo em realidades permanentes e duradouras, no campo da cooperação econômica efetiva, diante do qual sempre se tinham detido os nossos esforços. Nesse sentido, a Operação tem um objetivo claramente econômico. Certo é, por outro lado, que êsses resultados econômicos não serão alcançados *sem a execução de uma política,* suscetível de assegurar a sua consecução e sem uma idéia política, que lhe dê sentido e conteúdo. E a idéia política contida na Operação Pan-Americana não é senão a de dar maior dinamismo e maior capacidade criadora à política ocidental, que não mais pode permanecer na posição presente e passiva de apenas procurar resistir aos caprichos da diplomacia soviética, mas deve retomar a *iniciativa* de *paz* e de desenvolvimento econômico, de segurança coletiva e de justiça social.

"No *aide-mémoire* brasileiro de 9 de agôsto, deixávamos bem claro que a Operação Pan-Americana não era uma ação delimitada no tempo, com objetivos a serem atingidos em prazo curto, mas *uma verdadeira reorientação da política continental,* com o fim de colocar a América Latina, mediante um processo de valorização total, em condições de participar mais eficazmente na defesa do Ocidente, através de um sentido crescente de vitalidade e um maior desenvolvimento das suas possibilidades. "A Operação Pan-Americana não é, assim, um simples programa, mas *tôda uma política*". Dizíamos então que a Operação Pan-Americana devia ser compreendida como um *corolário* da *estratégia* geral do Ocidente, dentre cujos objetivos fundamentais sobressaíam os *seguintes:* a *preservação do regime* democrático, baseado na liberdade política e religiosa e no respeito à propriedade privada e à livre emprêsa, e à defesa de tôdas as áreas que interessam à segurança do mundo livre. Por causa da sua importância intrínseca — política, econômica, social e estratégica — e porque uma ameaça à paz *em qualquer* parte do mundo era agora uma ameaça à paz no mundo inteiro, era oportuno rever, *com o objetivo* de fortificá-la, a contribuição ao poderio do mundo livre a ser dada pelas nações signatárias do Tratado do Rio de Janeiro.

Enunciávamos, na mesma ocasião, os seguintes conceitos, que hoje nos parecem mais fortes e indiscutíveis do que quando os formulamos pela primeira vez:

"No quadro da Operação Pan-Americana, a luta pela Democracia identifica-se com a luta contra a estagnação e o subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento reinante neste Hemisfério compromete moral e materialmente a causa que defendemos. Zonas subdesenvolvidas são zonas abertas à penetração da *ideologia antidemocrática.* A batalha do Ocidente é, sob muitos aspectos e em tôdas as suas *implicações,* a luta pelo desenvolvimento. As ideologias materialistas alimentam-se da penúria e da miséria de onde se originaram: o combate a estas constitui o único

caminho seguro para o efetivo combate àquelas. Onde houver miséria, a nossa causa estará em perigo".

E advertíamos, com a mesma firmeza com que o fazemos hoje:

"É ilusório esperar atuação convicta, em prol de uma causa que abrange aspectos tão complexos, de povos cujo exílio nos rigores do pauperismo *os impede de* pensar e sentir fora do âmbito restrito das suas prementes necessidades *de sobrevivência*".

É fato assaz conhecido — e hoje um truismo econômico — que os paises industriais aumentam a sua riqueza com muito maior rapidez do que os de economia agrícola e pastoril. A continuar esta tendência, veremos aumentar indefinidamente a distância que separa os paises desenvolvidos dos subdesenvolvidos.

Esta situação alarmante impõe-nos o dever de buscar os meios de *inverter esta trajetória*, o que só pode ser feito mediante a eliminação, no processo histórico do nosso desenvolvimento econômico, de algumas etapas que nos separam das potências industriais.

Temos de lutar de tôdas as formas e por todos os meios para realizar, em anos, o que outros realizaram em décadas; temos de exigir o mesmo da nossa imaginação, do nosso engenho, para conseguir os recursos em técnica e em capital que nos permitirão a consecução dêsse objetivo.

Infelizmente, porém, com uma população geralmente pobre, grande parte da qual apenas percebe o bastante para prover à sua subsistência, *é impossível contar com* a poupança individual como fonte de capital.

O exame retrospectivo do comércio entre os paises industriais e os de economia colonial tampouco nos autoriza, a contar com o comércio exterior como ú n i c a fonte de financiamento do nosso programa de desenvolvimento. Por um lado, as flutuações de preços dos produtos primários no mercado internacional são de tal ordem que se torna impossível basear na receita oriunda da sua venda um programa de desenvolvimento a longo prazo. Por outro, as *condições do intercâmbio entre as* potências industriais e os paises não desenvolvidos tornam-se progressivamente desfavoráveis aos segundos, exigindo a exportação de uma quantidade sempre crescente de produtos primários para a aquisição da mesma quantidade de produtos manufaturados.

De tudo isso, ressalta a necessidade urgente e imperiosa de romper êste círculo vicioso em que a pobreza gera o subdesenvolvimento e o subdesenvolvimento perpetua a pobreza.

Para tanto se impõe a adoção de fortes e enérgicos corretivos, que, pela natureza mesma da situação que acabo de descrever, têm de transcender a *órbita nacional*, projetando-se no campo da cooperação entre as nações. Êste objetivo, porém, só será atingido após a solução de uns quantos problemas básicos, que representam, de algum modo, as premissas fundamentais de qualquer progresso econômico.

Em tais condições, fazemos face a um verdadeiro desafio. Queremos desenvolver os nossos paises em ritmo acelerado e estamos decididos a fazê-lo, pois assim o exigem os nossos povos. Desejamos chegar a êste resultado *dentro do conceito democrático e* cristão que constitui o fundamento da nossa sociedade, mas só poderemos fazê-lo se tivermos o auxílio das grandes potências ocidentais, particularmente dos Estados Unidos da América.

Sob um sistema rígido de planejamento estatal, que comprime os níveis de consumo, do povo e canaliza os recursos nacionais de forma inexorável no sentido que melhor se adapte às necessidades

do desenvolvimento nacional, os países comunistas têm atingido um maior volume de investimentos do que os ocidentais, conseguindo, assim, um maior ritmo de desenvolvimento.

Por outro lado — e o que é ainda mais significativo — a URSS lançou um programa de auxílio aos países subdesenvolvidos num ritmo que o levou de *zero* em 1954 a US$ 1,6 bilhões em 1957.

Além do seu volume crescente, o tipo de auxílio soviético tem sido de molde a atrair a simpatia dos países subdesenvolvidos. Caracteriza-se êle em geral pela concessão de vultosos empréstimos, a juros moderados, amortizáveis em mercadorias do país devedor. Contornam, assim, o problema de divisas e fornecem muitas vêzes possibilidades de escoamento para produtos agrícolas de difícil colocação no mercado internacional. Esta situação põe, muitas vêzes, o Ocidente na posição de competidor do país que deveria auxiliar, enquanto os países do bloco comunista surgem como compradores providenciais de produtos gravosos.

Diante das condições oferecidas pela URSS, a tendência freqüente tem sido no sentido de esquecer a motivação política do auxílio para pensar apenas nos seus resultados concretos, comprovados ou esperados.

São, êsses, fatos da maior gravidade, cheios de significação política e suscetíveis de alterar substancialmente o atual equilíbrio de fôrças entre os dois blocos de nações, para os quais a atenção dos principais responsáveis pela política ocidental se acha voltada.

Julgo agora oportuno referir-me, em linhas gerais, ao trabalho que está cometido ao Comitê dos 21, que em 17 do corrente mês, se instalou em Washington, na sede da Organização dos Estados Americanos. Nos têrmos do comunicado final expedido pela Reunião de Chanceleres de setembro último, o Comitê dos 21 deverá examinar o *aide-mémoire* de 9 de agôsto, submetido pelo Itamarati à consideração das Chancelarias dos demais Estados Americanos. De tal documento, que contém as nossas idéias básicas sôbre a luta que nos propomos travar contra o subdesenvolvimento, consta uma lista de temas, esquematizados à luz dos grandes problemas com que, no campo econômico, se defronta a América Latina.

A importância maior deve ser atribuida ao aumento de volume de investimentos, provenientes de capitais públicos, conforme estabelece o segundo dos temas propostos. Disto dependerá em última análise, a materialização da Operação Pan-Americana, a qual condiciona a solução dos grandes problemas da América Latina a aplicações maciças de capitais, em volume impossível de ser fornecido por investimentos privados.

Por outro lado, o fortalecimento geral da economia, assim obtido, provocará uma maior atenção de capitais privados, nacionais e estrangeiros, mercê das maiores condições de segurança e rentabilidade que lhes poderão ser oferecidas.

Repito, pois, para que não haja dúvidas sôbre a nossa posição que sòmente o afluxo de *capitais públicos em quantidades ingentes* permitirá à América Latina acelerar o ritmo de crescimento da renda individual dos seus habitantes, permitindo-lhes atingir um índice superior as das áreas já plenamente desenvolvidas. Está claro, e todos os verdadeiros estudiosos do problema concordarão comigo, que a maior parte de tais investimentos, serão mesmo a sua quase totalidade, deverá ser orientada para os setores básicos e infra-estruturais das economias latino-americanas, a fim de que sejam removidos os obstáculos hoje existentes à sua expansão global.

O problema é sério e as soluções que buscamos, com urgência, não poderão ser parciais. O Brasil está disposto a não aceitar meias soluções. De nada nos servirá procurar mostrar ao mundo uma unanimidade de vistas inexistentes ou demonstrar uma satisfação fictícia com os resultados obtidos. Os estudos econômicos, em curso no Itamarati, situam em 3,5 bilhões de dólares as necessidades mínimas de créditos externos para que possa, só o Brasil, financiar a diferença entre a receita das suas exportações e o montante das importações indispensáveis ao crescimento do seu produto nacional bruto, no período compreendido entre 1959 e 1980. Para tôda a América Latina, o mesmo cálculo elevar-se-ia a um total de 10 bilhões de dólares. A quantia não é desproporcionada; é, antes, bastante razoável e realista, se considerarmos os perigos que acarretará para o mundo livre o estabelecimento de um clima de insegurança e insatisfação na América Latina.

Trata do item IV do *Memorandum* brasileiro, da tentativa de disciplinar, equitativamente, os mercados dos produtos de base.

Com isso se teria alcançado a *solução para o mais grave dos problemas* com que se debatem os países desta parte do hemisfério, e que consiste, justamente, na instabilidade dos preços e dos mercados para os produtos de exportação que constituem o cerne mesmo das suas economias. A instabilidade econômica, daí resultante, acarreta necessàriamente a instabilidade política e social, provocando todo um clima de pessimismo e de desalento.

No quadro da Operação Pan-Americana deverão ser incluídas portanto, e simultâneamente, a estabilidade das receitas cambiais e a segurança de compensações adequadas aos favores concedidos pelo mercado comum europeu aos produtos das colônias africanas. Ora, a segurança de uma receita cambial estável terá de decorrer da fixação, simultânea, de quotas de exportação dos nossos produtos e do estabelecimento de um nível de preços remunerador, ou seja, a uma efetiva *reserva de mercado*.

Ao lado disso, e dentro do espírito da Operação de que tratamos, deverão ser feitos esforços sinceros para a adoção de medidas que favoreçam ou acelerem a criação de um mercado regional latino-americano e a integração econômica da área, tão rápida e completamente quanto possível.

A Assistência Técnica, objetivo do item VI da lista apresentada pelo Brasil, representa o terceiro elemento, de origem externa, inadiàvelmente necessário para a execução de um programa sério de desenvolvimento. Apesar da sua experiência, relativamente longa, a assistência técnica prestada pela ONU e pelo Govêrno dos Estados Unidos da América Latina ressente-se de amplitude conveniente, e de coordenação e de método, na sua distribuição e aplicação efetiva. É necessário, agora, que ela adquira uma contextura compatível com o esfôrço a ser desenvolvido nos outros campos.

Independentemente das possibilidades maiores ou menores de êxito integral e imediato, o que o Govêrno brasileiro deseja deixar bem claro é que considera a Operação Pan-Americana como um movimento político irreversível, porque corresponde a um problema real — o problema do subdesenvolvimento econômico no Hemisfério. A Operação Pan-Americana *só perderá o seu sentido* quando os seus objetivos tiverem sido alcançados. Não estamos diante de um capricho ou de um devaneio diplomático, mas de um programa de ação e já agora não poderemos recuar quaisquer que sejam as dificuldades e obstáculos a superar.

O êxito final da Operação — bem o sabemos — não dependerá ùnicamente da nossa ação e dos nossos esforços. Dependerá, em última análise, de um número de fatôres e de circunstâncias latentes na atual situação internacional. O significado da Operação Pan-Americana transcende de muito os limites da política continental e vem ajustar-se às novas modalidades da crise mundial, num momento crítico para o Ocidente. A ameaça soviética era até há poucos anos, considerada como uma ameaça de tipo puramente militar, localizada no Ocidente europeu. Já agora se percebe claramente que a guerra fria vai mudando de caráter, com a atenuação dos aspectos puramente militares e com uma ênfase cada dia maior nos aspectos econômico, industrial e tecnológico. O ocidente, ao organizar o seu sistema defensivo, preparou-se para uma guerra que talvez não se materialize. muito embora seja justo reconhecer que poderia ter vindo a materializar-se não fôra a adoção das medidas assecuratórias de defesa. A preocupação com a ameaça soviética, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, fêz com que todos os esforços da diplomacia ocidental se concentrassem no auxílio e na recuperação das áreas devastadas pela conflagração. Como já disse, não queremos localizar e individualizar responsabilidades. Talvez, na ocasião, os Estados Unidos da América não tivessem alternativa, e talvez a Liberdade e a Democracia tivessem sido sufocadas pela avalancha soviética, se essa politica de auxílios não tivesse sido planejada e executada. O que acontece é que não podemos manter, em 1958, o mesmo plano de ação que foi considerado indispensável em 1945. Hoje, a América Latina está em situação mais precária do que a dos países reconstruídos da Europa e constitui o elo mais fraco da coligação ocidental. É para êsse fato que não cessaremos de chamar a atenção dos nossos amigos dos Estados Unidos da América, com franqueza, com lealdade e até com palavras duras e realistas.

De qualquer maneira, os indícios de uma mudança na posição americana são francamente auspiciosos e encorajadores e vemos com satisfação que êsses indícios não se manifestam apenas no seio do Govêrno dos Estados Unidos e no âmbito das Divisões do Departamento de Estado, mas em muitos setores do Congresso, da imprensa e mesmo da oposição democrata. O nosso dever é estimular essa tendência, que julgamos irreversível, e compreender que tôda ação diplomática é obra de paciência, de firmeza e de tenacidade. Sabemos que, nos regimes democráticos, nenhuma mudança sensível poderá processar-se em matéria de política nacional sem o pleno apoio da opinião pública e sabemos que essa opinião pública tem de ser esclarecida e orientada.

Somos os primeiros a reconhecer que todo o programa de combate ao subdesenvolvimento é, pela sua própria natureza, um programa a longo prazo, visto como sempre teremos de assentar prèviamente as bases técnicas e materiais do fomento econômico. Nossa posição é, entretanto, intransigentemente contrária à adoção de meros paliativos, que poderiam dar-nos a ilusão de alívios passageiros e momentâneos, mas que nos roubariam a grande causa e a grande bandeira que levantamos.

Estou, entretanto, inteiramente convencido de que se formos fiéis a nós mesmos, à causa que defendemos, ao ideal que transmitimos aos nossos irmãos do Continente, se perseverarmos em nosso caminho sem desfalecimentos e sem tibieza, se tivermos a coragem de não transformar pequenos avanmomentâneos em vitórias ficticias e irreais, se tivermos a grandeza

de reconhecer os nossos erros e de corrigir as nossas omissões, teremos ao mesmo tempo associado o nome do Brasil e da diplomacia brasileira a uma das mais nobres e mais puras iniciativas da história das nações ocidentais, a essa grande tentativa da Operação Pan-Americana, grito de redenção de um Continente estuante de vida, que deseja trabalhar pela paz e pela tranquilidade das nações."

AIDE-MÉMOIRE SÔBRE OS OBJETIVOS DA OPERAÇÃO PAN-AMERICANA *

"É chegado o momento de dar conteúdo real ao pan-americanismo, *de traduzir em realizações* concretas, em planos de ação, os sentimentos de solidariedade que vêm sendo reiterados, secularmente, nas conferências continentais.

2. A iniciativa tomada pelo *Presidente Kubitschek, ao* proclamar a necessidade de transformação dos ideais pan-americanos em realidade viva e atuante, visou, tão-sòmente, a provocar um debate, no plano continental, em tôrno dos problemas comuns e das soluções reclamadas pelos povos da América Latina.

3. Essa conclamação reúne hoje, na sede da OEA, para a primeira tomada de contacto, para uma ampla troca de impressões, em caráter informal, os Chanceleres americanos.

4. Desnecessário seria recapitular as origens dêsse movimento. Elas não são apenas remotas, mas têm raizes em todos os nossos países cujos Chefes de Estado, Chanceleres ou Delegados a reuniões da ONU ou da OEA, fizeram pronunciamentos ou tomaram nítidas posições no mesmo sentido do que hoje é chamado "Operação Pan-Americana".

5. *Não há, portanto, primazias* a disputar ou nações intérpretes do pensamento latino-americano. O *que se deseja delinear* é uma ação coordenada e efetiva de tôdas as nações do Continente para promover a solução dos graves problemas que fazem da América Latina um dos pontos mais vulneráves do mundo ocidental.

6. O maior, o mais premente dêsses problemas, é, sem dúvida, o subdesenvolvimento, que reduz a significação e o alcance das inúmeras proclamações de solidariedade Pan-Americana.

7. É propósito do Brasil, exclusivamente a título de colaboração, *submeter ao debate* das demais chancelarias do Continente uma série de definições preliminares que possam servir de ponto de partida para o estudo da ação comum contra o subdesenvolvimento.

8. *Deseja, ainda,* o Govêrno brasileiro, com o mesmo espírito de colaboração, esboçar o tipo de raciocínio econômico que adotou, em caráter experimental, para estruturar um "esquema" de crescimento para a economia brasileira, segundo "Hipóteses de Trabalho" alternativas.

9. Seria conveniente que ficasse bem claro que não o anima outro intuito senão o de manter informados os órgãos próprios da OEA, ou os grupos de trabalhos especiais que venham a ser constituídos, sôbre a orientação dos estudos de base em elaboração no Brasil. A metodologia seguida, pode ser alterada, adaptada ou corrigida, ou mesmo aceitos outros rumos, outros "modelos" de crescimento, com a franca e leal disposição de adotar a linha de pensamento e de ação que mais prontamente conduzir à eliminação da chaga do subdesenvolvimento.

* Documento apresentado pela Delegação do Brasil à Reunião de Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Washington, a 23 e 24 de setembro de 1958.

10. O Brasil acredita que essa tomada coletiva de posição deve ser precedida pelo consenso em tôrno de alguns pontos básicos que norteiem a ação comum.

11. O primeiro dêles é, naturalmente, a própria definição de "desenvolvimento", em têrmos absolutos e relativos, para os efeitos da "Operação Pan-Americana".

12. *Poder-se-ia definir "desenvolvimento" como a obtenção de um nível de renda* per capita *que permita o início de um processo cumulativo e autônomo de crescimento com recursos próprios, a uma taxa satisfatória, sem bruscas ou graves alterações institucionais.* Sem alcançar êsse nível, continuariam os países latino-americanos a depender fortemente de assistência econômica exterior, expostos aos riscos da estagnação e do pauperismo, agravados com o aumento da população.

13. Segundo estudos feitos na ONU, tal nível seria da ordem de, aproximadamente, 400 dólares *per capita*, na base de valores de 1950, ou sejam, cêrca de 480 dólares em valores atuais. Poderia, talvez, esta última cifra vir a ser adotada como objetivo mínimo a alcançar durante o prazo que fôr fixado para a plena execução da "Operação Pan-Americana".

14. Em têrmos relativos, "desenvolvimento satisfatório seria a projeção quantitativa de uma taxa de desenvolvimento econômico que permitisse aos países latino-americanos diminuírem a distância que os separa das grandes potências econômicas, em têrmos de renda *per capita*.

15. A projeção das tendências atuais das diferentes economias revela que a atual conjuntura econômica e institucional do mundo reserva, para a América Latina, no seu conjunto, perspectivas de tal forma limitadas que se tornam extremamente perigosas para a segurança do Ocidente, quando postas em confronto com as propensões de crescimento das grandes economias, sobretudo as planificadas.

16. Quanto ao prazo requerido para a transformação das economias latino-americanas em economias "desenvolvidas", segundo o critério quantitativo referido anteriormente, a hipótese brasileira adotou como meta o ano de 1980, e estendeu tôdas as suas projeções até êsse ano.

17. O prazo de dois decênios, suficientemente amplo para permitir uma visão global dos objetivos a atingir, impõe o fracionamento do esfôrço no tempo, através de metas parciais para os anos intermediários. Dessa forma, será sempre assegurada uma noção, tão concreta quanto possível, do esfôrço seguinte a ser feito, dentro do quadro geral de processos e objetivos, evitando a contradição entre curtos e longos prazos, bastante comum em países subdesenvolvidos.

18. Devemos ressaltar que a escolha de um índice simples como a *renda per capita*, não foi feita sem consciência das limitações metodológicas nêle implicadas. No entanto, outros índices, como os de bem-estar e progressos, são de difícil qualificação e, sobretudo, de complexa mensuração, o que prejudicaria as finalidades que devem ser buscadas, nesta fase dos trabalhos, isto é, a aceitação de objetivos claros e bem definidos com referência aos quais se possa articular, em comum, um mínimo eficaz e a ação conjunta pan-americana.

19. Embora as condições excepcionais, geradas por certos setores da produção latino-americana, tenham elevado, acima dêsse nível a renda *per capita* de dois ou três países, a média da região ainda é extremamente baixa, da

ordem de 270 dólares apenas. Como foi observado, o nível de 480 dólares indica um objetivo geral, não um limite, para qualquer país individualmente, mesmo porque as comparações internacionais de renda não autorizam conclusões uniformemente aplicáveis a todos os casos.

20. *O segundo ponto consistiria na fixação, por consenso continental, de uma taxa de crescimento cumulativo para o produto bruto dos países latino-americanos, tomados em seu conjunto, necessária a superar o aumento da população e provocar o início do processo autônomo de desenvolvimento, em ritmo satisfatório.*

21. Se viessem a ser adotados, como base de raciocínio, o prazo bidecenal indicado na hipótese brasileira e o índice aceito por peritos das Nações Unidas, a programação do desenvolvimento latino-americano teria por meta a elevação do produto bruto da comunidade de forma a permitir a obtenção, até 1980, de uma renda *per capita* igual ou superior a 480 dólares.

22. No caso do Brasil, por exemplo, dentro do atual sistema institucional, essa taxa não é, presumivelmente, alcançável nessa data, com base em recursos nacionais, em face da presente conjuntura internacional de preços e se mantidos os presentes níveis de cooperação internacional. Tais níveis nos permitiriam atingir, provàvelmente, uma taxa de crescimento de 4,5% ao ano e 400 dólares *per capita* em 1980. Por conseguinte, a "Operação Pan-Americana" deve representar, para o Brasil, a adoção e manutenção de taxa mais alta, segundo detalhes expostos adiante, quando delineadas as alternativas adotadas no "modêlo" brasileiro.

23. Seria, pois, uma das nossas tarefas específicas a análise das economias latino-americanas, e das suas necessidades, a fim de fixar a taxa anual de crescimento indispensável a assegurar a emancipação econômica, *de facto*, da comunidade latino-americana.

24. *O terceiro ponto seria a determinação das fontes e magnitude dos recursos internacionais, públicos ou privados, requeridos para completar as poupanças nacionais.*

25. As relações entre as taxas de crescimento da população e o crescimento necessário do produto nacional para atingir os níveis de desenvolvimento compatíveis com os fins que vierem a ser fixados para a "Operação Pan-Americana", dariam a medida dos investimentos b r u t o s requeridos. Uma vez estimada a extensão possível do esfôrço de poupança, ter-se-ia uma noção de grandeza da complementação necessária da mesma com recursos internacionais, públicos ou privados, ou ambos.

26. Ê s s e estudo deveria abranger, ao longo do período considerado, um plano racional de aumento das importações necessárias à manutenção do progresso de desenvolvimento, o que implica na expansão correspondente da capacidade latino-americana de exportar.

27. Como o processo de desenvolvimento de qualquer país determina, por sua vez, uma intensificação sensível na demanda de bens importados, não parece possível, pelo menos no curto e médio prazos, cobrir as necessidades decorrentes do aumento dessa propensão, e importar apenas com a receita proveniente das vendas ao exterior. Impõe-se, assim, o ingressso supletivo de capitais em escala suficiente para compensar o desequilíbrio do balanço de pagamentos e permitir a aceleração do processo de desenvolvimento.

Teriam relevante papel a desempenhar, nesse setor, não só os capitais públicos, governamentais

ou de instituições internacionais de crédito, como também os capitais privados, sob suas diversas formas.

Os estudos a serem executados *deveriam incluir a discriminação* geográfica quantitativa das possibilidades de aumento das exportações para as diversas áreas, isto é, as de economias livres, como moedas conversíveis ou inconversíveis, e as de economia planificada, tendo em vista a determinação dos níveis mais adequados de comércio e de obtenção de créditos.

O quarto ponto consistiria na identificação dos principais setores de estrangulamento das economias latino-americanas que deveriam ser removidos pela ação individual ou coletiva.

Êste é um tópico do mais alto interêsse, que abre amplas perspectivas de cooperação efetiva *entre as nações americanas.* A enumeração que se segue não pretende ser completa mas, apenas, *sugestiva de alguns pontos de es*trangulamento que, especialmente no caso brasileiro, se revelam cruciais. Vale notar que *existe* crescente consciência dêste tipo de problemas, tanto nos níveis nacionais, como no *internacional,* o que muito contribuirá para facilitar o estudo e planejamento da ação comum.

1 — Ampliação da capacidade de importar dos países latino-americanos.

Êste, sem dúvida, é na maioria dos casos, o setor de estrangulamento mais grave, sobretudo pelas severas limitações que impõe ao *mecanismo de créditos e trans*ferências internacionais necessário ao processo de acumulação de capitais *e à obtenção de bens e ma*térias-primas críticas.

Os campos em que a ação pan-americana poderia ser exercida com prioridade abrangem:

a) Cooperação na expansão dos mercados internacionais;

b) Cooperação no sentido do estabelecimento de um amplo Mercado Regional;

c) Criação de institutos *financeiros destinados* a mobilizar e facilitar as transferências intra-regionais;

d) Estabilização dos mercados de produtos primários em bases que assegurem uma justa remuneração dos fatôres;

e) Instalações e expansão de indústrias substitutivas de importações;

2 — Desenvolvimento e correção das deficiências dinâmicas, sobretudo nos seguintes setores críticos internos:

A) Energia;

B) Transportes e Comunicações;

C) Alimentação e Agricultura;

D) Indústria de base;

E) Educação.

34. Sôbre êsse último ponto, consideramos que a Educação, para os efeitos globais que persegue a "Operação Pan-Americana", deve ser compreendida não apenas nos seus aspectos tipicamente economicos, (oferta de mão-de-obra qualificada e de técnica), mas em seu sentido mais amplo, pois a incorporação dos grandes contingentes humanos ainda marginais é essencial ao processo de desenvolvimento.

35. *O quinto ponto consistiria na caracterização das alternativas de ação, abertas à América Latina, para assegurar a obtenção das taxas de crescimento que vierem a ser adotadas como metas da "Operação Pan-Americana".*

36. É evidente que os países latino-americanos estão convocados a exercer opções da mais alta gravidade e que dificilmente podem ser retardadas pois delas depende, de fato, a feição futura do seu destino.

37. Na verdade, impunha-se, *desde o fim da Primeira Guerra* Mundial um reexame do sistema internacional, sobretudo no plano econômico. Entretanto, o sentido dessas opções não ficou suficientemente claro nesse longo período em que se verificou um descompasso entre a evolução cultural e as perturbações extremamente graves do processo histórico.

38. Ao fim da Segunda Guerra, depois das terríveis experiências da depressão e do conflito ideológico e militar generalizado, tornou-se evidente que não cabia ao homem aceitar passivamente o jôgo da história, mas sim intervir nêle com razão e prudência para lograr os níveis de maior progresso e bem-estar possível para o maior número.

39. Vale assinalar o grande papel dos E. U. A., no período, levando avante profundas reformas não só no plano de política econômica e social interna, como no plano das suas relações internacionais, cabendo destacar o vulto dos programas de reconstrução e desenvolvimento, sobretudo na Europa, os quais somados aos auxílios militares, inclusive no período de guerra, alcançaram cifra liquida superior a US$ 80 bilhões.

40. A oportuna intervenção dos E. U. A. no momento em que parecia desagregar-se o sistema econômico europeu ocidental, com ameaça para a própria sobrevivência da Europa, implicou no reconhecimento de dois importantes princípios: primeiro, que a responsabilidade histórica se exerce não apenas no plano interno, mas também no internacional, e não só a curto mas também a longo prazo; segundo, que, na ausência de uma intervenção racional da vontade humana, o processo histórico espontâneo, por assim dizer vegetativo, não assegura, automàticamente, que seja alcançado o ideal de progresso e bem-estar para o maior número.

41. Diante dos sacrifícios *diretos e indiretos, acarretados* pelas perturbações do mundo — e, no caso de alguns paises, como o Brasil, pela sua efetiva participação no conflito — a América Latina esperou que a liderança norte-americana se traduzisse num esfôrço comum para melhoria das condições gerais e instauração de um processo social de crescimento econômico e social que representasse, no plano regional, a contrapartida da adequada, racional e necessaríssima ação dos E. U. A. no plano europeu.

42. Formou-se como que uma indagação generalizada nos países latino-americanos: acreditavam as grandes potências econômicas ocidentais e, em especial, os E. U. A., que as suas responsabilidades estariam encerradas com a recuperação européia?

43. Os acontecimentos mundiais parecem não deixar dúvidas de que, para ganhar a paz, essas responsabilidades aumentaram precisamente após a conclusão das tarefas mais imediatas de reconstrução e de defesa.

44. A experiência da América Latina indica que o seu desenvolvimento impõe a opção por grandes objetivos e a decisão de intervir racionalmente no processo histórico de modo a remover os óbices que se encontram no caminho da sua expansão econômica e social.

45. De forma geral, não se observou entre os países menos desenvolvidos nenhum processo de crescimento comparável ao que se verificou durante a revolução industrial na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Ao contrário, o desenvolvimento econômico da América Latina, que apresenta características cíclicas acentuadas, deve-se, em grande parte, a variações da capacidade de importar, à redistribuição causada pelo processo inflacionário, e, finalmente, à ação do Estado no sentido de fa-

cilitar a acumulação de capital, criar economias externas e introduzir novas técnicas.

46. Por motivos vários, as transferências de capital privado para a América Latina não se efetivaram, em geral, em escala adequada. Além do mais, o exame do impacto sôbre os balanços de pagamentos dos países latino-americanos e das remessas devidas aos capitais privados estrangeiros nem sempre deixa uma impressão clara e inequívoca da sua incondicional vantagem.

47. No século passado, foi possível a certos países acelerarem violentamente a formação de capitais graças aos sacrifícios impostos a largos segmentos das respectivas populações. A verdade é que as condições históricas e sócio-culturais que então prevaleciam tornavam possível uma distribuição tal das quotas de produto nacional dêsses países que os recursos se concentravam naturalmente nas mãos que melhor poderiam acumulá-los e reinvertê-los. Entretanto, as exigências das massas de hoje são maiores e crescentes. Possuem um grau muito mais elevado de cultura e de níveis de consumo e não estimuladas em suas reivindicações pela intensa técnica de propaganda. Essas massas dificilmente aceitariam, hoje, sacrifícios ponderáveis sem a clara consciência da sua necessidade e justiça.

48. A experiência, porém, demonstra que o comum dos povos aceita os esforços ditados integralmente pelas considerações do bem comum, à maneira dos sacrifícios que se impuseram os povos aliados para ganhar a guerra e consolidar a Paz.

49. Estas observações não escapam, certamente, ao país democrático e desenvolvido por excelência que são os E. U. A., onde a racionalização do processo econômico se estende aos mecanismos de paridade de preços de dezenas de produtos, alcança formas de redistribuição da renda, inclusive com níveis fiscais que atingem a parte mais privilegiada da população de modo muito mais radical do que jamais pôsto em prática em qualquer país latino-americano, indo êsse esfôrço de racionalização aos limites de uma complexa e enérgica política anticíclica.

50. Cabe, ainda, considerar um aspecto característico do problema do desenvolvimento econômico, que exige ação de âmbito transnacional: a extrema limitação da base de recursos da maioria dos países subdesenvolvidos. É fora de dúvida que os E. U. A., devem o seu fantástico crescimento no século passado e no atual, em boa parte, à riqueza natural de que dispõem. Igualmente, as nações que mais se adiantaram na Europa deveram o seu progresso à abundância de fatôres críticos especialmente, combustíveis e ferro. Não há dúvida de que, no seu conjunto, a América Latina, embora não tão bem aquinhoada quanto a do Norte em têrmos de topografia, e recursos energéticos, ainda assim, dispõe de elementos suficientes para constituir a base de uma grande civilização. Entretanto, se considerados separadamente, poucos países latino-americanos poderiam almejar a um crescimento espontâneo e continuado a partir das condições atuais, agravados pelos entraves às relações econômicas no plano internacional.

51. Os países maiores e melhor dotados de recursos naturais poderiam, em caso extremo, levar adiante um processo de desenvolvimento em grande parte autônomo, isto é, mesmo sem acréscimo dos níveis atuais de cooperação internacional. Entretanto, a situação de nações pequenas ou com menor universalidade de recursos é, òbviamente, menos favorável para assegurar o processo de desenvolvimento com recursos exclusivamente próprios.

52. O Brasil sente-se à vontade para expender tais considera-

ções, pois a experiência brasileira, num certo sentido, parece refletir muitos dos aspectos marcantes dos problemas latino-americanos. A economia brasileira, na verdade, é um complexo formado por uma região de desenvolvimento relativamente elevado no Sul, onde se concentra importante parque industrial, e regiões marginais e, mesmo, submarginais no Norte e no Oeste, que constituem, internamente, as nossas áreas de subdesenvolvimento relativo. O Brasil já tem em execução um sistema de programação racional, em permanente aperfeiçoamento, o qual teve as suas raízes em uma cooperação inicial estreita com os E. U. A., através da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Desenvolvimento Econômico.

53. O Govêrno brasileiro está certo de que o povo brasileiro se dispõe aos sacrifícios de consumo e à disciplina social necessários à manutenção do progresso de desenvolvimento do País. Entretanto, tem a consciência de que é preferível atenuar o grau de sacrifício imediato, a fim de que a geração atual e, especialmente, as camadas menos privilegiadas da população, tenham possibilidade de fruir, desde já, parte dos resultados a que todos aspiram.

54. Os estudos em curso no Brasil, partiram, inicialmente, de uma série de hipóteses de crescimento do produto bruto por habitante. Simultâneamente, foram coligidos e elaborados elementos informativos sôbre os ritmos de crescimento verificados em outras áreas, tanto desenvolvidas como subdesenvolvidas, para efeito de referência e comparação com as alternativas adotadas arbitràriamente no caso brasileiro.

55. O Brasil acusa uma taxa de crescimento demográfico muito elevada, da ordem de 2,5% ao ano. Considerando êsse fator, seria necessário um ritmo de crescimento do Produto Nacional bastante alto para permitir substanciais incrementos da renda por habitante. Por exemplo, taxas de crescimento de 4,5%, 5,5% e 6,5% levariam, em 1980, a um produto bruto *per capita* de 400, 497 e 619 dólares, respectivamente, para uma população de 110 milhões. A essas três hipóteses corresponderia o produto total bruto de 43 bilhões de dólares, 55 e 68 bilhões.

56. Essas taxas de crescimento, pôsto que superiores à média dos últimos 27 anos, não se afiguram exageradas desde que removidos certos pontos de estrangulamento da economia brasileira.

57. Os investimentos brutos requeridos deveriam nos três casos considerados, atingir a 14,4%, 17,6% e 20,8% do produto nacional bruto anual.

58. Embora tenham sido esporàdicamente alcançados no Brasil, nos últimos dez anos, níveis de investimento de até 17%, uma taxa de 20,8 — exigiria um esfôrço de poupança sem precedentes ou, alternativamente, uma complementação da poupança nacional com recursos internacionais, públicos ou privados, ou ambos.

59. O maior ponto de estrangulamento a superar é, sem dúvida, a capacidade de importar, ainda excessivamente baixa, no caso do Brasil. Mesmo num regime severo de compressão e substituição de importações, em que a nossa dependência relativa do exterior fôsse sensìvelmente atenuada, as necessidades absolutas de importar continuariam a crescer ràpidamente, em qualquer das três hipóteses consideradas. Alcançariam valôres superiores a 3 bilhões, 4,5 bilhões e, talvez mesmo, 7 bilhões de dólares em 1980, em contraste com o total de 1,65 bilhões verificados em 1957.

60. Um exame realista da economia brasileira indica ser viável atingir, mediante esfôrço vigoroso e continuado, o nível da pri-

meira alternativa. As duas outras, por superarem sensìvelmente a tendência histórica de expansão do comércio internacional, afiguram-se de difícil concretização a menos que o país possa contar com um grau de cooperação externa substancialmente mais elevado ou um alargamento ponderável dos mercados externos, ou, ainda, uma judiciosa combinação de ambos.

61. Embora tôdas as projeções a longo prazo devam ser apreciadas com a necessária cautela, é possível determinar, quantitativamente, dentro dos períodos intermediários, o volume de transferência do exterior necessário para que se alcancem as referidas taxas de crescimento mais elevadas.

62. O *aide-mémoire* que o Brasil enviou às demais Chancelarias latino-americanas e ao Departamento de Estado contém uma enumeração, em seis itens, de alguns assuntos que constituem freqüente objeto de exame internacional.

63. A apreciação pronta dêsses assuntos poderia contribuir para que, desde já, se comece a dar um conteúdo prático aos princípios e à filosofia de cooperação econômica pan-americana que, juntos, os países do Hemisfério deveriam delinear.

64. A verdade, entretanto, é que, no longo prazo, para que a "Operação Pan-Americana" venha a alcançar pleno êxito deverá congregar os Governos e povos do Hemisfério em tôrno de um programa racional, a ser objetivado em prazos e valores determinados, e que inverta a tendência atual de crescente empobrecimento da América Latina em relação às grandes potências econômicas.

Washington, em 22 de setembro de 1953."

A NOVA CONSTITUIÇÃO DA FRANÇA *

PREÂMBULO

O povo francês proclama solenemente a sua fidelidade aos Direitos do Homem e aos princípios da soberania nacional, tais como são definidos pela Declaração de 1789, confirmada e completada pelo preâmbulo da Constituição de 1946.

Em virtude dêsses princípios e do da livre determinação dos povos a República oferece aos Territórios de ultramar, que manifestem a vontade de a ela aderirem, instituições novas baseadas no ideal comum de Liberdade, de Igualdade e de Fraternidade e concebidas em decorrência de sua evolução democrática.

Art. 1º A República e os povos dos Territórios de ultramar que, mediante um ato de livre determinação, adotam a presente Constituição instituem uma Comunidade.

A Comunidade é baseada sôbre a igualdade e solidariedade dos povos que a compõem.

TÍTULO I

Da Soberania

Art. 2º A França é uma República indivisível, leiga, democrática e social. Assegura ela a igualdade perante a Lei de todos os cidadãos sem distinção de origem, de raça ou de religião. Respeita tôdas as crenças.

O emblema nacional é a bandeira tricolor: azul, branca, vermelha.

* Texto da Constituição da V República, aprovada pelo *referendum* de 28 de setembro de 1958.

O *hino nacional* é a "Marselhesa".

O lema da República é: "Liberdade, Igualdade, Fraternidade".

O seu princípio é: govêrno do povo, pelo povo e para o povo.

Art. 3º A *soberania nacional* pertence ao povo, que a exerce por seus representantes e por meio do referendo.

Nenhuma seção do povo nem nenhum indivíduo pode atribuir-se o seu exercício.

O sufrágio pode ser direto ou indireto nas condições previstas pela Constituição. É, sempre, universal, igual e secreto.

São eleitores, nas condições determinadas pela lei, todos os nacionais franceses maiores, dos dois sexos, que gozem dos seus direitos civis e políticos.

Art. 4º Os partidos e os grupos *políticos concorrem para a expressão* do sufrágio. Êles formam-se e exercem a sua atividade livremente. Devem êles respeitar os princípios da Soberania Nacional e da Democracia.

TITULO II

O Presidente da República

Art. 5º O Presidente da República vela pelo respeito à Constituição. Assegura, pela sua arbitragem, *o funcionamento regular* dos Podêres Públicos, assim como a continuidade do Estado.

É êle o garantidor da independência nacional, da integridade do Território, do respeito aos Acôrdos da Comunidade e aos Tratados.

Art. 6º O Presidente da República é eleito por sete anos por um colégio eleitoral compreendendo os membros do Parlamento, dos Conselhos Gerais e das Assembléias dos Territórios de ultramar, *assim como os representantes eleitos* dos Conselhos Municipais.

Êsses representantes são:

— O "maire", para as comunas de menos de 1 000 habitantes;

— O *"maire" e o primeiro* adjunto para as comunas de 1 000 a 2 000 habitantes.

— O "maire" e o primeiro adjunto e um conselheiro municipal tomado na ordem do quadro para as comunas de 2 000 a ... 2 500 *habitantes;*

— O "maire" e os dois primeiros adjuntos para comunas de 2 501 a 3 000 habitantes;

— O "maire", os dois primeiros adjuntos e três conselheiros municipais tomados na ordem do quadro para as comunas de 3 001 a 6 000 habitantes;

— O "maire", os dois primeiros adjuntos e seis conselheiros municipais tomados na ordem do quadro para as comunas de 6 001 a 9 000 habitantes;

— Todos os conselheiros municipais para as comunas de mais de 9 000 habitantes;

— Além disso, para as comunas de mais de 30 000 habitantes, delegados designados pelo Conselho Municipal à razão de 1 por 1 000 habitantes acima de 30 000.

Nos Territórios de ultramar da República fazem também parte do colégio eleitoral os representantes eleitos dos Conselhos das Coletividades Administrativas nas condições determinadas por uma lei *orgânica.*

A participação dos Estados membros da Comunidade no colégio eleitoral do Presidente da República é fixada mediante acôrdo entre a República e os Estados membros da Comunidade.

As modalidades de aplicação do presente artigo são fixadas por uma lei orgânica.

Art. 7º A eleição do Presidente da República realiza-se pela maioria absoluta no primeiro turno. Se esta não fôr obtida, o Presidente *da República é eleito em* segundo turno por maioria relativa.

O escrutínio é aberto por convocação do Govêrno.

A eleição do novo Presidente realiza-se vinte dias no mínimo e cinqüenta dias no máximo antes da expiração dos poderes do Presidente em exercício.

No caso de vacância da Presidência da República por qualquer causa que seja, ou de impedimento constatado pelo Conselho Constitucional a pedido do Govêrno e estatuído pela maioria absoluta dos seus membros, as funções do Presidente da República com exceção das previstas nos artigos 11 e 12 abaixo são provisòriamente exercidas pelo Presidente do Senado. Em caso de vacância ou quando o impedimento é declarado definitivo pelo Conselho Constitucional, o escrutínio para a eleição do novo Presidente realiza-se salvo caso de fôrça maior, constatado pelo Conselho Constitucional, vinte dias no mínimo e cinqüenta dias no máximo após a abertura da vacância ou a declaração do caráter definitivo do impedimento.

Art. 8º O Presidente da República nomeia o Primeiro Ministro. Põe êle fim às funções do Primeiro-Ministro com a apresentação, por êste, da demissão do Govêrno.

Por proposta do Primeiro-Ministro nomeia os outros membros do Govêrno e põe fim às funções dêsses.

Art. 9º O Presidente da República preside o Conselho de Ministros.

Art. 10º O Presidente da República promulga as leis dentro dos quinze dias que se seguem à transmissão ao Govêrno da lei definitivamente adotada.

Pode êle, antes da expiação dêsse prazo, pedir ao Parlamento uma nova deliberação sôbre a lei ou sôbre alguns dos seus artigos. Essa nova deliberação não pode ser recusada.

Art. 11º O Presidente da República, por proposta do Govêrno durante a duração das sessões ou por proposta conjunta das duas Assembléias públicas no "Diário Oficial", pode submeter ao referendo todos os projetos de lei referentes à organização dos Podêres Públicos, comportando aprovação de um acôrdo de comunidade ou tendente a autorizar a ratificação de um tratado que, sem ser contrário à Constituição, tenha incidência sôbre o funcionamento das instituições.

Concluindo o referendo pela adoção do projeto, o Presidente da República promulga-o no prazo previsto no artigo precedente.

Art. 12º O Presidente da República pode, após consulta do Primeiro Ministro e aos Presidentes das Assembléias, dissolver a Assembléia Nacional.

As eleições gerais realizam-se vinte dias no mínimo e quarenta dias no máximo após a dissolução.

A Assembléia Nacional reúne-se de pleno direito na segunda quinta-feira que se seguir à sua eleição. Se essa reunião se realiza fora dos períodos previstos para as sessões ordinárias, é aberta uma sessão de direito por uma duração de quinze dias.

Não pode ser procedida a uma nova dissolução no ano que se seguir a essas eleições.

Art. 13º O Presidente da República assina as ordens e os decretos aprovados pelo Conselho de Ministros. Faz as nomeações para os cargos civis e militares do Estado.

Os Conselheiros de Estado, o Grande Chanceler da Legião de Honra, os Embaixadores e Enviados Extraordinários, os Conselheiros Superiores do Tribunal de Contas, os Prefeitos, os representantes do Govêrno nos Territórios de ultramar, os Oficiais-generais, Reitores das Academias, os Diretores das administrações centrais são

nomeados em Conselho de Ministros.

Uma lei orgânica determina os demais cargos aos quais o Conselho de Ministros tem que prover, assim como as condições nas quais o poder de nomeação do Presidente da República pode ser por êle delegado e ser exercido em seu nome.

Art. 14º O Presidente da República credencia os Embaixadores e os Enviados Extraordinários junto às potências estrangeiras; os Embaixadores e os Enviados Extraordinários estrangeiros são perante êle acreditados.

Art. 15º O Presidente da República é o Chefe das Fôrças Armadas. Preside os Conselhos e Comissões Superiores da Defesa Nacional.

Art. 16º Quando as instituições da República, a independência da Nação, a integridade do seu território ou a execução dos seus compromissos internacionais são ameaçados de uma maneira grave e imediata e o funcionamento regular dos Podêres Públicos Constitucionais está interrompido, o Presidente da República toma as medidas exigidas por essas circunstâncias, depois de consulta oficial ao Primeiro Ministro, aos Presidentes das Assembléias assim como ao Conselho Constitucional.

Informa êle à Nação mediante uma mensagem.

Essas medidas devem ser inspiradas pela vontade de assegurar aos Podêres Públicos Constitucionais, nos mínimos prazos, os meios de cumprirem a sua missão. O Conselho Constitucional é consultado a êsse respeito.

O Parlamento reúne-se de pleno direito.

A Assembléia Nacional não pode ser dissolvida durante o exercício de podêres excepcionais.

Art. 17º O Presidente da República tem o direito de conceder graça.

Art. 18º O Presidente da República comunica-se com as duas Assembléias do Parlamento mediante mensagens que faz ler e que não dão lugar a nenhum debate.

Fora de sessão, o Parlamento reúne-se especialmente para êsse fim.

Art. 19º Os atos do Presidente da República, fora dos previstos nos artigos 8 (1º alínea), 11, 12, 16, 18, 54, 56 e 61, são referendados pelo Primeiro Ministro e, em caso necessário, pelos Ministros responsáveis.

TÍTULO III

O Govêrno

Art. 20º O Govêrno determina e conduz a política da Nação.

Dispõe da administração e da Fôrça Armada.

É responsável perante o Parlamento nas condições e conforme os procedimentos previstos nos artigos 49 e 50.

Art. 21º O Primeiro Ministro dirige a ação do Govêrno. É responsável pela Defesa Nacional. Assegura a execução das leis. Sob reserva das disposições do artigo 13, exerce o poder regulamentar e nomeia os serventuários aos cargos civis e militares.

Pode delegar alguns dos seus podêres aos Ministros.

Substitui, se necessário, o Presidente da República na Presidência dos Conselhos e Comissões previstos no artigo 15.

Pode, a título excepcional, substituir o Presidente da República na Presidência do Conselho de Ministros, em virtude de uma delegação expressa e por uma ordem do dia determinada.

Art. 22º Os atos do Primeiro Ministro são referendados, se necessário, pelos Ministros encarregados da sua execução.

Art. 23º As funções de membro do Govêrno são incompatíveis com o exercício de todo mandato parlamentar, de tôda função de representação profissional de ca-

ráter nacional e de todo emprêgo público ou de tôda atividade profissional.

Uma lei orgânica fixa as condições nas quais se proverá à substituição dos titulares de tais mandatos, funções ou empregos.

A substituição dos membros do Parlamento tem lugar conforme as disposições do artigo 25.

TITULO IV

O Parlamento

Art. 24º O Parlamento compreende a Assembléia Nacional e o Senado.

Os Deputados da Assembléia Nacional são eleitos por sufrágio direto.

O Senado é eleito por sufrágio indireto. Assegura a representação das coletividades territoriais da República. Os franceses estabelecidos fora da França são representados no Senado.

Art. 25º Uma lei orgânica fixa a duração dos podêres de cada Assembléia, o número dos seus membros, as suas imunidades, as condições de elegibilidade, o regime das inelegibilidades e das incompatibilidades.

Fixa, igualmente, as condições dentro das quais são eleitas as pessoas chamadas para assegurar, no caso de vacância da cadeira, a substituição dos Deputados ou dos Senadores até à renovação geral ou parcial da Assembléia à qual pertenciam.

Art. 26º Nenhum membro do Parlamento pode ser perseguido, procurado, prêso ou julgado pelas opiniões ou votos emitidos no exercício de suas funções.

Nenhum membro do Parlamento pode, durante as sessões, ser perseguido ou prêso por motivos criminais ou correcionais, a não ser com a autorização da Assembléia da qual faz parte, exceto no caso de flagrante delito.

Nenhum membro do Parlamento pode ser prêso fora de sessão, a não ser com a autorização da mesa da Assembléia da qual faz parte, exceto em caso de flagrante delito, de buscas autorizadas ou de condenação definitiva.

A detenção ou a busca de um membro do Parlamento é suspensa se a Assembléia da qual êle faz parte requerer.

Art. 27º Todo mandato imperativo é nulo.

O direito de voto dos membros do Parlamento é pessoal.

A lei orgânica pode autorizar excepcionalmente a delegação de voto. Neste caso, ninguém pode receber delegação de mais de um mandato.

Art. 28º O Parlamento reúne-se de pleno direito em duas sessões ordinárias por ano.

A primeira sessão começa na primeira semana de outubro e termina na terceira sexta-feira de dezembro.

A segunda sessão abre-se na última segunda-feira de abril; a sua duração não pode passar de três meses.

Art. 29º O Parlamento é reunido em sessão extraordinária a pedido do Primeiro Ministro ou da maioria dos membros que compõem a Assembléia Nacional, sôbre uma ordem do dia determinada.

Quando a sessão extraordinária é efetuada a pedido dos membros da Assembléia Nacional, é encerrada logo que o Parlamento tiver esgotado a ordem do dia para o qual foi convocado e ao mais tardar doze dias contados a partir do início da sua reunião.

O Primeiro Ministro pode sòmente pedir uma nova sessão antes da expiração do mês que se seguir ao decreto de fechamento.

Art. 30º Fora dos casos nos quais o Parlamento se reúne de pleno direito, as sessões extraordinárias são abertas e fechadas por decreto do Presidente da República.

Art. 31º Os membros do Govêrno têm acesso às duas Assembléias. São ouvidos quando assim o solicitarem.

Podem-se fazer assistir por Comissários do Govêrno.

Art. 32º O Presidente da Assembléia Nacional é eleito para a duração da legislatura. O Presidente do Senado é eleito após cada renovação parcial.

Art. 33º As sessões das duas Assembléias são públicas. Os debates são publicados integralmente no "Diário Oficial".

Cada Assembléia pode funcionar em sessão secreta a pedidos do Primeiro Ministro ou de um décimo dos seus membros.

TÍTULO V

Das relações entre o Parlamento e o Govêrno

Art. 34º A lei é votada pelo Parlamento.

A lei fixa as regras referentes aos:

— Direitos civis e as garantias fundamentais concedidas aos cidadãos para o exercício das liberdades públicas; as sujeições impostas pela defesa nacional aos cidadãos, em suas pessoas e em seus bens:

— A nacionalidade, o estado e a capacidade das pessoas, os regimes matrimoniais, as heranças e doações;

— A determinação dos crimes e delitos assim como das punições que lhes serão aplicáveis; o processamento penal; a anistia; a criação de novas formas de jurisdição e o estatuto dos Magistrados;

— A imposição, taxação e modalidades de recebimento de impostos de tôdas as naturezas; o regime de emissão da moeda.

A lei fixa igualmente as regras referentes a:

— O regime eleitoral das Assembléias Parlamentares e das Assembléias locais;

— A criação de categorias de estabelecimentos públicos;

— As garantias fundamentais concedidas aos funcionários civis e militares do Estado;

— As nacionalizações de emprêsas e as transferências de propriedade de emprêsas do setor público para o setor privado.

A lei determina os princípios fundamentais:

— Da organização geral da Defesa Nacional;

— Da livre administração das coletividades locais, das suas competências e dos seus recursos;

— Do regime da propriedade, dos direitos reais e das obrigações civis e comerciais;

— Do ensino;

— Do direito ao trabalho, do direito sindical e da Segurança social.

As leis de finanças determinam os recursos e as obrigações do Estado nas condições e sob as reservas previstas por uma lei orgânica.

Leis programáticas determinam os objetivos da ação econômica e social do Estado.

As disposições do presente artigo poderão ser detalhadas e completadas por uma lei orgânica.

Art. 35º A declaração de guerra é autorizada pelo Parlamento.

Art. 36º O Estado de Sítio é decretado pelo Conselho de Ministros. A sua prorrogação além de doze dias só pode ser autorizada pelo Parlamento.

Art. 37º As outras matérias fora das que pertencem ao domínio da lei têm um caráter regulamentar.

Os textos legislativos que intervêm nestas matérias podem ser modificados por decretos efetuados após parecer do Conselho de Estado. Os textos que intervenham após a entrada em vigor da

atual Constituição só poderão ser modificados por decreto se o Conselho Constitucional houver declarado que têm um caráter regulamentar em virtude da alínea precedente.

Art. 38º O Govêrno pode, para execução do seu programa, pedir ao Parlamento a autorização para tomar, mediante ordens, durante um prazo limitado, medidas que são normalmente do domínio da lei.

As ordens são tomadas em Conselho de Ministros depois de parecer do Conselho de Estado. Entram em vigor logo que são publicadas mas tornam-se caducas se o projeto de lei de ratificação não fôr depositado no Parlamento antes da lei de habilitação.

Na expiração do prazo mencionado na primeira alínea do presente artigo as ordens não podem ser modificadas senão pela lei nas matérias que são do domínio legislativo.

Art. 39º A iniciativa das leis pertence ao Primeiro Ministro e aos membros do Parlamento.

Os projetos de lei são aprovados em Conselho de Ministros depois do parecer do Conselho de Estado e depositados na mesa de uma das duas Assembléias. Os projetos de leis de finanças são submetidos em primeiro lugar à Assembléia Nacional.

Art. 40º As proposições e emendas formuladas pelos membros do Parlamento não são recebíveis quando a sua adoção possa ter como conseqüência quer uma diminuição dos recursos públicos, quer a criação ou a agravação de um encargo público.

Art. 41º Se se comprova, no curso do processamento legislativo, que uma proposição ou uma emenda não é do domínio da lei ou é contrária a uma delegação concedida em virtude do artigo 38, o Govêrno pode opôr o veto.

Em caso de desacôrdo entre o Presidente da Assembléia interessada, o Conselho Constitucional, a pedido de um ou de outro, estatui em um prazo de oito dias.

Art. 42º A discussão dos projetos de lei versa, diante da primeira Assembléia dela encarregada, sôbre o texto apresentado pelo Govêrno.

Uma Assembléia encarregada de um texto votado pela outra Assembléia delibera sôbre o texto que lhe é transmitido.

Art. 43º Os projetos e proposições de lei são, a pedido do Govêrno ou da Assembléia que dêles é encarregada, enviados para exame às Comissões especialmente designadas para êsse fim.

Os projetos e proposições para os quais tal pedido não tiver sido feito, são enviados a uma das comissões permanentes cujo número é limitado a seis em cada Assembléia.

Art. 44º Os membros do Parlamento e o Govêrno têm o direito de emenda.

Após a abertura do debate o Govêrno pode-se opor ao exame de qualquer emenda que não tenha sido antecipadamente submetida à comissão.

Se o Govêrno o pedir, a Assembléia encarregada pronuncia-se por um só voto sôbre todo ou parte do texto em discussão não mantendo senão as emendas recomendadas pelo Govêrno.

Art. 45º Todo projeto ou proposição de lei é examinado sucessivamente nas duas Assembléias do Parlamento em vista da adoção de um texto idêntico.

Quando, devido a um desacôrdo entre as duas Assembléias um projeto ou uma proposição de lei não puder ser adotado após duas discussões por cada Assembléia, ou se o Govêrno declarou urgência, após uma única discussão em cada uma delas, o Primeiro Ministro tem a faculdade de provocar a reunião de uma comissão mista paritária encarregada

de propor um texto sôbre as disposições *que restam em discussão*.

O texto elaborado pela comissão mista pode ser submetido pelo Govêrno à aprovação das duas Assembléias. Nenhuma emenda pode *ser recebida salvo com a* concordância do Govêrno.

Se a comissão mista não conseguir a adoção de um texto comum ou se êsse texto não fôr adotado nas condições previstas na alínea precedente, o Govêrno pode, após uma nova discussão pela Assembléia Nacional e pelo Senado, pedir à Assembléia Nacional *que estatúa definitivamente*. Nesse caso, a Assembléia Nacional pode reformar quer o texto elaborado pela comissão mista, quer o último texto votado por ela, modificado, *se fôr o caso, por uma ou* várias das emendas adotadas pelo Senado.

Art. 46º As leis às quais a Constituição confere o caráter de *leis orgânicas são votadas e modificadas* nas condições seguintes:

O projeto ou a proposição não é submetido à deliberação e ao voto da primeira Assembléia encarregada senão na expiração de um prazo de quinze dias após a sua apresentação.

O processamento do artigo 45º é aplicável. Todavia, na falta de acôrdo entre as duas Assembléias, o texto não pode ser adotado pela Assembléia Nacional em última discussão senão pela maioria absoluta dos seus membros.

As leis orgânicas relativas ao Senado devem ser votadas nos mesmos têrmos pelas duas Assembléias.

As leis orgânicas não podem ser promulgadas senão depois de declaração pelo Conselho Constitucional, *de sua* conformidade com a Constituição.

Art. 47º O Parlamento vota as leis de finanças nas condições previstas por uma lei orgânica.

Se a Assembléia Nacional não *se pronunciou em primeira discussão* no prazo de quarenta dias após a apresentação de um projeto, o Govêrno encarrega dêle o Senado, que deve decidir em um prazo de quinze dias. Procede-se em seguida nas condições previstas no artigo 45.

Se o Parlamento não se pronunciou em um prazo de setenta dias, as disposições do projeto podem ser postas em vigor mediante ordem.

Se a lei de finanças fixando os recursos e os encargos de um exercício não fôr apresentada a tempo de ser promulgada antes do início dêsse exercício, o Govêrno *pede com urgência ao Parlamento* a autorização para cobrar os impostos e abre por decreto os créditos que se referem aos serviços votados.

Os prazos previstos no presente artigo são suspensos quando o Parlamento não está em sessão.

O Tribunal de Contas assiste ao Parlamento e ao Govêrno no contrôle *da execução das leis de* finanças.

Art. 48º A ordem do dia das Assembléias comporta, em prioridade e na ordem que o Govêrno fixar, a discussão dos projetos de lei apresentados pelo Govêrno e das proibições de lei aceitas por êle.

Uma sessão por semana é reservada, em prioridade, às questões dos membros do Parlamento e às respostas do Govêrno.

Art. 49º O Primeiro Ministro, após deliberação do Conselho de Ministros, empenha diante da Assembléia Nacional a responsabilidade do Govêrno sôbre seu programa ou, eventualmente, sôbre uma declaração de política geral.

A Assembléia Nacional põe em causa a responsabilidade do Govêrno mediante a votação de uma moção de censura. Tal moção não é recebível desde que não

seja assinada por um décimo ao menos dos membros da Assembléia Nacional. A votação não se poderá dar senão quarenta e oito horas após a sua apresentação. Sòmente são contados os votos favoráveis à moção de censura, a qual não pode ser adotada senão pela maioria dos membros que compõem a Assembléia. Se a moção de censura é rejeitada, os seus signatários não poderão propor uma nova no curso da mesma sessão, salvo no caso previsto na na alínea abaixo.

O Primeiro Ministro pode após deliberação do Conselho de Ministros, empenhar a responsabilidade do Govêrno diante da Assembléia Nacional sôbre a votação de um texto. Nesse caso, êsse texto é considerado como adotado, salvo se uma moção de censura, apresentada nas vinte e quatro horas que se seguirem, fôr aprovada nas condições previstas na alínea precedente.

O Primeiro Ministro tem a faculdade de pedir ao Senado a aprovação de uma declaração de política geral.

Art. 50º Quando a Assembléia Nacional aprovar uma moção de censura ou quando desaprovar o programa ou uma declaração de política geral do Govêrno, o Primeiro Ministro deve entregar ao Presidente da República a demissão do Govêrno.

Art. 51º O encerramento das sessões ordinárias ou extraordinárias é de direito adiado para permitir, se necessário, a aplicação das disposições do Artigo 49º.

TÍTULO VI

Dos tratados e acôrdos internacionais

Art. 52º O Presidente da República negocia e ratifica os tratados.

É êle informado sôbre tôdas as negociações tendentes à conclusão de um acôrdo internacional não submetido à ratificação.

Art. 53º Os tratados de paz, os tratados de comércio, os tratados ou acôrdos relativos à organização internacional, os que empenham as finanças do Estado, os que modificam as disposições de natureza legislativa, os que são relativos ao estado de pessoas, os que comportam cessão ou adjunção de território, não podem ser ratificados ou aprovados senão em virtude de uma lei.

Não entram êles em vigor senão depois de terem sido ratificados ou aprovados.

Nenhuma cessão, nenhuma permuta, nenhuma adjunção de território é válida senão com o consentimento das populações interessadas.

Art. 54º Se o Conselho Constitucional, encarregado pelo Presidente da República, pelo Primeiro Ministro ou pelo Presidente de uma ou de outra Assembléia, declarou que um compromisso internacional comporta uma cláusula contrária à Constituição, a autorização de ratificá-lo ou aprová-lo não pode intervir senão depois da revisão da Constituição.

Art. 55º Os tratados em acôrdos regularmente ratificados ou aprovados têm, desde a sua publicação, uma autoridade superior à das leis, sob reserva, para cada acôrdo ou tratado, da sua aplicação pela outra parte.

TÍTULO VII

O Conselho Constitucional

Art. 56º O Conselho Constitucional compreende nove membros, cujo mandato dura nove anos e não é renovável. O Conselho Constitucional renova-se pelo têrço de três em três anos. Três dos membros são nomeados pelo Presidente da República, três pelo Pre-

sidente da Assembléia Nacional, três pelo Presidente do Senado.

Além dos nove membros previstos acima, fazem de direito parte vitaliciamente do Conselho Constitucional os antigos Presidentes da República.

O Presidente é nomeado pelo Presidente da República. Tem êle voto preponderante em caso de empate.

Art. 57º As funções de membro do Conselho Constitucional são incompatíveis com as de Ministro ou de membro do Parlamento. As outras incompatibilidades são fixadas por uma lei orgânica.

Art. 58º O Conselho Constitucional cuida da regularidade da eleição do Presidente da República, examina as reclamações e proclama os resultados do escrutínio.

Art. 59º O Conselho Constitucional estatui, em caso de contestação, sôbre a regularidade da eleição dos Deputados e Senadores.

Art. 60º O Conselho Constitucional cuida da regularidade das operações do referendo e proclama os seus resultados.

Art. 61º As leis orgânicas, antes da sua promulgação e os regimentos das assembléias parlamentares, antes da sua aplicação, devem ser submetidos ao Conselho Constitucional que se pronunciará sôbre a sua conformidade com a Constituição.

Para os mesmos fins, as leis podem ser mandadas ao Conselho Constitucional, antes da sua promulgação, pelo Presidente da República, o Primeiro Ministro ou o Presidente das Assembléias.

Nos casos previstos nas duas alíneas precedentes, o Conselho Constitucional deve estatuir no prazo de um mês. Todavia, a pedido do Govêrno, se houver urgência, êsse prazo é reduzido a oito dias.

Nos mesmos casos, a atribuição ao Conselho Constitucional suspende o prazo da promulgação.

Art. 62º Uma disposição declarada inconstitucional não pode ser promulgada nem aplicada.

As decisões do Conselho Constitucional não são susceptíveis de nenhum recurso. Impõem-se aos Podêres Públicos e a tôdas as autoridades administrativas e jurisdicionais.

Art. 63º Uma lei orgânica determina as regras de organização e de funcionamento do Conselho Constitucional, o processamento que é seguido diante dêle e especialmente os prazos para o recebimento de contestações.

TÍTULO VIII

Da Autoridade Judiciária

Art. 64º O Presidente da República é o responsável pela independência da autoridade judiciária.

É êle assistido pelo Conselho Superior da Magistratura.

Uma lei orgânica estabelece o estatuto dos magistrados.

Os magistrados da sede são inamovíveis.

Art. 65º O Conselho Superior da Magistratura é presidido pelo Presidente da República. O Ministro da Justiça é seu Vice-Presidente de direito e substituto eventual do Presidente da República.

O Conselho Superior compreende, também, nove membros designados pelo Presidente da República nas condições fixadas por uma lei orgânica.

O Conselho Superior da Magistratura propõe as nomeações de magistrados da sede à Côrte de Cassação e para as de Primeiro Presidente da Côrte de Apelação. Dá seu parecer nas condições fixadas pela lei orgânica sôbre as proposições do Ministro da Justiça relativas às nomeações dos outros magistrados da sede. É consultado sôbre as graças nas

condições fixadas por uma lei orgânica.

O Conselho Superior da Magistratura decide como conselho de disciplina dos magistrados da sede, quando, então, é presidido pelo Primeiro Presidente da Côrte de Cassação.

Art. 66º Ninguém pode ser arbitràriamente detido.

A autoridade judiciária, guardiã da liberdade individual, assegura o respeito dêsse princípio nas condições previstas pela lei.

TÍTULO IX

A Alta Côrte de Justiça

Art. 67º É instituída uma Alta Côrte de Justiça, composta de membros eleitos, em seu seio e em número igual, pela Assembléia Nacional e pelo Senado após cada renovação geral ou parcial dessas assembléias e elege o seu Presidente entre os seus membros.

Uma lei orgânica fixa a composição da Alta Côrte, as regras do seu funcionamento, assim como o processamento aplicável diante dela.

Art. 68º O Presidente da República não é responsável pelos atos realizados no exercício das suas funções senão em caso de alta traição. Não pode ser acusado senão pelas duas assembléias decidindo por um voto idêntico em escrutínio público e pela maioria absoluta dos membros que a compõem; é julgado pela Alta Côrte de Justiça.

Os membros do Govêrno são penalmente responsáveis pelos atos realizados no exercício das suas funções e qualificados como crimes ou delitos no momento em que foram cometidos. O processamento definido acima é-lhes aplicável, assim como a seus cúmplices no caso de conspiração contra a segurança do Estado. Nos casos previstos na presente alínea, à Alta Côrte compete a definição dos crimes e delitos assim como a determinação das penas de conformidade com as leis penais em vigor no momento em que os fatos foram realizados.

TÍTULO X

O Conselho Econômico e Social

Art. 69º O Conselho Econômico e Social, a pedido do Govêrno, dá o seu parecer sôbre os projetos de lei, de ordem ou de decreto, assim como sôbre as proposição de lei que lhe forem submetidas.

Um membro do Conselho Econômico e Social pode ser designado por êste para expôr diante das assembléias partidárias o parecer do Conselho sôbre os projetos ou proposições que lhe forem submetidas.

Art. 70º O Conselho Econômico e Social pode ser igualmente consultado pelo Govêrno sôbre todo problema de caráter econômico ou social que interesse à República ou à Comunidade. Todo plano ou todo projeto de lei de programa, de caráter econômico ou social, lhe é submetido por parecer.

Art. 71º A composição do Conselho Econômico e Social e as suas regras de funcionamento são fixadas por uma lei orgânica.

TÍTULO XI

As Coletividades Territoriais

Art. 72º As coletividades territoriais da República são as comunas, os departamentos, os territórios de Ultramar. Tôda outra coletividade territorial será criada por lei.

Essas coletividades administram-se livremente por conselhos eleitos e nas condições previstas pela lei.

Nos departamentos e territórios, o delegado do Govêrno tem o encargo dos interêsses nacionais, do contrôle administrativo e do respeito às leis.

Art. 73º O regime legislativo e a organização administrativa dos departamentos de Ultramar podem ser objeto de medidas de adaptação exigida pela sua situação particular.

Art. 74º Os territórios de Ultramar da República têm uma organização particular levando em conta os seus interêsses próprios no conjunto dos interêsses da República. Essa organização é definida e modificada pela lei após consulta da assembléia territorial interessada.

Art. 75º Os cidadãos da República que não têm o estatuto civil de direito comum único, citado no artigo 34, conservam o seu estatuto pessoal enquanto a êle não renunciarem.

Art. 76º Os territórios de Ultramar podem conservar o seu estatuto no seio da República.

Se êles manifestarem a vontade por deliberação da sua assembléia territorial tomada no prazo previsto no primeiro parágrafo do artigo 91, tornam-se ou departamentos de Ultramar da República ou, agrupados ou não entre si, Estados membros da Comunidade.

TÍTULO XII

Da Comunidade

Art. 77º Na Comunidade instituida pela presente Constituição, os Estados gozam de autonomia; administram-se a si próprios e dirigem democrática e livremente os seus próprios assuntos.

Só existe uma cidadania da Comunidade.

Todos os cidadãos são iguais em Direito, sejam quais forem a sua origem, a sua raça e a sua religião. Têm os mesmos deveres.

Art. 78º O domínio da competência da Comunidade compreende a política exterior, a defesa, a medida, a política econômica e financeira comum assim como a política das matérias-primas estratégicas.

Compreende, além disto, salvo acôrdo especial, o contrôle da justiça o ensino superior, a organização geral dos transportes externos e comuns e as telecomunicações.

Acôrdos particulares podem criar outras competências comuns ou regular qualquer transferência de competência da Comunidade a um dos seus membros.

Art. 79º Os Estados membros beneficiam-se dos dispositivos do artigo 77 logo que exercerem a escolha prevista no artigo 76.

Até à entrada em vigor das medidas necessárias para a plicação do presente título, as questões de competência comum são reguladas pela República.

Art. 80º O Presidente da República preside e representa a Comunidade.

Esta tem como órgão um Conselho Executivo, um Senado e uma Côrte Arbitral.

Art. 81º Os Estados membros da Comunidade participam da eleição do Presidente dentro das condições previstas no art. 6.

O Presidente da República, em sua qualidade de Presidente da Comunidade, é representado em cada Estado da Comunidade.

Art. 82º O Conselho Executivo da Comunidade é presidido pelo Presidente da Comunidade, é constituído pelo Primeiro Ministro da República, pelos Chefes do Govêrno de cada um dos Estados membros da Comunidade, e pelos Ministros encarregados, pela Comunidade, dos negócios comuns.

O Conselho Executivo organiza a cooperação dos membros da Comunidade no plano governamental e administrativo.

A organização e o funcionamento do Conselho Executivo são fixados por uma lei orgânica.

Art. 83º O Senado da Comunidade é composto por delegados que o Parlamento da República e as Assembléias Legislativas dos outros membros da Comunidade escolher em seu seio. O número de delegados de cada Estado é computado de acôrdo com a sua população e com as responsabilidades que assume na Comunidade.

Efetua duas sessões anuais que são abertas e encerradas pelo Presidente da Comunidade e não podem exceder de um mês cada uma.

Encarregado pelo Presidente da Comunidade, delibera sôbre a política econômica e financeira comum antes da votação das leis sôbre a matéria pelo Parlamento da República e, conforme o caso, pelas Assembléias Legislativas dos outros membros da Comunidade.

O Senado da Comunidade examina os atos e os tratados ou acôrdos internacionais visados pelos artigos 35 e 53 e que empenham a Comunidade.

Toma decisões executórias nos domínios onde recebeu delegação das Assembléias Legislativas dos membros da Comunidade. Estas decisões são promulgadas na mesma forma que a lei sôbre o Território de cada um dos Estados interessados.

Uma lei orgânica determina a sua composição e fixa as suas regras de funcionamento.

Art. 84º Uma Côrte arbitral da Comunidade pronuncia-se sôbre os litigios ocorridos entre os membros da Comunidade.

A sua composição e a sua competência são fixadas por uma lei orgânica.

Art. 85º Em derrogação ao procedimento previsto no art. 89, os dispositivos do presente título que se referem ao funcionamento das instituições comuns são revissados por leis votadas nos mesmos têrmos, pelo Parlamento da República e pelo Senado da Comunidade.

Art. 86º A transformação do estatuto de um Estado membro da Comunidade pode ser pedida, seja pela República, seja por uma resolução da Assembléia Legislativa do Estado interessado, confirmada por um referendo local cuja organização e contrôle são assegurados pelas instituições da Comunidade. As modalidades desta transformação são determinadas por um acôrdo aprovado pelo Parlamento da República e pela Assembléia Legislativa interessada.

Dentro das mesmas condições, um Estado membro da Comunidade pode-se tornar independente. Deixa assim de pertencer à Comunidade.

Art. 87º Os acôrdos particulares concluídos para aplicação do presente título são aprovados pelo Parlamento da República e pela Assembléia Legislativa interessada.

TÍTULO XIII

Dos acôrdos de associação

Art. 88º A República ou a Comunidade podem concluir acôrdos com Estados que se lhe desejem associar para desenvolver as suas civilizações.

TÍTULO XIV

Da Revisão

Art. 89º A iniciativa da revisão da Constituição pertence concorrentemente ao Presidente da República, por proposta do Primeiro Ministro, e aos membros do Parlamento.

O projeto ou a proposta de revisão deve ser votado pelas duas Assembléias, em têrmos idênticos. A revisão é definitiva após ter sido aprovada por referendo.

Todavia, o projeto de revisão não é apresentado ao referendo

quando o Presidente da República resolve submetê-lo ao Parlamento convocado em Congresso; neste caso, o projeto de revisão só é aprovado se reúne a maioria dos três quintos dos sufrágios expressos. A mesa do Congresso é a da Assembléia Nacional.

Nenhum processamento de revisão pode ser iniciado ou prosseguido se afetar a integridade do Território.

A forma republicana do Govêrno não pode ser objeto de uma revisão.

TÍTULO XV

Disposições transitórias

Art. 90º A sessão ordinária do Parlamento é suspensa. O mandato dos membros da Assembléia Nacional em função expirará no dia da reunião da Assembléia eleita em virtude da presente Constituição.

O Govêrno, até essa reunião, é o único a ter autoridade para convocar o Parlamento.

O mandato dos membros da Assembléia da União Francesa expirará ao mesmo tempo que o mandato dos membros da Assembléia Nacional atualmente em função.

Art. 91º As instituições da República previstas pela presente Constituição serão postas em funcionamento dentro do prazo de quatro meses, a partir da sua promulgação.

Êsse prazo é de seis meses para as instituições da Comunidade.

Os podêres do Presidente da República em função só terminarão por ocasião da proclamação dos resultados da eleição prevista pelos artigos 6 e 7 da presente Constituição.

Os Estados membros da Comunidade participarão dessa primeira eleição, dentro das condições decorrentes do seu estatuto, na data da promulgação da Constituição.

As autoridades estabelecidas continuarão a exercer as suas funções nesses Estados, conformemente às leis e regulamentos aplicáveis no momento da entrada em vigor da Constituição até à colocação das autoridades previstas pelo seu novo regime.

Até à sua constituição definitiva, o Senado é formado pelos membros em função do Conselho da República. As leis orgânicas que regularão a constituição definitiva do Senado deverão intervir antes de 31 de julho de 1959.

As atribuições conferidas ao Conselho Constitucional pelos artigos 58º e 59º da Constituição serão exercidas, até à instalação dêsse Conselho, por uma comissão composta do Vice-Presidente do Conselho de Estado, como Presidente, do Primeiro Presidente da Côrte de Cassação e do Primeiro Presidente do Tribunal de Contas.

Os povos dos Estados membros da Comunidade continuam a ser representados no Parlamento até à entrada em vigor das medidas necessárias à aplicação do título XII.

Art. 92º As medidas legislativas necessárias à instalação das instituições e, até essa instalação, ao funcionamento dos Podêres Públicos, serão tomadas em Conselho de Ministros, depois de parecer do Conselho de Estado, por editais com fôrça de lei.

Durante o prazo previsto no parágrafo 1º do artigo 91º, o Govêrno está autorizado a fixar, por intermédio de ordens com fôrça de lei e tomadas na mesma forma, o regime eleitoral das assembléias previstas pela Constituição.

Durante o mesmo prazo e dentro das mesmas condições, o Govêrno poderá, igualmente, tomar, em tôdas as matérias, as medidas que julgar necessárias à vida da Nação, à proteção dos cidadãos e ou à salvaguarda das liberdades.

CONSTITUIÇÃO PROVISÓRIA DO IRAQUE *

CAPÍTULO I

A República do Iraque

Art. 1. O Estado iraqueano é uma República independente e soberana.

Art. 2. O Estado iraqueano faz parte integrante da nação árabe.

Art. 3. A sociedade iraqueana é fundada sôbre a cooperação total entre todos os cidadãos, sôbre o respeito dos seus direitos e das suas liberdade. Os árabes e os curdos são associados nesta nação. A Constituição garante os seus direitos nacionais no seio da entidade iraqueana.

Art. 4. O Islamismo é a religião do Estado iraqueano.

Art. 5. A Capital da República do Iraque é Bagdad.

Art. 6. A bandeira iraqueana e os emblemas da nação serão determinados por lei.

CAPÍTULO II

Fonte dos podêres, direitos e deveres públicos

Art. 7. O povo é a fonte de todos os podêres.

Art. 8. A nacionalidade iraqueana será determinada pela lei.

Art. 9. Os cidadãos são iguais perante a lei em direitos e em deveres, sem nenhuma discriminação de língua, de religião ou de opinião.

Art. 10. As liberdades de opinião e de expressão são garantidas no quadro da lei.

Art. 11. A liberdade pessoal e a inviolabilidade do domicílio são garantidas, salvo em caso de interêsse público e de conformidade com a lei.

Art. 12. A liberdade religiosa é garantida. As crenças religiosas que não são contrárias aos usos e costumes devem ser respeitadas.

Art. 13. A propriedade privada é garantida e o seu papel social será definido por lei. Ela não será expropriada senão no interêsse público e não sem compreensão equitativa ao proprietário, na forma da lei.

Art. 14. a) A propriedade agrícola é delimitada e regulamentada pela lei; b) Os direitos dos proprietários agrícolas são garantidos de conformidade com as leis agrícolas, até à promulgação de nova legislação.

Art. 15. A fixação dos impostos gerais, sua modificação ou sua anulação, não serão estabelecidas senão de acôrdo com a lei.

Art. 16. A defesa da Pátria é um direito sagrado e o serviço militar é uma honra para todos os cidadãos.

Art. 17. As Fôrças Armadas da República iraqueana são propriedade do povo. A sua missão é manter a segurança do país e a integridade do território.

Art. 18. Sòmente o Estado tem autoridade para controlar o exército. Nenhum organismo ou grupo será tolerado.

Art. 19. É interdita a extradição dos refugiados políticos.

CAPÍTULO III

Podêres

Art. 20. A presidência da República é exercida pelo Conselho de Soberania.

---

* Promulgada a 27 de julho de 1958 pelo Govêrno Revolucionário oriundo do golpe de estado que, a 14 daquele mês, derrubou a Monarquia e instituiu a República do Iraque.

Art. 21. O Conselho de Ministros exerce o Poder Legislativo sob a égide do Conselho de Soberania.

Art. 22. O Conselho de Ministros e os Ministros exercem o Poder Executivo em seu domínio respectico.

Art. 23. Os Juizes são independentes e não estão sujeitos a nenhuma influência; êles dependem sòmente da Lei.

Art. 24. Os tribunais decidem em sessões públicas, salvo em caso de necessidade previsto pela lei.

Art. 25. As sentenças serão pronunciadas em nome do povo.

Art. 26. As leis serão publicadas no *Jornal Oficial*.

CAPÍTULO IV

Cláusulas transitórias

Art. 27. Os decretos, ordens e comunicados publicados pelo Comandante das Fôrças Armadas, pelo Presidente do Conselho ou pelo Conselho de Soberania, entre 14 de julho de 1958 e a data da promulgação da Constituição provisória, têm fôrça de lei.

Art. 28. Tôdas as leis publicadas antes de 14 de julho podem ser anuladas ou modificadas de conformidade com a presente Constituição.

Art. 29. A Constituição provisória entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial*.

Art. 30. Os Ministros de Estado são incumbidos de aplicar a presente Constituição.

LIVROS

CIVILIZATION AND FOREIGN POLICY — *Louis J. Halle* — Harper, New York — 277 págs. $ 3.75.

As qualificações do autor, que deixou o Departamento de Estado para ensinar Ciência Política na Universidade da Virgínia, estão generosamente endossadas na lúcida introdução do Sr. Dean Acheson. Trata-se de um livro de clarificação, diz o ex-Secretário de Estado: à sua luz reveladora, problemas de política externa perdem opacidade para a opinião pública norte-americana e adquirem contornos insuspeitados pelos próprios especialistas. A autoridade do autor emana sobretudo da sua experiência no *National War College* e no *Policy Planning Staff*, criado no Departamento de Estado pelo General Marshall e cujas funções de planejamento são, em linhas gerais: a) revisão e crítica de políticas aceitas; b) reavaliação de problemas; c) previsão de novos problemas e d) instigação de novas sínteses e nova direção do esfôrço no sentido de enfrentar o futuro em perspectiva.

Naquele órgão diplomático de planejamento, o Sr. Louis Halle foi companheiro de Paul Nitze, C. B. Marshall e George Kennan, todos dotados de extrema versatilidade e talento. Parece que dos três nomes em questão permanece mais em evidência o do Sr. Kennan, cujas conferências em Londres, propondo uma política de «desengajamento» na Europa Central (criação de estados tampões neutralizados) lhe deram notoriedade internacional. As conferências do Sr. Kennan foram gravadas e reproduzidas para os mais diferentes auditórios nos Estados Unidos, onde suscitaram vivos debates mas não obtiveram o beneplácito oficial. Neste momento em que os problemas de política externa despertam o interêsse de inteligências lúcidas no Brasil, não seria inoportuno um convite ao Sr. Kennan para aqui debater as suas idéias de "instigador de novas sínteses".

O Sr. Halle situou modestamente o seu livro em têrmos de «um inquérito para americanos». As vinculações pessoais do autor estão visìvelmente dentro dos quadros dirigentes do Partido Democrático. Será isso uma indicação de que êle se propôs à formulação de uma política externa em função de pontos de vista partidários? Ou, por outro lado, a sua preocu-

pação em satisfazer a curiosidade quotidiana da opinião americana, o teria levado a sugerir uma política internacional do tipo *do-it-yourself, para uso doméstico, nos fins de semana* que convidam a especular sôbre os problemas do mundo? A resposta às duas perguntas é negativa.

É certo que as conexões partidárias do autor não são de subestimar, particularmente agora que o 86.° Congresso norte-americano funcionará com uma esmagadora maioria democrática. Mas o planejamento do Departamento de Estado é oficialmente bipartidário e o objetivo do Sr. Halle, no seu trabalho de pesquisa, foi o de encontrar um «corpo de teoria aplicável» aos problemas americanos de relações internacionais, aos quais tem sido dado um tratamento meramente episódico, segundo comprovam, no entender do Sr. Acheson, o Plano Marshall, a NATO, as doutrinas Truman e Eisenhower e outras.

Da sua experiência no *Policy Planning Staff* e no *National War College*, o Sr. Halle verificou que o sucesso ou fracasso da política externa americana dependem menos de manobras táticas *ou análises estatísticas do que da existência de um quadro* teórico adequado. À primeira vista é inacreditável que em um país como os Estados Unidos, onde as ciências políticas são estudadas com especial ênfase, as elites universitárias ainda não tenham descoberto a fórmula procurada. O autor esclarece *que a experiência prática dos Estados Unidos em* política internacional tem sido tão rápida que os fatos são, normalmente, mais velozes do que a teoria. As elites pensantes chegarão a alcançar a realidade, mas isso leva tempo. Há trinta anos atraz, nas Universidades americanas, o estudo das relações internacionais processava-se em função da Utopia e preocupava-se com teorias de salvação em têrmos de organização internacional. A nova geração — muito bem representada por George Kennan, segundo o autor — segue diretrizes diferentes.

Nesse livro de indagações, o autor procura, de início, responder a essa pergunta, que bem identifica certa tendência auto-suficiente da opinião média americana. Através de relações internacionais, segundo ponto de vista até certo ponto popular, os Estados Unidos dariam oportunidade aos demais *países a adotar o sistema* de vida *americano. A política* externa continuaria a ser feita por meio de missionários ou funcionários do Ponto IV, os quais se incumbiriam de divulgar as farturas da sua terra e as promessas da Bíblia. O autor vai a minúcias didáticas para explicar que não é possível

independência de ação no mundo de hoje: a formulação de uma politica externa, como uma resposta deliberada ao mundo além fronteiras, é tão indispensável como o será a de uma política interplanetária, no dia em que os marcianos comecem a baixar dos espaços. Mas, as relações externas devem basear-se nos mesmos princípios da sociedade doméstica americana: liberdade de entrar em competição, respeito à dignidade do indivíduo soberano.

Como se caracteriza, pergunta o autor, o mundo que cerca os Estados Unidos, da perspectiva de um estudioso de politica internacional? Essa análise tem de concentrar-se no mundo dos mapas mais recentes, que são um corte secional do tempo. É um mundo retido em seu movimento, como uma foto de cavalo de corrida, um aspecto parcial da realidade abstraído do curso do tempo para conveniência de análise.

O fato mais característico nessa ambiência de cêrca de dois e meio bilhões de pessoas é que o mundo moderno está formado por Nações-Estados. Essa composição política, que parece resultar de lei natural, como divisões do reino animal, era desconhecida há cêrca de 500 anos e tem demonstrado pouca estabilidade. A organização atual de Estados soberanos, baseada na distinção de nacionalidades, não existia antes do século XV. Depois de breve menção aos diversos agrupamentos humanos na história — raciais, tribais, parentais, lingüísticos, religiosos, cidades-estados mediterrâneas do século V a.C. — o autor demora-se na caracterização do tipo de agrupamento que, no mundo moderno, transcende às Nações-Estado: a civilização ocidental e cristã, que originàriamente tomara a forma de um único Estado, o Império Romano cristianizado. Êsse conceito de civilização, que tem sobrevivido a assaltos e rivalidades, tem importância substancial na organização do mundo moderno. As nações ocidentais têm o mesmo ancestral comum, na descendência de Grécia e Roma. Falam dialetos do latim ou germano, ou mistura dos dois. Têm ciência e literatura comuns (Edgar Allan Pöe, Shakespeare, Beethoven, Maquiavel, são propriedade comum) e a forma de govêrno é produto do pensamento francês e inglês. Têm uma só arquitetura e as cidades — com as suas igrejas, bancos, edifícios públicos — parecem as mesmas de Sydney a Estocolmo, de Buenos Aires a Washington. As tradições religiosas e cosmológicas são as mesmas e há um único sistema ético.

A imagem do mundo moderno engaja a lealdade dos indivíduos em círculos concêntricos de associação, da célula comunal às Nações-Estados. O que é que distingue os diferentes

grupos nacionais? Em têrmos gerais, uma nação é formada por um conjunto populacional, geralmente vivendo na mesma área geográfica e consciente de que constitui unidade à qual outro povo não pertence. A maioria dessa população tem aparência aproximada, veste de modo parecido, fala de maneira semelhante, usa processo idêntico para fazer as mesmas coisas e difere de outros povos pelas mesmas razões, embora um boliviano e um peruano dos Andes só se distingam porque individualmente se identificam com dois diferentes grupos da comunidade internacional. Em cada Nação-Estado há um senso de comunidade no sucesso ou no fracasso, em prosperidade ou aflição, assim como impulsos de rivalidade ou de associação. O sentimento de bem-estar comum é comparado com as intenções, sucessos e fracassos de outras nações, as quais, em momentos de extremo nacionalismo, são julgadas rivais.

Mas o mundo *dos policy-makers* de relações internacionais não é exatamente o da visão colorida dos mapas: é um mundo real e dinâmico, para o qual a geografia é apenas cenário, um mundo de desafios e respostas, de fôrças combinadas ou em mútua oposição para obter não o equilíbrio estático de uma pirâmide, mas o equilíbrio instável e precário de dois elefantes empurrando-se. Êsse estado de permanente disputa tem explicação no fato de que a humanidade, nos seus componentes individuais ou comunais, é governada por aspirações que excedem os meios à sua disposição para realizá-las. Tais aspirações podem ser nobres ou sórdidas, mas o apetite do poder, como a ganância material e o impulso divino, não é satisfeito com a utilização dos meios disponíveis. Nenhum povo jamais reinou sem rivais que limitassem ou ameaçassem o seu poder. No auge do poder imperial, Roma continuava a lutar pela sobrevivência. Não é possível imaginar um mundo livre dos atuais conflitos e contradições, a não ser o universo congelado do futuro astronômico, do qual a vida desapareceu.

Mas êsse ímpeto vital dos povos está sujeito à morte. Nenhuma civilização, império ou nação jamais exibiu tais virtudes ou chegou a realizações que lhes permitisse transcender a mortalidade. As nações de poder excepcional enfraquecem com a idade e caem sob o impacto das que estão crescendo com a fôrça da juventude. Isso não é pessimismo mas sim a lição da história. O autor constata, então, a existência de duas tendências complementares no processo histórico: a) tendência de o êxito ser seguido por decadência; b) tendência de serem comunicados às nações rivais os meios utilizados para obter tal êxito. As conquistas da Revolução Industrial inglêsa foram mais tarde empregadas, por outras nações, para ameaçar

a supremacia naval e comercial da Grã-Bretanha. Os ideais da Revolução americana e do movimento de libertação da Índia são aplicações práticas do *an Englishamn's rights*. O mundo da história é, portanto, de constantes transformações, no qual civilizações, nações, impérios e principados nascem, florescem e decaem, segundo relações instáveis de associações e rivalidades.

O autor trata, então, de situar os Estados Unidos da América nesse mundo em mutação. Nação-Estado como as outras, os Estados Unidos não estão imunes ao impacto das competições, à influência das modificações, às investidas da decadência. As suas exibições anteriores de fôrça não os tornam invencíveis. Neste universo instável, cabe aos Estados Unidos construir a sua própria segurança e mantê-la em constante processo de preparação. É inútil queixar-se da instabilidade dessa ambiência histórica, porque é para ela que se deve orientar a política externa americana e não para o mundo ideal dos isolacionistas ou imperialistas.

Que espécie de nação são os Estados Unidos, face ao mundo em agitação? Acontecimento único na história, diz o autor, os Estados Unidos foram criados como expressão de um ideal filosófico. O processo de criação das nações tem variado do amálgama de estados contíguos (Itália e Alemanha) ao Estado de Israel, cuja existência se deve a um ato único de estabelecimento, baseado em conceito de identidade racial. Os Estados Unidos foram fundados por filósofos, tal como Platão imaginara fazer e destinados a campo de provas de um ideal. Êsse ideal envolve conceito de dignidade humana, bàsicamente agnóstico. Os fundadores do país não se consideravam íntimos do pensamento divino. Não acreditavam em autoridade intelectual essencialmente superior à da inteligência individual. Não acreditavam em dinastias, classes hereditárias, castas eclesiásticas ou govêrno infalível. Conscientes da sua própria falibilidade, os fundadores do país achavam que a verdade deve ser procurada por meio da livre competição de idéias. Que os homens as expressem livremente e as discutam. O espírito humano é soberano, debaixo de Deus, e as suas diferenças estão sujeitas à reconciliação pelo debate. O Govêrno é apenas a expressão e o instrumento das comunidades formadas pela inteligência soberana dos indivíduos. Em suma: diversidade em um sistema de liberdade, dentro da lei; os homens governando a si próprios, com respeito à dignidade e igualdade de criaturas dotadas de almas.

O Sr. Halle não perde o senso crítico e observa que a democracia americana tem sido manifestamente imperfeita, repe-

tida vítima de demagogos, políticos corrutos e interêsses egoísticos. A escravidão foi uma afronta ao ideal de igualdade humana. Por outro lado, os princípios da Declaração de Independência inspiraram-se na lei da evolução natural, em voga no século XVIII, mas hoje reputada ingênua pelos mais conservadores. O homem atual é sobretudo estômago e bôca, é criatura da seleção darwiniana. O objetivo ostensivo das sociedades humanas não é mais o progresso moral e sim o melhoramento das condições de vida. A aspiração moderna dos americanos é a de atingir padrão de vida cada vez mais alto — melhor alimentação, melhor habitação, saúde melhor, melhores estradas e automóveis. O sistema social americano é considerado superior não mais em função da lei natural mas porque proporciona «vida mais abundante», em contraposição do princípio de *good life*, dedicado ao bem. Hoje, pensamentos, vocações, crenças e impulsos estão em conflito e confundem-se. Há um elemento de nostalgia no apêlo constante aos fundadores da pátria. Mas os moldes da filosofia tradicional permanecem de pé e os Estados Unidos mantêm uma direção perceptível nos seus negócios.

Que coordenadas devem orientar a política externa dos Estados Unidos, como nação que se dedica ao desenvolvimento da liberdade individual dentro da lei? O mundo será ou não receptivo a êsses princípios. Portanto, dois extremos são logo considerados: a) um mundo reformado, que reflita a imagem ou a vontade norte-americana; b) efetivo isolamento das pressões de um mundo não reformado. Nos primeiros dias da República, o isolamento do velho mundo, incapaz de regenerar-se, era a política julgada própria e praticável. O Pacífico ainda era uma tremenda aridez política, muito longe dos Estados Unidos. O Atlântico era patrulhado pela marinha da Inglaterra que, devido à posição indefensável do Canadá, estimulava o isolacionismo americano, inclusive sugerindo a doutrina Monroe. De qualquer forma, os Estados Unidos preferiam movimentar-se no sentido dos países atrasados da Ásia, onde poderiam representar o papel de reformadores e missionários.

Essa política isolacionista, que durou século e meio, foi efetiva até à inevitável intervenção militar de 1917. Finda a guerra, o Presidente Wilson tentou o papel de reformador, obtendo a adesão formal das potências européias aos princípios da democracia americana, tais como autodeterminação, liberdade de todos os povos dentro de um sistema legal destinado a proteger essa liberdade e a reconciliar diferenças. O conhecido fracasso final de Wilson reforçou a convicção de grande

parcela da opinião americana no sentido de que a não participação em negócios internacionais era a melhor política. O autor indaga então que outro curso de ação poderá ser seguido fora dos dois extremos aludidos (reforma total do mundo ou isolacionismo). É o que procura responder, analisando os problemas da regulamentação do poder.

A Civilização ocidental estêve, inicialmente, sob a autoridade governamental de Roma, que assegurava *Pax Romana*. Com a fragmentação do império romano e a sua substituição pelo atual aglomerado de Nações-Estados, o equilíbrio de poder europeu tomou o lugar da autoridade imperial. Êsse equilíbrio de poder não era um «sistema» imaginado por homens de govêrno, mas um mecanismo político que surgiu e se tornou operante na ausência de planos. Peça essencial no equilíbrio europeu, depois da derrota de Napoleão, era o predomínio naval britânico, com base no qual a Inglaterra se desengajara das rivalidades continentais. Quando a Alemanha ameaçou, na Primeira Grande Guerra, romper êsse equilíbrio, os Estados Unidos foram obrigados a intervir para restabelecê-lo. O Atlântico tornou-se, então, uma espécie de Canal da Mancha para os americanos. A hegemonia britânica não chegara a constituir ameaça aos Estados Unidos porque, primeiro, o Canadá era uma espécie de refém e, segundo, os inglêses exerceram o comando dos mares com liberalidade. Nesta altura, o autor observa que, històricamente, potências marítimas como a Grã-Bretanha, preocupadas com o comércio internacional, manifestam sempre tendências políticas liberais ao contrário das potências continentais — Alemanha, Rússia — inclinadas para govêrno autocrático.

Pela sua intervenção na Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos associaram-se ao equilíbrio de poder europeu e assumiram responsabilidade na conduta do *power politics* internacional. Mas o povo americano não teve o necessário realismo para compreender a sua nova posição porque crescera na crença de que «poder político» e «equilíbrio de poder» eram um mal, representando a política nefária de monarcas preocupados apenas com a sua expansão imperial. Entretanto, o eterno problema político, nacional ou internacional, interno ou externo, não é alijar o poder mas domá-lo, controlá-lo, confiná-lo dentro de canais legítimos.

E como, pergunta o autor, deve ser o poder limitado? Um simples pedaço de papel escrito ou um juramento constitucional não são suficientes. Os fundadores dos Estados Unidos não acreditaram nessa fórmula e estabeleceram um sistema de pesos

e contrapesos, de *checks* e *balances*, consubstanciado no equilíbrio dos três podêres: executivo, legislativo e judiciário. Mesmo êsse equilíbrio político-constitucional seria ineficaz se não fôsse também considerada a estrutura econômica e social do país. As leis antitrustes, por exemplo, foram feitas para limitar o poder dos grandes capitalistas e a *Taft-Hartley*, para controlar as uniões trabalhistas. Nenhum sistema organizado de govêrno é capaz de assegurar as liberdades individuais, a não ser quando representa um equilíbrio de poder entre os que lhe estão submetidos. No campo internacional, o princípio é o mesmo. O equilíbrio de podêres não deve mais ser entendido no sentido do *naked power*, èticamente irresponsável ou sem sanções possíveis. A partir do Congresso de Viena, tentou-se estabelecer um comitê permanente das grandes potências para «regular» as relações internacionais na Europa. A Santa Aliança, a Quádrupla Aliança, os Quatro Grandes da Conferência da Paz de 1919 e os Cinco Grandes de Conselho de Segurança da ONU, são a perpetuação do sistema de equilíbrio de poder, o qual não pode ser abandonado em favor de fórmulas legais inaplicáveis. A única alternativa ao equilíbrio de poder é a tirania e o caos, diz o Sr. Halle.

A intervenção americana de 1917 resultou na tentativa wilsoniana de suplantar o equilíbrio de poder e não de complementá-lo, como poderia ser feito. Recusando aceitar o *power politics* como fato inelutável nas relações internacionais, os Estados Unidos de Wilson tentaram ilegitimá-lo, colocá-lo fora da lei, desnaturar o poder legítimo com solenes declarações de amizade — e propuseram desarmar as nações. Nada disso deu resultado e quando os alemães voltaram às suas ameaças, os Estados Unidos procuraram novamente isolar-se: ostensivamente manifestaram o seu desprêzo pelo Velho Mundo, insistiram na cobrança dos emprêstimos aos aliados da Primeira Grande Guerra, aumentaram as tarifas alfandegárias, drenaram para Fort Knox grande parte do suprimento internacional de ouro.

Levados a novamente intervir na Segunda Grande Guerra, quando os alemães empreenderam outra aventura de conquistar a Europa, os Estados Unidos tentaram em seguida, a divisão do mundo em dois campos opostos: países agressores e países amantes da paz, entre os quais a União Soviética foi incluída. A análise histórica, diz o autor, serve para dar ênfase a um ponto não bem claro para os americanos: o de que nenhuma política externa efetiva pode ser desenvolvida apenas com improvisações engenhosas de negociadores brilhantes, enxadris-

tas táticos — mas deve ser baseada em uma compreensão realista da história.

O Sr. Halle desenvolve a teoria da «economia do poder»: consiste, em linhas gerais, na sábia utilização dos recursos limitados, disponíveis nos negócios internacionais, para atingir objetivos ou fins também limitados. A escolha dos fins ideais a que se propõe uma nação não é difícil: Os Estados Unidos, por exemplo, gostariam de obter a redução do número de ditadores na América Latina ou uma mais abundante distribuição de abrigos, alimentação e roupas no mundo. Mas o princípio da economia do poder é baseado na limitação dos meios disponíveis. Essa escassez de meios deve determinar a escolha dos fins e não o contrário. Deve ser encontrado um equilíbrio entre os fins específicos e práticos, que uma nação deseja atingir, e os meios existentes para obter tais objetivos. Em política externa, boas intenções não bastam: a direção dos negócios externos de uma nação é menos uma questão de «boas intenções» do que de «boa economia». A limitação dos meios determina a limitação das intenções. O autor analisa, então, a dicotomia *fôrça* e *consentimento* como meios a serem empregados pelo poder político internacional, mostra que a utilização dos dois às vêzes se confunde e cita exemplos históricos das diferentes alternativas. Em suma, a economia de poder, exigindo a manutenção de equilíbrio entre meios e fins, determina a limitação dos objetivos da política externa de uma nação e, fato não menos importante, o adequado desenvolvimento dos meios disponíveis (em têrmos de fôrça, persuasão ou liderança para obter o consentimento das demais nações). Uma ilustração clara de economia de poder é encontrada no contraste entre as políticas de Bismarque e Napoleão III. A França, sob a pretenciosa direção de Napoleão III, empreendeu, com meios inadequados, não apenas prevenir a diminuta extensão da influência prussiana — o que estava habilitado a fazer — mas, depois de alcançado êsse objetivo, procurou humilhar a Prússia. O fim da aventura foi a derrota francesa na guerra franco-prussiana, a permanente mutilação do poder francês, e a implantação do domínio prussiano na Alemanha, Alsácia e Lorena. Bismarque *strongman*, praticou uma moderação em seus objetivos que pareceu demonstração de fraqueza a um homem fraco como Napoleão III.

Que tipo de *challenge* estão os Estados Unidos enfrentando, hoje, na política internacional? pergunta o autor. É fato que êles se tornaram, involuntàriamente, os líderes das nações que representam uma civilização comum. Representam, talvez, a mais ortodoxa legitimidade e têm um recorde de realizações

sem precedentes na história. As realizações da nação americana estão expostas, como já se viu, a duas tendências históricas: êxito seguido de decadência e comunicação às potências *rivais dos meios empregados na conquista do êxito. O desafio* de hoje não é o do tipo que ameaçava destruir o equilíbrio de *podêres entre França, Inglaterra e Rússia imperial. É um* desafio a um sistema vitorioso de vida, a uma filosofia, a padrões de organização do Estado. A origem dêsse desafio está, primeiro, no próprio Estado russo, que é expansionista, já absorveu e subjugou Estados europeus vizinhos; e segundo, em um movimento ideológico, o comunismo, que tem outra concepção do mundo, outros ideais políticos, outros padrões de organização do Estado, uma noção de legitimidade que proclama a decadência da legitimidade ocidental.

Distinção histórica necessária, diz o autor, para melhor entender êsse desafio, deve ser feita entre a Rússia, como Estado, e o comunismo. A União Soviética, ao contrário dos Estados Unidos, não são uma potência mundial: está confinada ao interior de um continente, sem livre acesso aos mares como as potências anglo-saxônicas. Como potência representativa do *land power*, a Rússia não teve os contactos que o comércio marítimo proporciona, realizando verdadeira fertilização cultural. O desenvolvimento histórico do povo russo processou-se no meio de fôrças hostis ou desconhecidas, dentro da aridez das estepes imensas, cercado pelas disputas ou guerras de fronteiras. Êsses fatos, e muitas outras peculiaridades, naturalmente afetam o caráter nacional de um povo e ajudam a compreender acontecimentos do presente.

O *comunismo, na Rússia, perdeu o seu caráter internacional.* A revolução proletária de Lênine era contra nações e contra o nacionalismo. *Mas até que ponto o comunismo russo, identi*ficado com o nacionalismo extremado do seu povo e à devoção à mãe pátria, permanece o mesmo apregoado pelo idealismo utópico de Marx e Engels? Êsse dilema da fidelidade comunista à revolução internacional e à pátria russa envolve, também, o da distinção entre meios e fins. Os objetivos utópicos do marxismo, poderiam em princípio, ser incorporados a uma concepção ideal da sociedade. A contradição está nos meios propostos pelo comunismo russo para consecução daqueles fins: Paz, a ser obtida por meio de luta social, Liberdade, por intermédio da ferrenha ditadura proletária; o Estado por meio do Estado onipotente.

A fim de ser entendida a natureza da *challenge* aos Estados Unidos o que interessa não é a evolução interna do

regime soviético mas a sua política externa. A doutrina comunista foi, de qualquer forma, identificada com o orgulho nacional russo. Pergunta-se, então: é o nacionalismo russo ou a ideologia comunista o que determina a política externa do Kremlin? É o mesmo que indagar se o homem é filho do pai ou da mãe, diz o autor. As contradições da combinação russo-comunista em política externa são evidentes e um dos exemplos mais claros foi a defecção de Tito. Comunistas do mundo inteiro sentem-se embaraçados com a política de devoção à mãe pátria russa. O Sr. Halle observa que a China poderia tornar-se o maior problema para o Kremlin, sobretudo se fôsse reduzida a hostilidade entre a China e as Nações Unidas. Não parece ao autor que os russos estejam exatamente preocupados em construir um mundo melhor para o proletariado mas sim em defender os seus interêsses imediatos. A política externa soviética é continuação, em linhas gerais, da política russa tradicional. É defensiva e no sentido territorial. A revolução comunista não trouxe básica diferença à política expansionista soviética em tôrno das suas fronteiras. Entretanto, o comunismo deu algo de novo à política externa soviética: deu-lhe fervor missionário e um corpo de doutrina tática revolucionária.

O autor passa a examinar, então, o desafio de Pekim, que êle considera dissociado e diferente do de Moscou. O comunismo chinês não será satélite do soviético. A ascenção ao poder do partido comunista chinês foi sem dúvida um triunfo para a causa de Moscou: mas um triunfo perigoso, que causará sempre ansiedades ao Kremlin. Uma potência comunista independente, ou potencialmente independente, pode ser uma fonte de fraqueza. O império comunista tem hoje duas capitais, diz o autor. E a sua conclusão é imaginosa: se a China, como nação, permanecer fiel ao espírito nacional do seu povo, ao profundo sentimento nativo de independência, a China poderá ser tentada a *fazer o jôgo de lançar a* União Soviética *contra* as potências ocidentais. O mundo poderia assim retornar ao equilíbrio multilateral de podêres, muito mais seguro do que o presente equilíbrio bilateral.

Mas existe um outro desafio tão importante como o comunista, lembra o autor. É o que êle chama de crise de legitimidade: a possível desintegração interna da civilização ocidental, se não houver crença nos princípios que a inspiraram. Cartago sucumbiu ante o poder de Roma, sobretudo porque já estava minada internamente. É tendência comum dos homens de govêrno identificar as suas dificuldades com os perigos e males externos. Mas, pergunta, se Carlos Marx não tivesse nascido, se a União Soviética não existisse, a civilização ocidental seria

mais próspera, saudável ou segura? O autor lembra, em relação nos Estados Unidos, a conhecida tendência histórica pela qual a decadência se segue a um período de grandes realizações. Os perigos são, principalmente, de ordem interna e podem trazer a deterioração da civilização ocidental antes que as hordas russas tentem efetivamente dominá-la. O autor acha indispensável manter os princípios de legitimidade inerentes à cristandade (a Rússia sempre teve dupla personalidade, entre a cultura européia e a asiática) a fim de que o mundo ocidental não sucumba à concepção comunista do mundo.

Feita essa caracterização do desafio à posição dos Estados Unidos, o autor chega finalmente a indagar qual deve ser a política norte-americana e analisa as alternativas que lhe são oferecidas. Adotadas as duas primeiras — isolamento ou domínio — as conseqüências seriam aproximadas. Uma política isolacionista levaria a União Soviética até às fronteiras com o México; por outro lado, as instituições internas democráticas americanas não resistiriam a uma tentativa de domínio do mundo pela fôrça, ainda que aparentemente vitoriosa. Apoiando-se em uma política de usurpação, em vez de manter os seus princípios de respeito à legitimidade, os Estados Unidos seriam arrastados ao destino final das ditaduras e por elas acabariam destruídos.

Os que argumentam em favor dêsses dois extremos — isolamento e domínio — alegam que a situação existente é intolerável, absolutamente anormal para a segurança dos Estados Unidos. O povo americano habituara-se a um tipo de normalidade, em relações internacionais, que quase o separara do resto do mundo — situação essa sòmente interrompida pelas duas Guerras Mundiais. Ora, esclarece o autor, a história mostra que a luta pela segurança nunca é realmente ganha. A insegurança atual não é problema para o qual se deve achar solução a todo o custo. Êste é um mundo em transformação, no qual impérios crescem e morrem. O problema da segurança é mais para ser «vivido» do que resolvido.

Em assuntos internacionais, certas questões não são sucetíveis de solução, pelo menos imediata. O problema da Alemanha existirá perpètuamente, pois não se pensa em exterminar o povo alemão. A política externa americana não pode ser formulada para abolir a insegurança, a não ser que os Estados Unidos tencionem destruir o mundo. Uma insegurança normal é tolerável, como mostra a história da humanidade. Assim, os Estados terão de conviver com o perigo, pelo menos por mais algumas gerações.

Os Estados Unidos têm a missão de defender os seus ideais de nação e os da civilização ocidental. Êsse objetivo deverá ser realizado mediante uma política de coalisão (outra alternativa), mantidos os princípios gerais de legitimidade: liberdade dentro da lei e liderança com consentimento. Os fins deverão ser determinados pelos meios disponíveis. É preciso aceitar a diversidade; entre os próprios aliados, e não visar à uniformidade. Os ideais nacionais de cada país e os seus interêsses econômicos devem ser respeitados e defendidos. A coalisão é de Estados independentes que não aceitariam o paternalismo americano. Os Estados Unidos terão de praticar as mais civilizadas virtudes se quiserem salvar a si próprios e à civilização.

A fim de atender à indagação dos *policy makers*, preocupados com os problemas concretos, como aplicar a teoria da economia do poder? O Sr. Halle consultou os oráculos da história e da razão para encontrar um corpo de doutrina aplicável.

A economia do poder requer a manutenção de um equilíbrio entre os fins específicos a que se propõe uma nação e os meios disponíveis para a sua realização. Os objetivos devem ser limitados como os meios também o são. Objetivos amplos e distantes são fáceis de enunciar: seria ideal se a União Soviética adotasse sistema democrático de govêrno. Mas a imposição de um regime democrático na Rússia exigiria custos incalculáveis. Os Estados Unidos terão, então, de limitar os seus objetivos a algo menos do que americanizar a União Soviética. É preciso aceitar a existência da União Soviética como ela é e dar forma política a êsse ponto de vista. Objetivos secretos, como a eliminação do poder soviético, não podem ser adotados num regime democrático como o americano, sujeito às pressões da opinião pública. A política em relação a Pekim deve seguir a mesma limitação de objetivos, propõe o Sr. Halle, pois uma política de rendição incondicional reforçaria a aproximação sino-soviética. Em 1950, o Sr. Dulles admitia a possibilidade de admissão da China continental nas Nações Unidas desde que, em um período razoável de tempo, o Govêrno comunista demonstrasse comportamento adequado. A situação mudou desde então, devido à Guerra da Coréia. Mas o Sr. Halle insiste em que uma política de eliminação do Govêrno comunista chinês e a conseqüente substituição pelo de Formosa, não parece popular na China nem contaria com o consentimento dos aliados dos Estados Unidos.

Conforme os princípios da economia de poder, os objetivos limitados da política norte-americana devem ser ajustados a

meios adequados, os quais envolvem os elementos de fôrça e consentimento, *numa interrelação complexa e sutil*. Os Estados Unidos devem procurar identificar a legitimidade que representam com o consentimento das nações aliadas. É preciso evitar a tendência de imitar os processos adversários pois, com o tempo, inimigos tendem a tornar-se semelhantes. A missão da fôrça americana é apoiar a legitimidade. Maior e mais efetiva essa fôrça, maior a confiança e o consentimento dos aliados. Na relação com as potências adversárias o consentimento a ser obtido é principalmente função da fôrça, na qual é preciso distinguir: fôrça efetivamente aplicada e fôrça como ameaça e advertência. A posse de fôrça adequada, com a disposição contingente de fazê-la entrar em ação, tende a tornar a sua aplicação desnecessária e improvável a contingência. Em têrmos concretos: os Estados Unidos devem manter-se em tal posição de fôrça que o ataque nuclear inimigo seja improvável. Êsse é um objetivo vital da política americana, ao qual devem ser ajustados os meios limitados disponíveis. A diplomacia americana não deve ser paralizada pela ofensiva adversária. Com base nessa formulação teórica, o autor acha que a tarefa dos *policy makers* parece clara e enuncia (pág. 256) três objetivos capazes de frustrar a agressão inimiga, todos êles com base no desenvolvimento de poder nuclear ofensivo suficiente.

O Sr. Halle observa, a seguir, que uma política externa eficiente exige sacrifícios da economia norte-americana e alto grau de virtude cívica. Essa política objetiva, nunca deverá retornar ao conceito imaturo de segurança, segundo o qual seria possível uma solução definitiva para os problemas internacionais dos Estados Unidos, num mundo sem rivalidades ou desafios. Só assim é possível um ajustamento das potências «bárbaras» à convivência mútua para evitar a mútua destruição. O autor lembra a frase de Teodoro Roosevelt que simbolizaria a *política de economia do poder: "speak softly but carry a big stick"*.

As idéias do autor sôbre a missão dos Estados Unidos no mundo, como defensores da civilização ocidental em perigo, não deixam de ter certo ardor missionário e são comuns à grande parte da opinião americana. A teoria da economia do poder — meios escassos determinam objetivos limitados — é honestamente realista e parece estar de acôrdo com a atual política do Departamento de Estado. Dentro do quadro teórico delineado pelo autor, poderia ser incluída, entre outros fatos, a recente declaração do Sr. Dulles no sentido de que o objetivo americano, com relação à China continental, não é o de substituir o atual govêrno pelo de Formosa. A preocupação do autor em

fixar conceito de legitimidade, que oriente a política externa norte-americana, está também de acôrdo com os princípios invocados pelo Departamento de Estado para justificar a liderança e a atuação dos Estados Unidos em recentes acontecimentos internacionais. Não deixa, contudo, de chamar a atenção a ênfase que o Sr. Halle procura dar à política de equilíbrio de podêres, de certo modo em contraposição à importância do papel de organizações internacionais como as Nações Unidas. De resto, o livro do Sr. Halle é, às vêzes, ensaio sôbre estratégia política, e, na maior parte, clarividente análise de problemas que inquietam a opinião pública norte-americana, e certamente merece a melhor atenção dos estudiosos de política internacional no Brasil.

ADHAMAR SOARES DE CARVALHO

LIEUTENANT EN ALGERIE — *Jean-Jacques Servan-Schreiber* — Julliard — Paris, 1957 — 276 págs. 690 frs.

Querendo calar o redator de «L'Express», que vinha há muito denunciando a política de «pacificação» empreendida na Argélia por governos sucessivos, o Govêrno Guy Mollet convoca Jean-Jacques Servan-Schreiber para servir naquela parte do «território francês». O oficial da reserva não se rebelou. Serviu exemplarmente no Exército francês, como já o fizera na Segunda Guerra Mundial. Foi mesmo condecorado com a *Croix de la Valeur Militaire*. Desmobilizado contudo, o jornalista retoma as suas atividades profissionais... E a editôra Julliard publica o livro que causaria verdadeiro abalo na opinião pública francesa: «Tenente na Argélia». O tiro saíra pela culatra...

Haverá quem considere a obra como um libelo contra o Exército. Em verdade, as críticas são severas. O intelectual J-J S-S faz uma análise da *organização* e dos *elementos* que a compõem. De certo modo, o livro aproxima-se das trilogias, sôbre a vida militar, de Evelyn Waugh (*"Men at Arms"*, etc.) e de Hans Helmuth Kirsch (*"08.15"*), despido, entretanto, do sarcasmo ou da comicidade dêsses últimos.

A organização militar tem, na verdade, as suas peculiaridades nacionais. Os seus defeitos, ou melhor, as suas características básicas, são contudo universais e inerentes ao próprio sistema, à função mesma que é dado executar: guerrear. A disciplina férrea, o rígido escalonamento hierárquico, a diluição da capacidade imaginativa pela obediência irrestrita e permanente

às ordens por vêzes descabidas dos escalões superiores, são condições *sine qua non* para o seu funcionamento.

O embate que o civil sofre quando se vê colhido na engrenagem é sempre violento. As reações provocadas, a capacidade de adaptação ao novo meio variam enormemente segundo o indivíduo; às vêzes são surpreendentes. É na pintura dêsses tipos humanos que o autor demonstra a sua capacidade de escritor e jornalista. Sob nomes ficticios, retrata alguns companheiros de armas com os quais conviveu na Argélia e que constituem protótipos vivos de militares. É *Henri*, oficial da ativa, infenso à politicagem, corajoso, honesto, profissional eficiente e herói da guerra da Indo-China. Henri identifica o rebelde muçulmano com o inimigo vietnamita. A ambos chama *les viets*. O Sub-tenente *Gambert*, veterano da Coréia: desmobilizado em França, sente-se deslocado. Volta a lutar por uma causa — qualquer causa — na Argélia. Mais tarde compreenderá que nem tudo se resolve pela fôrça. *Julienne*, o Capitão cujas idéias largas se chocam e o incompatibilizam com a mentalidade estreita da maioria dos colegas de farda.

Importante de se ressaltar a reação dos pracinhas — recrutas ou reservistas convocados. Deixam o aconchêgo do lar, o emprêgo ou os estudos e são lançados em terra estranha, para defender a *présence française* contra pacíficos camponeses que à noite se transfiguram em guerrilheiros, em assaltantes de fazendas, sabotadores de usinas e postes telegráficos. Lutam contra o invisível, comandados e freqüentemente desprezados pelos *Saint-Cyriens* — às vêzes veteranos de duas guerras — que não toleram a falta de entusiasmo dos jovens *rappelés*: mandam o pelotão atacar um reduto rebelde e são obedecidos sem hesitação; solicitam voluntários para a mesma tarefa e ninguém dá um passo em frente...

E no entanto alguns tornam-se verdadeiros *fanas*. A psicologia dêsses "vibradores" (como se diria na gíria militar brasileira) é dissecada pelo Tenente Servan-Schreiber com perfeito conhecimento de causa. O protótipo é *Jerônimo*. São jovens cheios de energia, desencantados com a monotonia da vida civil, sem tendências vocacionais firmes e que encontram uma *causa*, um ideal a cujo serviço colocam a sua tremenda vitalidade. Transformam-se ràpidamente em ótimos soldados, prontos para serviços duros. Com um defeito: dão ao gatilho da metralhadora portátil por qualquer motivo ou mesmo sem motivo... Enganam-se todavia os que pensam constituir «Tenente na Argélia» um libelo contra o Exército francês. Muito ao contrário, a obra é defesa, mais do que ataque.

A falência da política de pacificação não pode ser atribuída ao Exército. A responsabilidade recai sôbre Paris. Sôbre diversos governos que não souberam ou não quiseram elaborar uma Política — com P maiúsculo — para a Argélia. Que oscilavam entre as boas intenções do grupo liberal e as pressões do *lobby* argelino (capitalistas e grandes fazendeiros com grandes capitais investidos na Argélia). Como resultado dessa falta de orientação governamental, dessa negligência criminosa das altas autoridades de Paris, o Exército, cuja missão inicial deveria ter sido a de mantenedor da lei e da ordem, a de árbitro entre uma minoria de rebeldes e outra de colonos exaltados — a verdadeira missão de pacificador — luta sem orientação. Largado em terra estranha, sem instruções precisas e sem direção política, a pouco e pouco foi o Exército identificando-se com os colonos compatriotas, os seus interêsses particulares e a sua administração corrupta. Ao lado das tarefas militares (exterminar rebeldes), passa a exercer também função meramente policial: guardar fazendas, patrulhar ruas, etc. e, lògicamente, tomar as dores dos compatriotas vítimas de atentados... O tempo encarregou-se de mostrar que o círculo vicioso atentado-represália-atentado só poderia levar à guerra sem quartel, em que são válidos todos os meios conducentes ao fim colimado: eliminação do adversário. As perseguições generalizam-se. Comunistas e membros da Ação Católica são taxados de "traidores" da causa francesa. A mentira oficializa-se: os bandos de rebeldes são ajudados ora por Bourguiba ou Nasser, ora pelos anglo-americanos ou por Moscou...

E no entanto havia uma esperança. A esperança de que os conhecedores da verdadeira extensão do problema pudessem ter voz ativa na formulação da política de pacificação. Aquêles que sabiam ser impossível a um bando de rebeldes atacarem, obterem esconderijo e alimentação sem o apoio ativo ou passivo de oito milhões de muçulmanos. Como por exemplo o Comandante *Marcus* que, em seu "Relatório sôbre a Pacificação", escreveu: «O Exército deve procurar, prioritàriamente, aliciar a população, ganhar a sua confiança. É o espírito político do problema, que é essencial. À destruição de bandos rebeldes, que constitui o aspecto puramente militar, não deve ser concedido, malgrado as aparências, senão prioridade número dois...»

Algumas Unidades empreenderam individualmente, contra o ceticismo ou a hostilidade dos escalões superiores, uma política de reaproximação com a população nativa. Procurando conhecê-las melhor, ganhar a sua confiança. Esfôrço às vêzes arruinado por algum general que, desejoso de ver o nome nos

cabeçalhos de jornal, elaborava, para uma ação que poderia ser resolvida no âmbito da Companhia, uma vasta operação, com emprêgo de fôrças regimentais, aviação, artilharia pesada... Os que se opõem a essas barbaridades são sonhadores, "progressistas", enfim uma ameaça direta à presença francesa. O que, *objetivamente*, acrescenta J-J S-S, é certo e lógico.

Não examinando as suas causas mediatas (e mais profundas) nem a isso se propondo, aliás, o autor coloca o problema com exatidão: "O meio de manter, *tal como é*, a presença francesa na Argélia, por algum tempo ainda, é a fôrça. E tão-sòmente a fôrça. Qualquer outro meio, se compreender alternativas de garantir um futuro francês durável, conduzirá mecanicamente à modificação das formas *atuais* da colonização e essa transformação será dolorosa. Para alguns, muito dolorosa. E para outros, fatal". ... "Ou então o Exército teria como único objetivo, mais simples, mais instintivo e natural, o de proteger os franceses na ordem sócio-econômica por êles criada e para a qual vivem".

Êsse o dilema da França.

SÉRGIO DA VEIGA WATSON

LA ERA DE TRUJILLO — *Jesus de Galindez* — Editorial Americana-Buenos Aires, 1958 — 240 págs.

Como está indicado em subtítulo, êste livro é um estudo casuístico de ditadura hispano-americana. Sob vários aspectos, porém, êle interessa à política estrangeira. Em primeiro lugar, porque estuda um fenômeno característico da América Latina, onde se concentra a quarta parte das nações soberanas do globo. Em segundo lugar, porque o livro criou um verdadeiro caso internacional, com repercussões de vária ordem no cenário político interamericano.

Trata-se do estudo de um intelectual espanhol que, após a guerra civil, viveu alguns anos na República Dominicana, como exilado. Passando depois a residir em New York, seguia carreira universitária e, para fins de doutouramento em Ciência Política, apresentou tese sôbre o regime político vigente no país em que antes residira e que lhe fôra, por vários anos, campo de observação direta. Depois da publicação do livro, o autor desapareceu em circunstâncias misteriosas, surgindo depois, na imprensa de todo o continente, a revelação de que êle fôra seqüestrado por agentes do govêrno *trujillista* e transportado, em avião particular, para a República Dominicana, onde

foi liquidado. Na página 140 o autor referiu assassinatos cometidos no estrangeiro por sicários dominicanos, narrando minuciosamente os fatos de que resultaram as mortes de Sérgio Bencosme, Maurício Baez e Andrés Requena. Ao escrever sôbre êsses fatos, Galindez decerto não supunha que, pouco tempo depois, iria figurar nessa lista em condições ainda mais sensacionais.

LA ERA DE TRUJILLO não é um planfleto, nem um escrito polêmico ou de propaganda partidária. Longe disso, é um estudo objetivo e documentado, que apresenta certas conclusões de interêsse para o estudo da Ciência Política. Na primeira parte dá-nos um resumo histórico da República Dominicana, a partir da Independência. Na segunda, oferece uma análise das instituições e do seu funcionamento. Nesta são focalizadas as principais características da vida política do país: a evolução constitucional, o sistema das eleições, os métodos de terror, o funcionamento do partido único, os sindicatos oficiais, a ausência de oposição, o acervo das realizações materiais do govêrno, o comportamento da ditadura em face da conjuntura internacional.

O livro foi escrito em 1955, quando a metade das Repúblicas hispano-americanas vivia sob governos ditatoriais. Segundo Galindez, a ditadura hispano-americana, sobretudo no século atual, oferece uma tipologia que a diferencia dos outros regimes ditatoriais conhecidos na Ciência Política. Esta diferença, que lhe parece essencial, consiste na prática do govêrno ditatorial dentro de uma estrutura formal de govêrno democrático. Existe uma Constituição, quase sempre inspirada na dos Estados Unidos, realizam-se eleições periódicas, institui-se a divisão clássica dos três Podêres independentes, e proclama-se uma solene declaração dos Direitos do Homem. Tudo isso, entretanto, se perverte na prática, e se transforma em instrumentos a serviços da vontade onímoda de um homem forte e providencial. Por isso, entende êle que êsse tipo de ditadura seria melhor qualificado como tirania, já que a ditadura pressupõe um regime formal próprio.

A República Dominicana evidentemente esmera-se na prática dessa perversão institucional. Em pouco menos de um século ela adotou vinte e cinco Constituições, além de outros atos e leis fundamentais transitórias. Nenhuma teve dez anos de vida. A vigente declara pomposamente que o govêrno da República «é essencialmente civil, republicano, democrático e representativo". A da Suiça não diria melhor. As eleições realizam-se em épocas prefixadas e os três Podêres praticam

todos os atos externos e aparentes, que caracterizam o govêrno democrático. Por trás dessa fachada, porém, o que existe é uma autocracia perfeita, pela concentração, na pessoa do ditador de fato, de todos os podêres e de uma autoridade sem contraste.

Como opera essa autocracia? Em primeiro lugar, pela engenhosa combinação das eleições com o expediente das renúncias ao mandato legislativo. Na República Dominicana o partido *trujillista*, que é o partido único, elege, sempre por unanimidade de votos, todos os deputados e todos os senadores. Os candidatos, porém, depositam em mãos do ditador, uma carta de renúncia, sem data, que pode ser por êste utilizada a qualquer momento. Para ter-se uma idéia de como essa combinação funciona, basta referir o que ocorreu na legislatura de 1942-1947: em uma Câmara de 42 deputados verificaram-se 139 renúncias. Note-se que, quando um deputado ou senador renuncia ao mandato, a Câmara a que êle pertence escolhe o substituto de uma lista tríplice apresentada pelo partido *trujillista*.

Assim sendo, está claro que não pode existir Poder Legislativo digno dêsse nome. O sistema de renúncias mantém o Congresso unânime e tranqüilo: nem há debates, nem possibilidades de qualquer crítica ao Govêrno. Os próprios legisladores encaram com humorismo a sua fácil missão, que consideram a mais simples do país: vários dias por mês êles estendem a mão, com a palma para baixo, para expressar voto afirmativo; no dia 25 êles o fazem, com a palma para cima, para receber o subsídio.

O Poder Judiciário não tem condições para ser mais independente que o Legislativo: é que os juízes, antes de empossados, também assinam cartas sem data, de sorte que o corretivo da eventual renúncia os mantém em perfeita harmonia com o Poder Executivo. Por sua vez, a Imprensa compõe-se de órgãos governistas, escritos em estilo altamente laudatório. Se é verdade que a Constituição cogita das liberdades públicas, não é menos verdadeiro que o funcionamento do regime torna impossível proteger essas liberdades contra o arbítrio do oficialismo. A fachada constitucional subsiste, porém de nenhum modo se entrosa com a realidade política.

Ao lado dêsse falseamento, que considera típico das ditaduras do continente, o autor estuda também o que êle chama de «estilo pessoal» do regime ditarial dominicano, que oferece algumas peculiaridades marcantes. A primeira delas é a megalomania. Observa Galindez que a História está cheia dêsse

vício, mas é surpreendente que, em meados do século XX, êle ainda ofereça exemplos tão chocantes. Sem falar nas inumeráveis condecorações e títulos oficiais encomiásticos, nos monumentos e nas homenagens em que se compraz o servilismo político, o livro aponta fatos significativos: a Capital da República (fundada pelo próprio Cristovão Colombo, em 1496) passou a chamar-se Ciudad Trujillo; o ponto culminante do território nacional é o Pico Trujillo; uma província chama-se Trujillo e outra San Rafael (não em homenagem ao santo mas ao onomástico do ditador). Em 1936 o Ministério de Relações Exteriores pleiteou oficialmente para Trujillo o Prêmio Nobel da Paz. Não admira, assim, que o antigo presidente nominal da República, Jacinto Peynado, tenha mandado colocar em sua residência, num letreiro luminoso, estas duas palavras equivalentes: *"Dios y Trujillo"*.

Outro traço que o livro destaca é o do nepotismo, que êle procura demonstrar com os casos mais frisantes. Assim, narra êle a carreira militar do filho homônimo do ditador: coronel do exército aos quatro anos de idade, foi, aos nove anos, promovido por merecimento a general de brigada. Aos quatorze, renunciou ao generalato, porém aos vinte e três estava de volta à vida militar, como major general e chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Outro filho do ditador tem currículo mais modesto, porém não menos expressivo: aos dez anos era major. Já uma filha, naturalmente pouco inclinada à carreira das armas, promete fazer sucesso na diplomacia: aos quatorze anos foi embaixadora em missão extraordinária, tendo representado o seu país na coroação da Rainha da Grã-Bretanha. Para não alongar a lista, basta citar que, quando o ditador não ocupa pessoalmente a chefia do govêrno, o cargo de Presidente é exercido por um seu irmão que, antes dos trinta anos, chegara a general e Chefe do Estado-Maior do Exército.

O livro dedica também um capítulo à corrupção, informando que o ditador é o homem mais rico do país e um dos mais ricos do mundo antilhano. Refere a sua participação em tôda espécie de negócios: sal, seguros, leite, carne, fumo, loteria, navegação, bancos, jornais. A êsse respeito Galindez não apresenta provas conclusivas, porém argumenta com a impossibilidade, para um militar de origem humilde, de tornar-se multimilionário com economias feitas em seus vencimentos de empregado público.

As conclusões do autor são as de que o regime político da República Dominicana é uma ditadura, a melhor dizer uma tirania, de tipo pessoal. De um lado ela apresenta a caracte-

rística latino-americana de adotar aparências constitucionais democráticas, grosseiramente pervertidas na prática; de outro lado, apresenta aspectos das ditaduras clássicas, pela supressão das liberdades públicas e pelo uso do Exército como principal fôrça de sustentação. Ainda sob outros aspectos tem adaptado métodos dos regimes totalitários, como o partido único, os sindicatos governamentais e o estilo da propaganda. Nos últimos anos vem utilizando o anticomunismo como elemento inspirador da política externa. Do ponto de vista humano, a conclusão é a de que a megalomania, a corrupção, o nepotismo e o servilismo criaram, para a nação dominicana, um estado de nítida degradação cívica. O autor reconhece, entretanto, que o país vive em ordem e que é notório o progresso material realizado em muitos setores, inclusive o da instrução popular.

LA ERA DE TRUJILLO é sem dúvida um livro diferente porque, diversamente do que em geral ocorre, nem é a reação crítica de um nacional perseguido ou exilado, nem obra de encomenda da publicidade governista. Pretende ser uma tese de Ciência Política e, como tal, uma exposição, às vêzes monótona, dos fatos, maiores e menores, que compõem a crônica da era *trujillista*. Com base nestes fatos faz êle as observações e extrai as conclusões resumidas acima.

São verdadeiros os fatos narrados? São acertadas as conclusões que o autor oferece? Para o leitor distante é difícil saber até onde vai a verdade daqueles e a certeza destas. De qualquer modo, para o leitor brasileiro o livro tem interêsse excepcional: êle reflete, sob nova luz, tôda a ambiência política latino-americana, a despeito de não dizer muitas novidades. Os fatos nêle referidos são menos inovações dominicanas do que incidências de rotina continental, que se têm verificado, com maior ou menor freqüência e maior ou menor continuidade, em quase tôdas as chamadas Repúblicas irmãs. A rigor nenhuma delas pode atirar contra os dominicanos a primeira ou a última pedra. Apenas algumas já estão em condições de lastimar que a República Dominicana esteja tão retardada no caminho da civilização política, e tenha a desventura contemporânea de apresentar um quadro ditatorial capaz de fornecer material para encher um livro de 240 páginas em letra miúda.

Para todo latino-americano a leitura do livro de Galíndez é necessária e instrutiva, mas também deprimente. Êle revela-nos, de maneira quase brutal, a fragilidade da empáfia que nos apresenta como o continente da democracia, da paz, da fraternidade internacional, e a América Latina, como um florão

da civilização política do Ocidente. Nos documentos oficiais, nas declarações diplomáticas, nas cerimônias comemorativas, a democracia americana enche-nos de orgulho e faz-nos olhar com desdém os povos da Ásia, que sòmente agora se vão libertando do jugo colonial. A realidade subjacente, porém, é desgraçadamente a que ainda hoje aflora na República Dominicana e que constitui, para os democratas de tôda a América, uma advertência terrível e um exemplo estarrecedor.

A. M.

NATO AND THE FUTURE OF EUROPE — *Ben T. Moore* — Harper — New York, 1958 — 264 págs. $ 4.50.

Não é êste livro apenas um estudo da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da influência que êste possa ter no futuro da nova Europa. Êle oferece-nos um quadro mais amplo, que abrange, além do problema específico da segurança atlântica, os vários aspectos da interdependência política e econômica que condiciona o destino comum dos Estados Unidos da América e das nações da Europa Ocidental. Escrito por experimentado diplomata americano, *Nato and the Future of Europe* expressa naturalmente o ponto de vista pessoal do autor sôbre a aliança militar em que assenta o sistema de segurança das democracias do Ocidente. Bàsicamente, porém, o livro apresenta o resultado de um grupo de estudos, organizado, em 1955, pelo *Council on Foreign Relations*, e do qual participaram alguns dos mais autorizados inspiradores e analistas da política exterior dos Estados Unidos. Assim, não será errôneo considerar-se que o livro representa uma média da opinião americana, tanto no que diz respeito ao papel atribuído à NATO, como no que se refere às possibilidades da integração da Europa numa verdadeira comunidade militar, política e econômica.

Inicialmente o A. estuda o problema da União Européia em suas relações com a unidade atlântica, remontando às origens de ambos os movimentos: o primeiro, derivado do Plano Marshall e materializado na Organização Européia de Cooperação Econômica; o segundo, escudado no Tratado do Atlântico Norte, firmado em abril de 1949. O livro historia a seguir o desenvolvimento posterior do processo de integração da Europa, através dos vários organismos instituídos — o Conselho da Europa, a União da Europa Ocidental e a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. Essa marcha para

a unidade foi bruscamente interrompida quando a Assembléia Nacional da França rejeitou o tratado constitutivo da Comunidade da Defesa Européia. Pouco depois, entretanto, era estabelecida a União da Europa Ocidental, que não só restaurava a união militar como permitia o rearmamento da Alemanha e lhe abria as portas da NATO. Os tratados subseqüentes — criando a Comunidade Econômica Européia e a Comunidade Européia de Energia Atômica — representam passos decisivos para a profunda transformação histórica que o velho Continente experimenta. A êsse respeito a análise do A. é tão acurada quanto elucidativa.

No que diz respeito à Organização do Atlântico Norte, em particular, o livro estuda os vários problemas relativos à estrutura militar, à estratégia regional e à técnica de integração de fôrças e unificação do comando. Analisa, além disso, os problemas relacionados com as finanças, equipamento e abastecimento, e bem assim as implicações do processo de auxílio mútuo e de consulta política, de que depende o funcionamento da Organização. Um capítulo especial é dedicado às armas nucleares e à sua influência nas concepções estratégicas, e nêle se considera a alternativa da segurança através da neutralidade.

Nato and the Future of Europe demonstra que a atual associação de Estados do Ocidente Europeu já ultrapassou o estágio das alianças, por definição limitadas a objetivos de defesa e à cooperação militar em tempo de guerra. As nações da Europa já se encontram na fase da «comunidade», associação mais profunda e complexa, em que os Estados se ligam por laços econômicos e culturais, que podem preparar o caminho da integração política. É visível o avanço que a Europa tem feito nesse terreno, porém êsse progresso, por maior que seja, não esconde a vulnerabilidade da organização instituída. Isso resulta do fato de permanecerem os Estados associados como entidades independentes e soberanas. Nestas condições, o mecanismo das decisões assenta na regra da unanimidade, através da qual os Estados-membros devem expressar o seu consentimento. Nisso reside uma debilidade fundamental que, na opinião de muitos e em particular dos federalistas, sòmente poderá ser superada pela instituição de um govêrno supranacional, capaz de impor a sua autoridade, a despeito de eventuais divergências. Aí, porém, estaríamos em pleno federalismo, fase que a Europa parece disposta a vencer, mas para a qual ainda não está amadurecida. A Europa Federal, que as ne-

cessidades da defesa reclamam e as condições do desenvolvimento econômico aconselham, é solução ainda remota, salvo se imposta por nova conflagração militar.

O A. coloca-se entre os que acreditam na possibilidade de promover-se, na Europa Ocidental, um processo cumulativo e acelerado de integração. A seu ver, essa integração depende dos dispositivos seguintes: 1) organização militar e estratégia comuns, inclusive no domínio das armas atômicas; 2) mercado comum, com livre movimento de capitais, de recursos tecnológicos e de elementos humanos; 3) política estrangeira comum, apoiada em organização militar integrada; 4) expedientes democráticos para a formulação de decisões, de tal sorte que o executivo central seja responsável perante tôda a comunidade, e não dependente dos governos associados.

O capítulo final trata dos interêsses dos Estados Unidos em face da união européia. Sustenta o A. que nos Estados Unidos devem perseverar na política de estimular as fôrças que trabalham no sentido da integração da Europa Ocidental. Para isso podem êles recorrer a três métodos de ação. O primeiro é o de encorajar a união militar e econômica da Europa, de preferência com a inclusão do Reino Unido, porém, com a exclusão dos Estados Unidos. O segundo seria o de participarem êstes de uma federação econômica e militar extensiva a tôda a área atlântica. O terceiro caminho possível é o de continuar a estimular a integração econômica da Europa e, ao mesmo tempo, procurar transformar a atual *aliança* em uma genuína *união* de defesa atlântica. Como esta terceira solução certamente levaria à união econômica, o que resta aos Estados Unidos é apenas a opção entre a união européia, de que fiquem ausentes, e a união atlântica, de que participem.

Entende o A. que a união econômica da Europa terá como efeito certo uma produção maior e mais eficiente. Isso tornará a Europa mais próspera, e essa prosperidade interessa aos Estados Unidos, quer porque permitirá mais equitativa distribuição dos encargos com a defesa comum, quer porque tornará mais difícil a infiltração comunista, quer finalmente porque contribuirá para a expansão de mercados nos países subdesenvolvidos. Lembra-nos êle, todavia, que é muito limitada a capacidade americana de influir nas decisões fundamentais da política européia. Qualquer pressão do Govêrno americano em favor da integração seria fútil, porque destinada a insucesso certo. A ameaça de restringir ou fazer cessar a cooperação americana seria também ineficaz e, se realizada, seria tão prejudicial aos americanos como aos europeus.

Se a Europa Ocidental puder tornar-se uma unidade econômica, militar e política, acha o A. que isso porá fim a um problema que, neste período de após guerra, tanto tem afligido as relações entre as nações ocidentais: o sentimento europeu de inferioridade e dependência em relação aos Estados Unidos. Uma Europa unida e próspera poderá tratar com os Estados Unidos de igual para igual.

O livro de Ben T. Moore aprecia com segurança, objetividade e espírito de compreensão, os múltiplos aspectos da política externa dos Estados Unidos em função da estratégia global do Ocidente. Decerto êle se preocupa em elucidar o interêsse predominante da política americana, mas procura demonstrar, ao mesmo tempo, que êsse interêsse não colide com o da Europa, pelo menos em suas implicações fundamentais. Enquanto não pudermos realizar o ideal de *um mundo só*, a unidade do Ocidente afigura-se imprescindível à manutenção da paz e à segurança de todos os povos livres.

O. T.

LIVROS RECENTES SÔBRE PROBLEMAS INTERNACIONAIS E POLÍTICA ESTRANGEIRA

NOVA TENDÊNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL: GARANTIA SUPRA-ESTATAL PARA OS DIREITOS DO HOMEM — *Ilmar Pena Marinho* — Livraria Freitas Bastos, — Rio de Janeiro, 1958 — 230 págs.

TERCEIRA FÔRÇA — *Paulo de Castro* — Editôra Fundo de Cultura — Rio de Janeiro, 1958 — 278 págs.

A LA RECHERCHE D'UN ORDRE INTERNATIONAL — *Jean Buchmann* — Louvain, 1958 — 215 págs. 160 frs.

GUERRE NUCLEAIRE ET PAIX NUCLEAIRE — *Louis J. Halle* — Minard — Paris, 1958 — 144 págs.

TUNISIE NOUVELLE: PROBLEMES ET PERSPECTIVES — *Salah-Eddine Tatli* — Sefan — Tunis, 1958 — 294 págs. 900 frs.

LE REFERENDUM DU TOGO — *Edmond-Pierre Luce* — Pedone — Paris, 1958 — 152 págs. 25 s.

L'ISLAM ET LES MUSULMANS D'AUJOURD'HUI — *Pierre Rondot* — Orante — Paris, 1958.

LES PRINCIPES DE L'ISLAM ET LA DEMOCRATIE — *Niaz Ahmed Zikria* — Nouvelles Editions Latines — Paris, 1958.

FONDEMENTS HISTORIQUES DES PROBLEMS DU MOYEN ORIENT — *Fernand L'Huillier* — Sirey — Paris, 1958.

PROBLEMES JURIDIQUES DES EMPRUNTS INTERNACIONAUX — *G. Van Hecke* — Brill — Leiden, 1958 — 310 págs. 28 florins

L'ALLEMAGNE ET LE MOYEN ORIENT: ANALYSE D'UNE PENETRATION ECONOMIQUE CONTEMPORAINE — *Yves Famchon et Maurice Leruth* — Ed. Rélations Internacionales — Paris, 1958 — 206 págs. 900 frs.

LES RELATIONS INTERNES ET EXTERNES DE LA COMMUNAUTÉ EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER — *Raymond Prieur* — Montchristien — Paris, 1958 — 311 págs. 2.000 frs.

LES NATIONS UNIES ET LA CONSERVATION DES RESSOURCES DE LA MER — *H. Ph. Visser T. Hooft* — Nijhoff —Haia, 1958 — 425 págs. 24 florins.

L'ECHANGE INTERNATIONAL — *Michel Moret* — Rivière — Paris, 1957 — 371 págs. 1.300 frs.

LE DOIT DE LA COMMUNAUTÉ EUROPEENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER — *Pierre Mathijsen* — Nijhoff — Haia, 1958 — 208, págs. 12 florins.

LA REFORME DU CONSEIL DE L'EUROPE — *Pierre Duclos* — Paris, 1958 — 525 págs. 3.800 frs.

LA BELGIQUE ET LES NATIONS UNIES — Ed. do *Carnegie Endowment*, 1958 — 372 págs. $ 3.

L'ANGLETERRE CHANGE DE CAP — *Raymond Las Vergnas* — Hachette — Paris, 1958 — 248 págs. 600 frs.

L'EVOLUTION POLITIQUE DE L'IRAN PENDANT LA SECONDE GUERRE MONDIALE — *Homayoun Farboud* — Payot — Lausanne. 1957 — 241 págs.

CHINE ET RUSSIE — *Edouard Krakowski* — Colombe — Paris, 1957 — 412 págs. 1.500 frs.

MADAGASCAR ET LES BASES DISPERSEES DE L'UNION FRANÇAISE — *Charles Robequain* — Presses Universitaires — Paris, 1958 — 586 págs. 2.500 frs.

COMBIEN LE CONGO A-T-IL COUTÉ A LA BELGIQUE — *J. Stengers* — Bruxelles, 1957 — 394 págs. 525 frs.

ARGENTINE: UN MONDE — UNE VILLE — *R. M. Alberès* — Hachette — Paris, 1957 — 350 págs. 900 frs.

BRESIL, TERRE DES CONTRASTES — *Roger Bastide* — Hachette — Paris, 1957 — 343 págs. 900 frs.

THE DEVELOPMENT OF INTERNATIONAL LAW BY THE INTERNATIONAL COURT — *Hersch Lauterpacht* — Stevens — Londres, 1958 — 408 págs. 63 s.

THE MAKING OF MODERN UGANDA — *Kenneth Ingham* — Unwin — Londres, 1958 303 págs. 25s.

THE EVOLUTION OF INDIA — *Vijava Lakshmi Pandit* — Oxford University Press, 1958 — 46 págs. 65 s.

MY BURMA: THE AUTOBIOGRAPHY OF A PRESIDENT — *U Ba U* — Taplinger — New York, 1958 — 210 págs. $ 4.50.

MALAYA — *Norton Ginsburg* e outros — University of Washington Press, 1958 — 533 págs. $ 6.

JAPAN'S ECONOMIC RECOVERY — *G. C. Allen* — Oxford University Press. 1958 — 215 págs. 25 s.

ISOLATION AND SECURITY — *Alexander De Conde* — Duke University Press, 1958 — 204 págs. 34 s.

FOREIGN POLICY AND THE AMERICAN SPIRIT — *Dexter Perkins* — Cornell University Press — 254 págs. $ 3.75.

SEARCH FOR A LATIN AMERICAN POLICY — *Thomas W. Palmer, Jr.* — University of Florida Press — 217 págs. $ 4.50.

WAR AND PEACE IN THE SPACE AGE — *James M. Gavin* — Harper — New York, 1958 — 304 págs. $ 5.

THE GREAT ARMS RACE — *Hanson W. Baldwin* — Praeger — New York, 1958 — 116 págs. $ 2.95.

ATLANTIC DEMOCRACY — *Charles D'Olivier Farran* — Praeger — New York, 1958 — 203 págs. $ 5.50.

DEMOCRATIC INSTITUTIONS IN THE WORLD TODAY — *Werner Burmeister* — Stevens — Londres, 1958 — 157 págs. 17 s. 6 d.

AGRESSION AND WORLD ORDER: A CRITIQUE OF UNITED NATIONS THEORIES OF AGGRESSION — *Julius Stone* — Stevens Londres, 1958 — 226 págs. 30 s.

THE MYTH OF INTERNATIONAL SECURITY — *A. V. Levontin* — Oxford University Press, 1958 — 346 págs. 25 s.

DEMOCRACY VERSUS COMMUNISM — *Kenneth Colegrove* — Van Nostrand — Londres, 1958 — 424 págs. 30 s.

WORLD PEACE THROUGH WORLD LAW — *Grenville Clark e Louis B. Sohn* — Harvard University Press, 1958 — 540 págs. 60 s.

BRITAIN AND THE UNITED NATIONS — *Geoffrey L. Goodwin* Oxford University Press, 1958 — 478 págs. 38 s.

THE ARMS RACE: A PROGRAMM FOR WORLD DISARMAMENT — *Philip Noel-Baker* — Stevens — Londres, 1958 — 579 págs. 25 s.

NATIONALIZATION: A STUDY IN THE PROTECTION OF ALIEN PROPERTY IN INTERNATIONAL LAW — *Ysi Foighel* — Stevens — Londres, 1958 — 136 págs. 28 s.

THE BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS: AN EXPERIMENT IN CENTRAL BANK COOPERATION — *Henry H. Schloss* — North Holland — Amsterdam, 1958 — 184 págs. 15 florins.

SOVIET RUSSIA AND THE WESTERN ALLIANCE — *J. A. Corry* — Canadian Institute of International Affairs, 1958 — 102 págs. $ 1.25.

THE DEVELOPMENT OF THE SOVIET BUDGETARY SYSTEM — *R. W. Davies* — Cambridge University Press, 1958 — 569 págs. 45 s.

THE MIDDLE EAST: A POLITICAL AND ECONOMIC SURVEY — *Sir Reader Bullard* — Oxford University Press, 1958 — 569 págs. 45 s.

DOUBTS AND DYNAMITE: THE MIDDLE EAST TODAY — *Emile Bustani* — Wingate — Londres, 1958 — 159 págs. 18 s.

INSPECTION FOR DISARMAMENT — *Seymour Melman* — Columbia University Press, 1958 — 291 págs. — $ 6.

CAMBODIA: ITS PEOPLE, ITS SOCIETY, ITS CULTURE — *David J. Steinberg* — Taplinger — New York, 1958 — 345 págs. $ 7.75.

POPULATION AND WORLD POLITICS — *Philip M. Hauser* — Free Press, 1958 — 297 págs. $ 6.

THAILAND: ITS PEOPLE, ITS SOCIETY, ITS CULTURE — *Wendell Blanchard* — Taplinger — New York, 1958 — 528 págs. $ 6.50.

SAC: THE STRATEGIC AIR COMMAND — *Richard G. Hubler* — Dwell — New York, 1958 — 280 págs. $ 4.50.

EUROPE AND THE EUROPEANS — *Max Beloff* — Windus — Londres, 1957 — 288 págs. 25 s.

THE POLITICS OF GERMAN CODETERMINATION — *Herbert J. Spiro* — Harvard University Press, 1958 — 180 págs. $ 4.

EVOLVING CANADIAN FEDERALISM — *A. R. M. Lower* e outros — Duke University Press, 1958 — 187 págs. $ 3.50.

THE RISE OF MODERN ASIA — *Jan Thomson* — Pitman — New York, 1958 — 265 págs. $ 4.95.

ISRAEL AND THE PALESTINE ARABS — *Don Peretz* — Washington, 1958 — 264 págs. $ 5.

THE DIPLOMACY OF SOUTH EAST ASIA: 1945-1958 — *Russell H. Fifield* — Harper — New York, 1958 — 584 págs. $ 7.50.

A HISTORY OF MODERN BURMA — *John F. Cady* — Cornell University Press, 1958 — 682 págs. $ 7.50.

THE COOPERATIVE MOVEMENT IN INDONESIA — *Mohamed Hatta* — Cornell University Press, 1957 — 121 págs. $ 3.

JOURNEY TO JAWA — *Harold Nicolson* — Doubleday — Londres, 1958 — 335 págs. $ 5.

RETURN TO CHINA — *James Bertram* — Heinemann — Londres, 1958 — 251 págs. 25 s.

JAPAN AND THE UNITED NATIONS — Ed. do *Carnegie Endowment*, 1958 — 246 págs. $ 3.

ALGERIA: THE REALITIES — *Germaine Tillion* — Knopf — New York, 1958 — 115 págs. $ 2.50.

ETHIOPIA TODAY — *Ernest Luther* — Stanford University Press, 1958 — 158 págs. $ 4.

TRUJILLO, LITTLE CAESER OF THE CARIBBEAN — *German E. Ornes* — Nelson — New York, 1958 — 338 págs. $ 5.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

Editada sob os auspícios do
Conselho Universitário da Universidade de Minas Gerais





ASSINATURA ANUAL	Cr$	160,00
PREÇO DE CADA NÚMERO	Cr$	80,00



PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

Redação

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS * BELO HORIZONTE * MINAS GERAIS * BRASIL